

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Maria Rosário G. de Carvalho

OS PATAXÓ DE BARRA VELHA
Seu Subsistema Econômico

Prof. Orientador:
Pedro Agostinho da Silva

Dissertação de Mestrado apresentada à
Coordenação de Pós-graduação em C. Humanas
da Universidade Federal da Bahia
Salvador - Bahia - 1977

À lembrança de Gau,

Maria das Graças de Aguiar Matos.

AGRADECIMENTOS

Integrada no Projeto de Pesquisa sobre as Populações Indígenas da Bahia, esta dissertação fica a dever a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram e incentivaram enquanto a elaborávamos.

Entre todos, lembramos meus pais, pelo inabalável crédito de confiança e devotamento.

Pedro Agostinho, responsável pela nossa iniciação na Antropologia e trabalho entre os índios, nos fez ver que o trabalho científico poderia ser um jogo muito divertido... ele leu, revisou e sugeriu e discutiu esta dissertação.

Os colegas de equipe - Célia dos Santos Costa, Maria Hilda Paraíso, Carlos Alberto C. Soares, Maria de Fátima Rosemberg e Hildete da Costa Dórea -, fizeram-se presentes em todos os momentos em que deles necessitamos.

Alberto Salles Paraíso foi um grande estímulo, e, sempre, amigo seguro em todas as horas.

Jeferson Afonso Bacellar criou todas as condições para a realização final do trabalho, numa solidariedade que nos sensibilizou, e que contou com a dedicação e experiência técnica de Archibaldo Gonçalves e Ivaldo Fazzioni.

Maria Auxiliadora Costa Lopes datilografou e o seu senso de responsabilidade e companheirismo foram permanentes, o que também se estende a Izabel Regina.

Geraldo, Sonia, José Raimundo, Myrna, Edmar, Maria do Rosário e Lourdes foram amigos dedicados, e Arlinda e Alceu também nos deram provas de amizade e confiança.

Na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - L. Henrique Dias Tavares, Ary Guimarães, Rui Simões, Eduardo Saback, Alda Mota, Anete Ivo, Johildo Athayde, Cid Teixeira e José Calasans significaram muito pela solidariedade demonstrada. Em Esmeralda Barbosa, Lupercília, Iraildes, Célia, Aurélio, Hélio e José Lopes encontramos apoio constante. O mesmo dizemos de nossos companheiros do Departamento de Antropologia e Etnologia - Carlos Ott, Vivaldo Costa Lima, Consuelo Pondé, Yeda e Guilherme Souza Castro, Ronaldo Senna, Júlio Braga e Raimundo Duarte. E ainda, com especial menção, Thales de Azevedo, cuja permanente curiosidade intelectual foi para nós um exemplo.

O trabalho de campo foi financiado pela Fundação Nacional do Índio através do Convênio FUNAI-UFBA., e estamos grata pela solicitude e interesse de seu Presidente, Gal. Ismarth de Araújo Oliveira, assim como de Olympio Serra, George Zarur e José Melo. E o então Delegado Regional do IBDF, Dr. Renato Aragão, cedeu-nos transporte em várias ocasiões.

Os Pataxó de Barra Velha, nossos amigos e excelentes informantes, tornaram esta dissertação possível em todos os sentidos.

Resta, por fim, registrar o nosso reconhecimento pelas atenções de Antonio Luis Machado Neto, Coordenador do Mestrado durante o Curso de Pós-graduação.

INDICE GERAL

- INTRODUÇÃO	1
1. METODOLOGIA	16
1.1. O trabalho de campo	24
1.2. Relação Pesquisador-Pesquisado	37
2. AMBIENTE	47
3. NOTÍCIAS HISTÓRICAS	
3.1. Tentativa de reconstituição histórica	66
3.2. A memória do grupo	90
3.3. Esboço conclusivo de interpretação	107
4. A POPULAÇÃO	
4.1. A estrutura demográfica	112
4.2. A auto-identificação e a composição étnica	123
5. O SUBSISTEMA ECONÔMICO	135
5.1. A propriedade da terra	138
5.2. A estrutura ocupacional	146
5.3. <u>A agricultura</u>	
5.3.1. Organização do espaço agrícola	155
5.3.2. A unidade de produção	166
5.3.3. A força-de-trabalho	178
5.3.4. A produção	183
5.3.5. Formas de cooperação social: "rela" e "batalhão"	240
5.3.6. A circulação	253
5.3.7. O cálculo econômico	261
5.4. A "criação" - um fundo de reserva?	286
5.5. A unidade de trabalho pesqueira	295
5.6. A coleta animal: o mangue	339
5.6.1. Os recifes	350
5.7. A coleta vegetal	353

5.8. A extração	357
5.9. O comércio	363
5.10. O artesanato	382
5.11. O trabalho assalariado	
- CONCLUSÃO	405
- NOTAS	412
- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	421
- DOCUMENTOS INÉDITOS (Manuscritos e Datilografados) ..	433
- CARTAS E MAPAS	436

FIGURAS E MAPAS (Anexos)

FIGURA 1. População residente na Aldeia de Barra Velha
(Época do censo)

FIGURA 2. População residente na Aldeia de Barra Velha
(Após o censo)

FIGURA 3. População residente na "área do Parque"

FIGURA 4. População total Pataxó - Barra Velha e "área
do Parque (Após o censo, incluindo incremen-
to verificado)

MAPA I. Brasil - Bahia

MAPA II. Áreas e locais de residências anteriores

MAPA III. Mobilidade espacial para trabalho assalariado

MAPA IV. Rede fluvial e Sistema viário: Parque Nacional
do Monte Pascoal e adjacências

MAPA V. Parque Nacional do Monte Pascoal - Vegetação

MAPA VI. Aldeia de Barra Velha

INTRODUÇÃO

Há algum tempo atrás quando, participamos de um seminário sobre a situação dos grupos indígenas do Brasil, levantou-se a questão do que seria melhor para as populações ainda não aculturadas: manterem-se relativamente isoladas da população etnicamente brasileira ou integrarem-se ao sistema mais amplo? A questão, que se julgava alternativa, afigurou-se-nos bem mais problemática do que teria pretendido o seu autor. Afinal, se por um lado acreditamos que a integração dos grupos indígenas é um fator imperativo do sistema, não estando portanto a nível de escolha dos próprios grupos, dos antropólogos e nem mesmo do órgão oficial de assistência aos índios, não podemos também deixar de questionar a forma como se dá essa integração. Ela tem sido considerada como aquela etapa última a que chegam tais grupos - auto-diferenciando-se e sendo diferenciados pelos segmentos regionais, numa situação, portanto, de extrema contradição se levamos em consideração a dependência unilateral do índio para com a sociedade nacional; a diferenciação funcionaria, assim, como o mecanismo responsável pela não assimilação, logo pela busca de elementos que tornem manifesta e operacional tal oposição.

Ribeiro inclui na categoria de "integrados" "aqueles grupos que tendo experimentado todas as compulsões por ele referidas, conseguiram sobreviver, chegando a nossos dias ilhados em meio à população nacional, a cuja vida se vão incorporando como reserva de mão-de-obra ou como produtores especializados em certos artigos para o comércio. Em geral vivem confinados

em parcelas de seus antigos territórios, ou, despojados de suas terras, perambulam de um lugar a outro " (1970: 433 grifos nossos). Os termos sublinhados servem para ilustrar a forma como se dá a integração; nesse sentido, talvez pudéssemos dizer que eles se integram conseguindo "sobreviver ilhados, confinados, despojados e incorporados pela sociedade nacional"¹, o que equivale a uma incorporação por acomodação imposta pelo sistema tecnologicamente dominante². Dessa forma seriam "integrados" todos aqueles que estivessem "transfigurados etnicamente" (idem: 13) por terem sofrido um processo de "atualização histórica" (Ribeiro 1968: 44-5).

O Estatuto do Índio (Lei 6001 de 1973), de um outro ângulo, define como integrados, os índios "quando incorporados à comunhão nacional e reconhecidos no pleno direito dos exercícios civis, ainda que conservem usos, costumes e tradições características da sua cultura" (Art. 4º: 6). Pouco mais adiante, tratando da liberação do regime tutelar quando requerido pelo índio, condiciona-o a quatro pré-requisitos (idade mínima de 21 anos; conhecimento da língua portuguesa; habilitação para o exercício de atividade útil e razoável compreensão dos usos e costumes da comunhão nacional" (Art. 9º: 7) que satisfeitos dão ao índio "a condição de integrado, cessando toda a restrição à capacidade" (Art. 10º: 7). Nesse caso, a integração equivale a incorporação que parece corresponder ao "pleno exercício dos direitos civis".

A caracterização desse pleno exercício, porém, pode ser bastante discutível, pois o fato de se reconhecer no indivíduo uma habilidade para o desempenho de uma atividade, não significa absolutamente que por tê-la a está exercendo ou que

poderá exercê-la sistematicamente, por força da própria capacidade pouco elástica de absorção do sistema econômico; a "razoável compreensão dos usos e costumes...." pela sua imprecisão pode tornar-se por demais aleatória. Assim sendo, os critérios distintivos adotados pela legislação federal na definição da integração ressentem-se da falta de maior rigor, uma vez que se esgotam na aparência da situação, que geralmente se distancia da realidade.

Discutir a forma de inserção das populações indígenas no quadro sócio-econômico nacional nunca pareceu tão importante como neste momento, em que a necessidade de expansão do sistema capitalista tem crescentemente envolvido, tanto grupos com relativamente pouco contato, sacrificando sua autonomia sócio econômica e cultural muitas vezes em nome do "desenvolvimento" e "progresso" nacionais, como grupos já aculturados que sofrem cada vez mais a pressão dos estratos mais baixos da etnia majoritária, na disputa do mercado de trabalho e das terras indígenas. Já aqui talvez seja possível detectar-se a ação da sociedade nacional sob duas formas mais ou menos definidas - na primeira, orientada para populações com menor grau de aculturação, o que tem permitido até agora razoável equilíbrio ecológico e não fracionamento das reservas, têm avançado, não exclusivamente mas em número razoável, segmentos nacionais detentores de poder econômico, o que explica o vigor da sua ação, enquanto na segunda são os estratos da base da pirâmide social que competem com os grupos já aculturados, em busca do que resta das suas terras e das reduzidas oportunidades de trabalho. A partir daí o índio surge como uma consequência das contradições internas do sistema; enquanto é pelo sistema

envolvido através do avanço sobre suas terras, tornando-se de le dependente, mantendo-se porém como um "estranho" na sociedade brasileira. Descobre depois de algum tempo que a sua imagem ideal do branco não corresponde integralmente à realidade - a força, o poder e a riqueza estão concentradas num pequeno número, enquanto a grande maioria é, regra geral, mais pobre e mais fraca que ele próprio e o seu grupo. E que eles terão que fazer parte dessa maioria. Mas a maioria já sofre tão fortemente o ônus de todas as contradições que tende a ver o índio como mais um solapador das oportunidades de sobrevivência. E com um agravante: o índio tem assegurada teoricamente a posse da terra.

Chega-se à conclusão, portanto, de que o destino das populações indígenas está intimamente ligado à organização do sistema maior; não se pode compreender a sua situação atual, nem propor alternativas, visando uma participação mais simétrica, sem que se leve isso em conta. A dominação exercida sobre grupos indígenas, por outro lado, se presentemente se faz em termos de uma competição por terra e por trabalho, historicamente o foi pela necessidade de sua utilização como mão-de-obra, que, adaptada ao ambiente, serviu aos interesses econômicos do colonizador europeu. A mão-de-obra indígena foi utilizada, se não em todos os ciclos do período colonial, pelo menos naqueles em que o investimento não justificava a importação de mão-de-obra externa. Assim aconteceu inicialmente com o pau-brasil para o qual a força de trabalho "era fornecida pelos próprios índios, a baixo custo, contra pequenos objetos de pouco valor (utensílios, adornos)" (Buescu 1974: 28). Era prática comum o apresamento do indígena, e entre os privilégios

que receberam os donatários estava o da "escravização dos índios em número ilimitado e a autorização de exportar para Portugal, anualmente, um certo número de escravos indígenas" (Furtado 1969: 45). No ciclo da cana-de-açúcar, todavia, o aproveitamento do trabalho indígena resultou inviável devido à própria organização dos engenhos de açúcar, que funcionavam em moldes de empresas agrícolas. Isso não significou a liberação da população indígena, importando antes em maior exploração, desde quando sua captura e comércio vieram constituir a primeira atividade econômica estável dos grupos não dedicados à indústria açucareira. Essa mão-de-obra nativa, considerada de segunda classe, é que permitirá a subsistência dos núcleos de população localizadas naquelas partes do país que não se transformaram em produtores de açúcar (Furtado op. cit.: 46). A atividade de criação de gado, reflexo do ciclo da cana-de-açúcar, também se desenvolveu às expensas do trabalho indígena³, o mesmo acontecendo com a exploração de produtos florestais, cuja forma de exploração extensiva só permitia rentabilidade pela utilização do índio, dado o pouco valor dos objetos que este recebia. No ciclo da mineração também foi utilizado como escravo dos paulistas apresadores de índio; "cada ano, vêm nas frotas quantidade de portugueses e de estrangeiros, para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios, de que os paulistas se servem" (Antonil 1976: 167). Desnecessário torna-se acentuar a série de compulsões sofridas por esses grupos, em função da expansão econômica do sistema, trabalho esse exemplarmente desenvolvido por Ribeiro (1970).

Esse movimento de expansão polarizada do modelo mercantil-

colonialista vamos encontrar em outros termos no modelo desenvolvimentista de base capitalista-urbano-industrial. A fim de se chegar às suas características internas é necessário levar em conta a existência de economias "centrais" ou desenvolvidas e economias "periféricas". Tal distinção vincular-se-ia ao quadro da divisão internacional do trabalho imposta pelo processo de desenvolvimento das economias centrais (Tavares 1976: 31). Nesse tipo de economia "periférica", como é o caso do Brasil, o processo de industrialização tem se mantido basicamente às custas da importação de uma tecnologia que, adaptada e criada de acordo com recursos bem diversos, próprios de economias desenvolvidas, ao tempo em que exige uma grande quantidade de capital, gera pouca oportunidade de emprego, absorvendo assim um contingente reduzido da população economicamente ativa. Tal situação tende a agravar-se, se considerarmos que a estrutura agrária permanece quase inalterada, provocando a manutenção de uma reserva de mão-de-obra potencialmente produtiva. Dessa forma, o sistema pode ser considerado como "poupador de mão-de-obra" tanto em seu setor primário, como secundário, levando a uma sobrecarga do setor de serviços. Dentre outras consequências dessa política estaria o pesado ônus a recair naquela parte da população que, absorvida pelo processo de produção primária, teria que atender às necessidades calóricas dos outros produtores inativos por força da pouca elasticidade do sistema. Ao mesmo tempo ela feria o resultado de manter a população economicamente ativa situada na base da pirâmide em crescente depauperação física, reduzindo, por outro lado, as possibilidades do contingente imaturo não produtivo chegar a sê-lo, em razão mesmo de problemas decorrentes

de uma desequilibrada dieta alimentar⁴.

À dicotomia centro x periferia existente a nível internacional, corresponderia outra no quadro nacional, manifesta pela presença de espaços econômicos dinâmicos e atrasados, e geradora de uma forma de capitalismo socialmente excludente para os últimos, entre os quais estariam os grupos indígenas⁵. Isso quer significar que os grupos indígenas tendem a se localizar na periferia, estando desse modo pouco envolvidos no processo de desenvolvimento. Se, por um lado, tal constatação implica na exclusão virtual desses segmentos como pelos dinamizadores, por outro leva a questionar a possibilidade de sobrevivência de grupos indígenas fora das áreas periféricas. Significando a sua presença não apenas a incapacidade do sistema em absorver igualmente todos os setores, mas também a sua própria reafirmação pela manutenção da sua contradição fundamental - a crescente defasagem nas relações de produção - funcionariam tais áreas como indispensáveis a esse modelo de economia reflexa. Os segmentos indígenas, por sua vez, atuariam geralmente como "periféricos" a essas "áreas periféricas"; dispondo de uma tecnologia pouco alternativa e de reduzido campo de expansão para os fatores de produção (trabalho/terra) tendem a se transformar em segmentos dependentes e negativamente diferenciados, no interior mesmo dessas áreas subdesenvolvidas. Funcionam basicamente como contingente-reserva de força-de-trabalho, ligado às atividades de produção primária e ocasionalmente prestação de serviços, e mantendo a nível de reserva pequenas unidades de produção e consumo de base agrícola. Tais unidades desorganizam-se crescentemente, devido ao pouco tempo dedicado à sua manutenção, pois ele está, na sua

maior parte, voltado para as atividades assalariadas, pela possibilidade maior de acesso imediato à moeda, bem como à atração de ultrapassar os limites da reserva e, em muitos casos, a questões de invasão das terras. Quando questionamos a possibilidade dos grupos indígenas poderem sobreviver em áreas não periféricas, não estamos pressupondo uma natural incapacidade ao desenvolvimento, mas tão somente colocando em dúvida a possibilidade de, estando localizadas em áreas desenvolvidas, virem a ser absorvidas. A história tem demonstrado que esses grupos têm sofrido um recuo imposto pelas frentes de expansão, conduzindo-os para as áreas com menor potencial econômico. Logo, a incompatibilidade não se tem verificado entre o índio e o branco diante do desequilíbrio entre oferta e demanda.

Como esse desequilíbrio tende a manter-se em ascensão, é possível prever-se que os projetos desenvolvimentistas, uma vez sejam levados à prática nesse mesmo tipo de estrutura, tenderão a encarar os grupos indígenas como obstáculos a serem vencidos, por se constituírem em ocupantes de um espaço sócio-econômico que a dinâmica expansionista do sistema necessita. Conseqüentemente, tais "formações sociais" (ou "formações sociais parciais") não capitalistas (pelo menos a nível das relações de produção, dado que a nível da ação social já podem estar orientadas para valores capitalistas) são transformadas em estratos dominados no modo de produção dominante (capitalista), estratos esses definidos fundamentalmente à base da etnia. E como estratos dominados tendem a participar do sistema econômico nacional (através da sua variante regional), como assalariados absorvidos de forma intermitente, caracterizando-se basicamente como reserva de mão-de-obra. Tal

participação é desigual porque acentuadamente marcada pela diferenciação étnica, o que vale para distingui-los dos baixos estratos nacionais, abaixo dos quais, social e economicamente, estariam os grupos indígenas. Conclui-se assim que o processo de heterogeneização estrutural não é um fenômeno de desintegração mas de sobreposição de cortes transversais e horizontais que produz uma estratificação sócio-econômica com planos e graus diferentes e assíncronicos de integração (Aníbal Pinto apud Tavares 1976: 189).

Dentro desse quadro mais geral os grupos da Área Cultural Nordeste (Galvão 1967) também se situam, mantendo porém certa especificidade interna. Para fins de análise, aqueles localizados na Bahia podem ser considerados compondo uma sub-área, em que pese sua situação estrutural fundamentalmente comun aos demais. O "Projeto de Pesquisa sobre as Populações Indígenas da Bahia" convencionou distribuí-los em três áreas geográficas que internamente guardam certa unidade ecológica e sócio-cultural - Nordeste (Kariri e Kaimbé), São Francisco (Pankararé e Tuxá) e sul da Bahia (Pataxó e Índios da reserva Caramuru-Paraguaçu) ⁶. As duas primeiras foram atingidas historicamente por frentes de penetração pastoril desde o século XVI, enquanto a última só no século XIX foi plenamente atingida por uma frente agrícola que, como a primeira, disputava ao índio a posse da terra necessária aos seus interesses econômicos.

Profundamente miscigenados e dependentes da sociedade regional, mantêm todos a identidade étnica específica que se centra e manifesta, porém, em níveis diferentes. Nas duas primeiras áreas, as práticas lúdico-religiosas indígenas constituem

o traço polarizador e distintivo em relação ao segmento regional, ao tempo em que o mantenedor da coesão grupal manifesta na ação conjunta para fins comuns⁷; enquanto na última, à falta de um mundo de crenças operacional, a auto-identificação do grupo, apoiada na tradição oral e na posse da terra, assume o papel diferenciador. De cada um desses grupos procuraremos dar um quadro situacional breve⁸.

O primeiro deles, o dos Kariri, distribui-se por diversos núcleos em torno da sede do Posto Indígena que se localiza no município de Ribeira do Pombal, área de caatinga. A economia é de base agrícola de subsistência, secundariamente dirigida para mercado, e apoiada no artesanato, principalmente de cerâmica, atividade caracteristicamente feminina. Embora possua terras, de direito "uma légua em quadra", perdeu crescentemente o controle sobre elas em face do avanço dos brancos, seja pelos casamentos interétnicos, seja pela imposição direta. Combinado com as dificuldades do ambiente físico, que impõe restrições à agricultura em épocas de seca, geralmente periódicas, é frequentemente levado a vender sua força-de-trabalho para sobreviver. E, quando isso acontece, sofre toda a carga da discriminação regional, manifesta ora na resistência à sua utilização, ora nos salários comparativamente inferiores, aos que são pagos aos brancos (Bandeira 1972). Estabelece-se dessa forma uma relação dominação-subordinação fortalecida pelo próprio índio, que na prática assume a imagem negativa que dele tem o branco. Imagem essa que na esfera das crenças e ritos ele busca superar, reforçando a imagem do "índio" - com suas roupas apropriadas feitas de caroá, homens e mulheres dançam e cantam no Toré, ingerindo nos intervalos jurema,

cauim de maracujá e milho e fumando seus longos cachimbos tubulares. Assistimos a um Toré por ocasião de uma rápida visita (agosto de 1976), ficando vivamente impressionada pela transformação que todo o grupo sofre - torna-se ativo e através do canto visivelmente ideológico, queixa-se da opressão e reafirma a necessidade de libertação. Esse a que assistimos durou cerca de seis horas e para o local de sua realização - um grande terreiro frente à casa do líder do grupo local - a correram muitas pessoas de outros núcleos próximos. Outros indicadores de organização grupal, como construção de escola e escavação de um poço para reservatório de água, parecem significar mudança de orientação, explicável em termos de busca de auto-suficiência e conseqüente quebra da marcada dependência do regional. Isso talvez importe ou esteja encaminhando-se para uma nova fase das relações interétnicas, na qual a discriminação do branco para com o caboclo pode estar fazendo com que este sinta que a única forma de sobrevivência sócio-cultural estaria nos limites do próprio grupo - o que significaria a inexistência de condições estruturais para a assimilação.

Os Kaimbê, localizados próximos aos Kariri, no povoado de Massacarã, município de Euclides da Cunha, diferem destes pela menor capacidade de organização. Vivem à base de uma pequena agricultura de subsistência realizada nos "sacos"⁹, estando grande parte das melhores terras ocupadas pelas plantações e gado dos brancos. Dependendo do fornecimento da "semente" pelo Subposto Indígena para manter as pequenas roças plantadas, vendem regularmente a força-de-trabalho e nos períodos de seca engajam-se nas frentes de trabalho criadas pelo governo. Parecem não possuir Toré ou outra forma de manifestação

sócio-religiosa de grupo etnicamente específica, embora estes dados sejam precários, pois o grupo está sendo ainda estudado por Edwin Reesink, da Universidade de Leyde.

Os Pankararé, habitantes do brejo do Burgo, povoado do município de Glória, na região do S. Francisco, são também agricultores de subsistência com relações de mercado, tendo a caça e coleta como atividades econômicas complementares. Trata-se de um grupo até há pouco não reconhecido oficialmente pela FUNAI, ocupando terras devolutas de propriedade do Estado, o que os caracteriza como posseiros de terras pouco férteis, sendo o controle sobre as mais férteis exercido pelos brancos¹⁰, igualmente posseiros (Soares: 1975). Dispersos por três núcleos vivem em permanente disputa com os brancos pela posse da terra. Estes últimos vêm no Toré e no Praiã ao invés de manifestações de etnicidade¹¹, a intenção cabocla de lhes retomar as terras que ocupam, e apelam para a força no sentido de proibirem a sua prática, acirrando a determinação dos caboclos e acentuando o afastamento entre os dois segmentos. Tal situação apresenta-se no momento com perspectivas de positiva alteração, em face da interferência do órgão oficial e de antropólogos da Universidade Federal da Bahia.

Os Tuxá de Rodelas, grupo dedicado à agricultura, inclusive comercial pelo cultivo da cebola que é o cash-crop responsável pela sua transformação num grupo agricultor quase autônomo, tem sua economia complementada com a pesca, caça e coleta de frutos silvestres, podendo ser considerado um caso extremo pela sua condição de "índios citadinos". O reduzido espaço de que dispõe para utilização econômica - a ilha da Viúva, uma área de 70 ha - constitui o problema mais grave do

grupo, provocando o surgimento de uma mão-de-obra excedente, forçada a procurar trabalho externo como diarista (Nasser 1975). Igualmente discriminados pela população regional, têm no Toré o símbolo da identidade étnica (Cabral Nasser 1975), símbolo que procuram levar a outros grupos na mesma situação¹².

Os índios da Reserva Paraguaçu-Caramuru, por sua vez, vivem na mais absoluta miséria, apesar dos 36 mil ha de terras, consideradas das mais férteis do Estado, que constituem a sua reserva e que permitem uma economia de base agrícola (cacau), extrativa (madeira, dendê e piaçava) e pastoril. O seu arrendamento a fazendeiros vizinhos desde a época do SPI, por preço ínfimo, impôs a dispersão dos índios pelas fazendas vizinhas e restringiu os poucos existentes nas terras do PI à ocupação e utilização de 3 ha (Paraiso 1976). Após tentativas, até agora sem êxito, de fazendeiros e políticos fazerem reverter essas terras à União, sob a alegação da inexistência de índios, para que a União por sua vez as passe ao Estado em doação, com o objetivo de serem aplicadas num projeto agro-pecuário cujos beneficiários, disso temos certeza, não seriam os índios, continua pendente a solução final, que virá da FUNAI. O levantamento demográfico realizado na área constatou a existência de um número razoável de índios, que ainda hoje têm a expectativa de uma solução justa para seu caso.

Finalmente, os Pataxó de Barra Velha talvez possam ser considerados um caso limite oposto ao dos Tuxá pelo isolamento físico-geográfico em que se encontram, e que se reflete conseqüentemente num relativo isolamento social e econômico da sociedade inclusiva. Como constituem o objeto deste estudo achamos desnecessário tecer maiores considerações neste momento.

Diante do que foi colocado chega-se à conclusão de que o problema dos grupos indígenas da Bahia, como ademais do Brasil, é a segurança da posse da terra, fator realmente indispensável à sua sobrevivência. Tal segurança tem sido uma ausente quase que sistemática, em que pese algumas vezes os esforços frequentemente isolados da política do órgão oficial. O resultado é desalentador - populações forçadas a abandonar suas terras ou impedidas de realizar sua agricultura de subsistência, vendo-se impelidas a trabalhar como assalariadas diaristas ou a sobreviver isoladamente às custas da caridade pública¹³, de um lado, ou, de outro, grupos que se mantêm nas "reservas", apesar de todas as pressões, mas que para atender às necessidades de consumo do grupo doméstico, já totalmente dependente da economia regional, também se assalariam; e mesmo nesse caso, na dependência da débil capacidade do mercado, que tende a agir como fator de expulsão da mão-de-obra. As tímidas tentativas de busca de alternativas na cidade terminam por demonstrar que apesar de todas as dificuldades no campo ainda é melhor, tendo-se pelo menos, com alguma regularidade, algo para comer.

O caso particular da Reserva Paraguaçu-Caramuru é bem ilustrativo do que foi colocado anteriormente a respeito da sobrevivência de grupos indígenas em "áreas periféricas às periféricas"; o fato de se tratar de terras com grande potencial agrícola fez com que o grupo fosse afastado, para permitir a expansão do sistema, principalmente por meio dos grandes proprietários. Isso talvez demonstre a propriedade de certa observação feita a propósito de determinado grupo indígena da Bahia e a possibilidade de sua generalização: "trata-se de resto de gente em

resto de terra...." ¹⁴.

O fato, por outro lado, de se caracterizarem todos basicamente como agricultores de subsistência (com exceção dos Tuxã que praticam uma agricultura comercial específica), permite-nos chegar a hipótese acerca da dispensabilidade econômica de tais segmentos para o sistema regional, dispensabilidade essa definida em termos de sua ação como produtores primários autônomos, criadores de um excedente mantenedor de produtores não agrícolas. Levando-se em conta que a produção é bastante limitada, destinando-se muitas vezes ao mercado pela absoluta necessidade que tem o grupo de adquirir os bens que não produz, a parte que chega ao consumidor externo é tão reduzida que talvez seja possível questionar a sua significação. Admitida tal hipótese, restaria a esses grupos realizarem a sua participação no sistema econômico através da venda da sua força-de-trabalho. E aqui a sua indispensabilidade ou, em última análise, importância, justificar-se-ia pelo papel de contenedor dos custos de produção, tornada possível pela pequena exigência de investimento em capital variável (salário), graças à existência de uma reserva permanente de mão-de-obra, da qual faz parte. Dessa forma índios e brancos de baixos estratos (ou estratos dominados) tendem crescentemente a assemelharem-se em termos de uma cada vez mais compulsória proletarização, parcial para os primeiros que possuem terra e integral para os brancos que não a possuem. Assim sendo, a oposição étnica assumiria um conteúdo nitidamente econômico, que só num segundo momento se revestiria de elementos ideológicos.

1. METODOLOGIA

Consideramos o método como o caminho seguido pelo investigador na busca de seu objeto. E como caminho tem um ponto de chegada que é definido, sem que no entanto o seja o percurso; daí a variedade de métodos. Uma vez definido, procuram-se as técnicas que melhor se ajustem à realidade social a ser investigada; tais técnicas moldam-se pois à realidade, entendida como totalidade observável, e só num segundo momento ao método. Acima de tudo, porém, o sujeito da observação se constitui no elemento mais importante - a ele cabe o contínuo registro de todos os comportamentos e padrões manifestos e não manifestos, implícitos, e a procura da invariabilidade por trás de conteúdos diversos, ou, em outras palavras, das regras do jogo social. Neste sentido, pode-se dizer que o observador constroi (reconstroi) a realidade - mas todos nós, enquanto membros participantes da ordem social, não estamos reiteradamente construindo (reconstruindo) a realidade? No momento então em que observa a partir do comportamento efetivo dos membros da sociedade, o investigador realiza uma reconstrução de segundo grau; nesse caso, o que o distingue dos outros membros daquela ordem é o fato de ser simultaneamente observador e participante, mais observador que participante. Mas isso equivalerá realmente a uma distinção - não somos sempre todos participantes e observadores? Talvez então a diferença esteja no fato de que enquanto o participante não investigador constroi pela reiteração, pela atualização (posição, papel, comportamento) o investigador o faz através do arranjo das várias

atualizações, que por serem reiteraões só explicitam parte do código social. Logo, a reordenação que dá aos elementos não é arbitrária mas resulta da sua disposição em relações possíveis, numa ordem também de segundo grau. Poder-se-ia dizer que todos os elementos existem na realidade empírica mas como não é possível a sua apreensão total, o investigador relaciona-os, e ao fazê-lo deixa fora determinados elementos, possivelmente os menos significativos. Tal corte, dessa forma, não é aleatório, mas constitui uma "resposta" ou "teste de significação".

É possível haver, ou talvez necessariamente haja, certa defasagem entre a coleta e registro dos dados e o quadro teórico que o investigador já consegue de início apreender. Tal quadro parece remeter ao núcleo ou "unidade mínima significativa do sistema", e é produto da seleção feita pelo observador (através inclusive do equipamento sensorial). De posse desse quadro, já tende a orientar a observação para aqueles níveis considerados mais proeminentes, visando aprofundá-los, não importando isso em não registrar todos os dados percebidos. Mas o próprio registro não é já produto de seleção, ainda que por outra razão que não fosse a incapacidade de apreensão total do observador? Leach chama a atenção para esse "modelo simples do primeiro estágio, gerado pelas impressões originais de observador e que podem levá-lo à pressuposição de corresponder "fielmente a uma autêntica (e muito importante) realidade etnográfica - e "modelo consciente que está presente no espírito dos informantes do antropólogo" (Leach 1973: 20). Uma das formas de evitá-lo talvez esteja no maior rigor que deve ser imprimido à observação etnográfica, procurando o

investigador manter bem definida numa primeira fase a distância entre observação e registro de dados a sua interpretação ou teorização. Com isso não se pretende levar a crer que seja possível separar um investigador que registra de um outro que analisa, mas sim que analisar definindo antes de observar suficientemente pode conduzir a generalizações apressadas e portanto equivocadas. O mesmo pode ser verdadeiro para qualquer tentativa de ajustar por imposição, a realidade (ou a construção que dela se faz) a modelos já construídos previamente sem qualquer relação com a matriz objeto de investigação, tornando difícil reconhecer a primeira na segunda. Tal procedimento implicaria no convencimento da falta de maior importância do trabalho de campo e do registro etnográfico, permitindo transformar qualquer indivíduo dotado de alguma imaginação num excelente antropólogo.

Procuramos durante toda a fase de levantamento de dados obter o maior número de elementos que nos permitisse colocá-los num quadro comparativo e definir os mais significativos no sistema. Estávamos buscando entender o funcionamento do subsistema econômico de um segmento indígena e para isso tínhamos todo um esquema teórico de referência de cujo uso, na medida do possível, nos tentávamos abstrair, não por questões de neutralidade diante do objeto, mas por necessidade de chegar à "lógica interna do sistema". Tal lógica só nos parecia detectável através da observação das formas de ação humana sobre o ambiente - "imposição de forma arbitrária sobre o ambiente" (Holloway 1969: 395) - que resulta na organização das forças produtivas e das relações de produção, e, a partir delas, em formas ou ordens superestruturais não independentes

ou isoladas mas integradas, guardando relações entre si que permitiriam a nível analítico definir a estrutura do subsistema.

A análise de uma realidade pensada como uma estrutura foi assim definida como caminho a ser seguido orientando-se todo o trabalho em torno dessa proposição teórico-metodológica. E, uma vez pensada como uma estrutura, a realidade ou campo de observação passa a assumir tal configuração, dependendo seu conteúdo da disposição relacional dos dados encontrados; visto dessa forma, poder-se-ia dizer que a forma de observar, e pensar o "real", é definida previamente e que a "construção" resultante terá que refleti-la.

Como o conceito de estrutura tem sido utilizado de forma bastante variada no campo das ciências sociais consideramos necessário precisar a utilização que dele fizemos. A realidade, ou aquilo que dela nos é dado perceber, é estruturada, tem uma ordem latente que geralmente escapa ao observador e que só é captável analiticamente. Logo, pensá-la como uma estrutura é o primeiro passo, a que se segue a busca da própria estrutura na especificidade do nível de observação escolhido. Aí os elementos passam a se definir em relação aos lugares que ocupam e a todas as combinações nas quais entram; seu sentido não está em si mesmo mas é dado nas suas relações com os outros elementos. Chega-se assim àquelas "unidades mínimas significativas" que estão presentes em todas as combinações. Potencialmente, pode-se operar com tais unidades em arranjos múltiplos, o que equivale a dizer que há uma elasticidade virtual, mas a especificidade de cada quadro impõe limites - há uma seqüência ou ordem a ser levada em conta. É possível que haja uma

recorrência daquelas unidades em qualquer tipo de sistema mas também parece provável que o mesmo não se aplica a suas formas de organização relativa que tendem a variar segundo o quadro de observação. No plano mais amplo do cultural, isso implica em aceitar que os padrões universais de cultura, embora existam, não apresentam o mesmo "arranjo" ou "ordem" e isso explicaria a própria diversidade cultural.

Lévi-Strauss coloca como princípio fundamental que a "noção de estrutura social não se refere à realidade empírica, mas aos modelos construídos em conformidade com esta" e que "as relações sociais são a matéria prima empregada para a construção dos modelos que tornam manifesta a própria estrutura social" (1970: 301). Disso concluímos que a realidade empírica explicita-se nas relações sociais - o observador lida com tais relações, "elementos pré-constrangidos" encontrados numa aparente desordem - e através delas constrói o modelo, onde se torna manifesta a ordem intrínseca ou latente, permitindo operar com a estrutura social. O modelo é assim uma redução teórica (ou construção) da realidade social como vista pelo investigador, mediante a qual se pode comparar e generalizar.

Se o conceito de estrutura parece não colocar maiores dificuldades, o mesmo não ocorre com a distinção entre estrutura aparente e profunda. "Quanto mais nítida é a estrutura aparente, mais difícil torna-se apreender a estrutura profunda, por causa dos modelos conscientes e deformadores que se inter põem..." (Lévi-Strauss op. cit. 304). Até que ponto é dado ao observador distinguir com precisão uma da outra? Isso parece colocar algum tipo de problema se levarmos em consideração, por exemplo, o próprio processo de mudança histórica; no caso

de grupos em processo de aculturação é possível através das relações sociais detectar duas estruturas de uma ordem sincrônica, porém considerando-se o afastamento histórico e a perda e incorporação de determinados elementos por força do processo aculturativo, como definir a estrutura profunda - é a que resultou ou a que preexistia? Ou ela só é apreendida sincronicamente, sem qualquer referencial diacrônico? Nesse caso mesmo os "modelos conscientes" dos informantes podem estar referidos às duas ordens. Tudo isso leva-nos a concluir que a noção de estrutura, para atingir maior operacionalidade, deve considerar, sempre que possível, as relações sociais sincrônica e diacronicamente - ou sob forma de um continuum - sob pena de se tornar um conceito essencialmente descritivo, sem maior poder analítico.

Se adotamos como procedimento metodológico uma perspectiva estruturalista, não deixamos de ter em vista certas linhas complementares que atentam para a especificidade do tema de investigação. Basicamente dois tipos de abordagem têm orientado os estudos de grupos indígenas que no Brasil, estão em contacto com a civilização: aquela que destaca o sistema interétnico como foco de análise, acentuando o papel da "fricção interétnica" nas relações sociais interétnicas e propondo o "modelo do potencial de integração" como avaliador ou previsor do desenvolvimento da situação de contato através da captação de mecanismos de integração segundo três níveis: econômico, social e político (Oliveira 1972); e uma outra, de orientação culturalista, que, embora considere que os sistemas indígenas só podem ser compreendidos em relação ao sistema mais amplo, tende a tratá-los como unidades mais ou menos isoladas por

força mesmo da sua proposição, ou seja, de sua análise de unidades culturais distintas (Schaden 1965). Se no primeiro caso temos uma abordagem de caráter mais sincrônico, que apreende analiticamente a dinâmica das relações interétnicas, a partir da qual constrói um modelo que permite prever a reação do sistema indígena ao envolvimento da sociedade nacional, no segundo é principalmente essa dinâmica que não é apreendida por não tratar os dois sistemas culturais como constituintes de um mais envolvente, interétnico. Dessa forma, embora não se possa desconhecer a importância dos estudos de ordem culturalista num dado momento da situação de contato, não se pode, por outro lado, deixar de levar em consideração que eles são insuficientes para analisar situações de mudança, marcadas por crescente desigualdade e oposição explicáveis por imperativos engendrados no interior e fora do sistema nacional. Além disso a Antropologia hoje não pode, por uma questão de responsabilidade social, visar apenas a realização de um trabalho científico sem que este implique, direta ou indiretamente, numa proposição de alternativas para a inserção mais equilibrada dos grupos estudados no sistema do qual participam. E a forma de fazê-lo com mais rigor é seguindo uma abordagem estrutural. Contudo, é importante levar em conta o papel da aculturação na transfiguração étnica", não esquecendo ao mesmo tempo que é um fator fundamental para tornar congruentes os dois sistemas, permitindo seu mútuo ajustamento. Além disso, o estudo dos mecanismos aculturativos é extremamente útil à análise do processo de integração, na medida em que permite prever as reações na situação de contato.

Ribeiro estaria numa posição mais isolada, naquela que

consideraríamos a perspectiva mais ampla e ambiciosa - o processo de formação de entidades étnicas no quadro de uma teoria de evolução sócio-cultural, no qual povos tecnologicamente dominantes expandem-se sobre contextos atrasados, "incorporando-os". Mostra, assim, que relações diferenciadas de dominação - exploração só são explicáveis no interior desse quadro mais amplo que se manifesta nos "processos civilizatórios singulares", permitindo detectar a grande defasagem estrutural existente entre as várias sociedades, em razão da qual têm lugar a subjugação, deculturação e traumatização cultural das etnias dominadas. Nessa perspectiva adquirem grande valor analítico-explicativo conceitos como "atualização" ou "incorporação histórica", "estagnação cultural" e "regressão histórica" (1968).

1.1. TRABALHO DE CAMPO

Talvez por significar um "teste" definitivo para qualquer pesquisador, o trabalho de campo é sempre encarado com algum receio e, ao mesmo tempo, com uma certa dose de curiosidade. E curiosidade não apenas pela realidade que se vai investigar mas sobretudo pela nossa reação diante dela - até que ponto os sentidos funcionarão? em que medida será razoável a necessária interação entre sujeito e objeto de investigação? Nota-se que tudo é uma questão de experiência, não existindo fórmulas especiais que ensinem como agir, o que evitar e quando, porque cada realidade social ou cada manifestação particular dessa realidade mais ampla guarda certa singularidade, a que não se aplicam regras gerais. Mesmo de posse de um bem elaborado plano de pesquisa restará ao investigador a dúvida de sua adequação à realidade, havendo muitas vezes a necessidade de sua completa reestruturação em campo. Começa-se a descobrir a partir daí que as notas bibliográficas levantadas, mesmo se relativamente recentes já não correspondem exatamente ao quadro encontrado, e que as construções teórico-interpretativas sobre determinados aspectos do sistema em observação também não se ajustam. Aprende-se assim que as teorias são antes de mais nada especulações sobre o que nos é dado perceber do "real" e que como tal devem estar sempre submetidas à verificação. As técnicas previamente selecionadas também podem não se adaptar a um ou outro nível de observação, sendo talvez necessário trocar a entrevista por uma história de vida, por exemplo, ou deixar de utilizar registro sonoro por

solicitação do informante. Numa situação inversa pode-se ter que limitar o registro, fotográfico ou sonoro, devido à impetuosidade de alguns que atraídos pelos seus efeitos podem ser levados a informar sobre aquilo que não sabem ou de que não têm suficiente certeza, e as perturbações que pode causar no funcionamento do sistema, afastando as pessoas das suas atividades diárias. E não se transformar num elemento que pode levar com frequência à desordem deve ser preocupação do investigador, sob pena de alterar profundamente os padrões de organização e ser levado a observar e aceitar como dados certos comportamentos provisórios.

Um dos problemas que se põe na elaboração do plano de pesquisa de campo é aquele que diz respeito ao levantamento de hipóteses a serem testadas. Regra geral, o investigador sente-se quase que no dever de elaborá-las para seguir um comportamento mais ou menos generalizado, mesmo que delas não esteja muito seguro, por se tratar muitas vezes de uma realidade da qual se têm apenas escassas informações bibliográficas. E em campo, tal aleatoriedade é punida, verificando ser por completo imprópria. Pode-se contrariar tais afirmações, objetando tratar-se de um exercício de investigação; mas não seria muito mais um exercício sobre aquilo que se espera encontrar no "real"? De certa forma isso equivale a moldar um objeto definido do qual não se conhecem as formas. Durante a fase exploratória do trabalho de campo, porém, já de posse de um quadro inicial, o investigador tem condições de conjeturar sobre o que é observado, levantando e testando hipóteses¹⁵. O trabalho de campo talvez possa ser assim visto como uma permanente discussão com os dados, nunca suficientemente esgotada, ou,

"... a process by which knowledge is achieved" (Cohen and Naroll 1973: 7). Ao final da sua permanência todo investigador sente-se como dominando seu objeto - ao invés de hipóteses já lida com teorias¹⁶, e o quadro de dados obtido parece completo, nada lhe tendo escapado. Não importa muito que isso não seja verdade, porque não possível, o importante sendo que o obtido o seja com rigor e que o investigador possa confiar em seus dados; afinal, eles formaram a teoria.

A importância do trabalho de campo é bem definida por Mead quando afirma que "Anthropology as a science is entirely dependent upon field work records made by individuals within living societies" (1973: 246). E o registro passa a fazer um pouco a angústia do investigador - o que registrar? como registrar? Ao chegar em campo cada pesquisador já tem definido um nível de observação e é a esse nível que procurará dar maior profundidade, não implicando isso porém no não registro de dados pertencentes a outros níveis de observação. É necessário que se tenha em vista que se está diante de um "todo" e que o nível de observação selecionado só existe em relação aos demais;

"As his task is to observe the whole, however much he may then specify a particular problem within the whole, each observation assumes unique importance within the spacial-temporal constellation which he is attempting to observe.... Furthermore the value of each observation is a function of all other observations that have been made; additionally valuable if they have both been recorded - by any technical means - and consciously attended to by the field worker, so that the relationship of this

particular item to other items is known".

(Mead, op. cit.: 247).

E quanto maior "o grau de simultaneidade de observações sobre muitos aspectos da cultura", maior a possibilidade de comparação. Em relação ao "como registrar" o estilo de cada pesquisador é determinante, sendo talvez necessário distinguir a descrição do fato das hipóteses levantadas a partir dele; cada situação deve ser primeiro descrita tal como se apresenta ao observador, só posteriormente cabendo o registro das impressões e interpretações possíveis. Tal procedimento permitirá inclusive no momento da análise dos dados, comparar as interpretações feitas ao longo de todo o trabalho de coleta com o "resultado" a que os dados levam, ou seja, embora tenhamos da realidade observada um quadro que nos parece refletir o que nos é dado perceber, é possível que no decorrer do arranjo final, quando todas as relações permitidas pelos próprios dados são explicitadas, o observador seja apanhado de surpresa: as conclusões finais podem distanciar-se em alguns pontos das interpretações feitas em campo. Isso talvez nos coloque diante da "autonomia" dos dados e das relações que eles possibilitam. Os dados podem ser considerados exteriores, independentes do próprio observador? Logo, o que lhe é dado construir é através das relações e não dos dados tomados de "per si". Essas são questões postas à discussão. E, sem o querer, talvez nos tenhamos aproximado de Durkheim quando afirma que os fatos sociais são exteriores aos indivíduos:

"tais fatos são, pois, nesse sentido, exteriores às consciências individuais consideradas

como tais, do mesmo modo que os caracteres distintivos da vida são exteriores às substâncias minerais que compõem o ser vivo.... todas as vezes que, ao se combinarem, e devido à combinação, quaisquer elementos desencadeiam fenômenos novos, não se pode deixar de conceber que estes estão contidos, não nos elementos, mas no todo formado pela referida união"

(1971: XXII-III).

No momento em que seleciona e descreve o fato, o observador está lidando com fatos sociais, por ele transformados em dados; no momento, porém, em que o interpreta, ou através do informante tem a sua interpretação, está tratando com construções sobre esses fatos sociais.

Durante todo tempo em que dura o trabalho de campo o observador é também participante; isso é inevitável se considerarmos que seria impossível alguém permanecer por muito tempo num local sem algum tipo de participação. Além disso, é uma das melhores formas que tem o pesquisador de descobrir o conjunto de "regras que governa o discurso, pensamento e comportamento social de uma determinada população". Mesmo fazendo uso de entrevistas, questionários e histórias de vida, é a observação diária que vai permitir a "construção de uma compreensão sistemática da cultura que está estudando" (Mead, ibidem); assim sendo, o observador tem que sê-lo todo o tempo, e não apenas um observador mas um registrador de tempo integral. Deixar de anotar determinadas informações ou comportamentos confiando na memória é correr o risco de omitir detalhes significativos e dar uma outra forma ao que viu ou ouviu. Isso ainda é mais importante se o pesquisador está só em campo, sem

auxiliar de pesquisa, a cujas notas possa recorrer em caso de necessidade. Determinadas situações podem não mais se repetir durante o tempo de permanência em campo, e se não registradas podem significar perda para o trabalho e angústia para o pesquisador. Logo, mesmo ao fim de um exaustivo dia, o observador não se pode permitir "tirar férias" enquanto o local esteja em movimento; o seu horário deve ser programado em função do local, o seu dia começando quando começa para todos os outros membros. Isso pode ser uma boa forma de interação e a melhor prova de participação no grupo, no in-group mais amplo.

Os motivos que nos orientam na escolha do objeto de estudo são sempre o resultado de uma opção entre alternativas várias - pode-se estudar segmentos rurais, assim como setores urbanos, e o foco de interesse pode incidir tanto em minorias étnicas como na própria sociedade nacional. Escolhemos um grupo indígena por se tratar de um grupo espacialmente limitado, que sempre nos deu a impressão de ser mais facilmente apreensível, e principalmente por considerarmos a importância de conhecer as formas de reação e sobrevivência de sistemas de tecnologia dependente da sociedade global capitalista. Nesse sentido, com algumas distinções fundamentais, o estudo de segmentos indígenas pode ser útil à própria sociedade nacional na sua política de integração de minorias étnicas, bem como de segmentos nacionais de tecnologia tão dependente quanto a dos indígenas, e, como estes, econômica e politicamente dependentes do sistema maior que os envolve.

Embora esse tenha sido nosso primeiro trabalho de campo individual, já conhecíamos o grupo de uma breve permanência em 1971, quando integrávamos uma equipe de professores e

estudantes que realizou trabalho exploratório entre os Pataxó¹⁷. Talvez o fato dessa visita ter ocorrido numa fase crítica para o grupo, quando ele se encontrava desorganizado e com muitos de seus membros dispersos, tenha ficado na viva lembrança de todos - explicando isso em grande parte o grau de amizade e confiança que passou a ser devotado a todos os integrantes da equipe. A nós particularmente, talvez por termos funcionado, naquela ocasião, juntamente com outra companhia, como encarregada dos "curativos" e distribuição de vitaminas, não se criou qualquer tipo de reserva, o que foi de extrema utilidade quando retornamos quatro anos depois. Sem nenhuma dúvida, isso foi da maior importância para a realização do nosso trabalho, e estamos certa que a nem todo pesquisador são permitidas tais facilidades iniciais.

Pelo fato do grupo estar localizado num ambiente de grande isolamento geográfico, tivemos que nos deslocar para campo conduzindo todo material necessário, que incluía de utensílios de cozinha e gêneros alimentícios a brindes para informantes. Cada novo retorno exigia dispêndio de tempo e energia na preparação de listas e realização de compras; cada objeto esquecido podia significar perda para o trabalho e transtorno para o pesquisador. O tempo de permanência em campo foi dividido em três períodos: de dezembro 1975 a fevereiro 1976, e de março a maio e junho a agosto desse último ano, num total de seis meses. Os intervalos de um para outro período de campo eram empregados em discussão com o orientador, ao tempo em que atendiam à necessidade de afastamento provisório do campo de observação, a fim de que a permanência contínua não implicasse em perda de percepção e perspectiva; o fato de permanecer

longo tempo no local de pesquisa pode também dar ao investigador a sensação de ser parte do grupo e, dessa forma, deter o direito de intervir na realidade, como o faria qualquer de seus membros. Um envolvimento pessoal parece inevitável; porém, para bom andamento do trabalho, é necessário um mínimo distanciamento entre sujeito e objeto de investigação.

Uma vez chegando ao campo não começamos imediatamente o trabalho de registro - o cansaço da viagem e organização do material aconselharam-nos a acostumar os "sentidos" e acalmar o aturdimento da chegada; assim ficamos cerca de quatro dias - vendo, ouvindo e acostumando os outros à nossa presença -, ao cabo dos quais iniciamos o recenseamento demográfico.

Para sua realização tivemos que dividir a população em três setores: 1. o dos residentes na Aldeia propriamente dita, que teve seus limites previamente definidos; 2. o dos residentes nos limites do Parque Nacional do Monte Pascoal; 3. o dos residentes fora desses limites. Aos primeiros foi aplicado o questionário padrão do "Projeto de Pesquisa sobre Populações Indígenas da Bahia" - sendo todo grupo doméstico, através do seu chefe, recenseado, constando do questionário informações básicas de caráter demográfico, habitacional e econômico. Aos outros (2. e 3.), pela impossibilidade de aplicação do questionário padrão, devido ao tempo exigido (cada questionário tomava em média 3 a 4 horas), aplicou-se um "questionário breve", elaborado em campo e resultante da adaptação e simplificação do modelo padrão. Aos indivíduos chegados à Aldeia após nossa vinda também aplicávamos esse último questionário. Não houve resistência por parte dos recenseados - além da grande maioria já nos conhecer, ao segundo dia da nossa permanência,

em reunião realizada na sede do Posto Indígena, explicamos os objetivos do trabalho. No começo nossa presença agia como fonte de perturbação; éramos um elemento do mundo externo, não para ficar alguns dias, mas para morar seis meses. Estávamos sempre com pessoas à volta, ávidas de atenção e negligenciando suas atividades; depois de algum tempo essa nossa presença, por se tornar constante, deixou de constituir novidade, a Aldeia retomou seu ritmo normal. Para nós também, ao período inicial de adaptação seguiu-se um programa de trabalho em que as atividades exercidas durante o dia eram sistematicamente seguidas, à noite, da leitura dos dados coletados e também de leituras de caráter teórico. Muitas vezes tal programação implicava em grande desgaste, chegava mesmo a não poder ser cumprida, mas justificava-se pela necessidade de avaliação do material e discussão teórica dos dados. Por não contarmos com auxiliar de pesquisa, tínhamos que decidir todos os problemas e manter o ritmo de questionamento diante da realidade. Tal ausência, que por um lado pode ser negativa, por não contarmos com alguém possuidor de um esquema de referência semelhante ao nosso, por outro, pode agir positivamente na medida em que temos que assumir todos os riscos, e enfrentar problemas de pesquisa com os quais não tínhamos contado.

Se no início os informantes mantêm uma atitude meio desconfiada e hesitante, é muito mais pela falta de hábito de responder a perguntas do que por restrições mentais. Nesses momentos procurávamos colocá-los à vontade, oferecendo cigarros e aceitando o café que nos era oferecido. Isso era o suficiente para quebrar a tensão - se aceitávamos o "café do índio" era porque não nos fazíamos diferente, podendo ser considerada

"gente de casa". A partir desse momento tínhamos acesso ao interior de suas casas (para anotarmos tipo de construção e fazer inventário dos bens materiais), sem que isso causasse qualquer constrangimento. A nossa presença não criava igualmente necessidade de "mudar as aparências" - na maior parte das vezes avisados da nossa visita para aplicação do questionário (para que organizassem o horário de ida às roças) não notávamos quaisquer sinais de mudança exterior. E muitas vezes nos diziam "a senhora precisa saber como vive o pataxó. Logo tem que ver e saber tudo". Essa compreensão transformou-os nos melhores colaboradores - cada um procurava dar-nos conta dos negócios que havia realizado, dos planos de aumento das roças, da quantidade de mandioca que havia beneficiado aquele dia... Era como se a aldeia viesse até nós.

O registro incessante dos dados não provocava qualquer embaraço, antes agia como estímulo. Dando um enorme valor à "leitura", o pataxó gostava de nos ver escrever e isso era tanto mais significativo quando anotávamos suas informações. O gravador da mesma forma era fonte de encantamento - após a gravação realizada, com que satisfação eles se ouviam e como galhofavam dos que titubeavam, ou cuja voz estivesse diferente; tudo era pretexto para comentários ou brincadeiras. Sempre que possível gravávamos as entrevistas, pois queríamos ter um material mais fiel possível; além disso o gravador permite poupar tempo e imprime maior dinâmica à conversa, liberando o pesquisador que assim pode melhor seguir o rumo da conversação e orientá-la para os pontos básicos. E a revisão imediata após o final da entrevista permite observar o que não foi suficientemente explorado e o que deixou de sê-lo.

As entrevistas aplicadas a determinados membros de cada setor ocupacional, proporcionalmente ao número total de componentes, foram estruturadas em campo. O roteiro, entretanto, era apenas um orientador e constava daqueles pontos que considerávamos básicos, deixando o resto por conta dos informantes e do curso da conversa. Tínhamos sempre em conta que os informantes conheciam muito mais a sua realidade do que nós e deixávamos que colocassem o que lhes parecia importante, sem quaisquer limitações. De individuais no início, transformavam-se em coletivas a certa altura e não interferíamos, a não ser para manter ordem quando muitos tendiam a falar simultaneamente. Ao mesmo tempo a participação, sendo livre, constituía uma forma de evitar possíveis mágoas pelo fato de alguns não terem sido escolhidos diretamente; com tantos participando, mascarava-se o pretensível caráter individual dos momentos iniciais. As histórias de vida, por sua vez, se não eram fechadas, tendiam a ser menos abertas ao público. Considerávamos que a interferência de outros devia ser iniciativa do próprio informante permitir ou negar, e nesse caso dirigíamos-nos para sua casa, menos alvo das atenções gerais. Chegamos à conclusão de que o segredo para êxito no trabalho de campo está no respeito devido ao informante - se respeitado e considerado como importante para a pesquisa transforma-se no maior aliado, não poupando esforço e informações. E essas são fundamentais - por mais que o pesquisador registre e descreva os acontecimentos e comportamentos, fica muitas vezes a nível da aparência; o sentido final é dado pelo informante, membro do grupo, organizador e classificador do sistema.

Embora nosso estudo fosse sobre a economia do grupo,

procuramos registrar o máximo do que nos foi dado perceber. Por uma questão de ordenação tudo foi anotado nas cadernetas de campo, com exceção das entrevistas, e histórias de vida que, uma vez transcritas, eram arquivadas em classificadores. As observações sobre dieta alimentar e cálculo econômico (efetuadas sobre uma amostragem de unidades domésticas, relacionadas à ocupação do chefe do grupo, de modo a abranger todos os níveis ocupacionais) foram colocadas em fichas grandes, pela maior facilidade de utilização que permitiam. Qualquer observação complementar ou tentativa de interpretação dos dados era igualmente registrada em fichas, classificadas pelo número de entrada. A mesma orientação era seguida em casos de revisão nas entrevistas - assinalávamos os pontos a serem esclarecidos com o nome do informante - e nos casos de questões ainda não tratadas. A anotação sistemática impedia-nos de prováveis esquecimentos e possibilitava o estabelecimento dos nexos entre os vários dados, que no momento da entrevista ou do registro tinham passado despercebidos ou sido pouco explorados.

Uma vez encerrado a permanência em campo, passamos ao tratamento dos dados. Os questionários foram submetidos a análise para seleção dos itens mais importantes aos objetivos do trabalho. Definidos, esses itens foram dispostos em listagens seguidas de nova análise para cruzamento das variáveis possíveis, quando então se organizavam em tabelas ou quadros ou apenas permaneciam em listagem, como dados a serem utilizados oportunamente.

Para cada chefe de grupo doméstico, seus co-residentes e parentes destinou-se uma ficha individual constando de nome,

sexo, idade, etnia, local de residência atual e grau de parentesco (este apenas para co-residentes e parentes). Enquanto o primeiro recebia o número do seu questionário, os dois últimos recebiam esse e mais o número de ordem que tinham no próprio questionário. Abriam-se tantas fichas quanta fosse a frequência de aparecimento de cada membro; dessa forma, era definido em relação à simultaneidade de papéis que desempenhava, manifestando-se também a recorrência desses papéis. Importando embora em dispêndio de tempo, pareceu-nos importante por já nos fornecer uma ficha-conteúdo de todos os membros, onde, inclusive, se podiam lançar futuras outras ocorrências, e por permitir definir rapidamente a cadeia de parentes e co-residentes de cada recenseado. As observações complementares constantes no questionário padrão também foram lançadas em fichas de tamanho médio, pois mantê-las no questionário implicaria no seu uso constante e, logo, em consulta mais difícil.

Os cadernos de campo, finalmente, foram classificados internamente por assunto (cada assunto correspondendo a uma determinada cor), tendo ao final um índice com o quadro de assuntos e as páginas onde ocorriam.

1.2. RELAÇÃO PESQUISADOR-PESQUISADO

Por ser uma relação fundamental para o trabalho aquela que o pesquisador estabelece com os membros do grupo, é que resolvemos comunicar um pouco da nossa experiência. Acreditamos que em qualquer situação de pesquisa em que pessoas estejam envolvidas o pesquisador é antes de qualquer outra coisa definido pelos pesquisados como ser humano de quem pode esperar-se solidariedade nas situações de crise, dependendo muito o resultado positivo do trabalho da confirmação dessa expectativa. A partir daí há momentos difíceis para o pesquisador, que, preocupado com a objetividade, teme envolvimento pessoal, e ao mesmo tempo, em determinadas ocasiões, não sabe como escapar a eles. Por outro lado, o tentar escapar pode significar a omissão do ser humano escudado no papel do pesquisador. A busca de um equilíbrio em que o pesquisador não anule o ser humano e nem o contrário também ocorra, passa a ser o comportamento ideal.

Talvez pelo fato de já conhecermos o grupo, essa tentativa de envolvimento fez-se sentir fortemente; nos primeiros dias não podíamos dispor de nenhum momento de isolamento, havendo sempre pessoas à volta. Elas queriam saber o que havíamos trazido, quanto tempo permaneceríamos e as notícias do mundo exterior. Em breve a notícia da nossa chegada espalhou-se e todos chegavam, vindo do interior das roças e das povoações vizinhas, para as visitas. Sentimos, sem maior surpresa, que a imagem de enfermeira que havíamos deixado em 1971 não se desvanecera, acrescentando-se à de professora. Conquanto

tentássemos explicar que ali estávamos para realização de um trabalho que deveria resultar num livro (e mostrávamos um livro com fotografias para suscitar interesse) não era muito fácil entenderem de início porque não podíamos ser enfermeira e professora, quando delas tanto precisavam. E na verdade não conseguimos de todo deixar de sê-lo, como veremos. Da mesma forma nossa presença esteve associada, desde o princípio, com a questão de terra - iríamos resolver o grande "sonho" do Pataxô, a demarcação das suas terras.

Tendo chegado pela primeira vez à aldeia quando estava ausente o chefe do posto, tivemos necessariamente que assumir determinadas tarefas à falta de quem as realizasse, como expedir declarações de identidade indígena para índios em viagem, auxiliar no recebimento de mensagens através do rádio e na localização de determinados medicamentos na farmácia do posto, esta última em caso de alguma dificuldade do atendente, civilizado casado com índia que exerce a função sem qualquer tipo de remuneração. Aliado a isso, qualquer problema que surgisse éra-nos apresentado, com pedido de solução. Enfrentamos assim o receio de, ajudando, estimularmos uma atitude expectante de paternalismo que seria naturalmente tão danoso quanto a atitude; e nesse caso mais ainda pela situação de dependência que o grupo tende a reforçar. Para evitarmos que isso ocorresse e como não podíamos fugir às solicitações, o que redundaria em ferir suscetibilidades, adotamos o comportamento de discutir as dificuldades e apontar alternativas, chamando sempre atenção para o fato de que a eles caberia a solução final; isto, se não impedia a dependência, pelo menos dava-lhe nova configuração. Momentos houve em que se tentou nossa interferência

até para pequenas questões surgidas com "jogo de bola", pela ameaça que representava para a cobertura das casas; fomos instada, certa ocasião, por uma senhora, a que fizéssemos encerrar o jogo, sob o pretexto de autoridade, por sermos uma "mulher conhecedeira". Fazendo ver que tais tarefas eram da competência do "capitão" da aldeia, tentávamos evitar que sua autoridade se esvaziasse, em detrimento do reforço indevido da nossa. E em várias ocasiões houve tentativas de esvaziamento dessa autoridade, feitas tanto sob a forma de críticas como de ação mais direta, quando se tentou um movimento por novas eleições. Organizado logo após nossa chegada e liderado por um ex-capitão, talvez possa ser visto como forma de pressão e tentativa deliberada de definição da nossa parte. Nossa atitude mais uma vez foi no sentido de mostrar que se tratava de problema do grupo e que nossa interferência retiraria deles a capacidade de decisão, tendo resultado na desistência do grupo dissidente por não contar com maioria.

Bastante dependente de remédios industrializados, o Pataxó a todo momento solicita medicamento. Confessando-se pouco confiante nos remédios do posto - "a gente toma é mesmo que ãgua" - pediam continuamente nossos "remédios verdadeiros", sob alegação de dor, gripe, febre e fraqueza, entre outros males. Certa ocasião fomos despertada por um marido aflito às duas da manhã para aplicarmos na sua mulher, prestes a entrar em trabalho de parto, uma injeção para apressá-lo, o que era, segundo nos explicaram, procedimento comum. Objetando não possuímos tal injeção (cujo nome também sabiam) e aconselhando esperar o atendente que estava no mar, dirigimo-nos para sua casa, onde permanecemos até dia seguinte. Aí tivemos nossa

experiência mais difícil em campo, quando passamos a interrogar-nos sobre os limites do papel do pesquisador - como a criança demorasse a nascer, mãe e sogra, junto com outras mulheres, começaram a pressionar fortemente o ventre da mulher, quase sentando sobre ele. Delicadamente fizemos ver que tal procedimento podia afetar a criança e que seria bom esperar, o que provocou uma suspensão em nossa presença, continuando porém durante nossas saídas do quarto. Resolvemos não mais interferir por considerarmos que não tínhamos direito a alterar seus costumes, pelo menos tão imediatamente; e a criança nasceu morta, levando-nos a questionar nosso comportamento. Supondo-se que a morte da criança tenha sido provocada pelo excesso de pressão, até que ponto fomos responsável, em nome do não envolvimento do pesquisador e da objetividade do trabalho? Onde começa e termina o papel do pesquisador?

O convite para batizar o natimorto pareceu-nos o reconhecimento pela solidariedade no momento difícil, pois a todos impressionou vivamente o fato de havermos permanecido, todo o tempo, presente. Em outras situações semelhantes, tendo-se dissipado a surpresa, ficou sempre o reconhecimento agradecido, expresso em várias ocasiões, e isso significou muito em termos da permanente disponibilidade para o pesquisador.

A casa onde ficamos morando era de uma índia, das mais velhas da aldeia e filha de antigo capitão, o que lhe confere certo prestígio e grande dose de orgulho pessoal, responsável pelo respeito, associado à pouca simpatia, de que goza no grupo. Permanecendo a maior parte do tempo fora da aldeia, na roça, sua casa funciona como potencial residência para eventuais hóspedes e nos foi destinada desde o início. A partir do

momento em que nos instalamos transformou-se no "centro da aldeia"; muitas vezes passávamos o dia nas roças e "casas de farinha" em companhia dos índios (levávamos algum lanche que era repartido por todos) só chegando ao anoitecer, e pouco depois já havia gente à procura de remédio, para resolver alguma questão e para trazer pequenos presentes. Lá pelas sete horas da noite costumavam chegar os homens para conversar, tomar cafezinho e fumar, só saindo por volta das dez, onze horas, e em casos excepcionais ainda mais tarde. Tais reuniões só raramente eram freqüentadas também pelas mulheres, devido ao costume reinante no grupo de as mulheres não acompanharem os homens, sob alegação do cuidado com as crianças. De tão freqüentes, esses encontros permitiram-nos obter excelentes informações, com a vantagem de sua confirmação por grande maioria, e isso levou-nos à idéia de gravá-las, pois participando das conversas não tínhamos condições de anotar uma série de dados e fazer outras tantas observações. Embora pudesse implicar numa quebra da ética devida, fizemos isso inicialmente, sem o dar a perceber, para evitar a quebra da naturalidade; colocávamos o gravador sobre nossa mesa de trabalho, tornado invisível pelos livros que o cercavam, ligando-o no início da conversa, muitas vezes por nós provocada, repondo a fita e em alguns casos só desligando ao fim da reunião. Conseguimos reunir assim grande quantidade de material que nos exigiu, ainda em campo, grande parte de sua transcrição para utilização das fitas em novas gravações; se isso nos sobrecarregou em termos de trabalho adicional, valeu pela qualidade do material obtido.

É interessante notar que a imagem de "mulher conhecedora"

que o grupo nos atribuiu tornou-se muito generalizada. Acreditavam que de tudo entendíamos, de medicina a pequenos problemas domésticos; a qualquer ameaça de perturbação éramos chamada - o filho pequeno com complicações intestinais, a mulher que tivera a gravidez interrompida por aborto espontâneo ("um move", fato raro no grupo), e nos casos de manifestação de "encantados", quando se mostravam desamparados, e em algumas ocasiões atônitos com a desordem mental provisória sofrida pelos manifestados, justificando-se por não saberem o que fazer, pois os "antigos não ensinaram a gente". A presença do atendente, que goza grande respeito no grupo, era também obrigatória, o que nos poupava de possíveis ciúmes. Além disso, mantínhamos com ele as melhores relações pessoais, éramos vizinhos e sempre fomos vista como colega de trabalho. Procurávamos sempre demonstrar que não sabíamos tudo, que como eles tínhamos limitações, mas nunca conseguimos convencê-los de todo. Qual não foi a surpresa de uma vizinha quando afirmamos não saber fazer o vestido que nos pedia que fizéssemos para sua filha! A muito custo conseguimos convencê-la não se tratar de desculpa e sim de uma verdade, meio incômoda naquela situação.

Em nossa companhia, ficou uma garota Índia que ajudava nas tarefas de casa, e através de quem muito ficamos sabendo de questões internas da aldeia, não reveladas pelas pessoas em geral. Através dela conseguimos um bom quadro de certos problemas e atritos existentes, e passamos a entender que certos fatos e comportamentos só discretamente eram comentados, havendo uma espécie de reserva de grupo, dificilmente rompida. Isso permitiu-nos entender melhor certos comportamentos, penetrar mais profundamente no grupo, e ao mesmo tempo avaliar

valores locais, servindo para orientar nossa conduta.

Se os homens se reuniam à noite para conversar, as mulheres costumavam fazê-lo durante o dia, nos momentos em que permanecíamos em casa. Muitas vezes vinham em busca de algum objeto - pilhas para rádio, açúcar, maizena para papa dos filhos pequenos, café, entre outros - e aproveitavam para contar problemas. Os pedidos de empréstimo costumavam causar-lhes embaraços, e naturalmente foram encaminhando-se para um sistema regular de troca que deixava as duas partes à vontade, numa situação de equilíbrio. Assim um copo de açúcar podia corresponder a batatas, aipim ou banana, por exemplo, enquanto a farinha que nos era enviada, a um pouco de arroz ou café; tratava-se de uma troca geralmente mediata em que ambos os lados tinham saldo permanente, o que permitia que certas necessidades fossem satisfeitas sem constrangimentos - as colheres de café solicitadas retornavam imediatamente ou algum tempo depois (o que era mais comum) sob a forma de beiju, abóbora ou feijão; comida que dividíamos e enviávamos para um determinado vizinho correspondia a cana ou aipim que era recebido de volta; e o feijão que recebíamos fazíamos trocar por açúcar ou maizena, geralmente definidos através de solicitação pelo primeiro doador. Dessa forma passamos a integrar a economia do grupo mediante a circulação de bens, que, embora funcionasse como mecanismo supridor de pequenas necessidades (daí não afetar o diminuto comércio local), atuava principalmente como mecanismo de integração grupal; participando do circuito de trocas do grupo reafirmávamos nossa inserção, marcando posição no sistema de relações sociais como todos os outros.

De certa forma nossa presença parece ter agido como fator

de motivação para revigorar certas manifestações e costumes grupais; assim aconteceu com o hábito de beber cauim, não só em festas como também em dias comuns, pela manhã. As conversas sobre os "tempos dos antigos" devem ter suscitado orgulho e a necessidade de mostrar ao pesquisador que embora abandonadas, tais práticas não estavam esquecidas. Muitas vezes em visitas às casas ou mesmo ao passar com destino às roças éramos surpreendida com o oferecimento de um caneco de cauim e percebíamos a curiosidade diante da nossa reação; dentro em pouco o hábito tornava-se mais generalizado e na festa de São Pedro foi-nos pedido fornecer açúcar para feitura do cauim a ser servido a todos depois do encerramento do Terno de Reis. Assim aconteceu, quando todos bebemos cauim em volta da fogueira, havendo muitas exclamações orgulhosas de "festa de índio é assim, com muito cauim".

Se não dispúnhamos de auxiliar de pesquisa com formação antropológica, passamos a contar com vários na aldeia; pelo fato de nos verem sempre trabalhando, tentavam colaborar de todas as formas possíveis, passando a haver uma verdadeira divisão de trabalho. O lampião, logo que escurecia, era ligado por um deles, bem como providenciado seu abastecimento com querosene; nossas cartas eram conduzidas por portadores que anunciavam com antecedência suas viagens para venda de artesanato; crianças eram postas à disposição para acompanhar-nos em excursões mais longas à casa de algum morador afastado; a garota que ficava em nossa companhia resolvia os trabalhos domésticos (alimentação, limpeza e conservação em geral); e ainda outros cuidavam da compra de peixe ou carne nos povoados vizinhos, nos pouco frequentes momentos de falta na aldeia. Em

dois casos, porém, contamos com verdadeiros auxiliares de campo, surgidos voluntariamente. Numa determinada ocasião havíamos combinado com um deles a ida à roça com o objetivo de controlar o tempo gasto na feitura de farinha de mandioca; um imprevisto alterou os planos, impedindo-nos de ir e a solução foi prontamente encontrada pelo nosso companheiro, que se mostrou capaz de desincumbir-se da tarefa com o auxílio do rádio: este dar-lhe-ia o tempo de início e término da atividade, graças aos horários de programas conhecidos. Por outro lado, o atendente do posto encarregava-se, nos períodos em que estávamos ausente do campo, de registrar (era dos poucos que sabia ler) nascimentos, mortes, entradas e saídas de pessoas da aldeia. Contávamos assim com bons colaboradores, ao tempo em que todos se sentiam promovidos por participarem do trabalho, achando muito interessante quando dizíamos que o resultado final pertenceria a eles. Também o chefe do Posto Indígena em todas as ocasiões deu sua parte de contribuição, desempenhando certas tarefas durante nossos breves intervalos de afastamento.

A necessidade de estabelecer reciprocidade levou-nos a atender os apelos de algumas pessoas - jovens e adultos - para que lhes ensinássemos a "leitura"; providenciaram uma mesa e diariamente, à noite, estudavam algumas horas, iluminados com pequenos candeeiros que também lhes serviam para orientar-se no caminho de volta. Sistemáticamente, após um dia cansativo de trabalho na roça, esforçavam-se para aprender as operações e um pouco de leitura e escrita, atividade só interrompida por força do término da nossa permanência.

Após seis meses de convivência com o grupo, chegávamos

ao fim da primeira fase de trabalho, justamente aquela que sempre nos causara tanto receio, em razão de haver sido a primeira experiência individual de campo. O receio havia se dissipado logo à chegada, e o saldo final parecia compensador; houve momentos difíceis, é verdade, mas superados com a colaboração do grupo, permanentemente solidário. Além da realização de um trabalho científico, significou muito em termos de relacionamento pessoal; a amizade, respeito e confiança que nos foram creditados, constituindo o maior estímulo neste "rito de passagem" que é o trabalho de campo.

2. AMBIENTE

O grupo indígena que se auto-denomina Pataxó, e cuja auto-denominação aceitamos por sua operacionalidade, localiza-se na Aldeia de Barra Velha ou Bom Jardim, que se situa no Parque Nacional do Monte Pascoal. Este, por sua vez, fica fronteiriço ao mar, entre os rios Caraiva e Corumbáu, nos limites meridionais do município de Porto Seguro, Estado da Bahia, Brasil.

Para fins de análise, tentaremos situar sua unidade central, no caso a Aldeia e suas adjacências (aproximadamente 16° 50' 45" lat. S e 39° 9' long. W.G.), no contexto para o qual ela está voltada, o da Micro-Região Litorânea do Extremo Sul, pois a ela pertence o município de Porto Seguro. Isso apenas, contudo, não nos permitiria ainda apreender as relações daquela unidade e mesmo da Micro-Região com o quadro regional mais amplo, uma vez que tanto a Aldeia como o município se orientam para fora de seu âmbito imediato. Assim é que, embora os Pataxó se desloquem para Porto Seguro, estão na verdade mais próximos, geográfica e socialmente, de Itamaraju, município da Micro-Região Interiorana do Extremo Sul. Sua mobilidade e ação, porém, não se restringe apenas a essas duas, mas estende-se também às Micro-Regiões Cacaueira e da Encosta do Planalto de Conquista. Da mesma forma, o município para além da sua, relaciona-se com as três últimas micro-regiões, que, em função disso, passam a constituir para nós a unidade mais ampla de análise, em conjunto com a Micro-Região Litorânea do Extremo Sul.

Assim, os critérios definidores da unidade a ser analisada relacionam-se, sobretudo, a indicadores sócio-econômicos, apoiados estes no quadro geográfico, pois as características sócio-econômicas resultantes da ação concreta do homem sobre o ambiente, restringida pela especificidade deste, em termos de seu potencial econômico, é que se tornam responsáveis pela variação ou "tendência diversificadora da cultura" como resposta ao imperativo da adaptação ecológica diferencial (Ribeiro, 1968: 21). E por constituírem ambientes diferentes que interdependem, gerados do conjunto total de suas características, é que as quatro micro-regiões tendem a formar uma unidade de análise, só sendo qualquer das suas sub-unidades apreensível quando a ela referida.

As formas de ocupação e exploração econômica sobre cada uma das micro-regiões, através da atuação das frentes de expansão da sociedade nacional, tendem, por sua vez, a se adaptarem aos diversos ambientes com suas potencialidades também diversas, dependendo a eficácia dessa atuação e o próprio dinamismo da frente, das alternativas postas à disposição pelo ambiente, ou, em outras palavras, do seu potencial econômico. Este é que determinará a densidade da população e o grau de desenvolvimento a ser atingido pelos segmentos regionais da sociedade nacional, funcionando igualmente como condicionador das formas de sobrevivência daqueles grupos possuidores de uma tecnologia de mais baixa eficiência, como é o caso do grupo em estudo. Na medida em que a adaptação da população nacional se faça de modo eficiente, ela tende a afastar as populações que a precederam, incapazes estas, por força da sua tecnologia com reduzida capacidade de modificação ambiental, de deterem

seu avanço ou de se lançarem à competição.

A área delimitada apresenta-se, grosso modo, como uma série de faixas paralelas que, estendidas no sentido norte-sul, se sucedem de leste para oeste em direção ao interior: primeiro as praias e restingas, seguidas das planícies litorâneas, e, mais para dentro, dos tabuleiros de baixo platô costeiro, e das colinas arredondadas de origem cristalina. Geológica e geomorfologicamente, tal sucessão corresponde aos sedimentos quaternários dos cordões arenosos e dos mangues de toda a zona litorânea, aos sedimentos terciários da Série Barreiras, cujos tabuleiros chegam frequentemente até a praia como altas falésias, e às rochas do embasamento cristalino que começa a aflorar a oeste, formado de gneiss, de granulitos e de rochas básicas intrusivas. Perpendiculares à costa, há lagoas alongadas, que testemunham antigas fozes entulhadas por areias e, paralelamente a ela lagunas de água salgada, ligadas ao surgimento dos cordões litorâneos. Todas essas faixas são cortadas transversalmente por rios, cujos vales são largos e de fundo chato, em seus cursos inferiores.

As temperaturas elevadas da alta precipitação pluviométrica são consideradas como os elementos mais importantes na caracterização do clima da área, na qual se distingue dois tipos: um, mais úmido, na faixa costeira, sem estação seca, pois as chuvas são abundantes em qualquer época do ano, com precipitações anuais superiores a 1.000 mm; e outro, mais seco, que aparece à medida que se avança para o interior e se observa a tendência para uma estação seca, ainda que pouco acentuada, com precipitações inferiores a 750 mm. O maior índice de chuvas no litoral é devido aos ventos alísios muito carregados

de umidade, que vai sendo perdida ao penetrarem terra adentro, até cederem lugar ao regime pluviométrico com estação seca pouco definida, já longe da faixa costeira. De acordo com o sistema de Koeppen, ao litoral corresponde o clima de tipo Af, com precipitação no mês mais seco superior a 60 mm e total anual acima de 1.300 mm, e temperaturas médias elevadas e oscilações pouco significativas durante o ano, enquanto para o interior, a oeste e sul, se instala o de tipo Am, com um período seco, cuja precipitação é inferior a 60 mm, compensada, porém, pelos totais pluviométricos elevados (Silva, 1975: 6).

Os fatores combinados dos solos e dos climas vão condicionar a cobertura vegetal. A dos ecossistemas do litoral (praias, restingas, depressões úmidas e mangues) está na dependência do fator solo e de seu teor de salinidade, da ação das águas marinhas e dos ventos predominantes, compreendendo comunidades arbóreas, arbustivas e herbáceas, psamófitas e halófitas que se desenvolvem sob clima constante de tipo Af. A floresta, ao contrário, tem no clima seu fator mais condicionante - a floresta perenifólia higrófila ocupa os sedimentos terciários da Série Barreiras e as rochas do embasamento cristalino, indiferentemente, enquanto permanece o clima Af, sendo substituída pela floresta tropófila (mesófila) quando passa a prevalecer o tipo Am - pois as temperaturas e os regimes pluviométricos favorecem decididamente uma vegetação de tipo predominantemente florestal.

A par do clima, o solo modifica a cobertura vegetal fora da faixa estritamente costeira. A vegetação dos tabuleiros relaciona-se às características dos solos pobres e silicosos, variando a densidade da cobertura florestal, que nas encostas

e fundos dos vales é geralmente mais densa em razão da maior umidade. Com as derrubadas, a floresta tende a ser substituída por uma vegetação secundária, e em grande parte arbustiva, mas composta, principalmente, de piaçava (Attalea funífera) e dendê (Edaeis guineensis), que são de importância econômica. Já nos solos cristalinos e profundos, ricos em sais minerais, sob clima quente e com forte pluviosidade, a floresta é tão mais exuberante, quanto mais próxima da costa, com árvores de altura superior a 30 m. Acentuando-se, porém, o relevo, e reduzindo-se as chuvas mais para o interior, a floresta torna-se menos compacta e menos pluvial, com ocorrência de espécies decíduas.

Dessa variação de características físicas e bióticas surgem ambientes diversos, com potencial econômico também diverso, o que implicou na maior ocupação e exploração econômica de uns em detrimento de outros, pois as frentes de expansão da sociedade nacional tendem a buscar as áreas com maior possibilidade de aproveitamento econômico e menor necessidade de investimento para esse aproveitamento, o que equivale a dizer que tendem a se expandir sobre ambientes naturalmente ricos, que a curto prazo tornam rentável o empreendimento. O ecossistema da floresta perenifólia higrófila, desenvolvido sobre aluviossolos é o ecossistema de maior importância, sendo na sua área de distribuição encontradas as maiores densidades de cultivo de cacau. Apresentando um relevo pouco movimentado e precipitações bastante elevadas, atingindo em média a faixa dos 2.000 a 2.500 mm anuais e uma temperatura média anual que varia entre 22°C e 24°C - clima Af -, a região é recoberta pela floresta tropical perene, alta e densa que retém a

umidade e impede a remoção do solo, fornecendo ao mesmo tempo sombra aos cacauzeiros. Os blocos de rochas cristalinas, por outro lado, ajudam nesse trabalho de retenção da umidade no tipo de solo permeável próprio para o cacau. E este fica quase que restrito a essa área, pois, avançando para o mar, o latossol dos tabuleiros, com baixo teor de ferro, recoberto embora pelo mesmo tipo de floresta, não apresenta a fertilidade necessária ao seu cultivo.

O teor de umidade atmosférica e da taxa pluviométrica diminuem em consequência do afastamento do litoral e também do aparecimento de serras que, dispendo-se na direção SSW-NNE, reduzem a ação dos ventos úmidos que sopram do SE e E, implicando no aparecimento da floresta "alta, porém rala [com] árvores finas, na maior parte caducifólias (pelo menos 60%), de folhas pequenas, com maior número de formas biológicas, porém com menor número de espécies" (Afonso, 1970: 18). A oeste dos sedimentos terciários, inexistem condições para a plantação do cacau, devido às formas movimentadas do relevo e à acentuação da diminuição de umidade com transição para o clima Am.

Ao ecossistema da floresta tropófila, caracteristicamente ligado à pecuária, correspondem igualmente pequenas roças de cacau, respectivamente nas faixas mais e menos secas, estas últimas aflorando lajeados do cristalino, capeados, ocasionalmente, com películas do aluvião onde, nas encostas, ocorrem as lavouras de cacau; esta área pode, assim ser economicamente definida como de "transição" ou "mista". No ecossistema da floresta perenifólia higrófila, por sua vez, exerce-se sobre os solos do cristalino a monocultura do cacau, enquanto nos sedimentos terciários da Série Barreiras se pratica

agricultura de subsistência e se exercem atividades extrativistas com a exploração de madeira, piaçava e dendê. E na faixa costeira, de solos arenosos, predomina o cultivo de cocoda-Bahia, que apresenta baixa produtividade pela ausência de cuidados racionais.

Assim vista, poder-se-ia dizer que a área mais ampla em que se situam os Pataxó caracteriza-se como uma sub-área agrícola monocultora de maior potencial econômico, implantada inicialmente na primeira metade do século XIX e em expansão desde 1860 (Garcez, 1975:17), embora com intensidade muito baixa nos tempos mais recentes, que atualmente apresenta-se com índices de produtividade decrescentes por força mesmo de ter atingido suas limitações ecológicas; por sub-áreas secundárias que combinam outras formas de exploração de recursos e se encontram em situação diferente quanto às suas possibilidades de expansão. Nestas últimas, distingue-se o extrativismo de madeira, a criação de gado e a lavoura de cacau, combinados, a oeste; e agricultura de subsistência, o extrativismo e a pecuária, a sul, leste e sudeste. Se a área monocultora, por ser uma área de ocupação mais antiga, se encontra presentemente nos limites de sua expansão ecológica, as outras, só tardiamente ocupadas e exploradas, atravessam um período em que a ação das frentes da sociedade nacional se está fazendo com ímpeto, motivada fundamentalmente pela exploração da madeira, que ameaça esgotar em pouco tempo as últimas reservas florestais, em consequência do sistema de exploração polarizada posto em prática. Assim, só agora é que as sub-áreas secundárias apresentam sinais de expansão demográfica, pois até há relativamente pouco tempo estavam limitadas a baixas densidades

demográficas numa grande extensão territorial, numa situação inversa à da área cacauceira, que possui a maior densidade populacional, em razão não apenas da mais antiga ocupação, mas também do tipo de frente econômica que se instalou, de base agrícola, permitindo a fixação de grandes contingentes demográficos.

A distribuição espacial dos grupos indígenas nessa área mais ampla reflete a política de dominação sócio-econômica da sociedade majoritária, que, competindo por espaços econômicos produtivos, tende a ocupar sistematicamente as melhores terras, deixando como reserva aquelas de menor potencial, só utilizadas quando as primeiras estão degradadas; assim, superutiliza-se um dado ambiente, que, pode-se prever, será levado ao esgotamento, e, portanto, a uma situação de "regressão" - do ambiente e, conseqüentemente, da sociedade formada pela população humana que sobre ela age, gerando-se, daí uma "regressão sócio-cultural" (Ribeiro, 1968: 48) - quando então deverá ocorrer o deslocamento para um novo espaço geográfico que, tenderá a apresentar menor potencialidade. Nesse constante deslocamento tem lugar a competição entre populações, social e culturalmente organizadas, pelo espaço físico e econômico que representam as novas áreas de penetração; e aquelas menos afeitas a tais deslocamentos e adaptadas mais equilibradamente ao ambiente, tendem a desocupar os espaços de maior riqueza, que porventura estejam ocupando, transferindo-se para os mais pobres, desde que não podem resistir à onda invasora. Da operação dessa política resulta a situação dos grupos indígenas, distribuídos na periferia da área economicamente dinâmica, e, mesmo nesta, confinados aos locais mais demograficamente

rarefeitos, devido à pequena atração que exercem sobre os contingentes etnicamente brasileiros, podendo-se afirmar que aqueles se organizam nas "áreas periféricas às periféricas", constituindo pequenos bolsões de resistência - étnica e econômica - que lhes têm permitido sobreviver. Nessa situação se encontram os Pataxó, localizados que estão nos sedimentos terciários da Série Barreiras, e, em parte, nas areias quaternárias do litoral; os Pataxó Hãhãhã, numa área que se presta de preferência à instalação de fazendas mistas de gado e cacau, devido ao regime de chuvas; e um grupo de descendentes de indígenas conhecidos como "Índios de Olivença", que se localizariam nos cordões arenosos das praias e restingas.

Se passarmos da unidade de análise em que se situam os Pataxó, tomada amplamente nesse quadro inicial, para uma unidade menos abrangente em que se levem em conta apenas as áreas mais diretamente relacionadas à ação do grupo, as Micro-Regiões Interiorana e Litorânea do Extremo Sul comporão o novo quadro de estudo. Ambas, como vimos anteriormente, constituem em sua grande parte áreas de penetração recente, limitando-se, até a segunda metade do século XX, sua exploração à costa e às pequenas cidades litorâneas pouco desenvolvidas, pois estavam cercadas por extensa área de floresta que se estendia até as fronteiras de Minas Gerais. Iniciado o desmatamento e a exploração das terras interiores, instalou-se a pecuária, ao mesmo tempo em que se expandiu o cultivo de cacau, procedente da direção norte (Garcez, 1975: 46). Inicialmente isoladas entre si e do resto do estado pela precariedade do sistema viário, com o aperfeiçoamento deste ocorreu grande surto migratório que provocou maior desenvolvimento em determinadas cidades,

justamente aquelas que ficavam na posição estratégica de "cidades entroncamento", atraindo, por esta localização privilegiada, grandes contingentes demográficos que lhes deram impulso, ao tempo em que criavam problemas gerados por um ritmo rápido e desordenado de urbanização.

O ritmo da urbanização, todavia, não parece ter provocado deslocamentos da população do campo para a cidade, permitindo pois manter a predominância, nas duas micro-regiões, da população rural. A densidade demográfica, por outro lado, sendo baixa em ambas, demonstra as possibilidades que se apresentam para o seu desenvolvimento, o que as altas taxas de incremento vêm confirmar; assim é que o censo de 1970 dava para a Interiorana uma densidade de 19,81 hab./km², e para a Litorânea 10,57 hab./km², acompanhadas, entre 1960 e 1970, por uma taxa de incremento demográfico na ordem de 34,79% para a primeira, e 45,63% para a última. Tais dados estão a indicar a existência de um processo expansionista que parece atingir com mais intensidade a Micro-Região Litorânea, ou seja, aquela onde se localiza o município de Porto Seguro, em cujos limites se situa o Parque Nacional do Monte Pascoal. Isso leva-nos a concluir que se até o momento o grupo não sofreu uma pressão direta de segmentos da sociedade nacional, foi pelo fato de estar localizado em área com pequeno potencial econômico agrícola, o que, aliás, explica sua baixa densidade demográfica; agora, que condições estruturais tornam possível a exploração de outras potencialidades, ocorrendo um processo acelerado de sucessão ecológica, a situação se modifica. Nesse caso, as novas condições surgidas ameaçam o equilíbrio de todas as populações que dividem o espaço econômico da Micro-Região Litorânea,

populações essas rurais que estão na maior parte das vezes ligadas a uma agricultura de subsistência que as torna vulneráveis ao ímpeto das frentes de expansão extrativista e pastoreil. Notícias nesse sentido já dão conta de um movimento de pressão contra pequenos produtores-proprietários que estariam sendo impelidos a vender suas terras, de maneira geral "posses" do Estado, a companhias plantadoras de eucalipto, por preços que equivalem apenas ao valor das plantações existentes. O avanço sobre as terras habitadas pelos Pataxó, por outro lado, não constitui ameaça mais séria devido à presença do Parque Nacional do Monte Pascoal, que funciona como fronteira física e político-administrativa, impedindo a livre expansão do sistema regional.

Criado pelo Decreto-lei nº 12.729, de 19 de abril de 1943 (Diário Oficial, 19/4/1943), o Parque Nacional do Monte Pascoal não teve seu projeto de criação levado à prática por um tempo considerável, até que em 1960, ao se tratar de sua efetivação, dificuldades de ordem prática se apresentaram em razão da existência de bastantes posseiros no interior da área destinada à sua instalação. Verificada a inviabilidade da implantação sem as necessárias desapropriações, e analisado o ônus que tais desapropriações representariam para o Estado, buscou-se a solução do impasse com a redução da superfície inicialmente prevista, redução essa que atingiu áreas mais intensamente exploradas. Estas, como seria de se esperar, eram as de maior riqueza, pois coincidiam com os primeiros sinais de exposição do cristalino, e a sua exclusão da superfície a ser delimitada vinha beneficiar representantes do segmento regional da sociedade abrangente, pois notícias não há, ali, da

presença de Índios. Estes, por outro lado, fixados na parte com menor potencial econômico - entre a linha da praia e o tabuleiro - foram incluídos na nova área demarcada, tal como a população habitante da vila de Caraíva. Assim é que pelo Decreto nº 17.912 de 28 de dezembro de 1960 o Estado doou à União 22.500 ha de terras para a instalação do Parque, obedecendo à seguinte delimitação:

"... a leste, pela linha costeira do Atlântico; ao Norte, pela margem direita do Rio Caraíva, desde sua foz, até confluência com o Rio Cemitério seguindo por este e sua margem direita até a altura aproximada do meridiano 39° 25', onde encontra um formador da margem direita do mesmo Rio Cemitério; a oeste, por esse formador, num rumo aproximado sudoeste, logo depois Sul, até suas nascentes, nas proximidades do Monte Pascoal e a Noroeste deste; a Sul, pela margem esquerda do Rio Corumbáu, até sua foz, no oceano Atlântico"

(Diário Oficial, 13/1/1961).

Por esse Decreto ficava a Secretaria de Agricultura autorizada a assinar a escritura em nome do Estado, com a condição de que o Governo Federal indenizasse os posseiros ainda existentes; e pelo Decreto nº 242, de 29 de novembro de 1961, o Governo Federal criou, observando os limites estabelecidos pelo decreto de doação, a segunda versão do Parque Nacional do Monte Pascoal.

No interior desses limites, localiza-se, pois, a Aldeia de Barra Velha. Instalada sobre faixa arenosa entre a praia e o tabuleiro, ela fica a meio caminho entre dois povoados cujos nomes se devem aos rios que nas suas proximidades desembocam:

Caraíva e Corumbáu. Destes, o menos importante é o Corumbáu, cuja barra, como vimos anteriormente, sofreu um deslocamento para sul em data ignorada, parecendo serem comuns nesse trecho as constantes retificações do litoral graças à construção de cordões litorâneos. Uma linha de recifes, frente à praia, serve de proteção a esta, constituindo uma barreira natural, que se presta também à utilização econômica pelo grupo. Para norte e sul de Barra Velha, quer se caminhe em direção a Caraíva ou Corumbáu, atravessam-se grandes extensões de areais, cobertos pela vegetação psamófito característica. Para o norte, o areal invade o vale do rio e é acompanhado por brejos e lagoas que se interligam, enquanto mais para o sul se instala o mangue numa larga extensão, na ponta que começa a norte e que continua a sul do rio Corumbáu. Resultado, em parte, do trabalho do pequeno rio de Barra Velha, afluente da margem esquerda do Corumbáu, o mangue que se inicia perto da Aldeia é mais denso e mais aproveitado economicamente do que se desenvolve a sul do Corumbáu.

Interrompido a norte e a sul pelos vales do Caraíva e do Corumbáu, o tabuleiro ocorre em toda a extensão interior do Parque, exceto próximo ao Monte Pascoal, pelos afloramentos do cristalino. Sua drenagem é feita por uma série de ribeiros que fluem para as duas bacias, principalmente a do Corumbáu, e para os brejos entre o tabuleiro e a praia.

A vegetação apresenta-se bastante diversificada, distribuindo-se de acordo com as características da topografia e da rede fluvial (V. Mapa II). Na faixa arenosa distingue-se a restinga, com vegetação psamófito da qual se destaca a "salsada-praia", cujas ramificações se desenvolvem livremente à

superfície do solo, tendo as flores de cor violeta passando a quase branca, na base, e possuindo frutos que são usados pelos índios na confecção de colares. O mangue, de coloração escura, grande salinidade e constantemente encharcado, só oferece condições para uma vida vegetal altamente especializada, com sua característica emissão de raízes aéreas em forma de arco. O valor do mangue como fonte de proteína animal é grande e permanente, sendo o mais importante local de coleta de caranguejos e moluscos. Areias com ervas baixas e esparsas estendem-se por toda a linha da praia, alcançando quase a beira das águas.

O tabuleiro aproxima-se do mar, ficando porém separado da restinga pelas águas das lagoas. Sobre ele alternam-se restos de matas, trechos de capoeira, campos com areias aparentes e ervas baixas e esparsas, e, pouco mais para o interior, campos de sapé com piaçava. Enquanto as capoeiras e restos de matas tendem a se concentrar nas partes mais úmidas dos pequenos vales, nos pontos de menor umidade ficam os campos com piaçavais, que parecem resultar da ação contínua do homem sobre determinadas áreas, - talvez sem pousios de duração suficiente -, levando-as ao empobrecimento e à consequente instalação natural dos piaçavais, estes, aliás, também de grande utilização econômica. As roças tendem a acompanhar as barrancas dos rios Caráiva e Corumbáu, afastando-se assim dos longos trechos de campo, impraticáveis para a agricultura, porém servindo como pasto para animais. Da observação do mapa de vegetação pode-se constatar a grande extensão dos campos, apenas ligeiramente inferior à das áreas de matas e capoeiras, no interior do território ocupado pelos Pataxó.

Uma vez ultrapassado o limite de ação do grupo (V. Mapa nº V), a mata atlântica tende a predominar, embora já com fortes sinais de penetração humana, dos quais são testemunho as manchas mais ou menos dispersas de roças e derrubadas que, como se observa, atingem os limites da área do Parque Nacional do Monte Pascoal. No afloramento do cristalino, a presença provável de antigas roças de cacau, abandonadas, atesta um movimento de ocupação e exploração que foi frustrado por força da criação do Parque, o que nos leva, mais uma vez, a concluir que se não fora a sua presença, toda essa superfície de mata já estaria hoje provavelmente em grande parte devastada.

Comparando-se a área ocupada pelos Pataxó - aproximadamente 5.462 ha quando medida sobre o mapa, e abrangendo toda a superfície do mangue e do tabuleiro - com aquela que escapa à sua utilização, vê-se que o grupo explora justamente a área com menor potencial econômico, embora isso não signifique que não tenha condições de retirar dela os meios necessários à sua sobrevivência e reprodução. Isso porém só parece possível pela diversificação que o conjunto dos ecossistemas apresenta - o mangue, o brejo, a restinga e a mata -, permitindo compensar a pobreza dos solos e a grande proporção de campos.

Entre a falésia morta e a lagoa fica a Aldeia de Barra Velha, núcleo central de povoamento, que descreveremos como se apresentava em 1975-1976. A rua principal é ladeada por dois alinhamentos paralelos, no sentido NNE-SSW, que contêm vinte e quatro casas de residência, duas em construção, duas de comércio e uma pequena capela de culto católico. As casas são em sua grande maioria construídas pela técnica de "sopapo", com as paredes externas geralmente sem reboco ou pintura,

destacando-se algumas pela melhor aparência, tanto externa, quanto interna; dominam as coberturas de palhas de palmeira, havendo as também de tabuinhas e, num caso, de telhas. A capela, uma construção de duas águas e coberta de telhas, pintada de azul e branco, portas e janelas de madeira, ocupa um lugar de relevo, situada que está no extremo SSW da rua. As rezas, celebradas regularmente, bem como danças com cânticos coletivos, nos principais dias de festa na Aldeia, ocorrem no seu interior. Pouco atrás da capela localiza-se o cemitério, num terreno não cercado e constantemente invadido pelas ervas e arbustos, com as sepulturas tendo a assinalá-las pequenas cruzes de madeira.

As casas do lado oriental dessa rua, longa de 124 metros, têm grandes quintais onde são plantados coqueiros e dendezeiros, servindo também como depósito de dejetos. Neste lado da rua localiza-se também uma das saídas do povoado, a de leste, que vai dar à praia e ao caminho de Caraíva. Do lado ocidental, todas as casas possuem também quintais, sendo que, desses, seis são cercados. Ao fim da rua, e no sentido ESE-WNW, uma linha formada por quatro casas e ocupando uma extensão de quarenta e sete metros estabelece a ligação com mais um arruamento, que lhe é perpendicular, conhecido como a "Rua de Trás"; tendo também casas de um lado e outro, as de leste encostam seus quintais aos da rua principal. Este pequeno arruamento comporta um total de oito casas, cinco dispostas de um lado, e três do outro, em paralelo à rua já descrita. Separando as duas fileiras há um pequeno jardim com flores do campo, idealizado e cuidado pelas crianças, dando à Aldeia, neste ponto, um bonito aspecto pelo grande número de dendezeiros e coqueiros

que a cercam. As casas mais ocidentais desta rua secundária possuem todas áreas ao fundo, sem cercar.

Os moradores da rua principal e das secundárias têm o fornecimento de água garantido por cacimbas que, inicialmente abertas em substituição às lagoas que secam regularmente de dezembro em diante, constituem hoje fontes permanentes de água para consumo, servindo as lagoas apenas para lavagem de pratos e para banhos. Como não costumam secar simultaneamente, uma substitui a que está seca, reservando-se para banhos, enquanto a lavagem de pratos e roupas nessas ocasiões, é transferida para o interior das casas.

Deixando-se estas duas ruas e tomando a direção do tabuleiro para SW, tem-se pelo caminho mais duas casas, sendo que uma destas é pequena e bem cuidada, e recentemente construída, demonstrando já sensível mudança nos padrões habitacionais, pois é totalmente construída em cimento, pintada e com cobertura em "taubilhas", que formam um desenho regular. O fato de ser propriedade de um chefe de grupo doméstico afeito ao trato com "civilizados", pois, vivendo basicamente da venda de artesanato, está sempre fora da Aldeia, pode explicar a mudança de estilo, timidamente já sentida em algumas casas da rua principal.

A noroeste do extremo setentrional da Aldeia encontra-se um morro que a domina e do qual se avista o mar e a restinga, podendo-se também divisar todas as embarcações que passam e as que se detêm no porto de Barra Velha; nele, acham-se mais duas casas e a sede do Posto Indígena. Cercado de jaqueiras e coqueiros, e mais para o interior de trechos de capoeira, é este o ponto mais estratégico da Aldeia, o que explica a

escolha da localização do Posto Indígena. Este, uma grande construção de madeira, de 12 m de comprimento e 6 de largura, realizada pelos próprios índios, tinha inicialmente um único cômodo, que foi há pouco dividido pelo chefe do Posto Indígena em compartimentos que atendessem às necessidades de instalação da Equipe Volante, que, periodicamente, visita a Aldeia, de um ambulatório para atendimento odontológico, de outro para consultas médicas e de um cômodo mais amplo, onde funciona a farmácia. Ao fundo da casa há uma pequena construção "de so papo", que abriga o gerador e motor do rádio transmissor-receptor.

Até quase à borda da falésia e sobre ela há a "Rua de Ci ma", que se desdobra de SE para WW, é composta por dois alinhamentos desiguais, um deles com 99 metros e o outro, mais extenso, com 168 metros, com uma distância de 16 metros separando os dois. O maior possui oito casas de residência, e o que lhe fica em frente, outras quatro e mais três em construção. Na direção sul, onde há grande concentração de coqueiros que atingem grande altura, existem mais duas casas. Deste pon to também se avista toda a Aldeia em sua parte inferior, e o morro que lhe fica adjacente.

Alguns metros além dessa rua, para oeste, está a pista de pouso, com uma extensão de 1.200 metros e 40 de largura. Do lado oposto da pista, orientada de SW para NE, encontram-se mais cinco casas dispersas, nas proximidades do riacho que fornece água a toda esta parte da Aldeia, o "córrego da Fari-nheira Velha". Passado o córrego, o tabuleiro continua em toda sua extensão, e vai dar às roças, localizadas a distâncias va riáveis. Por este caminho passam diariamente homens, mulheres

e crianças que para elas se dirigem, num tráfego incessante, sendo também o local de passagem das pessoas que saem da Aldeia para vender artesanato ou fazer compras fora dela e que, para isso caminham longas distâncias até chegar aos limites ocidentais do Parque Nacional do Monte Pascoal, de onde se dirigem para Porto Seguro, Itamaraju e outras cidades vizinhas pela rodovia que, próximo à sede do Parque, se articula com a rede de trilhas e caminhos que o percorrem.

3.1. TENTATIVA DE RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA

A tentativa de reconstituição da história dos Pataxó - ou do grupo que assim se auto-denomina - constitui exercício extremamente difícil pela escassez e fragmentação das notícias, levando-nos a realizar uma "bricolage" em que os dados são arranjados cronologicamente. Muito embora muito pouco talvez seja acrescentado ao quadro histórico, em termos inclusive de uma mais precisa definição da identidade étnica do grupo, sua inclusão deveu-se à necessidade de situar, mesmo com pouca segurança, espacial e temporalmente o passado dos Pataxó. Tudo leva a crer que nessa tentativa cheguemos mais a dúvidas e imprecisões do que a dados definitivos, por força da própria ausência de documentos relativos ao grupo; como estamos mais orientados para seu estudo de ordem fundamentalmente sincrônica, poderíamos deixar de lado tal reconstituição; acreditamos porém que é útil ver até que ponto a situação de contato, agindo muito mais sobre o sistema do grupo tecnologicamente dependente, pode "transfigurá-lo" a tal ponto, fazendo com que apenas a etnia permaneça como mecanismo diferenciador.

A primeira notícia de que dispomos sobre a região hoje imediatamente habitada pelos Pataxó, provém de um ofício do Governador Francisco da Cunha Menezes para o Visconde de Anadia, em 1805, participando haver encarregado o Capitão-mor da Capitania de Porto Seguro de explorar as barras e rios da sua capitania e de lhe enviar o relatório das suas observações. E em janeiro desse mesmo ano a "memória" é enviada ao Governador.

Aproximadamente no local onde hoje se localiza a Aldeia de Barra Velha o Capitão-Mor refere a existência de

"boas terras para todas as plantaçoens, e tão proprias para canas, que entre grandes matos se conservão canaviaes com canas de formidavel grandeza, cujos deixarão os Indios, que neste lugar estiverão aldeados, de onde os removeo o Ministro Jozé Xavier Machado para a Villa do Prado para se aproveitarem de melhor comercio, e civilizarem"

(Castro e Almeida 1918: 241).

E na mesma memória registra a presença, num sítio na Villa de N. Snr. da Purificação com o nome de Prado, de "Indios moradores plantadores de arvores de espinho" (idem, 239). O dado parece significativo, embora não se possa ter qualquer indicação a respeito da identidade desses índios; o fato porém de haver referência a ocupação no local onde hoje está situado o grupo Pataxó, parece poder conduzir à hipótese de que o posterior deslocamento para o sul, por resolução administrativa, tenha se dado para forçar a quebra de isolamento dos índios e conduzi-los à civilização, em razão do maior desenvolvimento comercial do Prado. Levando-se mais adiante a hipótese, poder-se-ia concluir que por esses motivos a vila do Prado pode ter funcionado ocasionalmente como local de aldeamento para as tribos vizinhas, em razão da maior centralização que isso permitiria, implicando em segurança para os moradores locais.

Em 1808, algum tempo antes da viagem do Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, o Desembargador Luiz Thomaz de Navarro empreendeu uma viagem por terra, da Bahia ao Rio de Janeiro, com o objetivo de examinar os caminhos para

estabelecimento dos correios. Passando pela vila do Prado registram grande decadência, pelos contínuos ataques dos índios, e também que os moradores atribuíam os maiores males aos Pataxós e Botocudos; numerosas fazendas estariam despovoadas e "seus donos lavrando nas estêreis ou pantanosas terras mais visinhas ao mar... corridos destes barbaros", conforme ofício que recebera do Sargento-Mor Comandante da vila de Caravelas. E o mesmo Sargento-Mor acrescentava que

"a violência é o meio mais próprio de tornar tranquillias e habitaveis as terras, em que transitam estes barbaros, pela experiencia de 22 annos em que elles a tem feito conhecer indoceis, e incapazes de que o amor, soffrimentos e beneficencia os chame à sociedade civil, e gremio da igreja, o que se conseguirá mais facilmente sitiando-os, e impedindo-lhes com armas e resistencia, e trazendo-os violentados ao povoado das Villas, onde não devem ficar em liberdade, porque de certo retrocederão, como já tem obrado alguns, que, baptisados, apostatam..."

(Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro 1846: 449).

Essa mesma fonte diz que já haviam índios em contato,

"gentio barbaro, desde o ano de 1786 em que sahio a primeira vez na Villa de Porto Alegre d'esta Comarca sob pretexto de paz, em número de mais de 120 individuos; até hoje sempre tem dito que no seu corpo numerado estão reunidas as 3 Nações Comonachô, Bacumim, Machacari, e que entre os Portuguezes vinham refazer-se de ferramentas cortantes, para fazerem armamento

com que se defenderem das duas Nações suas inimigas, Pataxó, e Botocudo...." (op. cit.: 446).

E o próprio Sargento-Mor revela mais adiante que tal inimizade na verdade não existia, pois "se fingem inimigas", e que o pretexto de paz era uma forma de "roubar e matar livremente quando querem" (Ibidem).

O Príncipe de Wied-Neuwied, em viagem no período de 1815 a 1817 encontra a margem norte do rio S. Mateus (ou Cricaré) freqüentada pelos "Patachós, Cumanachós, Machacalis e outras tribos, até Porto Seguro" (1958: 170), enquanto a margem sul seria dominada pelos Botocudos, temidos pelas outras tribos que "fazem causa comum contra eles" (ibidem). Mais adiante observa que as florestas do Mucuri eram também habitadas pelos Patachós e que só acidentalmente os Botocudos as atravessavam; pode-se concluir do que ele afirma que tanto Patachós como "Capuchos, Cumanachos, Machacalis e Panhamis" fossem mais numerosos ou mais aguerridos. É possível concluir igualmente uma vez que o mesmo viajante fala numa provável aliança das quatro tribos com os Patachós, havendo entre elas "semelhanças de linguagem, maneiras e costumes" que parecem indicar estreita afinidade" (idem 176). Até aqui, e baseadas principalmente em Wied-Neuwied, talvez pudéssemos admitir uma grande dispersão dos bandos pataxó que se deslocariam do Rio São Mateus até Porto Seguro¹⁸, encontrando hostilidade apenas da parte dos Botocudos; esses seriam os Pataxó meridionais. É de suspeitar a existência de certa diferenciação cultural entre esses bandos, pois

"enquanto os Puris, os Patachós e os Botocudos

do Rio Doce fazem os arcos do lenho dessa árvore [palmeira airi], as tribos que vivem mais para o norte, inclusive os Botocudos do Rio Grande de Belmonte e os Patachôs do Rio do Prado, empregam, nesse mister, o pau d'arco (Bigonia) " (idem, 206).

Além disso , o mapa que acompanha a obra que estamos utilizando, assinala uma outra área povoada por Pataxô, entre o Rio de Contas e o Pardo; seriam estes, portanto, os Pataxô setentrionais. Com isso, chega-se à necessidade de reconhecer dois grandes grupamentos pataxô, um entre o São Mateus e o Rio de Santa Cruz Cabrália, e o outro, entre os rios por último referidos, sendo, ambos, classificados como ramificações dos Tapuias pelo sábio alemão ¹⁹.

Na descrição da costa de Porto Seguro a que já remetemos páginas atrás, há uma observação a respeito de um roçado de mandioca mandado fazer no rio S. Mateus pelo Ministro que servia na Comarca, "afim de se situarem alguns Indios para afugentarem o Gentio que nesta passagem se acoitavão" (Castro e Almeida 1918: 234); informa ainda essa fonte que o plano, datado de trinta e dois anos atrás (logo, 1773), não fora posto em prática devido a mudança de ministro. Como o S. Mateus era um dos limites do deslocamento dos Pataxô meridionais e de outros grupos, tudo leva a crer que seriam eles, provavelmente com os Botocudo, os Gentio que tornava-se necessário afugentar. Ao mesmo tempo, é também possível que alguns deles já estivessem mantendo contatos pacíficos com os moradores, conforme podemos deduzir na referência do Capitão-Mor da Capitania de Porto Seguro à presença de índios em torno da fazenda Ponte

do Gentio, na vila de Alcobaça, onde havia engenhos de açúcar, de farinha de mandioca e de anil:

"nesta mesma fazenda se acha assistindo o Gentio bárbaro desde que ali sahirão de paz no anno de 17...tê o presente tendo hido alguns a sua aldeia nas cachoeiras do Rio Mercury, e voltado outros, mas são estes índios tão acerrimos, na ociozidade, que pouco, ou nada trabalham, e sô cuidão em destruir os canaviaes, roças de mandioca, e todos os mais legumes, e fructas da dita fazenda; e chegando a matarem quantidade de gado, com que se tem feito perniciosos; mas todo este destrôco tem tolerado, e tolera o senhorio da fazenda por entender que conservar paz, e amizade com similhante gente, e por este meio persuadil-os ao Christianismo he couza de agrado de Deos, e serviço de S.A.R."

(op. cit.: 238).

É interessante notar que o proprietário da referida fazenda era o próprio Capitão-Mor, como ficamos sabendo através do Príncipe de Wied-Neuwied, e que à passagem deste pelo local já ela pertencia ao ministro Conde da Barca, que a comprara aos herdeiros do Capitão. Confirma o citado autor que este se mantivera "em paz com os selvagens", e que após sua morte a propriedade se arruinou, passando a manter uma atitude de provocação para com os indígenas. Assim é que, vingando a morte, por um negro, de um índio da tribo dos Pataxó, os selvagens passaram à revide, atacando os negros numa das roças e matando-os a flechadas. Disso pode concluir-se, com alguma reserva, que o Gentio bárbaro a que se refere o Capitão-Mor fosse um bando pataxó já em contato intermitente desde o século

XVIII, e que a própria denominação de "gentio bárbaro" se deve ao fato de serem índios não aldeados ou "não civilizados"; que os pataxó já estivessem em convívio pacífico nos sertões de Alcobaça confirma-o o Príncipe, quando diz que Pataxós e Maxakalis "visitam pacificamente as moradas dos brancos, oferecendo, em ocasiões, cera ou caça, em troca de outros produtos" (op. cit. 212).

Ao contrário, de S. Mateus a Alcobaça os indígenas estariam na sua grande maioria isolados, enquanto alguns, já em convívio pacífico, reiniciavam hostilidades - e tanto assim era que em "Os Lençóis" (atual divisa da Bahia com Espírito Santo), onde há muito viviam em paz, as hostilidades recomeçaram devido à morte de um deles; às margens do Mucuri uma serraria deixara de ser instalada pelo fato de estar a região "totalmente dominada pelos Patachós e pelas feras" e registrara-se ainda o assassinato por eles, de "um índio à porta da própria casa, na fazenda do Sr. João Antonio" (op. cit. 173, 174, 177). Na viagem de volta ao Mucuri, o Príncipe e seus acompanhantes andavam armados, em Morro da Arara, por temerem a proximidade dos Pataxó e, talvez, também Botocudos que os rondavam.

"Os Patachós, com toda a certeza, nos observavam dos sombrios esconderijos, não sem espanto e desagrado... Ouvimos, muitas vezes, esses aborígenes imitar a voz da coruja, da capueira, e outras aves... Quando a nossa gente dançava o batuque nas noites de luar, tocando a viola (guitarra) e acompanhando sempre com palmas, estas eram repetidas pelos selvagens do outro lado da lagoa".

(op. cit. 192).

Não fica claro, porém, se teriam sido os mesmos índios os responsáveis pela morte, em 1816, de cinco homens, mulheres e crianças, a uma légua da Vila de Port'Alegre (Mucuri), na nova estrada que o ministro Conde da Barca encarregara o Capitão Bento Lourenço de construir, através das matas de Mucuri, até a capitania de Minas Gerais. A expedição punitiva que então se organizara por ordem do ouvidor, composta com gente armada de S. Mateus, Vila Verde, Porto Seguro e outros lugares, não deu resultado, pois não encontrou os índios.

O Príncipe de Wied-Neuwied encontrou os Pataxó na vila do Prado em 1816, quando haviam chegado, dias antes, das florestas para as plantações, trazendo grandes bolas de cera para vender. Estariam em contato amigável com os habitantes do Prado há três anos, desde 1813, através da mediação dos Maxakali, que há mais tempo se mantinham em convívio pacífico. Na ocasião do encontro mantinham comércio, observando o sábio que "tinham muito tino para comerciar", desejando principalmente facas e machadinhas (op. cit. 214). Pela sua descrição, ficasse sabendo que os Pataxó usavam os cabelos soltos, cortados no pescoço e na testa, raspando alguns a cabeça e mantendo apenas um pequeno tufo na frente e atrás, sendo a maioria de estatura média e conservando o costume de atar o prepúcio com um ramo de cipó. Seriam entre todas as "tribos selvagens" os "mais desconfiados e reservados", lembrando em vários aspectos os "Machacaris" ou "Machacalis" (op. cit. 215).

Aceitando 1813 como data de início do estabelecimento de relações pacíficas entre Pataxó e regionais, estaríamos incorrendo em contradição sobre o que afirmamos anteriormente em relação à possibilidade de serem Pataxó os índios que já em

17... mantinham relações amigáveis com o Capitão-Mor de Porto Seguro. Acreditamos, porém, dado o grande número de bandos desse grupo que parecia existir, seu contato se tenha feito de forma não simultânea e sim distinta de bando para bando, hipótese que julgamos bastante plausível, se considerarmos que mesmo entre aqueles definidos como meridionais havia alguns bandos ainda hostis e outros já em "contato intermitente" no princípio do século XIX. Todavia, talvez pudéssemos estabelecer como termo de início de contato dos Pataxó meridionais - justamente os que nos interessam, por deles fazerem parte, provavelmente, os atuais Pataxó de Barra Velha - os fins do século XVIII, ou os inícios do século XIX. Em apoio desta última data - o que reafirmaria Wied-Neuwied - há um ofício de Marciano de Jesus Fontoura (MS1), subdelegado de polícia do Prado, que, a propósito de protestar contra a mudança dos índios da vila do Prado para Alcobaça, por não se tratar em "lotes de gado que o seu Pastor leva para o lugar que mais interesse tem", se refere à existência de índios mansos que poderiam ajudar a amansar outras tribos, como fizera seu pai, há cinquenta anos passados, na época que era "Capitão de Conquistas" da Vila do Prado - quando "amansou primeiramente a nação Maxacary, com estes amañou 5 bandeiras de nação Pataxó, dos quais ainda existem poucos aqui...". Como o ofício é de fevereiro de 1857, isso teria ocorrido aproximadamente em 1807; ao mesmo tempo, o documento permite-nos confirmar alguns outros pontos, como por exemplo o de que os Maxakalí funcionaram como mediadores no contato e que alguns bandos foram efetivamente pacificados no período de 1807 a 1813, termo esse que permite maior precisão por ser definido com base em duas fontes; e que em 1857

ainda havia Pataxô na vila do Prado. Isto parece apoiar a hipótese de ter a vila do Prado funcionado como local de aldeamento para as tribos vizinhas, para onde, inclusive, haviam sido transferidos aqueles índios a que o Capitão-Mor da comarca de Porto Seguro se referira em 1805, e que teriam, assim, mais uma vez cogitada a sua transferência, na época em que o ofício em causa foi enviado.

Finalmente, o próprio fato de Pataxôs e Maxakalis já estarem ao tempo da passagem de Wied-Neuwied, sem provocar perturbações nos sertões de Alcobaça, onde mantinham relações pacíficas há mais tempo, é documentado pelo próprio ofício, disso se utilizando o sub-delegado para demonstrar a falta de oportunidade para a referida transferência, pois afirma

"não sei qual a vantagem que poderão os missionários apresentarem a V. Sa. com a muda da Aldeia desta Vila para a Vila de Alcobaça, Vila aquela que não é perseguida pelos índios; e nem por aquele rio passam, por ser rio muito faminto de víveres, as matas daquele rio muito faminta é de caça"

Por outro lado, graças a um outro ofício do Diretor Geral dos Índios (MS2) dirigido ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Visconde de Mont'Alegre, apresentando a relação das aldeias da província, fica-se sabendo que ainda em 1851 havia na vila do Prado "hordas de indígenas bravos, que algumas vezes tem saído com ânimo de fazerem hostilidades, e raras vezes saem sem fazer mal". E que não há, nesse documento, qualquer referência a aldeia de índios no local onde está situada Barra Velha atualmente, como também não

parecia haver em 1816, se levarmos em consideração que nessa época a foz do Corumbau era em frente ao local onde hoje se localiza a aldeia, como veremos adiante, e que tendo passado por aí Wied-Neuwied, nenhuma menção faz à presença de índios, afirmando que as margens do Corumbau "eram somente frequentadas, no momento, por garças, alguns maçaricos e gaiotas (*Larus*), já que os Aimorés, ou Botocudos, tinham expulsado os habitantes com os seus feros ataques" (1958: 219). Mais adiante, porém, no vilarejo de Cramimoã (hoje Caraiva), recebeu dos índios locais notícias dos Pataxó que viveriam nas florestas vizinhas, aonde os primeiros iam buscar os arcos e flechas que utilizavam nas caçadas, trocando-os por facas, por serem "raras e extremamente caras, na costa, a pólvora e as balas" (op. cit.: 220).

Corroborando o que colocamos anteriormente a respeito da variada situação de contato dos Pataxó com os regionais já no século XIX - uns bandos em contato intermitente, outros mais resistentes a tais contatos, e ainda outros hostis - Wied-Neuwied registra o risco que apresentava a costa desde o Prado até o rio do Frade, considerada perigosa por causa dos selvagens; "mas, presentemente, a população está em boas relações com os Pataxós e não os teme; embora não sendo total a confiança, preferia-se [sic] sempre viajar em comitiva numerosa" (op. cit. 222). Ao passar por Trancoso, recebeu do sacerdote local a notícia de que os pataxós que apareciam muitas vezes na vila "vêm sempre completamente nus, e, se ele manda amarrar um lenço em torno da cintura das mulheres, nunca deixam de arrancá-lo imediatamente" (op. cit. 225). Na viagem de volta ao rio Grande de Belmonte, quando mais uma vez se deteve

na vila do Prado, encontrou nas habitações dos índios (diz antes que nessas matas virgens "o rude Patachô e o Machacari dividem a soberania com a onça e o tigre negro") uma mulher machacari que entendia a língua dos Patachôs, "coisa muito rara; porque, sendo os últimos, de todas as tribos aborígenes, os mais desconfiados e reservados, é difícil a uma pessoa, que não pertença à tribo, aprender-lhes a linguagem" (op. cit. 275). E novamente observa a grande semelhança deles com os Machacaris - o prepúcio amarrado com cipô, o pequeno orifício no lábio inferior onde às vezes colocava um pedaço de bambu e a construção de choças do mesmo tipo, segundo informações que obtivera; e embora no presente estivessem em aliança com os Botocudos, "já tiveram, muitas vezes, disputas e guerras entre si" (op. cit. 276).

Saint-Hilaire, tendo passado apenas na província de Minas Gerais, onde encontrou Malalis, Panhames, Copoxôs, alguns Macunis e Monoxôs fugindo às perseguições dos Botocudos, nada nos acrescenta. Spix e Martius também não é pertinente para a área que nos interessa, tendo apenas passado pela comarca de Ilhéus habitada pelos Kamakans "pacificados desde o ano de 1806", e inimigos dos Pataxô ("cutachos") e Botocudos. Refere-se assim, pois, aos pataxô setentrionais. Avé-Lallemant (1961) visitou o vale do Mucuri, em local onde como já vimos, havia Pataxô, porém nenhuma referência faz a estes, tratando apenas como Botocudo todos os índios que cita. Ao tempo em que por aí passou, os Botocudos do alto Mucuri estariam em "contato intermitente" com os imigrantes trazidos pela empresa colonizadora de Teófilo Ottoni. Durante todo esse tempo, de Wied-Neuwied a Avé-Lallemant, ou seja, de 1816 a 1859,

não há qualquer notícia a respeito dos Pataxó. Só em 1844 há um requerimento dos habitantes da vila do Prado ao Presidente da Província (MS3), solicitando providências contra "os selvagens indígenas, que ora assaltando inesperadamente as roças tem não só devastado as plantações, como barbaramente arrancado as vidas aqueles que de súbito encontram...". Uma fazenda, cujo proprietário há seis meses estava em contato pacífico com os índios "satisfazendo-lhes a gula e sustentando por espaço de seis meses a cem e mais pessoas daquela raça", fora assaltada, tendo os índios flechado e morto quatro trabalhadores. Argumentando ser o Prado uma vila pobre, logo sem recursos para manter uma força armada, seus moradores solicitam o envio de um destacamento de pelo menos trinta praças. E com efeito foi enviado um destacamento da Guarda Nacional da Bahia. Em 1851, em relatório encaminhado ao Ministro dos Negócios do Império (MS4), o Diretor Geral dos Índios dá conta da situação das Missões do Prado e Mucuri, informando que faltam missionários ali, "onde os indígenas selvagens mais de uma vez por ano saem das matas, e as vezes fazem hostilidades". Algum tempo depois, em fevereiro de 1857, o subdelegado da polícia do Prado, a quem já nos referimos anteriormente e que fora um dos signatários do requerimento de 1844, ao remeter ofício ao Diretor Geral de Índios (MS1) protestando contra a transferência dos índios da vila do Prado para a de Alcobaça, registra que o Reverendo Prefeito dos Missionários Capuchinhos e mais outro sacerdote já se haviam dirigido para o Prado e daí para um sítio denominado Lage, de onde voltaram sem ver os índios "pois que estes cansados de esperarem, foram para as matas onde tem suas roças, e até hoje não tem aparecido". Nota-se

assim que tais índios já eram agricultores, mantendo roças nas matas do Prado; seriam os "índios mansos" que fariam com muita facilidade ficarem as "mais tribos mansas"; logo, também havia em 1857 índios "isolados" ou pouco afeitos ao contato. Embora considere que seria "grande felicidade" a transferência desses índios para outro local, o subdelegado julga

"que não se possa obter tal atentado em razão de que estes índios e outras tribos que são moradores nas margens do Rio desta vila desde a criação da mesma, que fizeram aqui suas moradas, onde tem seus ninhos, será forçoso a muda de umas gentes que ainda se acham receiosas".

Ainda em fevereiro de 1857, há um novo ofício do Diretor Geral de Índios (MS5), Casimiro de Sena Madureira, ao Presidente da Província comunicando que não recebera qualquer resolução a propósito da aldeia em que deveriam estabelecer-se os "indígenas das matas do Prado que tem aparecido nas fazendas de Mel. Antonio de Castro e outros agricultores do centro daquele termo". E chama a atenção para as providências a serem tomadas "para a civilização a dar aos indígenas sem comprometer imediatamente as rendas da província e das outras aldeias".

Após 1858 há nova ausência de fontes, só rompida em 1861, quando o Presidente da Província Antonio da Costa Pinto, falando à Assembléia Provincial, trata da criação de uma aldeia de índios no rio Corumbau, e informa que em torno da vila do Prado

"há centenas de famílias, ora nas brenhas, e ora na referida Vila, sem caráter hostil é verdade, mas persistentes em seus costumes selváticos.

Estes Índios vão pescar constantemente no rio - Corumbau - em cujas margens armam ranchos, onde moram, até que terminada a pesca e a salga, se retiram para as matas"

(Pinto 1861: 36).

A 25 de abril do mesmo ano o Diretor Geral dos Índios (MS6) dirige-se ao Presidente da Província concordando com a opinião do Vigário Capitular quanto ao estabelecimento de uma aldeia às margens do Corumbau, pois

"se conforma igualmente semelhante idéia com as que tenho apresentado em meus idênticos trabalhos, e isto desde o primeiro datado de 1858... em vistas de outros tais aldeamentos a estabelecer-se e para os quais conseguintemente tenho feito também a mesma requisição da vinda dos próprios Padres Capuchinhos que são decerto mais azados para o bom desempenho da difícil missão da catequese".

Despachado para o Delegado Diretor Geral das Terras, o ofício tem parecer favorável, dizendo "que se funde a aldeia de Índios conforme opina o respectivo Diretor". Se ligarmos a resolução de criar essa aldeia às margens do Corumbau ao requerimento dos fazendeiros moradores na vila do Prado (MS3), se não como fator determinante, pelo menos como provocador, já teremos exemplo bem ilustrativo da competição econômica entre Índios e nacionais, "porque além de prosperar a lavoura [...] ficarão garantidas inúmeras vidas livrando por este modo aos habitantes da flecha assassina de semelhantes bárbaros". Disso talvez possamos concluir que, aos Índios hostis, era necessário afastar, pelo perigo que representavam ao assaltar

fazendas e pessoas, ou então "amansar" para facilitar maior penetração e exploração da área, na medida em que índios aldeados equivaliam a mão-de-obra facilmente absorvida e nem sempre fácil de ser obtida fora da população indígena.

Quanto a este tipo de questão, valeria, aqui, um parêntese. Referindo-se ao estabelecimento de duas novas Missões no Município de Ilhéus, mas evidenciando a política mais geral seguida pela Província, a Fala que recitou o Presidente da Província na abertura da Assembléia Legislativa em 1848 é suficientemente elucidativa:

"O aldeamento dos nossos indígenas nesse lugar não só é útil pelo lado Moral e da Religião, mas ainda pelas vantagens industriais que daí resultam [...] [é] fora de dúvida que essas duas aldeias estabelecidas na direção da dita estrada muito contribuirão para a sua conservação, e limpesa por conseguinte para que ela se ja muito mais frequentada, pois que a experiência mostra que os Aldeados dirigidos por um hábil administrador, de bom grado se prestam a esse trabalho, o que por meio de outros braços não seria fácil de conseguir".

(Magalhães 1848: 9).

O avanço sobre as terras dos índios era também constatado pelo Presidente da Província, que expedira circular a todos os juizes municipais para que se procedesse à sua demarcação ex-offício: "as terras pertencentes aos índios, que lhes foram originariamente concedidas acham-se pessimamente administradas, e muitas usurpadas pelos vizinhos e pessoas poderosas dos lugares" (idem, 41).

Quanto à criação da aldeia perto do Corumbau, afirmava o

Presidente da Província Antonio da Costa Pinto que:

"as terras aí são fertilíssimas e tem proporções para grandes fazendas, mormente para a criação de gado. Um padre, pois, que saiba com doçura encaminhar para a verdade os espíritos desta gente... será suficiente para tirá-los da vida que têm vivido, abrindo-lhes os tesouros da civilização..."

(Pinto 1861: 36).

Tudo faz crer que a aldeia planejada para ser estabelecida às margens do Corumbau seja a atual Aldeia da Barra Velha. Agostinho já levantara essa hipótese, comparando a carta nº 1200 da Diretoria de Hidrografia e Navegação, publicada em 1943 e corrigida em 1963, com a mesma carta corrigida até 1971, e constatando que

"a foz do Corumbau parece ter sofrido considerável deslocamento para o sul, o que, nessa zona costeira ocupada por extensos cordões litorâneos, não se afigura impossível... [pois] na carta cuja correção vai até 1963, o Rio Corumbau deságua muito próximo do sítio hoje ocupado pela povoação: é cabível imaginar que essa proximidade e o posterior deslocamento da foz justifiquem o próprio nome da aldeia, Barra Velha"

(Agostinho 1974: 5-6).

Se Agostinho colocara isso em termos de hipótese, podemos hoje afirmar, baseada em depoimentos dos índios e na descrição da costa pelo Capitão-Mor de Porto Seguro em 1805 (Castro e Almeida 1918: 241), que a foz do Corumbau era frente ao sítio onde se localiza a aldeia, tendo-se posteriormente deslocado mais para o sul, o que realmente justifica a denominação da

aldeia como Barra Velha²⁰. Assim sendo, não parece restar muita dúvida quanto ao fato de ser a atual aldeia-Barra Velha a mesma criada em 1861 para reunir os índios que viviam em volta da vila do Prado. Resta porém precisar a identidade étnica desses índios, sem deixar margem a quaisquer dúvidas, o que parece constituir tarefa extremamente difícil.

A última notícia de que dispomos da presença de pataxós em torno do Prado é de antes do estabelecimento dessa aldeia, ou do projeto de sua criação, ou seja, de 1857, através do subdelegado do Prado, quando se refere às "cinco bandeiras de nação Pataxó, dos quais ainda existem poucos aqui..." (MS1). Até que ponto, porém, os índios transferidos da vila do Prado seriam de uma só etnia, ou, ao contrário, seriam de etnias várias? Embora pareça certo que Pataxó havia, não podemos contudo assegurar a não existência de Maxakali, por exemplo, ou de qualquer outra etnia que à época vivesse nas cercanias do Prado. A essa questão voltaremos pouco mais adiante.

Em 1892, ou seja, trinta e um anos depois do provável estabelecimento da aldeia às margens do Corumbau, há uma referência explícita à Barra Velha. Falando de Trancoso, que dá como vila de Porto Seguro situada à margem direita do rio do Frade, Vianna (1892: 556) cita os "arraiais de Itaquena, Caraivamemuan, os mais florescentes, e Cachoeira, S. Simão e Barra Velha, perto de Caraivamemuan"²¹. Conclui-se, assim, que por essa época já se dera o deslocamento da foz do rio Corumbau, passando a aldeia a chamar-se pelo nome atual.

Em 1939 uma esquadrilha realizou um vôo a Porto Seguro, sob o comando do almirante Gago Coutinho, e esteve na aldeia de Barra Velha.

"Deixamos a aldeia de Barra Velha às primeiras horas da madrugada. É desolador o aspecto de miséria do povoado onde passamos a primeira noite... Temos visto caboclos inteiramente abandonados. Caboclos doentes e analfabetos. Na aldeia Barra Velha, encontramos uma pequena população descendente dos Tupiniquins. Todo mundo é doente. Uns atacados pelo impaludismo, outros pela verminose..."

(Castro 1940: 55).

Nota-se, assim, que a aldeia se encontrava em franca decadência e que a população se achava muito pouco integrada ao subsistema imediatamente mais amplo. "Os caboclos que são descendentes dos Tupiniquins²², são indolentes. Vivem da caça e raramente atiram as suas redes ao mar, que dista quatro quilômetros da aldeia" (op. cit. 56). Também podemos supor que estivessem muito pouco afeitos ao contato com a sociedade nacional, ou pelo menos aos segmentos que não os das povoações vizinhas, dado que "uma pequena população de caboclos fugiu da aldeia Barra Velha e se internou na mata, com medo dos aviões... Os caboclos, apavorados com o ronco dos motores abandonaram os casebres e fugiram para o matto" (op. cit. 132)²³. Até essa época Barra Velha parecia inteiramente desconhecida e isolada do sistema mais amplo, não vindo a público a sua existência nem quando da criação do Parque Nacional do Monte Pascoal, que uma comissão encarregada pelo Presidente da República resolvera instalar para "determinar o ponto exato do descobrimento do Brasil" (Castro 1940: 193). Essa Comissão, presidida pelo então ministro Bernardino José de Souza estava, na época da viagem de Gago Coutinho, em trabalhos na área.

Só em 1951, chega ao conhecimento público a existência

da Aldeia de Barra Velha, figurando seu nome nos noticiários dos jornais em função de um movimento de sublevação em que se viram envolvidos os Pataxó. De motivações ainda muito pouco claras, transformou os até então ignorados Pataxó em "facínoras" e "bandoleiros" para o veemente noticiário, tendo provocado uma forte reação policial que, além de danos físicos, provocou a desorganização do pequeno grupo, até então absolutamente inofensivo. Debelada em tempo breve, a "revolta dos caboclos de Porto Seguro" (A Tarde, 30-5-51) revelou a existência de pessoas em "lastimável estado de miséria, todos passando fome e alguns doentes" (ibidem), que teriam sido insuflados por dois indivíduos que o "capitão" da época conhecera no Rio de Janeiro, e que teriam prometido dirigir-se à aldeia para realizar a medição de suas terras. Tal aconteceu, quando pretextando ser isso necessário para a consecução de seus objetivos, indispueram os índios contra as populações nacionais vizinhas, conseguindo conduzi-los até a povoação de Corumbau onde teve lugar um assalto a um comerciante, o que desencadeou a repressão policial. Esta, possivelmente desconhecendo a debilidade dos pretensos "bandoleiros" e a inspiração de elementos estranhos, identificados como "engenheiro" e "tenente" (A Tarde, 8-6-51), exacerbou a sua ação repressiva e sufocou com dureza e arbitrariedade a rebelião, conforme podemos deduzir das notícias dos jornais e dos depoimentos contemporâneos do então "capitão", e, posteriormente, de outros índios. Destes últimos trataremos mais adiante, atendo-nos no momento aos primeiros. Da repressão resultou a morte dos dois líderes brancos e a prisão do "capitão", tendo sido feitos "dez prisioneiros inclusives homens e mulheres" (A Tarde, 1-6-51).

Quase que simultaneamente, noticiava-se uma tentativa de rebelião em Umburanas (Minas Gerais), para onde teria tentado deslocar-se "um grupo de 4 indivíduos" de Barra Velha, (A Tarde 28-5), caracterizando a imprensa tal movimento como idêntico àquele de que tratamos e sugerindo uma ligação entre os dois. Até que ponto seria realmente um movimento com ligações com aquele de Barra Velha, ou apenas a tentativa isolada de alguns indivíduos em busca de um possível auxílio por parte dos moradores de Umburanas? Esta última hipótese parece a mais provável, se levarmos em conta a declaração do próprio "capitão" Honório e Borges de que mandara "cinco índios pedir auxílio aos caboclos de aldeamento de Emburanas".

Pouco provável parece, no entanto, que o "capitão" Honório houvesse "previamente organizado e traíçoeiro ataque, estando apenas à espera de dois elementos do Rio de Janeiro conforme depõem alguns caboclos que se acham prisioneiros" (A Tarde, 1-6-51). O próprio municiamento do grupo para a revolta - "espingardas de carregar pela boca, facas e facões" - ou seja, seus instrumentos de trabalho, parece indicar a ausência de um plano sistemático de ação, pelo menos da parte dos índios. A declaração do "capitão" de que consentira aos "índios e seus parentes seguirem a orientação dos dois atacantes estrangeiros em virtude de acreditar que os mesmos procediam como agentes do governo" (A Tarde, 7-6-51) leva a crer que os índios foram envolvidos, possivelmente com promessas de demarcação de terras, e que sua participação não se lhes afigurara ilegal, uma vez que acreditavam estar acompanhando e seguindo ordens de "agentes do governo". Quanto à motivação destes últimos - indivíduos que se apresentavam com falsa identidade e

eram supostamente ligados ao Partido Comunista, um deles identificado pelo comandante da operação policial, major Arsênio Alves, como Ari Bhering, o qual teria vínculos com certo agitador que, condenado à pena de 10 anos, fora indultado - ainda hoje não está esclarecida. Tratar-se-ia de simples aventureiros, arriscando-se à deflagração de um plano com objetivos de exploração econômica, ou, ao contrário, seria um movimento de caráter social de tendência radical, agindo junto a populações rurais? Em apoio a essa última hipótese há o depoimento de Honório Borges, que afirma ter o "engenheiro" distribuído entre os índios peças de fazenda existentes na casa assaltada em Corumbau, de propriedade de Teodomiro Rodrigues. Além disso, o fato de terem sido cortados os fios da linha telegráfica, leva-nos à suposição de que não se trataria de um simples assalto, seguido da fuga dos líderes, mas de uma ação de maior alcance.

A rebelião terminou como começara, desorganizada e sem condições de resistência por parte dos sublevados - "a aldeia fora atacada de madrugada e em menos de uma hora ocupada" (A Tarde, 11-6-51); caboclos foram mortos sem que os jornais soubessem precisar o número e a aldeia incendiada pelo destacamento policial, provocando a debandada de crianças e adultos e a dispersão forçada do grupo. A justificativa para o incêndio é dada pelo próprio comandante da tropa: "As palhoças cheias de alimentos em adiantado estado de decomposição, como quartos de bois abatidos dias antes, etc., estavam pondo em perigo a vida dos soldados" (A Tarde, 11-6-51).

O isolamento físico-geográfico do grupo, implicando num isolamento também social, deve ter contribuído para seu

desconhecimento pelas fontes científicas mais recentes. Assim é que Ribeiro define os Pataxó como grupo "isolado" em 1900 e "extinto" em 1957 e faz referência aos Pataxó Hãhãhãi que viviam no Posto Paraguassu, no município de Itabuna, e que estavam "extintos" (1970: 149); logo, nenhuma observação é feita a respeito de outro grupo Pataxó, não Hãhãhãi. Malcher refere-se também apenas aos Pataxó do Posto Paraguassu (Hãhãhãi), afirmando que

"anteriormente os Pataxó tinham suas aldeias na região de matas entre o Jequitinhonha, Mucuri e Arassuai, mais tarde à margem direita do rio das Contas, desde o Pontal até o rio do Peixe, por um lado e o Alto Almada, por outro"

(1962: 262).

Metraux e Nimuendaju também não fazem qualquer menção aos Pataxó de Barra Velha, registrando a existência de "16 Patashó que permaneciam na Reserva Paraguaçu, entre os rios Cachoeira e Pardo, sudeste do Estado da Bahia" (1963: 241-242); trata-se, assim, mais uma vez, dos Pataxó Hãhãhãi. Kietzman, na sua listagem de grupos indígenas, registra a existência de 25 descendentes de Pataxó-Hãhãhãi que "vivem no Posto Caramuru, a 2 milhas de Itaquirá, Bahia" (1967: 500); Galvão também informa apenas sobre um grupo mestiço Pataxó em Itabuna, Bahia (1967: 202), enquanto Melatti (1970: 50), baseando-se em Dall'Igna Rodrigues, nomeia os Pataxó-Hãhãhãi entre os "grupos que deixaram de falar língua indígena".

Dessa forma, há um desconhecimento geral pela literatura especializada, da existência de um grupo indígena que se auto-identifica como Pataxó, vivendo nos limites meridionais do

município de Porto Seguro. O fato de só muito recentemente se ter atentado para a sua presença, tendo então passado a ser reconhecido oficialmente pelo órgão competente, explica em grande parte a falta de fontes bibliográficas. Nimuendaju que esteve em 1939 em viagem pelo sul da Bahia, restringe-se tão somente à região interior entre o Rio de Contas e o Rio Doce (Edelweiss 1971: 277), e nenhuma notícia nos fornece sobre os Pataxó de Barra Velha. Isso implica em considerarmos que, se não fora o movimento de 1951, talvez ainda hoje a sua existência fosse ignorada, continuando a ser considerado um grupo "extinto".

3.2. A MEMÓRIA DO GRUPO

As formas bruscas de inserção de grupos indígenas na sociedade nacional têm provocado sistematicamente a perda de seus sistemas sócio-culturais de origem, provocando a sua adequação aos valores de uma realidade estranha, porque não a sua, e muitas vezes fazendo resultar num quadro aparentemente incoerente, se não se toma em consideração a situação de contato, os constrangimentos físicos, psíquicos e sociais que este impõe. A incoerência assim vista é uma consequência lógica do jogo das pressões de um sistema dominante que se determinou ou configurou à base de etnias diversas, absorvendo todas as suas contradições. E é nesse sistema assim moldado que minorias étnicas indígenas dotadas de tecnologia adaptada aos seus ambientes, mas impotente para deter o poder tecnológico da etnia majoritária, tendem a se ajustar ou desaparecer. O ajustamento tem significado a reorientação dos vários níveis da sua cultura ou a sua quase que completa desfiguração. E, paradoxalmente, a discriminação em termos negativos dirige-se tanto contra aqueles grupos que conseguiram reajustar os seus valores primeiros àqueles decorrentes da situação de contato - reorientação - quanto contra os daqueles que chegaram a nos dias conservando apenas a identidade étnica, e que estariam "transfigurados". Vistos como "caboclos", passam a sofrer toda sorte de discriminação da parte dos regionais exatamente pelo fato de se terem transformado em "caboclos", negação da imagem ideal do índio, e, por causa dessa situação, a receber um tratamento desigual, com certos direitos que eles,

regionais, não têm. Trata-se a nosso ver de um ponto extremamente interessante esse tipo de discriminação que sofre o "caboclo" e que o coloca numa posição de extrema contradição - na qual, pelo fato de ter se ajustado tanto ao modelo maior, ou se desajustado em relação ao seu próprio, é discriminado e ameaçado de ter negada sua própria identidade. Assim sendo, instala-se o paradoxo de que, se o índio não aculturado é estigmatizado por estar distante do "modelo civilizado" e por reagir diferentemente a determinadas situações ao se orientar por seus padrões, o "aculturado" o é por estar reagindo face a este modelo. Em qualquer dos casos, porém, busca-se pela discriminação anular ou acentuar a diferenciação étnica com objetivos fundamentalmente econômicos, o que parece bastante explicável em se tratando de uma estrutura sócio-econômica não homogênea, com oportunidades de ascensão e participação marcadamente assimétricas.

Tal situação parece incidir na própria consciência do grupo em relação a seu passado histórico e na manipulação que dele pode fazer para reafirmar a etnicidade. Nos momentos de crise social em que se afirmar índio implica em coações e humilhações, pode ser útil, ou geralmente o é, renunciar a essa identidade, temporariamente²⁴. Tenta-se, de modo deliberado, apagar a memória histórica, o que não é muito difícil nos casos de acentuada aculturação, quando muito pouco se tem para preservar. Quando porém, o maior ou menor prestígio será definido em termos dessa mesma etnicidade reafirmada, buscam-se todos os indicadores passíveis de eficácia. Nesse momento o índio está reagindo às imposições do sistema, apoiado naquilo que lhe resta, ou seja, a própria identidade - negá-la ou reafirmá-la

é uma questão de manipulação a nível ideológico, estando sempre sua definição na dependência do polo oposto, sociedade nacional. Com isso absolutamente não queremos negar ou negligenciar a importância das motivações sociais e psicológicas internas ao subsistema indígena; apenas, tendemos a acreditar que elas se adaptam às necessidades impostas ou definidas no interior do sistema interétnico.

No caso específico em análise, acreditamos que durante algum tempo o grupo, por estar atravessando uma fase crítica provocada principalmente pela sua situação de minoria étnica, até então relativamente isolada do sistema nacional mais amplo e só de forma intermitente ligada econômica e socialmente àquele do seu segmento regional espacialmente mais próximo, foi levado a, consciente ou inconscientemente, abandonar as poucas práticas pertencentes ao sistema social e cultural de origem. Este, aliás, por força da longa situação de contato experimentada, já ajustado ao modelo dominante ou fundamentalmente à sua variante regional. A memória histórica foi lastimavelmente sacrificada, restando apenas tênues lembranças que formam um quadro bastante frágil, obtido à custa de depoimentos fragmentários e pouco numerosos. Levando-se em consideração, contudo, que há cinco anos atrás nada pôde ser conseguido a respeito, como se uma barreira separasse o grupo do seu passado, tal feito pode ser encarado como alentador. Estamos interessada não numa reconstrução histórica, ademais impossível pela situação adiantada de aculturação, mas em detectar o que esse mesmo processo de aculturação, realizado de forma descontrolada, pode significar para o subsistema indígena. Além disso, por mais reduzidas que sejam as informações, não

deixam de constituir uma possibilidade de comparação com a história oficial. Acima de tudo, porém, constitui para nós a oportunidade de registrar o que permaneceu na memória de alguns poucos, os mais velhos principalmente, após o longo e traumatizante processo de contato interétnico. Dessa forma, talvez pudéssemos admitir que a tradição oral ou a persistência de uma memória oral equivale a uma modalidade de resistência cultural que pode ser vista, potencialmente, como mecanismo de manipulação ideológica.

Todos os depoimentos fizeram referências a periódicas incursões de "índios brabos" aos domínios dos Pataxô, "índios mansos":

"Meu avô contava que em tempo de Semana Santa, tempo de dia santo, eles morava esse tempo nas roça, eles saía prá fora, vinha prá beira da praia... eles morava lá dentro, agora tinha a sede aqui fora. Nesse tempo eles saía prá fora com medo dos tapuio brabo da mata (ele alcançou os tapuio vêio)... resultado que os tapuio vêio vinha e fazia barraca no "Céu" e no "Ange lim"²⁵. Quando eles via assobiando capoeira, macu, remedando macaco já sabia que era os índio que vinha, os tapuio vêio brabo da mata... quando chegava nas roça deles, tava tudo de cara prá cima chupando cana. Aí passava, falava com eles (falava a mesma língua) e não ligava eles não, passava prá roça... trazia cana, banana, batata, dava a eles. Iam embora lá prá praia, quando voltava da pescaria eles chegava aqui, os tapuio brabo da mata, vinham trazer caça prá eles e os outro dava peixe. Esses tapuio vinha de Minas Gerais, lá de cima, a nação não dizia, mas que vinha de Minas Gerais. Os brabo pegava as caça, as mulher (as tapuia)

vinha trocar com as outra daqui com farinha, beiju, coco, cauim e voltava prás barraca deles. Até que um dia eles saiu prá caçar... de tarde voltou todo mundo e fartou um; com três dia o tapuio chegou com um nego nas costa, chegou, jogou aí, os tapuio brabo baixaram no negão, partiram, jogaram no fogo e comeram ... bem, só jogaram fora o popô do negão que disse que amargava. Chamava tapuio brabo porque os tapuio da mata comia gente, até eles mesmo, os tapuio daqui de fora, os índio... Não vestia nada não, metade era nu e metade na tanga, não tinha roupa não. Os daqui já vestia roupa".

Tais incursões parece terem-se interrompido a certa altura:

"Foi indo, com a continuação do pessoal de fora entrando, entraram no Prado (porque eles passava no rio do Prado e vinha prá'qui, quer dizer os tapuio brabo vinha de cima e passava na cabeceira do Prado) então, resultado o pessoal de fora foram derrubando as mata e cortaram deles passar por aí, porque eles tinha medo de gente, não vinha... Mas no princípio que eles pegaram a botar roça aí, eles passava, bolia nas roça deles e com isso eles começaram a atirar neles e foram espantando".

As relações dos índios com os moradores das cercanias eram tensas, dando-se certas vezes a repressão violenta dos primeiros pelos últimos:

"Aí tinha um tal de Nicolau Trama, aí no Jundiã (jundiã é no Prado); eles boliram na roça de Nicolau Trama e ele então matou um boi, fez um quintalão de pau-a-pique fechado e matou um

boi dentro do quintal e deixou lá e mandou chamar eles prá ir comer o boi... quando eles tava lá dentro do boi Nicolau mandou fazer fogo neles e matou... matou com repetição, clavine-te, esses negócio. E os que tava fora correram, com isso nunca mais voltaram. E o pessoal do Prado invadiu as mata e eles não vieram mais...".

É muito interessante observar que esse registro tem muitos pontos de semelhança com um outro feito pelo Príncipe de Wied-Neuwied, em 1816, a propósito dos índios não civilizados, "tapuias ou gentios" muito numerosos que viviam em constante guerra com os brancos nas matas, à margem do rio S. Mateus:

"As plantações de uma fazenda situada rio acima eram comumente pilhadas pelos selvagens, até que o proprietário imaginou um meio curioso de livrar-se dos aborígenes hostis. Carregou um canhão de ferro, que havia na fazenda, com fragmentos de chumbo velho e ferro, adaptou-lhe um gatilho de espingarda, colocou-o na picada estreita por onde os selvagens costumavam vir em coluna, puseram um pedaço de pau atravessado na trilha, ligando-o ao gatilho por meio de um cordão. Os tapuias apareceram pelo crepúsculo e pisaram o pedaço de pau, como se esperava. Quando a gente da fazenda correu ao local para ver o resultado, encontraram o canhão arrebatado e trinta índios mortos e mutilados, alguns ainda no lugar, outros espalhados pela mata. Depois dêsse horrível massacre, parece que a "fazenda" nunca mais foi incomodada pelos selvagens"

(1958: 171).

Baseada em três depoimentos dos quatro tomados, talvez

possamos levantar a hipótese que além da Pataxó havia outra ou mesmo outras etnias interagindo na área.

"Eu vejo os véio falar, meu avô contava que antigamente tinha ali um lugar chamado "Céu", ali no norte da aldeia onde tudo era mata fechada... tinha um capitão dos índio brabo chamado Caetano, então quando tava perto da Sema-na Santa eles já sabia que vinha os irmão tudo visitar onde eles tava... quando via subir maku, capoeira, já sabia que era eles que vinha chegando, os irmão dos brabo. Quando acabar ia embora outra vez. Tinha vez que quando saiam daqui, quando fazia arte, ia se bater no Aimorés²⁶ e de lá vinha sair aqui também. Aimorés era no Estado de Minas, ia prá lá corrido, meu bisavô contava prus índio véio".

Um outro informante afirma:

"Dizia que eles vivia lá no Pé-da-serra lá de cima, lá no Pé-da-Pedra²⁷, agora vivia aqui uns cos'outro, tudo unido os de lá c'os daqui... agora os outro estranho de lá de fora é que vinha brigar, não sei de onde era, não sei também o nome. Dizia os antigo que eles vinha fazer guerra aqui fora, brigando de arco, era assim que eles brigava... O capitão era Caetano, dos índio daqui, ele morava no "Céu", falava a língua, os véio contava. Sempre que caçava (vivia da caça) davam logo uma parte pru capitão; a deles dividia com os companheiro, cada um com seu pedacinho. Sempre que pegava uma caça, fazia uma festa, fazia uma roda e cantava o Auê".

Nota-se assim que há certas contradições entre os dois

depoimentos - para um deles o "capitão" Caetano seria capitão dos índios "Brabos" e para o outro seria o capitão dos "índios daqui"; mas quem seriam os "índios daqui" não há meios de saber, assim como se entre esses haveria uns já "mansos" e outros "brabos" como os depoimentos sugerem. E, havia ainda, aqueles de fora que incursionavam pelo local - seriam índios Botocudo ou de outra etnia ainda isolada ou em contato hostil com o branco? São hipóteses que podemos levantar, e que tendem a permanecer como tal por falta de maior número de dados. Os índios acreditam, segundo se pode deduzir das informações, que se trataria de índios Maxakali, pois "ficou esses caboclo descantiado prá lá, uma parte prá lá, outra prá cá. Nunca mais se comunicaram uns cos'outros. É aonde tem esses índio ainda prá lá... os Mashakali".

"Em Juacema o filho do caboclo, do índio pegou um bem-te-vi (índio da beira da costa mesmo, Pataxó) e esse bem-te-vi fez uma guerra com eles. O filho do civilizado bateu no filho do caboclo e tomou o bem-te-vi. Foram prá mata chamar os outro e quando vieram fizeram uma guerra. E os outro, os Baquirã, saíram de baixo do terreno, fizeram guerra e acabou com a Juacema. Saíram de baixo do chão, tem dois buraco de onde eles saíram, os Baquirã. E os outro índio era daí de cima. Chegou os índio por terra, por cima do terreno com arco e o Baquirã por baixo, do chão... Baquirã é índio brabo, brabo mesmo. Acho que eles mora debaixo do chão que ainda não descobriram essa aldeia. Acho que nunca descobriram essa aldeia de índio, chamam Baquirã. Os antigo contava isso e prova que ainda tem lá os buraco..."

Wied-Neuwied já encontrara entre os moradores de Juacema a tradição de que houvera sido destruída "pela guerra com uma bárbara e antropófaga nação dos Abaquirás, ou Abatirás", tradição que, segundo o sábio alemão, se baseava nas devastações que os Aimorés, "ora Botocudos, levaram à capitania de Porto Seguro, quando a invadiram em 1560" (1958: 220-21) ²⁸.

As lembranças sobre aspectos da cultura passada, embora obtidas com alguma dificuldade e de apenas um informante, demonstram a persistência, através da tradição oral, de certos elementos que o próprio grupo não tem conhecimento, permanecendo somente na memória do índio mais velho da Aldeia de Barra Velha. A possibilidade de comparação sistemática destes elementos com aqueles de outros grupos da área parece não só possível, como extremamente interessante, e se o deixamos de fazer, foi apenas por não ser este o propósito deste trabalho.

"Quando os menino nascia passava cansação do mato brabo, dava surra no menino. Quando acabar socava n'agua fria prá engrossar o couro, ficar forte. E dava um banho de quiabo verde, cozinhava quiabinho verde e esfregava no couro do menino prá ficar liso o couro dele e numa luta de briga ninguém pegar ele, escorregava...²⁹ Quando a mulher tinha criança, o homem guardava o resguardo e a mulher ia caçar. Os vëio contava e meu bisavô alcançou".

"A mulher que enganava o homem ficava presa fazia um kiže'mi [casa] e ela ficava presa uns dia, a disciplina deles era essa. O castigo quem dava era o capitão... O casamento deles antigamente, no tempo bem antigo, era assim: cortava um toro de pau grosso, aquele que suspendesse aquele toro de pau tava bom de casar.

E a moça também o mesmo seguinte. Quando por acaso fosse caçar como eles gostava e um adoe-cia, botava o companheiro nas costa e trazia. Não alcancei mais isso, era os velho que dizia. Já alcancei casamento de igreja, pedia aos pai, marcava o dia prá juntar, dia de sãbado... can-tava, fazia aquela roda, só de noite a canto-ria. Fazia seu kize'mi, o pai da moça dava o tupi'sai [roupa]. ... Prus enterro usava uns pote grande, agora botava o camarada ali den-tro, enterrava e fazia um fogo em cima prá ma-tar o carnal dele e não virar bicho, não virar onça pelada. O fogo botava em cima da sepultu-ra que era tampada. Quando não fazia o pote, abria o buraco e enterrava ele e fazia a coiva-ra de fogo em cima. Sempre a coivara de fogo prá não virar onça pelada. Onça pelada é a on-ça mais danada que tem... Antigamente também se usava umas máscara de cuia, cada uma tinha o nome, tinha um tal de Mandu, um bicho grande de cabeça grande, caipora, boi..."³⁰

A propósito dos enterros em urnas de cerâmica os Pataxó referem-se a vários achados de objetos:

"Eles deve ter fazido artesanato, fazia panela de barro. Não alcancei mas os velho topava pa-nela de barro feita aí... pelas capoeira, bota-va roça e topava aqueles casco de prato de bar-ro, pedaço de panela, então dizia que era pane-la dos velho antigo. Tá com pouco tempo topa-ram um pote mais ou menos largo... tavam fazen-do uma casa e quando tava cavando prá enterrar o esteio da casa, bateu num caco embaixo, foi descobrindo, descobrindo o pote, tava sãozinho, não tinha nada, só tava cheio de areia e com uma tampa em cima. Mas não tinha diferença de

um casco de tatu por fora - era cheio de rusga, todo enrugado como o casco de tatu, de barro. Dava a impressão que passava prá enrugar uma facazinha, um negócio que ia ajeitando".

Teriam assim os antigos Pataxó a que se refere o informante, por difusão, ou outra etnia que aí tivesse passado ou mesmo se fixado, um tipo de cerâmica já desenvolvido, provavelmente corrugada, o que demonstra ou serve como indicador de que não estariam num estágio muito rudimentar na época a que alude. Conhecidas, entretanto, as mais remotas notícias sobre a cultura pataxó, é óbvio que essa cerâmica discorda da simplicidade original dessa cultura.

"Não sabemos de onde vieram os Pataxó, os velho não contava. Alcancei outros falando a língua. Só viviam da mata e depois que os civilizado foi entrando, prenderam a pescar, botar roça. Os véio falava que nós era tudo daqui mesmo, dessa tribo. Mas eles não falava que nós era Pataxó, falava que nós era índio e que tinha muitas aldeia aí fora. Quando alcancei essa aldeia tudo era índio, não tinha mistura. A mistura veio de poucos tempo prá cá; pelo meu gosto não tinha essa mistura, porque não podia ter... porque misturando vai acabando a nação e não tendo a mistura a nação tem que conseguir. Não gosto de nego porque o nego é ... esse bicho... ingorá [macaco]. Branco também empistia a gente, agora nego empistia mais. Em pistia a nação, o sangue fica preto. Os caboclo véio antigamente quando topava um nego, passava fogo nele e fazia um escardado prá comer".

A justificativa para a perda dos costumes antigos, a

ausência da língua é sempre colocada em termos dos efeitos da civilização:

"O seguinte é esse ...os v^o usava as brincadeira deles. Foram acabando, a civilização foi juntando a Índia com o civilizado, o índio sai prum canto, sai prá outro, quando vem de lá já vem sabendo de outras coisa... quer dizer que apareceu o cavaquinho, o toca-disco... e o índio achou que a brincadeira já estava muito mais melhor que a nossa brincadeira de antigamente. Os antigo tomava muito cauim; o cauim que eles fazia quando tinha mandioca eles bebia era todo dia. Já tinha as v^o mesmo prá fazer... fazia um gamelão grande, panhava mandioca, botava na panela, cozinhava, quando tivesse cozinhado botava dentro do cocho, agora aí ia mastigando na boca... nos tempo antigo era assim, as v^o mastigava na boca e botava dentro d'água. Agora passava a noite, no outro dia ele cozinhava por ele mesmo, ficava avinhado, pegava a cana e botava dentro do cauim, quer dizer que o café deles era o cauim, naquele tempo não existia o café prá eles... Nós ainda alcançamo fazer cauim antes das festa. Tinha um salãozão chamado de N. Sra da Conceição, ninguém morava, era só pru brinquedo. Quando chegava naquela hora... o cochão tava lá guardado, todo mundo ia lá, cada um com um coco, já de cabo (de pau) - era nosso caneco. Com pouca hora era tambor, pandeiro, cavaquinho... quando enjoava de "engenho novo", era o batuque. "Engenho novo" era uma dança que mistura um pru outro, um brinquedo; tinha também "marujada", ninguém via esse negócio de baile. Tudo isso tinha até antes do Fogo; com o Fogo acabou tudo...³¹ os mais velho que gostava, foram morrendo, morrendo, ficou os novo. Ah! nós

brincava de mouro também, é uma brincadeira com os facão, corria um atrás do outro com facão, facão de pau. O capitão ia na frente com a bandeira, brinquedo de homem. Cabou tudo dessa vez" ³².

Uns poucos têm lembrança de certos fatos relacionados à Guerra de Canudos.

"Foi da vez que vinha o pessoal chegando, pegando do gente prá levar prá brigar... então o pai do velho meu pai encheu as canoa de gente, suiu de rio arriba, prá não pegarem eles. Foi assim que eles foram escondendo os fio tudo, e se espalhando por dentro da área, fazendo aberta ³³. O pessoal corria tudo da recoluta, a polícia pegando gente prá levar prá brigar".

Se a memória do grupo falha em relação aos acontecimentos mais remotos, o mesmo não acontece quando se trata dos fatos mais críticos e mais recentes, responsáveis, segundo eles, pela "mistura" interétnica e perda de seus valores, como vimos anteriormente. Desses fatos, talvez a revolta de 1951 seja o acontecimento mais marcante, porque mais negativo, seguido dos problemas com o Parque Nacional do Monte Pascoal e do naufrágio ocorrido em 1969, que é, aliás, responsável, segundo o grupo, pela manifestação crescente de "encantados".

Consideramos importante conhecer a versão dos índios sobre tais acontecimentos, da mesma forma que procedemos em relação à história oficial, a fim de poder estabelecer da forma mais aproximada possível a verdade dos fatos.

"Os antigo conversava que eles foram nascido

aqui nessa aldeia - meu bisavô, avô, pai, os vêio tudo era daqui. E conversava também que do Pascoã à beira da costa era dos Índio. Também nós tava aí, não sabia de nada, pensando que era mesmo como eles falava, aí ainda hoje tamo aqui... quando foi lá um tempo desse, já no meu tempo³⁴, apareceu esse negócio dessa medição, medição desse parque. O "capitão" Honório saiu, foi pru Rio de Janeiro saber se a terra era da gente mesmo. Entonce lá apareceu dois indivíduo e invocou ele dizendo que vinha medir a terra. Naquele tempo não sei se era o General Rondon... entonce apareceu esses dois moço. Passado uns tempo eles chegaram aqui na aldeia, falando que vinha tirar mata prus Índio, e que era doutor engenheiro. Então a gente chegou, mandou chamar todo mundo, os Índio que tivesse tudo a redor podia vir prá aldeia que ele vinha prá tirar a medição. Mas naquele tempo os Índio era bobo, tudo quanto é coisa invocava... e lá vai chegando gente, lá vai chegando Índio. Então ele falou pru capitão: onde é que tem um negociante aqui perto? A gente falou: tem um quitandeiro lá no Corumbau, chamava Teodomiro. Então nós vamo lá fazer uma combinação com ele, prá ele ajudar os Índio, prá tirar terra dos Índio. Mas então os Índio era bobo, foram prá lá, mas pensando que era prá fazer outras combinação com o homem. Chegando lá os dois indivíduo saltaram em riba do homem e andaram dando tiro, marraram o homem... e por essa parte espancaram muito ele. Com base de três dia a polícia do Prado, a polícia de Porto Seguro deram fogo aqui na aldeia; a polícia de Porto Seguro veio pela parte de fora e a de Prado pela parte de dentro, isso foi de madrugada, o primeiro fogo. Os Índio pegaram as flecha e alguma espingarda e foram botar tocaia.

Quando foi base de madrugada acendeu uma luz lá no campo de bola... o pessoal (os índio) al voroçaram tudo, mas brigar com que? Quando nunca brigaram, nunca tiveram nada com eles aqui. Então sô vimo a tirambança de fora prá dentro, as duas polícia brigando umas co'as outra... polícia com polícia, pensando que era os índio que tava fazendo fogo neles. Então os índio não tinha nada, quem ia resistir com arma de fogo? Eles vieram bem armado! Fizeram fogo na aldeia, nos índio... quem tocou fogo foi um tal de Victorino, de Caraíva. Dois índio morreram, um foi Apolinário e outro foi um tal de Valdemar; mataram eles, a polícia matou de tiro. Esse pessoal velho tudo morreram de pancada, apanharam de cassetete. Teve um homem (aquele Cosme Preto) que carregou um porco de base de duas arroba nas costa, daqui prá Caraíva... eles obrigaram a carregar, prá fazer malvadeza. Pegava índio, pisava em cima de barriga de índio, pegaram índia, fizeram o que bem queria, feito dono delas. Isso foi comprovado! Os índio com isso, muitos dele foram embora, no primeiro fogo de madrugada correram prá mata. Foi uma corrida de índio, homem, mulher, menino, tudo esparramado. Poucos ficaram aqui e foram muito espancado. Na confusão todo mundo procurava seu rumo, ficamo muito tempo espalhado pelas fazenda... afugentado da aldeia. O Capitão Fernandes mesmo levou um bocado de índio prá trabalhar de graça na fazenda dele, o tenente Joaquim Rocha também levou outro bocado. O índio ficou sem valor... quer dizer que o índio era uma caça, qualquer um podia pegar e levar. O Capitão Fernandes foi um que veio com a polícia... quer dizer que capitão Arsênio chegou e topou as polícia espancando muito os índio e trouxe ordem prá não espancar mais os índio.

E assim ficamo muito tempo pelas fazenda dos ou-
tro. Depois fomo juntando de novo, resolvemo
voltar porque lá nós não tava dando bem, tava
no cativeiro; ouvimo falar que índio que vol-
tasse, eles ia matar e então pensamo: ou prá
morrer ou viver nós vamo prá aldeia outra vez,
comer o resto da pranta que ficou lá. E viemo.
Ficamo vivendo de pegar peixe aí na praia, de
rede... os civilizado de Corumbau tinha rede
de arrasto, aí nós fiquemo redando de camarada.
Pegava o peixe, vendia prá eles, prá comprar fa-
rinha e poder comer. O capitão Honório sumiu,
foi embora, desapareceu... então ficou o fina-
do Epifânio prá resolver o problema da gente.
Depois começou o negócio do Parque... foi por-
que o pessoal mediram, no tempo que Dr. Barros
mediu, falaram que era prá gente. Mas depois
que mediram, passado base de uns oito ano, en-
tão pareceu pessoal prá indenizar os pessoal
que morava dentro da área... então foi aí que
a gente saiu também. A indenização aqui só o
finado Epifânio recebeu mas o resto não rece-
beu. Todo mundo saiu, ninguém ficou... tava to-
do mundo à toa, o novo "capitão" foi em Brasí-
lia, porque a aldeia não podia acabar e de lá
trouxe o direito da gente trabalhar, viver a-
qui dentro da aldeia que os guarda não queria
deixar³⁵. Nesse tempo era o João Goulart o
presidente e ele deu o direito de trabalhar nas
capoeira, sem ofender a mata virgem. Mas o se-
guinte é que não trouxe por escrito, trouxe de
boca. Comecemo a botar roça, os guarda des-
truiu tudo, não deixava a gente botar. Tivemo
que viver da pesca, de tirar do mangue e tam-
bém tirar piaçava, escondido. Saía escondido,
de madrugada prá tirar piaçava, escondia no ma-
to e quando dava noite nós ia vender em Carai-
va. Ficamo um bocado de ano assim desse jeito...

a gente teimava, botava uma rocinha, eles vinha, derrubava a cerca, botava animal dentro, cabava com tudo. Eles não queria que a gente fizesse nada não, queria que a gente morresse de fome. E nós não tava roubando, porque se o parque tem direito, nós tem mais que ele, nós que fomo criado e nascido aqui. Antes de existir o parque já existia nós. E por essa maneira... nós tava se mantendo da floresta, mas não roubando porque índio não tem direito de roubar. Passou o tempo e a aldeia foi reconhecida, veio chefe pru posto, trouxe ferramenta... 36

Daí prá cá as coisa foram melhorando, porque já comia farinha sem comprar. Até uma data dessas... Mas ainda passamo uma coisa muito triste! O chefe de posto, lá por base de uns sete ano atrás, comprou um barco de pescaria mas o barco era velho. Comprou em Porto Seguro com o dinheiro da FUNAI; o barco não tinha porão, negócio de tapar por riba. Entonce juntou os índio aí... falou c'os índio prá pescar e os índio nunca tinha saído fora prá fazer pescaria, sô pescava perto da praia. Pegaram o barco e foram pescar lá fora cinco índio de família e três solteiro. O mestre era o índio chamado Elias, conhecia muito a pescaria, era costumado pescar. O vento sul pegou eles lá fora, até hoje nunca apareceram... foi no mês de junho, foram prá voltar com três dia porque levaram a despesa pouca. Saíram como hoje, foram dormir em Caraíva e de madrugada saíram; e lá quando deu mais tarde da noite o tempo pegou e foi vento sul prá danar e até hoje esses índio nunca apareceram mais. Passado uns tempo soubemo que eles tinha morrido... eles mesmo vieram encostado às mulher dele. Aí nós perdemo a esperança. E desse tempo prá cá sempre, sempre, vem encostando... 37.

3.3. ESBOÇO CONCLUSIVO DE INTERPRETAÇÃO

Por tudo que acabamos de ver sô nos é possível chegar a um quadro não definitivo, aberto a futuras fontes que possam melhor definir a história dos Pataxô. Os dados obtidos em fontes diferentes parecem permitir-nos concluir pela existência de vários bandos Pataxô, alcançados pela sociedade regional em épocas históricas também diferentes. Os bandos, por sua vez, viveriam entre quatro limites espaciais básicos, ou seja, entre o Rio de Contas e o Pardo (Pataxô setentrionais), e o Rio de Santa Cruz Cabrália e o S. Mateus (Pataxô meridionais). Estes últimos teriam sido os primeiros a estabelecer relações com aquela sociedade, embora, como vimos, tal não tenha ocorrido na mesma época para todos os bandos. A forma como se deu o contato foi extremamente brusca e se teria feito sempre em função da presença da população não indígena, temerosa dos ataques do "bárbaro gentio" e crescentemente interessada no seu afastamento ou concentração em Aldeamentos. A vila do Prado de veria funcionar como ponto de atração para bandos de etnias variadas, o que não é possível deduzir-se do fato de que por aí transitavam os "Capuchos, Cumachos, Machacalis e Panhamis" que costumavam estabelecer alianças para resistir aos Botocudos (Wied-Neuwied, 1958: 176). Conquanto possamos, baseada nos dados disponíveis, afirmar que já em fins do século dezoito (1786) havia índios em contato "intermitente" nessa área, o fato de não haver definição precisa em relação à ou às etnias, leva-nos a aceitar o início do século passado como a época mais provável, porque explícita, dos primeiros contatos dos

Pataxô com nacionais. Que essas várias etnias guardavam grande afinidade entre si pode-se também concluir, e que, Pataxô e Maxakali tendiam a manter maior unidade em razão da maior semelhança, inclusive linguística, como observa o Príncipe de Wied-Neuwied.

As referências seguras a um aldeamento no sítio onde hoje está localizada Barra Velha datam, como vimos, de 1861, quando o Presidente da Província, depois de tecer comentários sobre a atuação dos padres Lazaristas que haviam sido "distraídos de seu destino, e empregados nas Missões em lugares, onde não há índios", faz alusão a informações pedidas ao Diretor Geral de Índios "para deliberar sobre a criação de uma Aldeia no rio-Corumbão-na vila do Prado" (Pinto, 1861: 36); informações essas que lhe chegam favoráveis, pois, como coloca o Diretor, "não poderei deixar de ter por muito acertada e conveniente essa criação" (MS7). Podemos aceitar assim ter sido realizada a transferência de "centenas de famílias" (Pinto, *ibidem*) do Prado para o Corumbau, ou seja, para o local onde está hoje a aldeia de Barra Velha, dedução esta apoiada no fato de haver estado a antiga foz do Corumbau localizada bem perto dali.

Dessa forma, 1861 poderia ser tomado como termo post quem para o surgimento da Aldeia de Barra Velha, e 1892 como termo ante quem, uma vez que nessa época há uma referência explícita ao "arraial de Barra Velha perto de Caraivamemuan" (Vianna, 1892), o que parece fazer desaparecer quaisquer dúvidas quanto ao fato de se tratar a referida aldeia daquela planejada em 1861.

Essas dúvidas persistem, porém, quanto à identidade do grupo que hoje se autodefine como Pataxó de Barra Velha. Seguramente não temos indicações que nos permitam afirmar em definitivo tratar-se de Índios Pataxó, Pataxó com outra ou outras etnias, ou mesmo não Pataxó. A memória do grupo muito pouco acrescentou nesse sentido, o que parece bastante justificável se tomarmos na devida conta a violência do contato e talvez o próprio fato de grupos de etnias diferentes terem sido compelidas a reunir-se. Esta se nos afigura como a hipótese mais provável. Atentando-se mais uma vez para o ofício de sub-delegado do Prado (MSI), pouco antes dos planos de estabelecimento da aldeia às margens do Corumbau, nota-se que ele faz referência a "estes Índios e outras tribos que são moradores nas margens do Rio desta Vila desde a criação da mesma", e, mais adiante, a "...cinco bandeiras de nação Pataxó, dos quais ainda existem poucos aqui". Se a primeira parte é suficientemente clara em relação à existência de "várias tribos", a segunda leva-nos a concluir que os Pataxó em 1857 já seriam em pequeno número na vila do Prado, e, globalmente, esses dados indicam que não teriam sido os únicos a serem transferidos. Os depoimentos dos Índios, quando falam de ataques de "tapuios", embora confusos por estarem remetidos ao próprio quadro de referência da sociedade regional, do qual sofrem a interferência através da introdução de elementos estranhos ao sistema indígena, sugerem que no mesmo aldeamento havia Índios em situação de contato diferente, "Índios mansos" e "Índios brabos", e que estes últimos recebiam a visita dos "irmãos". Mais uma vez recorrendo à Fala do Presidente da Província, nota-se que em 1861 havia "centenas de famílias, que vivem ora nas

brenhas, e ora na referida Vila, sem caracter hostil, é verdadeira, mas persistentes em seus costumes selvagens" (Pinto, 1861); quem seriam esses índios "brabos", contudo, não há como saber. A suposição dos índios de Barra Velha de que se trataria de Maxakali vindos de Minas Gerais permanece no campo da suposição, mas talvez seja interessante assinalar que em 1801 os últimos, empurrados das fronteiras orientais do Estado de Minas Gerais pelos Botocudos, já se encontravam no rio Jequitinhonha, próximo a S. Miguel, tendo, antes, sido ocupado o Mucuri no seu alto curso e Caravelas (Metraux e Nimuendaju, 1963); e que alguns deles foram encontrados na vila do Prado por Wied-Neuwied em 1816 (op. cit. 1958: 273-4). Não deixa de ser significativo o fato de que justamente esses dois grupos, que guardavam maior afinidade, tenham sido os únicos das várias etnias existentes na área a sobreviver até ao presente.

Finalmente, o recurso à identificação linguística também não pode ser encarado como conclusivo. Classificada como isolada por Loukotka (Metraux e Nimuendaju, 1963: 541), a língua Pataxó está hoje absolutamente inoperacional, reduzida apenas a palavras isoladas. Agostinho (1974: 396-8) levantou um vocabulário com um total de 120 formas que confrontou com os vocabulários Pataxó de Wied-Neuwied e de Azevedo³⁸, e também com o vocabulário Botocudo de Wied-Neuwied (1958: 500-505), tendo posteriormente utilizado o melhor informante linguístico "no reconhecimento e tradução dos vocabulários pataxó, maxakali e malali coletados pelo Príncipe de Wied-Neuwied".

A conclusão a que chegou, e que considerou provisória e na dependência da análise do Museu Nacional, para onde tinha sido enviado o material, foi a de que se trataria de línguas

diversas mas filiadas ao mesmo tronco. Aquela análise, entretanto, segundo comunicação pessoal do Prof. Aryon Dall'Igna Rodrigues, revelou tratar-se da língua maxakali. Tal conclusão, que poderia constituir um excelente indicador da identidade desses índios, deixou de sê-lo no momento em que descobrimos que os dois melhores informantes utilizados por Agostinho haviam "aprendido a língua" entre os Maxakalí, para onde se haviam deslocado com esse objetivo. Semelhante constatação, embora implique na perda daquilo que poderia ser um elemento relativamente definidor, serve como exemplo da importância da língua como mecanismo de identificação e de reafirmação étnica, e como fator de prestígio, a nível individual e grupal. Extremamente interessante é também a forma pela qual se deu a experiência desses informantes - dois membros que se deslocaram, aprenderam um vocabulário razoável e retornaram para ensinar aos demais. Resta ainda questionar o motivo de terem ido aprender justamente entre os Maxakali - apenas por razões de maior proximidade geográfica, ou por causa de uma afinidade histórica acentuada por uma longa situação de contato, ou ainda em função da existência de índios Maxakali entre os atuais Pataxó de Barra Velha? Tais hipóteses não são absolutamente exclusivas, podendo mesmo ser tomadas como hipóteses parciais de uma mais ampla, ainda a ser formulada graças a futuras investigações de caráter histórico, que não é absolutamente o caráter principal do presente trabalho.

4.1. A ESTRUTURA DEMOGRÁFICA

Ao concluirmos o levantamento demográfico da população Pataxó³⁹, realizado através do chefe de cada grupo doméstico, chegamos a um contingente total de 599 hab., assim distribuídos: 401 hab. na Aldeia de Barra Velha e 198 hab. na área do Parque Nacional do Monte Pascoal. O número de chefes de grupo doméstico a que aplicamos o questionário padrão foi de noventa e seis, sendo 66 na Aldeia, dos quais 61 homens e cinco mulheres, e trinta na área do Parque Nacional do Monte Pascoal, vinte e oito homens e duas mulheres. Os primeiros distribuem-se na pirâmide etária nas faixas mínima de 20 - 25 anos e máxima de 75 - 80, com a maior concentração localizando-se na faixa de 25 - 30 e 40 - 45 anos, ambas com 13,64% do total. A taxa de velhos - a velhice definida a partir dos 65 anos em diante - pode ser considerada baixa entre os chefes de grupo doméstico na Aldeia, representando 16,67% sobre o total. Já entre os chefes de grupo doméstico do Parque Nacional do Monte Pascoal, a maior concentração está na faixa de 35 - 40 anos (23,33%), enquanto a taxa de velhice é 3,33%. Analisados como um todo, esses dados nos permitem concluir que a população composta pelos chefes de unidades domésticas, o que equivale a dizer de unidades de produção, constitui uma população adulta jovem, o que tem implicações no potencial de reprodução a curto e médio prazo, pois 83,33% deles ainda não atingiu 60 anos.

Passando ao quadro mais amplo, aquele das populações das duas áreas consideradas para fins de análise, encontramos na Aldeia de Barra Velha o contingente demográfico já referido

de 401 hab., sendo 206 do sexo masculino e 195 do sexo feminino (V. Pirâmide da população residente na Aldeia de Barra Velha), enquanto para a área do Parque há 198 hab., dos quais 109 homens e 89 mulheres. Embora as duas populações tendam a formar uma unidade, pois a sociedade Pataxó internamente organizada é resultado da ação concreta desses dois segmentos, o fato de serem espacialmente distintos, um localizado fronteiro ao mar e o outro mais para o interior, do mesmo modo que também distinta é a época da formação dos dois núcleos espaciais, sendo inclusive o último, ou seja, aquele da área do Parque, composta por uma população que aí se fixou mais recentemente, consideramos que tratá-los num primeiro momento em separado é o melhor procedimento, só ao final analisando o conjunto que eles compõem.

Assim é que na Aldeia a maior concentração demográfica está na faixa de 0-5 anos (20,95%), imediatamente seguida por aquela de 5-10 anos, o que configura uma estrutura etária de base muito larga, indicando uma população com alta taxa de natalidade. Na faixa de 10-15, entretanto, há uma redução drástica do contingente masculino que não é acompanhada pelo feminino, observando-se uma proporção de 5,83% para o primeiro e de 16,41% para o segundo. As razões para tal desequilíbrio não estão claras, pois a hipótese de uma predominância de nascimentos femininos não parece convincente, dada a natural superioridade numérica de nascimentos masculinos, que tende a ser de 511 para 489 mulheres em cada mil habitantes (Mattelart, 1964: 176). Igualmente não se trataria de uma alta taxa de emigração, pois a população atualmente fixada na Aldeia só emigra por breves períodos, para se assalariar ou vender artesanato,

estando nessas duas situações todos os casos encontrados de co-residentes ausentes; isto para não considerar a improbabilidade de emigração isolada nessa faixa de idade. A alternativa que nos resta seria a de considerar a possibilidade de se tratar de uma predominância de mortalidade masculina, levando-se em conta que "a mortalidade masculina é superior à feminina em quase todas as idades, em forma progressiva" (ibidem), restando saber até que ponto ocorreria, e por quais fatores, em termos tão significativos. Certos dados têm necessariamente que ser considerados e um dos mais importantes é o que associa o contingente localizado nessa faixa, ainda que isso também se verifique parcialmente para a faixa imediatamente anterior, à fase mais crítica atravessada pelo grupo, justamente a que se inicia em 1961 com a reativação do Decreto original de criação do Parque Nacional do Monte Pascoal, quando os índios se viram compelidos a abandonar suas terras, e se prolonga até 1968 ou 1971, no primeiro caso se tomarmos como ponto de referência a instalação do Posto Indígena, que teria funcionado como poderoso estímulo para a reorganização do grupo, ou, no segundo caso, se considerarmos o reinício do plantio regular de roças.

Admitindo-se que nesse período tenha havido uma alta taxa de mortalidade (o que parece plausível dada a insegurança em que vivia a população, dispersa em meio à sociedade regional, e reduzidos muitos, segundo relatos obtidos de um grande número de informantes, a sobreviverem às custas de banana verde e caroço de jaca, e ocasionalmente de uma ou outra caça que conseguiam capturar, às escondidas, quando teimosamente resistiam a sair de seu território, durante um tempo em que, nele,

eram impedidos de organizar suas pequenas unidades agrícolas), por que ela seria tão acentuada do lado masculino? Não resta dúvida, e os dados assim o comprovam, de que no grupo em estudo a mortalidade masculina é superior à feminina, podendo-se mesmo dizer que é significativamente superior; senão vejamos: no levantamento realizado entre as mulheres casadas da Aldeia sobre o número total de filhos até à data concebidos, com o objetivo de tentar definir sua taxa média de fertilidade, detectamos uma grande proporção de nascimentos masculinos sobre os femininos, seguida de proporção semelhante, mas inversa, de sobremortalidade masculina. Assim é que, para o total de 64 mulheres entrevistadas⁴⁰ computamos 375 filhos, uma média portanto de cinco filhos por mulher, sendo 211 (56,27%) de sexo masculino e 164 (43,73%) de sexo feminino; sobre os nascimentos registrou-se uma taxa de 35,38% de mortos, em número absoluto 106 filhos mortos, 33 do sexo feminino e 73 do masculino, ou seja, uma proporção de 31,13% para as mulheres e de 68,87% para os homens, com uma diferença de 37,74% aos últimos desfavorável. A taxa de mortalidade feminina sobre o número de nascimentos registrados foi, assim de 20,12%, contra 34,60% da masculina; verifica-se também que, a cada mulher que morria, correspondia a morte de dois homens. Em termos gerais, constata-se uma obediência à tendência registrada, qual seja uma predominância de natalidade masculina acompanhada de uma sobremortalidade do mesmo sexo; ora, se essa é a realidade observada, não se poderia atribuir a desproporção entre os dois sexos registrada na faixa etária dos 10-15 anos a uma maior taxa de natalidade feminina, mas sim a uma superior taxa de mortalidade entre os homens, aqui na proporção de

aproximadamente três para cada mulher.

Da população total da Aldeia, 242 indivíduos (60,35%) sendo 119 homens e 123 mulheres têm menos de vinte anos, um indicador de elevado índice de natalidade, sendo, por outro lado, baixo o índice de velhice, de apenas 7,44%, o que é extremamente importante em termos econômicos, na medida em que atesta a existência de uma ampla população economicamente ativa, na qual, sendo a maioria produtora, não tem lugar uma sobrecarga destinada a alimentar aqueles que não o são. Na verdade, o continente engajado no processo de produção é grande, considerando-se que, mesmo entre aqueles definidos como velhos, muitos ainda estão em atividade, pois dos 18 velhos ali encontrados (12 homens e 6 mulheres) somente onze se encontram em parcial inatividade, não mais constituindo mão-de-obra ativa. A população economicamente produtiva da Aldeia é composta por 306 indivíduos (155 dos quais do sexo masculino) o que significa que apenas 95 indivíduos não são produtivos; estes, além dos velhos já referidos, são todos os componentes da faixa 0-5 anos, que somam 84 indivíduos, ficando, desse modo, definida como idade início para as atividades produtivas a idade de cinco anos, termo que pode ser considerado muito baixo. Entretanto, a sua definição ligou-se ao fato de que se estabelecemos como termo inicial a faixa imediatamente posterior, iríamos deixar de fora um número significativo de crianças que, em muitos casos já a partir dos cinco anos, realiza uma série de tarefas de apoio, como veremos à frente, tarefas importantes para a reprodução do subsistema. Assim, a margem daqueles que nessa faixa não realizaram qualquer atividade de valor econômico é pequena, e não alteraria sensivelmente o quadro, razão

pela qual consideramos aceitável o termo estabelecido.

Seis meses após a realização do recenseamento demográfico, a Aldeia apresentou um incremento da ordem de 15,71%, sendo 12,72% por migração e 2,99% por crescimento vegetativo; em relação a este último, registrou-se o nascimento de sete crianças do sexo masculino e oito do feminino, e a morte de três meninos. O incremento por migração, por outra parte, fornece-nos um bom indicador da potencial capacidade de expansão da população étnica e socialmente Pataxó, ainda hoje em fase de reorganização, e da necessidade de se levar esse dado em conta do ponto de vista da disponibilidade de recursos econômicos e da própria limitação do fator de produção básico para o grupo, a terra, na proporção em que, crescentemente, novos membros venham a se reunir àqueles já fixados no local, hipótese que tende a ser confirmada, comparativamente, pelo maior agrupamento de Pataxó entre os que migraram no período acima referido.

Se a população da Aldeia apresenta o maior contingente na primeira faixa de idade, com a população da área do Parque Nacional do Monte Pascoal a maior concentração localiza-se naquela imediatamente seguinte, isto é, faixa de 5-10 anos, embora não seja essa uma concentração significativa. Na verdade, as três primeiras faixas guardam bastante equilíbrio, seguindo-se um pequeno aumento nas duas posteriores à primeira apenas ligeiramente rompido na proporção entre os sexos na faixa de 10-15 anos, quando se registra, inclusive ao contrário do verificado na Aldeia, uma superioridade masculina um pouco mais acentuada do que a até aqui observada. A partir dos quinze anos ocorre um estreitamento na pirâmide, que tem seu

termo final na faixa 65-70 anos, encontrando-se aí apenas um componente do sexo masculino, o que faz com que o índice de velhice seja mínimo (0,51%). Mais da metade, ou seja, 63,64% dos indivíduos têm menos de vinte anos, havendo desse modo um contingente jovem ligeiramente superior ao encontrado na Aldeia.

Do contingente total da área do Parque Nacional do Monte Pascoal, e em oposição à parcela da população economicamente produtiva, apenas 19,19% não trabalha, justamente o grupo dos menores de cinco anos - valendo aqui a mesma observação que fizemos anteriormente sobre a idade considerada limite para o início das atividades econômicas - pois mesmo o único indivíduo demograficamente definido como velho ainda representa força de trabalho ativa. Também aqui ocorreu pequeno incremento populacional, da ordem de 2,02%, causado por migração exclusivamente (V. pirâmide da população residente no Parque Nacional do Monte Pascoal).

Analisando-se agora as duas populações em conjunto, consideradas já com os respectivos incrementos (V. pirâmide da população total), temos um total de 666 indivíduos, 346 do sexo masculino e 320 do feminino, uma relação de masculinidade, portanto, de 108%, o que quer dizer que existem 108 homens para 100 mulheres. Tal relação pode ser considerada alta e discrepante, se comparada ao que costuma ocorrer em populações rurais em que há grande evasão de homens, permanecendo no local um número superior de mulheres. Dois fatores, nos casos discrepantes são geralmente explicativos, ou seja, uma alta taxa de mortalidade feminina, embora na população que estamos considerando apenas o último fator pareça interferir, pois, como

vimos atrás, o que tende a ocorrer entre os Pataxó é a sobre-mortalidade masculina. Por outro lado, na população Pataxó dispersa no âmbito da sociedade regional, e conhecida através de informes dos parentes fixados na área em estudo, nota-se, corroborativamente, um predomínio de emigração de pessoas do sexo feminino, pois, tomando apenas por base os parentes daqueles residentes na Aldeia ⁴¹ a proporção é de 53,91% de mulheres para 46,09% de homens.

O número de mulheres entre 15 e 49 anos, faixa potencial de fecundidade, representa 37,5 do seu total, sendo que dentro dessa faixa aproximadamente 75% têm entre 20 e 35 anos, período durante o qual a fecundidade permanece constante. Dessa forma, apenas 6,88% do total das mulheres estaria excluída do ciclo potencial de fecundação, enquanto cerca de 54,69% ainda não atingiu a puberdade ⁴². Esse último dado é importante, a médio e longo prazo, pois significa que a população tem um contingente capaz de garantir a preservação do grupo, mantendo e reproduzindo a força-de-trabalho. Apenas 0,94% não sabe precisar a idade, embora seja necessário observar a margem de erro possível nas idades fornecidas pelos índios, margem essa que tende a ser reduzida pelo fato de estarmos calculando sobre faixas etárias. Considerando-se ainda que a maior proporção de mulheres, cônjuges dos chefes de grupo doméstico na Aldeia, casou na faixa de 11 a 15 anos incompletos (46,97%), o que é demonstrativo da tendência do grupo a casar cedo, haveria um período potencialmente longo para procriação, e com elevada margem de probabilidade de fecundação, uma vez que o grupo declara não fazer uso de práticas anticoncepcionais, embora uma mulher que funciona regularmente como enfermeira tenha

nos informado conhecer duas formas de evitação: "as moça e também as mulher prá não pegar filho, engole dois caroço de limão quando tá assistida [menstruada] e também o chumbo de uma caça morta de tiro". A distinção feita entre moça e mulher é bastante pertinente, moça podendo ser definida como o membro sem parceiro consensualmente sancionado pelo grupo; regra geral o grupo tende a sancionar negativamente todo membro feminino que engravida sem estar socialmente ligada a um parceiro, conduta essa que parece funcionar como mecanismo de preservação do equilíbrio das unidades de produção já constituídas, na medida em que um novo membro sem um responsável masculino que dele se encarregue, implicará em ônus para aquelas. Do mesmo modo que o membro feminino do grupo com filho e sem parceiro é discriminado, também o é a mulher deste separada, principalmente pelas outras companheiras do sexo feminino; tivemos conhecimento de uma jovem, cujo pai fizera pressão e conseguiu seu casamento no Posto Indígena, como forma de reparação pela perda de virgindade, que pelo fato de haver sido, logo depois, abandonada pelo cônjuge, passara a sofrer por parte de um grupo de jovens da mesma idade (10 a 15 anos) toda sorte de discriminação, tendo mesmo seu pai nos consultado sobre a possibilidade de retirá-la da Aldeia e trazê-la para a cidade. Tal situação, demonstrativa dos valores que permeiam o grupo, pode ser analisada como reação àquilo que talvez possa ser definido como diminuição das reais possibilidades de obtenção de um parceiro; a mulher separada, ao tempo em que retira da circulação um membro masculino - pelo menos potencialmente e por certo tempo, pois muitos pais tendem a discriminar o cônjuge que abandona, afastando-o como pretendente de

suas filhas - volta à situação de bem potencial de troca, com petindo com as demais por um companheiro. Além disso, devido à sua condição de separada, perdeu o "status de moça", o que implica em ser considerada "livre", socialmente, portanto, mais liberada para a prática de relações sexuais.

O "ajuntamento" é a forma mais comum de união, seguida do casamento civil, do religioso e do realizado no Posto Indígena. O "ajuntamento" é dominante, definindo-se a grande maioria das pessoas como "amasiadas", enquanto o casamento civil vem em segundo plano, numa proporção numérica superior aos dois últimos; assim é que dos cônjuges dos chefes de grupo doméstico da Aldeia - amostragem válida para todo o grupo, pois abrangeu o total dos cônjuges - 70,31% o são por "ajuntamento", 21,88% por casamento civil, 4,69% por casamento religioso e 3,13% pelo realizado no Posto Indígena, sob a direção do "capitão". Da população total, 229 pessoas são casadas (34,38%), 429 solteiros (64,41%) e 8 viúvos (1,20%); o que significa que se trata de uma população em expansão demográfica, pois, sendo jovem, um grande número de grupos domésticos tenderá a ser constituído, aumentando o contingente demográfico.

A relativa correspondência entre os sexos em todas as faixas de idade é visível, registrando-se apenas duas delas em que há exclusão de um dos sexos, a faixa de 75-80 anos sem representação feminina e a última, de 80-85 anos, preenchida apenas por uma mulher. Igualmente é constante a predominância masculina em quase todas as faixas, não o sendo apenas em quatro delas, respectivamente 0-5 anos (20,81% de homens e 23,13% de mulheres), 10-15 anos (10,40% de membros do sexo masculino contra 15,31% do feminino), 50-55 (1,16% homens e 1,88 mulheres)

e, finalmente, 55-60 anos, com 2,02% de homens e 2,50% de mulheres. Há uma correspondência quase perfeita entre homens e mulheres jovens (31,38% para 31,23%), seguida de uma menor proporção na idade adulta (18,17% para 15,17%) e na velhice (2,40% para 1,65%), predominando assim a população jovem, com larga margem sobre as demais, uma vez que 62,61% ainda não atingiu 20 anos. É esta, por todos os fatos analisados, uma população estruturalmente apta a crescer vegetativamente. Relacionando-se tal dado àquele já registrado com respeito à potencial capacidade de expansão da população Pataxó por força do incremento demográfico provocado pela imigração dos membros que ainda se encontram espacialmente fora do grupo, conclui-se que qualquer tentativa visando a melhoria de suas condições de vida terá que levar em consideração a necessidade de uma margem de disponibilidade de recursos econômicos - especialmente Terra -, que possa atender à sua provável expansão, sob pena de colocar em risco a própria sobrevivência coletiva.

4.2. A AUTO-IDENTIFICAÇÃO E A COMPOSIÇÃO ÉTNICA

A análise da composição étnica da população Pataxó em termos da sua distribuição por camadas de idade e sexo baseia-se na atribuição de identidade aos membros dos grupos domésticos por cada um de seus chefes, que também se autodefinem, valendo assim como critério definidor a auto-identificação e a atribuição da identidade por cada membro socialmente responsável por uma unidade sócio-econômica já constituída. Embora possa ser considerado um critério limitado, na medida em que não permite a cada membro definir-se a si mesmo étnica e socialmente, é operacional pois em muitos casos ocorre a confirmação ou negação da identidade atribuída, isso tanto nos casos de identidade dos membros da família de orientação, pois existindo uma grande rede de parentesco um mesmo elemento pode identificar-se e ser identificado por todos seus irmãos e pais, quanto nos dos componentes da família de procriação, o que se tornou possível pela classificação de cada indivíduo nos vários papéis que desempenha, muitos deles com elevado grau de recorrência. Assim é que cada chefe de grupo além de se autodefinir, definiu seu cônjuge, todos os co-residentes da sua unidade, todos os filhos, vivos e mortos, co-residentes e não co-residentes, pais e irmãos; em várias ocasiões, portanto, o mesmo indivíduo era classificado por seu pai, irmãos, cônjuge e filhos, dependendo da simultaneidade de papéis que desempenhava como membro socialmente ativo. Dessa forma, em larga medida a auto-identificação é passível de ser comparada com aquela que é atribuída pelos outros, o mesmo sendo verdadeiro em relação à

possibilidade de confrontação entre todas as que foram atribuídas por outrem, podendo-se, assim, detectar as manifestações da manipulação de identidade, bem como a resistência que a esse tipo de manipulação se faz, através da negação da pretensa identidade.

Essa pretensa identidade ou falsa imputação, por sua vez, leva-nos a algumas considerações. Na medida em que a pretensão falsa à posse de uma identidade - posse definida como autoatribuição, geralmente temporária, de uma identidade que não é própria, e que é pretendida pelo "valor de uso" que a caracteriza, valor esse que só se torna disponível ou desfrutável no momento em que, provisória e só dificilmente em termos permanentes, se procede à troca da identidade anterior por uma atual - é desmascarada pelos membros do grupo étnico, observa-se a existência de um mecanismo regulador que confirma a verdadeira identidade e nega a falsa, concorrendo para a preservação de formações sócio-culturais que têm na identidade étnica a sua própria garantia ou pré-requisito. Todavia, até que ponto o "apossamento de uma identidade" constitui necessariamente uma "falsa identidade"? Implicando a "posse" na renúncia da identidade própria, "surrendered identity", a saber, uma identidade latente que é apenas "renunciada" como método e em atenção a uma práxis ditada pelas circunstâncias, mas que a qualquer momento pode ser atualizada, invocada" (Oliveira, 1976: 12), como deverá agir o antropólogo para classificar o indivíduo que é apontado pelos outros como não pertencente a seu grupo étnico, mas que, contrariamente a estes, se afirma como tal? Não estamos aqui nos referindo à renúncia de identidade por índios, mas àqueles casos de indivíduos etnicamente

"brancos" que se classificam como índios, pelo "valor de uso" que tem a identidade indígena, "valor de uso" esse que se configura como ideologia. Estamos desse modo diante de uma situação correspondente à do índio fora da reserva, esforçando-se por negar a sua identidade, ou do índio frente a outra etnia indígena socialmente superior; se nesses dois últimos exemplos a renúncia à identidade original é provocada pela discriminação, "devido a essa condição de minoria, de representantes da "classe de fora" (Oliveira, op. cit. 13), também o é no caso do branco quando, através do casamento ou por laços de amizade, passa a residir na área indígena. A partir daí inverte-se uma situação que na prática tem funcionado em outros moldes - o branco assume o papel de representante de minoria étnica frente à população indígena, tendo que se orientar pelos valores desta, pois os índios é que são os "donos do lugar", etnicamente majoritários. O próprio espaço que o branco ocupa, no caso em que não tenha ele cônjuge ou parente no local, constitui uma extensão dos direitos que são garantidos aos membros da etnia indígena, geralmente uma extensão de direito autorizada pelo poder indígena local, representado pelo chefe do grupo. Em troca, recebe este último favores e um aparente prestígio do branco, que passa a ser controlado pelos outros membros da etnia, sob a justificativa de usurpação de um direito.

Na medida, porém, em que é admitido no grupo, mesmo sem a aprovação consensual de todos os membros, o "civilizado", termo que por ser mais abrangente passa a ser utilizado para se referir a todos os indivíduos pertencentes a outra etnia que não a indígena, procura mascarar as possíveis diferenças que o separam dos "donos do lugar", procurando valer-se, também

ele - só que às avessas - daquilo que Oliveira designa como "identidade contrastiva" - ele, que é um "outro" e como tal é visto, busca integrar-se no grupo, afirmando-se como "nós", negando a sua verdadeira identidade, agora transformada na "identidade do outro", assumindo assim o etnocentrismo do "nós" diante dos "outros". Ao fazê-lo, opõe-se a si próprio como categoria étnica, ou, em outras palavras, opõe-se à sua própria etnia, sendo também aqui válida a observação de Oliveira de que "a peculiaridade da situação que engendra a identidade étnica é a situação de contato interétnico, sobretudo - mas não exclusivamente - quando esta tem lugar como fricção interétnica" (op. cit.: 6). Afinal, aquilo que determina a negação da identidade original pelo negro ou pelo branco - a de "civilizado" - e em troca a afirmação de uma outra, por autoatribuição - no caso da indígena -, é também a "situação de contato interétnico" que tem lugar como "fricção interétnica"; por ser discriminado como "outro" pelos membros do grupo é que ele busca aparecer como índio aos olhos de todos, tentando já agora diferenciar-se daqueles que lhe são etnicamente semelhantes, ainda que isso só ocorra nos limites sociais do subsistema indígena, logo na "situação de contato interétnico", pois ao ultrapassar esses limites, deixando de ter operacionalidade o "valor de uso" da identidade indígena, retorna à identidade original - "identidade latente" que volta a ser atualizada, também em "atendimento a uma práxis ditada pelas circunstâncias" - negando o "nós indígena", "[agora] etnocentricamente por [ele] visualizado" (Oliveira, op. cit.: 12).

Dessa forma, o contato interétnico provoca no não-índio uma "reação de situação" semelhante, guardando-se embora as

devidas proporções, àquela que ocorre com o Índio. Ambas seriam provocadas pelas contradições que surgem por força do contato, gerando o paradoxo que se manifesta na identidade, alternadamente negada e afirmada ou reafirmada, ao saber das circunstâncias do contato interétnico, e de que no caso do Índio o "fenômeno do caboclisto" apontado por Oliveira é tão revelador. Se o Índio busca fora da reserva aparecer como "civilizado" é porque ele tem consciência de que a sua identidade indígena não é aí operacional, pois mudou o contexto social, da mesma forma que acontece com o "civilizado" no âmbito da reserva. E ao mudar o contexto social muda também a forma pela qual o "civilizado" ou o Índio se situa e é situado no mundo. A essa mudança de contexto corresponde, portanto, a mudança da identidade, ou o apossamento da identidade de outrem. Todavia, tal mudança implicará na constituição de uma falsa identidade? Quando o Índio tenta passar por civilizado, ou o "civilizado" por Índio, não estão ambos se utilizando dos valores próprios à nova identidade, ainda que sob pressão da "fricção interétnica"? Se a negação ou renúncia da identidade original se caracteriza como "reação de situação", não implicando em sua perda - o Índio, mesmo emancipado não perde a sua identidade de Índio, deixando apenas de ser tutelado - até que ponto é correto definir-se como "falsa" a nova identidade assumida? Afinal, renuncia-se à identidade étnica ou apenas aos valores que lhe são próprios, à sua dimensão social? A nova identidade não funcionaria apenas como uma "máscara social", necessária à nova posição, por força da mudança do contexto?

Nesse caso diríamos que a identidade étnica é atualizada de forma reiterada pelas relações sociais, e, sendo assim, ao

mudar o contexto em que elas têm lugar, o indivíduo passa a se orientar pelos valores da etnia dominante, participando do seu "sistema de categorização", uma vez que necessariamente terá que interagir com os demais membros. Ao se situar e ser situado no novo sistema de relações sociais, ele se transforma num membro efetivo, compartilhando das mesmas pautas de referência, socialmente se identificando com a nova sociedade, identidade "que emerge da dialética entre indivíduo e sociedade" (Berger & Luckman, 1971: 196). A renúncia, pois, ocorre tão somente em relação à "dimensão social" da identidade étnica que é substituída por outra, sendo porém a qualquer momento recuperada, uma vez que é apenas "renunciada" como método e em atenção a uma práxis ditada pelas circunstâncias...". Sendo assim, seria aceitável falar-se de um índio "socialmente civilizado", do mesmo modo que de um civilizado "socialmente índio", sem que isso implique em qualquer restrição à identidade étnica.

No grupo em estudo encontramos muitos casos do tipo analisado, com brancos autodefinindo-se como índios Pataxó, embora seu fenótipo fosse declaradamente não indígena e nem tivessem quaisquer ascendentes indígenas, funcionando o grupo como desmascarador da pseudo-identidade étnica, reconhecendo muitas vezes, porém, que determinados indivíduos podiam ser considerados como tal, devido ao longo tempo de integração. Em contrapartida, duas pessoas definidas pelo grupo como etnicamente Pataxó, filhas de pais de etnias diferentes (branca e indígena) afirmaram não saber sua identidade, podendo seu exemplo ser caracterizado como o da persistência de uma situação de ambigüidade, causada por longa permanência no interior do

segmento regional da sociedade inclusiva, pois s^o muito recentemente foram reintegradas no subsistema ind^ggena: o tempo ainda n^o foi suficiente para permitir a supera^o das contradi^oes da^l surgidas.

Em determinadas ocasi^oes a inquiri^o sobre a autoidenti^fca^o surtia o efeito de uma provoca^o, como se estivesse sendo posta em d^uvida pelo pesquisador a condi^o de ^gndio que o indiv^gduo se autoatribu^ga; nesses casos, alguns tentavam localizar na mem^oria todos seus ascendentes ind^ggenas, vivos e mortos, para que claramente ficasse demonstrada a sua situa^o de "indio leg^gtimo". A rea^o ^e bastante compreens^gvel, se levamos em conta que o ^gndio n^o est^g acostumado no interior do seu pr^oprio grupo a ter que se autodefinir, nem a ser definido por outros - o fato de ser filho de ^gndios, nascido no local e "fichado na FUNAI" s^o indicadores suficientes para a afirma^o da sua identidade - e qualquer tentativa nesse sentido pode ser vista com suspei^o. A resposta de uma crian^ga de seis anos a uma pergunta feita sobre a sua identidade, esta sim feita provocativamente, pode demonstrar a perplexidade de um membro, se bem que imaturo, pelo fato de ter que se classificar em seu pr^oprio "mundo" - "n^o sou ^gndio, n^o. Sou gente". - no qual ainda n^o h^g contrastes, oposi^o entre ^gndios e n^o ^gndios, mas apenas gente. Entre ela e o adulto a perplexidade se modifica, pois o ^gltimo, tendo conhecimento da oposi^o, acredita-se posto em d^uvida, enquanto a primeira ainda n^o descobriu outra categoria que n^o fosse a de "gente".

O Patax^o, conforme podemos concluir de alguns depoimentos, descobriu, um pouco tardiamente a oposi^o, n^o apenas da categoria ^etnica mais ampla - ^gndio - mas tamb^em daquela

incluída nesta - pataxó -, podendo tal fato estar relacionado à própria penetração mais tardia da sociedade nacional através de suas frentes de expansão na área em que o grupo se localiza, bem como, posteriormente a ela, ao isolamento físico-geográfico, do subsistema. Uma índia de 55 anos confessou-nos que só há razoavelmente pouco tempo havia descoberto que era índia,

"eu não sabia que era índia... meu pai, os de antigamente dizia que tinha muitas ardeia aí fora e eu dizia que eu queria ver um índio, pensando eu que não era índia..."

e que os velhos

"falava que era tudo daqui mesmo, dessa tribo. Não sabia que era pataxó, falava que nós era índio. Depois que apareceu esses chefe é que falaram que nós era pataxó. Aí ficamos pataxó toda vida... Acreditamos porque eles conhece índio".

Assim, a oposição inicial era genérica, índio e não-índio, podendo talvez ser definida uma oposição em termos da categoria étnica específica a partir de 1968, data da criação do Posto Indígena e chegada do primeiro "chefe". Desse modo, de uma situação de índios genéricos teriam passado para aquela outra de índios com etnia específica, especificidade que, apontada por um membro da sociedade nacional, teria sido incorporada e utilizada como mecanismo de manipulação ideológica.

A oposição do Pataxó é mais acentuada em relação ao negro, contra o qual há uma série de estereótipos e a manifestação de uma atitude de superioridade étnica; são ouvidas referências tais como: "ele disse que era proibido casar com nego;

eles [os antigos] não gostava de nego"; "não gosto de nego por que nego é esse bicho... ingorá [macaco]. Não deixava filha mi nha casar com nego. Branco também empistia a gente, agora nego empistia mais, empistia a nação, o sangue fica preto"; "acho que o nego não deve viver aqui dentro da aldeia. Tem um bocado de nego aqui, os Índio casaram... mas não acho certo. Na aldeia de Índio não deve ter nego". Elas demonstram cabalmente o preconceito e a discriminação. O exemplo do "Índio negro", como se autodenomina um indivíduo, considerado etnicamente Pataxó pelo grupo, é também revelador da existência de uma conduta discriminatória contra membros do próprio in-group, devido ao preconceito de cor: "o negócio é que eles não gosta de preto, comigo mesmo. Eles fala... aqui não é todo mundo que gosta d'eu não. Por causa de minha cor".

Por outro lado, a discriminação que o Pataxó sofre fora dos limites do subsistema é atualmente considerada menos intensa que há algum tempo atrás, a mudança de orientação sendo devida, segundo o pensamento de vários membros, ao reconhecimento do grupo étnico pelo órgão oficial. Aqui estamos nos referindo à discriminação, efeito de uma situação de "fricção interétnica", dos Pataxó pelo segmento regional espacialmente mais próximo ao subsistema, ou seja, o município do qual faz parte, e outras cidades vizinhas para onde se deslocam mais frequentemente. Quando perguntado pelos motivos que justificariam a discriminação pelo "civilizado", o Pataxó costuma aludir ao fato de possuir a terra: "só pode ser por causa do tanto que é nosso, por causa de nossa terra. Nós acha que eles tem raiva por causa disso, porque nós não entrega a ninguém, nós quer morrer aqui". E, contraditoriamente, a própria terra

e outros direitos que o grupo tem, como assistência médica e distribuição de remédios, são vistos como motivação para a mudança de comportamento dos "civilizados" em direção a uma discriminação menos acentuada ou mais mascarada, pois "antes acontecia muito mais, hoje é mais pouco. Hoje não tá acontecendo mais porque muitos que anarquizava não sai daqui atrás de remédio. Mas mesmo assim...".

A autoidentificação étnica, com exceção daqueles casos já examinados de brancos e negros, por filiação étnica, que se atribuem a identidade Pataxó, geralmente apoiados no fato de serem casados com mulheres dessa etnia (funcionando o grupo nessas situações como confirmador ou negador da identidade), tem como pré-requisito fundamental a filiação do indivíduo, sendo apenas necessário ser Pataxó um dos genitores para o indivíduo se identificar como tal. Assim é que dos 66 chefes de grupo doméstico da Aldeia 53 (80,30%) se autoidentificaram como Pataxó, sendo 42 filhos de pai e mãe Pataxó e 11 de apenas um deles. Dos 13 restantes, 5 (7,58%) se identificaram como mestiços, sua filiação envolvendo sempre um branco ou um negro, de um lado, e um índio (genérico) "caboclo" ou "mestiço", do outro; 3 deram-se como negros (4,55%), sendo dois com ambos os pais "negros" e um com pai "negro" e mãe índia, o critério definidor neste último caso parecendo derivar das características aparentes do fenótipo; 2 disseram-se "brancos" (3,03%), filhos de pai "branco" e mãe "negra"; 2 afirmaram não saber se autoidentificar (3,03%), tendo um deles pai Pataxó e mãe "branca" e o outro pai não identificado e mãe "cabocla"; e apenas um se afirmou índio de outra etnia, Pataxó Hãhãhã (1,52%), filho de pai Caramuru Hãhãhã e mãe "civilizada".

Acrescentando-se, a esses, novos onze chefes de grupo do méstico que migraram para a Aldeia, teremos mais 6 Pataxô, dos quais 5 filhos de pai e mãe Pataxô e um de pai Pataxô e mãe "branca"; um "negro" (pai e mãe negros); um Caramuru Ianfô⁴³, com pais da mesma etnia; um Índio (genérico), com pai Pataxô e mãe negra; um "Índio do Posto Paraguaçu", com pai Índio e mãe "negra"⁴⁴; e finalmente, um Guarani⁴⁵, com pais da mesma etnia.

Dos chefes de grupo doméstico residentes na área do Parque, 22 se autoidentificaram como Pataxô (73,33%), dos quais 12 com pais da mesma etnia e 10 com um dos pais Pataxô; 2 como Índios de outra etnia (6,67%), sendo um Caramuru (pai da mesma etnia e mãe "branca")⁴⁶ e outro Caramuru Iguaxô⁴⁷ com pais da mesma etnia; 5 como "mestiços" (16,67%), tendo três deles um dos pais Pataxô, um, Índio genérico, e mais um com ambos os pais não declarados; e finalmente um "branco" (3,33%) com ambos os pais não declarados. O único chefe de grupo doméstico migrado para a área do Parque foi Pataxô, filho de pais também Pataxô.

O maior número de casamentos nas duas populações em conjunto é constituído por uniões intra-étnicas (58,95%), seguido de uniões de Pataxô com mulheres de outras etnias (21,05%), com predominância de "brancas" (8,42%), vindo depois as realizadas com "negras" (7,37%), "mestiças" (3,16%) e Índia genérica (2,11%). As uniões de mulheres Pataxô com outras etnias (15,79%), são assim distribuídas: 7,37% com "mestiços"; 3,16% com "negros"; igual proporção (2,11%) com "brancos" e com cônjuges que não sabem se autoidentificar; e 1,05% com Índio Pataxô Hãhãhã. Em 4,21% de casamentos ambos os cônjuges são de

etnia indígena não Pataxó, sendo os cônjuges masculinos respectivamente Caramuru e Caramuru Iguaxó, e os cônjuges femininos Caramuru e Índia genérica. Observa-se, assim, que os homens casam com mais frequência que as mulheres fora do grupo étnico e que a proporção de casamentos interétnicos é alta, 36,84%, o que indica o grau de miscigenação do grupo, não facilmente detectável na pirâmide de composição étnica uma vez que os filhos de casamentos interétnicos tendem a se autoidentificar e serem identificados como Pataxó, e, muito mais raramente, como "mestiços".

A população Pataxó como um todo, considerando-se inclusive o incremento demográfico havido, compõe-se ao final do nosso trabalho de campo de um contingente masculino representado por 277 indivíduos Pataxó (80,06%), 16 índios de outras etnias (4,62%), 36 "mestiços" (10,40%), 4 índios genéricos (1,16%), 6 "brancos" (1,73%), 5 "negros" (1,45%) e por 2 indivíduos que não souberam se autoidentificar; enquanto a população feminina distribuía-se por 257 membros Pataxó (80,31%), 8 índios de outras etnias (2,50%), 9 índios genéricos (2,81%), 9 "brancos" (2,81%), 20 "mestiços" (6,25%) e 17 "negros" (5,31%). Desse modo, a população total é predominantemente Pataxó, tendo as outras etnias contingentes reduzidos, com os "mestiços" em número ligeiramente superior.

5. O SUBSISTEMA ECONÔMICO

O estudo de um pequeno subsistema econômico de aldeia indígena como o que estudamos, aparentemente fácil de ser apreendido em seus mecanismos de organização e funcionamento, torna-se extremamente complexo pela cadeia de níveis a serem atingidos, e em razão da maior parte das atividades ocorrerem nos limites internos do sistema. Por outro lado, qualquer pequeno dado de significação econômica deve ser levado em conta, o que diretamente concorreu para o grande número de dados a ser considerado. Visto como parte de uma totalidade, o subsistema econômico seria o resultado da ação humana sobre o ambiente - "adaptation... by which man makes effective use for productive ends of the ends of the energy potencial in his habitat" (Cohen, 1972: 41) -, que desencadearia formas de organização social e ideológica. Dessa forma, define ele primariamente o sistema, ao tempo em que provoca a necessidade de regulação das relações sociais e a explicitação em termos ideológicos da sua ação. Quanto mais intensiva se dá essa ação-adaptação sobre o ambiente, a regulação e explicitação mais necessárias se tornam e mais eficazmente reagem. Por sua vez, o contingente demográfico que exerce a ação condiciona, pelo seu montante, o grau de utilização de energia e a forma de sua distribuição, tanto quanto, primariamente, foi por aquele condicionado.

O subsistema econômico que tentaremos analisar talvez possa ser visto como um modo de ação sobre o ambiente extensivo e não homogêneo. A sua tecnologia é fundamentalmente uma tecnologia captora e produtora de recursos alimentares, de curto

alcance, isto é, que exige grande dispêndio de energia muscular e em contrapartida oferece pequena captação e, ou, produção energética por unidade de força-de-trabalho. Totalmente na dependência de recursos extraídos do ambiente, e, só ocasionalmente, pelo trabalho assalariado fora dos limites da reserva, ligado a atividades de produção não primária, está permanentemente submetido aos ciclos de atividade animal e vegetal e às oscilações de temperatura e distribuição de chuvas, que, ao mesmo tempo, condicionam "... [its] ways of thinking about the world as well as [its] physical activities and the organization of [its] social relations" (Cohen, op. cit.: 44). A interdependência entre todos os subsistemas é, assim, muito grande, não havendo limites definidos de distribuição. O trabalho é a medida básica da relação entre indivíduos que partilham um espaço econômico onde têm lugar os contatos primários, e é em torno desse mesmo trabalho que tal sociedade funciona. Por se tratar de uma tecnologia de curto alcance (como o entendemos acima) ou de ação limitada, não exerce domínio muito efetivo sobre o ambiente, caracterizando-se por certa instabilidade na obtenção de recursos alimentares.

O fato de ser, essa, uma economia fraca e instável, implica na debilidade do poder político interno, que por sua vez não age como catalizador da ação grupal para outros fins econômicos que não aqueles de produção para consumo imediato e aquisição de itens não produzidos nos limites internos do sistema. Isso traz grandes implicações, apresentando o grupo pequena capacidade de mobilização e transferindo para o órgão tutelador a iniciativa de solução de seus mais graves problemas. Ao lado disso, há a considerar que, sendo exercício do

poder local um poder atribuído pelo chefe do Posto Indígena e consensualmente aprovado pelo grupo, ele tende a confundir-se com o do órgão protectionista externo, o que o enfraquece na opinião de todos. Existindo uma divisão de poder, facilmente detectável, tende a haver aceitação e subordinação ao agente politicamente mais forte - o chefe do Posto Indígena - em detrimento do "capitão", que exerce muito mais o papel de intermediário entre a representação do órgão tutelador e a população indígena. O "capitão", por sua vez, é essencialmente um chefe de grupo doméstico envolvido quotidianamente com os problemas da sua unidade de produção e assumindo nos intervalos o papel de chefia. A sua dependência econômica, mais acentuada que a de grande parte dos chefes de grupo doméstico, funciona como motivo na aceitação de certas situações ambíguas, que, geralmente, são interpretadas como concessão de favores por considerações pessoais, o que, é evidente, ajuda a minar a autoridade possível.

5.1. A PROPRIEDADE DA TERRA

O vínculo do índio com a terra pode ser considerado como a relação econômica fundamental, dependendo dessa relação primeira todo o equilíbrio do seu sistema. Crescentemente ameaçado da perda de seus territórios, o que tem implicado numa proletarização forçada e na desagregação dos grupos indígenas, tem o próprio índio reivindicado suas terras em público, como o fez um chefe Xavante na terceira assembléia de chefes indígenas em Meruri, ao dizer: "Nós pedimos primeiro a terra, onde a gente pode procriar, onde a gente pode crescer" (Vozes, 1976).

Como tutelado da União está garantida ao índio a "posse permanente das terras que habita e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes" (Estatuto do Índio, cap. II, art. 22). E o regime tutelar, por sua vez, aplica-se aos "índios e às comunidades indígenas ainda não integrados à comunhão nacional" (idem, art. 79). Isso põe, implicitamente, em questão a posse dessas terras no caso de índios não tutelados - logo emancipados do regime tutelar - pois o problema não é previsto pela legislação da qual, porém, se pode deduzir que permanece a posse, uma vez que não desaparece a identidade étnica, e portanto a condição de índio e de "comunidade indígena". A posse é legalmente caracterizada como a ocupação efetiva da terra que o índio detém "de acordo com os usos, costumes e tradições tribais, e onde habita ou exerce atividade indispensável à sua subsistência ou economicamente útil" (idem, art. 23),

permitindo aos índios a utilização de todas as riquezas naturais, inclusive "mananciais e águas dos trechos das vias fluviais compreendidas nas terras ocupadas e exercício da caça e pesca" (idem, art. 24, parágrafos 1º e 2º). A posse é assim delegada ao grupo indígena, que é titular do patrimônio indígena, podendo assim caracterizar-se como possessor legal e usufrutuário de um domínio da União, que, como "proprietário do solo" (Título IV, § 1º: 13) se faz representar pelo Ministério do Interior.

Dessa forma, o índio só detém legalmente o controle do fator de produção trabalho, e assim mesmo em termos⁴⁸, mantendo em relação à Terra o papel de possessor potencialmente permanente, que só possui o poder de uso e nunca o de troca. O que pode ser objeto de troca são os bens que ele retira da terra sob a forma de produtos agrícolas, e que resultam de investimento realizado em termos de trabalho; sendo o índio detentor de sua força de trabalho e não tendo sido alienado nos limites da Terra Indígena o valor de uso da mesma, é ele pois, proprietário do resultado de seu trabalho. Assim é que não são legalmente classificados como "bens indígenas", não integrando o patrimônio do grupo, "a habitação, os móveis e utensílios domésticos, os objetos de uso pessoal, os instrumentos de trabalho e os produtos da lavoura, caça, pesca e coleta ou do trabalho em geral dos silvícolas" (Título IV, Art. 41).

É importante notar que o trabalho que o índio investe na terra da reserva só lhe acrescenta valor durante o período em que o bem agrícola está em fase de crescimento ou maturação, exceto apenas para plantações permanentes que continuamente transferem valor à terra⁴⁹. No caso de cultivos temporários

próprios de uma agricultura de coivara o ciclo interrompe-se por força do pousio⁵⁰, quando então a terra readquire o seu caráter de bem natural, não resultante da força de trabalho humana. E é dessa forma primeira que o grupo indígena, enquanto unidade tribal, interage com a terra - considerada como bem que lhe é dado e que, grosso modo, exige dispêndio de energia (trabalho) na obtenção dos meios de subsistência, ou seja, não necessariamente na produção⁵¹, mas na obtenção (coleta, extração, captura) dos referidos meios;

"na forma mais original, isto significa que o indivíduo considera o solo como lhe pertencendo e nele encontra sua matéria prima, instrumentos e meios de subsistência não criados pelo próprio trabalho mas pela própria terra"⁵²

(Marx, 1975: 94).

Num segundo momento, essa relação é pelo menos rompida parcialmente quando o coletor, extrator ou capturador transforma-se também num produtor que investe ou cria valor. E ao criar valor ele se torna proprietário e passa a ter existência independente, adquirindo, a característica principal de produtor. Finalmente, num outro determinado momento, estabelece-se como que uma mediação entre produtor e terra através do surgimento do proprietário do solo - a União -, que transfere para o produtor a sua utilização, como acontece presentemente em relação aos grupos indígenas do Brasil. Tal utilização, por outro lado, é permitida em nome do grupo étnico, o qual define a forma de acesso de seus membros individuais à Terra e regula o sistema da respectiva transmissão; "na qualidade de membro natural da comunidade, ele participa da propriedade comunal e fica com

uma porção separada sob sua posse" (Marx, idem: 83) ⁵³. No caso em análise, a propriedade comunal poderia ser caracterizada como os campos abertos utilizados pelos animais, os campos de caça, as fontes de água, os recursos da floresta (frutos, árvores e espaços para abertura de roças), ou seja, tudo aquilo que não é resultante da produção, individual ou de grupo, e pode ser apossado por qualquer membro, em particular.

"Quando a propriedade existe apenas como propriedade comunal, o membro individual é, como tal, apenas possuidor de uma parte determinada da mesma, hereditariamente ou não, pois nenhuma fração da propriedade pertence ao indivíduo por si mesmo, mas, somente, enquanto parte da comunidade, e, conseqüentemente, como alguém em união direta com a comunidade e não dela separado. Daí ser o indivíduo apenas um possuidor. O que existe é apenas a propriedade comunal e a posse privada"

(Marx, idem: 72).

Essa definição da forma de propriedade Germânica aplica-se bastante bem à forma como ocorre a posse da terra pelo grupo indígena, valendo apenas a observação de que no caso específico que estudamos não se trataria de propriedade - por motivos legais, como vimos em nota - mas de posse comunal, tanto em relação à parte destinada ao uso comum não personalizado pelo trabalho, como àquela parte em que o possuidor é também produtor, caracterizando-se tão somente como proprietário dos bens criados pelo seu próprio trabalho e pelo de sua unidade de produção. Em outras palavras, talvez pudéssemos afirmar que no primeiro caso os membros do grupo apossam-se de bens pela apropriação, enquanto no segundo pela produção.

Na aldeia de Barra Velha a posse individual de parcelas de terra é garantida ao membro pertencente ao grupo étnico por laços de consangüinidade ou afinidade. A posse define-se pelo trabalho que se transfere à terra; enquanto esta contiver trabalho humano o grupo reconhece a posse individual; no momento, porém, em que cessa ou se interrompe o fluxo de energia do produtor para a terra, esta retorna à posse do grupo, e como tal pode ser mais uma vez pretendida por qualquer de seus membros. Dá-se dessa forma uma permanente cessão da terra, em caráter provisório, a cada membro individual - seja ou não chefe da unidade familiar de produção -, que a ocupa por tempo determinado⁵⁴, ao fim do qual ela permanece em pousio, já novamente na posse grupal, podendo ao final do pousio ser apossada por outro membro do grupo. Isso é extremamente interessante se considerarmos que a posse só se faz individualmente em termos de uma área determinada por um tempo também definido, ao cabo do qual essa posse se transfere para um novo local, ocorrendo a quebra da posse anterior e a integração em uma nova. Isto é muito bem explicitado pelos próprios índios, que, quando interrogados quanto à área de terra que foi abandonada por determinado produtor, declaram que "qualquer um querendo fazer roça pode fazer. Uns pede, outros não. Não precisa pedir, qualquer um pode tomar conta".

Da mesma forma, são eles capazes de definir o sistema de vinculação com a terra, demonstrando a perfeita consciência

considerado como fazendeiro, dono de propriedade. Porque índio não pode ter uma fazenda e viver na aldeia...". Nota-se, assim, que o grupo não admite a idéia do índio proprietário, porque isso escapa ao modelo que o cerca e ao qual está ligado. Igualmente, não pode admitir a existência de propriedade na área em que vive:

"mas é pelo motivo que não pode ser uma fazenda, um negócio dentro do Parque da Aldeia, eu acho que eu, nem ninguém aqui não pode vender prá outro, como uma fazenda. Quer dizer é uma aldeia, é de nós tudo... E eu não posso vender a terra prá outra pessoa".

Uma ocasião houve em que um desses índios, proprietário fora dos limites da aldeia (com posse registrada de terra do Estado), exigiu de um índio morador de Barra Velha recibo pela venda de um coqueiro, provocando viva reação de todos.

"Eles com negócio de fazenda, no meio da civilização mais que nós, e quer ser mais sabido. Nós não pode dar recibo na área da aldeia, não. Aonde nós pode pegar um recibo é se nós chegar a comprar um lugarzinho, qualquer coisa do lado do Prado e mesmo do Caraiva prá lá. Então aí é obrigado nós pegar um recibo, como compramo e paguemo. Mas aqui, não, porque a aldeia é de nós tudo. Nós temo um bocado de filho; amanhã a gente morre e fica prus filho e aí vai... É uma sesmaria, fica prosperando prus outro, outros novo".

O espaço organiza-se, desse modo, em função das necessidades do grupo, definindo-se basicamente um "espaço social"

(residencial) e um "espaço econômico" (agrícola e não agrícola). Em determinados momentos o social e econômico não agrícola confundem-se por haver uma sobreposição espacial. A aldeia e o espaço central, domínio comum de todos os habitantes que aí residem - individual nos limites do local de morada, que compreende a casa propriamente dita e a sua extensão efetivamente utilizada, plantada ou não; grupal, a área maior, socialmente ocupada e que compreende as fontes d'água, o espaço sagrado (igreja e cemitério), e o espaço de circulação. Nos limites da aldeia tendem a sobrepor-se, como colocamos, o espaço residencial e o econômico, ao nível do comércio, do artesanato e da transformação de alimentos e outros bens direta e indiretamente consumidos.

A unidade mais ampla é a Reserva, em cujos limites se localiza a aldeia. Fazem parte da Reserva os ecossistemas marítimo, fluvial, do brejo e do mangue, da restinga, dos campos, e da floresta, todos economicamente utilizados. Com exceção dos campos e da floresta podemos falar numa apropriação de bens naturais - domínio comum - onde é dispendida energia exclusivamente na obtenção desses bens, havendo investimento de trabalho somente através da sua coleta e, ou, captura; logo, nenhum valor é acrescentado à fonte natural, que se mantém como fator exclusivamente de coleta. A floresta e algumas vezes os campos (pouco frequentemente) são ora fatores de produção, ora de apropriação - domínio comum ou individual conforme a atuação econômica que sobre eles se exerça. Vê-se assim que há mais espaço de apropriação de bens do que de sua produção, o que talvez a própria diversidade de potencial econômico do espaço explique, na medida em que permite a configuração de

uma estrutura ocupacional não muito concentrada num dado tipo de atividade, o que equivale a uma estrutura também relativamente diversificada, havendo a utilização de todos os subsistemas do espaço econômico. Em termos ecológicos isso é bastante importante, evitando o desequilíbrio do sistema, na medida em que não ocorre o esgotamento por superutilização de um subsistema, simultaneamente à subutilização de outro.

O espaço agrícola é o único economicamente individualizado, ocupado em pequenas parcelas pelos produtores. É também suficientemente descentralizado, caracterizando-se ainda pela rotatividade e pelo maior fluxo de energia circulante transferida e captada pelo produtor. A estratégia da sua organização consiste no estabelecimento de associações temporárias de plantas diretamente úteis ao homem naquelas parcelas, tempo esse durante o qual o produtor se caracteriza como posseiro que, por seu trabalho, se apossa de um domínio individual. Geralmente, no caso dos que não residem na aldeia, o espaço econômico-agrícola mais amplo é também espaço residencial, na medida em que não há uma unidade habitacional ampla que se oponha àquela utilizada economicamente, como no caso da aldeia que definimos como "espaço social", onde se localizam as unidades centrais - cemitério, igreja, sede do Posto Indígena (rádio-comunicação e farmácia), casas comerciais e de residência. O proprietário do solo - a União - exerce igualmente o poder político, que, externamente originado, se faz representar pelo Posto da FUNAI como agência de governo localmente centralizado.

5.2. A ESTRUTURA OCUPACIONAL

A população economicamente ativa de Barra Velha e da área do Parque Nacional do Monte Pascoal distribui-se, como vimos, de forma extensiva sobre o ambiente, utilizando-se de todos os tipos de espaço economicamente capazes de produzir. Essa organização constitui um indicador da adaptação do grupo, que dessa forma aumenta consideravelmente as possibilidades de atuação contínua sobre cada ecossistema sem levá-lo a exaustão, a curto ou médio prazo, ao tempo em que diversifica as formas de ação econômica e atinge maior rentabilidade ou equilíbrio pela utilização simultânea de espaços econômicos com potenciais diversos. Assim, trata-se de uma população relativamente diferenciada a nível de distribuição das forças produtivas.

Caracterizando-se basicamente como apropriadora e, ou, produtora, essa população tem acesso equitativo a todos os meios de produção naturais - terra, mar, mangue, floresta -, mediante os quais define sua posição no subsistema econômico. Não há, portanto, distinção entre detentores e não detentores a nível do sistema local, encontrando-se todos na situação de detentores dos referidos meios. Diante disso, talvez pudéssemos dizer que as forças produtivas e as relações de produção estão em correspondência, não havendo contradição entre elas. Por outro lado, isso não significa a inexistência de indicadores sócio-econômicos diferenciais que permitam concluir sobre a ação mais eficaz de uns poucos sobre os meios de produção, destacando-se, assim, da grande maioria, que vive a nível

estritamente de subsistência. Tal diferenciação, contudo, é bastante vulnerável, pois inconstante, estando em grande parte na dependência dos resultados positivamente desiguais da utilização de determinado meio de produção - em virtude da fertilidade e situação da terra, por exemplo - que em larga medida independe da ação humana, uma vez que a interferência desta é bastante limitada, restringida que está a ação pelas condições de fertilidade natural. Objetivamente, poderíamos concluir pela existência de uma população cujos membros estão, em potencial, na mesma situação estrutural de dependência dos recursos da natureza, o que a define como um segmento social sem oposições internas, o que é explicável pela situação primeira de posse potencialmente igual para todos os que são socialmente pataxós, embora legalmente só seja atribuída à população etnicamente pataxó. E nesse momento, talvez se dê a inversão de uma situação estrutural mais ampla - os índios assumem o papel economicamente dominante nos limites da reserva, em relação aos não índios; através daqueles é que estes participam do subsistema econômico, tendo acesso, por extensão, aos mesmos recursos dos quais formalmente não são detentores. Isso talvez explique a própria reação do grupo, expressa geralmente sob a forma de discriminação justificada pelo preconceito racial, a brancos e negros, e principalmente a estes últimos, o que pode ser visto tanto como reação à situação de dominação que sofre fora da reserva, quanto como resultante da imagem do ambiente como "bem limitado" (Foster, 1965) que cabe preservar e conservar restrito à utilização dos membros do in-group.

Não podemos falar de estratos sócio-econômicos diferenciados,

pois não existem estratos e sim apenas um grupo detentor dos meios de produção, que age a nível dos grupos domésticos, distribuindo-se estes por níveis ocupacionais diversos que guardam entre si estreita complementariedade. O subsistema económico define-se, dessa forma, por essa complementariedade, que constitui a condição fundamental para seu funcionamento. Por outro lado, é importante assinalar que, embora engajados em níveis produtivos bem definidos, tais grupos domésticos produtores, ou mesmo os ocasionais produtores individuais, não são especializados, e podem mudar suas posições ou ampliá-las dentro do quadro das alternativas económico-ocupacionais. Este quadro esgota-se, basicamente, nos limites imediatos do ambiente, o que o define como um campo de ação económica limitado.

Os níveis ocupacionais polares que configuram a estrutura ocupacional da Aldeia de Barra Velha são:

1. Agricultura
2. Pesca
3. Artesanato
4. Comércio

que funcionam em seus próprios termos, e combinados entre si e a mais dois subníveis (transformação e prestação de serviços). O maior contingente humano está ligado à agricultura - dos 66 chefes de grupo doméstico recenseados, 36,4% definem-se como exclusivamente agricultores, e 45,4% como agricultores que também exercem outras atividades, nas quais a maior concentração está relacionada ao artesanato, e em seguida à pesca. Dessa forma, 82% da parte da população composta pelos chefes de grupos domésticos está vinculada à agricultura, exclusivamente ou em combinação a outras formas de ação económica.

A pesca vem em segundo plano, com 12% dos chefes de unidades de produção a ela dedicados - definindo-se 7,5% como exclusivamente pescadores, e 4,5% como tendo a pesca como atividade predominante. Finalmente, os 6% restantes têm no artesanato e comércio suas atividades econômicas básicas.

Comparando-se essa estrutura ocupacional com as atividades anteriormente desenvolvidas por esses mesmos chefes de unidades domésticas, nota-se que houve certas mudanças. As atividades polares eram as mesmas, com exceção do Artesanato, que praticamente inexistia, e o acréscimo da Transformação, da Construção Habitacional e da Manufatura⁵⁵. O contingente diretamente ligado à agricultura era relativamente pouco menor - 78% -, e dele 49% eram apenas agricultores, combinando os restantes 29% a agricultura com as demais atividades polares, e ainda com duas secundárias, prestação de serviços e artesanato. Nesses casos em que havia combinação de atividades, a maior concentração dava-se em Agricultura e Pesca e em Agricultura e Transformação. À pesca estavam ligados 6% dos recensados, metade dos quais em caráter exclusivo, e a outra metade aliando a ela a transformação e o artesanato, respectivamente. Dos 16% restantes, 10% distribuía-se pelas demais atividades polares, enquanto 6% não exercia qualquer atividade econômica autônoma, sobrevivendo graças à venda da sua força-de-trabalho. As diferenças que se podem verificar, comparativamente, em relação à atual estrutura ocupacional, são devidas, fundamentalmente, à ação desenvolvida pelos chefes de grupos domésticos no exterior dos limites da reserva, o que se explica pelo fato de alguns deles estarem participando do processo de produção com atividades de transformação, construção e

manufaturaçãõ fora do território indígena. O artesanato era muito pouco utilizado como atividade economicamente rentável, e apenas 7,5% dos chefes de família dele se valiam em associaçãõ com agricultura e pesca; por sua vez, a prestaçãõ de serviços, da mesma forma que na atual estrutura ocupacional, man^{tinha}-se na dependência da presença de pessoas de fora, principalmente eventuais funcionários da FUNAI. No essencial, porém, não houve alterações significativas em relação a dois ní^{veis} - agricultura e pesca - que podem ser considerados, juntamente com o artesanato, como aqueles mais importantes na es^{trutura} atual.

Quanto à população localizada nos limites do Parque Nacional do Monte Pascoal, mas fora da aldeia, não apresenta mai^{ores} diferenças - agricultura e pesca são os ní^{veis} ocupacionais básicos, que se apresentam isoladamente ou associados ao artesanato e atividades de transformaçãõ; 86,6% dos seus trin^{ta} chefes de grupo doméstico estão ligados à primeira, sendo que 60% de forma exclusiva. O artesanato surge como ní^{vel} secundário mais importante, enquanto a atividade de transformaçãõ (serragem de madeira) é muito pouco significativa. As ati^{vidades} anteriormente exercidas eram as mesmas da estrutura ocupacional atual, observando-se apenas, presentemente, um pe^{queno} decréscimo no número daqueles que se situam no ní^{vel} agrícola, situaçãõ inversa à da pesca, que tendeu a um pe^{queno} aumento.

Vale chamar a atençãõ para um fato que foi comum às duas populações, consideradas em separado para fins de análise, e que se refere ao fato de não terem sido em nenhum momento re^{feridas}, como atividades exercidas, atual ou anteriormente, a

coleta animal e a extração⁵⁶, que foram antes, mais que no presente, bastante importantes no balanço da dieta doméstica. Muito poucos atualmente não estão diretamente ligados a tais atividades, podendo-se mesmo dizer que o mangue é a fonte mais regular de proteína animal, enquanto a extração, embora menos constante, tem também um peso significativo. Todavia não foram consideradas como atividades econômicas exercidas por nenhum dos chefes de grupo doméstico. Poderíamos levantar a hipótese de que isso ocorreria pelo motivo de se tratarem, ambas, de ocupações exercidas a partir da apropriação de um bem natural, mas o mesmo seria verdadeiro para outras atividades como pesca, artesanato, transformação e manufaturação.

O fato, que se poderia invocar, de serem essas últimas atividades consideradas pelos índios como resultantes de apropriação ou de produção sobre meios de produção naturais, aos quais só se incorporaria valor mediante o beneficiamento, também seria verdadeiro para a coleta animal, e para a extração da piaçava; pois o cozimento e a limpa da piaçava são, também elas, formas de beneficiamento. Isto parece permitir-nos concluir que a todas elas, ou melhor, aos bens resultantes do exercício das atividades, transfere-se um duplo valor, se considerarmos para fins de análise aquele primeiro momento em que ocorre a apropriação do bem, e um segundo momento, em que se beneficia esse mesmo bem. Na pesca não há, beneficiamento, e isso torna vulnerável tal argumentação. Mas talvez haja um elemento fundamental a ser levado em conta, e capaz de demonstrar a lógica da classificação dos níveis econômicos pelos Pataxó a a propriedade do instrumento, ou seja, "a relação do trabalhador com o instrumento como algo próprio, em

que ele trabalha como proprietário do instrumento" (Marx, 1975: 94). Aqui, estamos considerando não apenas o instrumento material, pré-requisito ao exercício de toda atividade, mas fundamentalmente a propriedade do instrumento que é a própria habilidade.

"É claro que, quando a propriedade do instrumento é o relacionamento com as condições do trabalho como propriedade, no trabalho real o instrumento surge, meramente, como um meio de trabalho individual e a arte de, efetivamente, apropriar-se do instrumento para empregá-lo como um meio de trabalho aparece como uma habilidade essencial do trabalhador, que faz dele o dono de seus instrumentos"

(Marx, op. cit.: 95).

Assim, conquanto essa habilidade possa ser definida como necessariamente indispensável, logo pré-requisito, à utilização econômica que os indivíduos fazem de todas as atividades que compõem seu subsistema econômico, e às quais se afirmam vinculados, apenas em duas delas, justamente aquelas não definidas por eles dentro da estrutura ocupacional, tal habilidade não constitui pré-requisito indispensável. A coleta animal pode ser, e o é efetivamente, exercida por qualquer pessoa, homens, mulheres e crianças, ficando apenas na dependência do natural movimento cíclico das marés, não sendo dessa forma a propriedade do instrumento garantida por especial habilidade. Essa conclusão ajusta-se também à extração, só que com a diferença de se tratar de uma ocupação predominantemente, mas não exclusivamente, masculina.

Se tentarmos definir o grau de habilidade exigida por

cada uma das atividades que a têm como um pré-requisito indispensável, talvez pudéssemos colocar a agricultura em primeiro plano, e logo depois a pesca, a ela se seguindo todas as outras - artesanato, transformação e manufaturação - que parecem manter unidade entre si, quanto mais não fosse em razão mesmo de terem como matéria prima básica a madeira. O comércio, por outro lado, definir-se-ia por um pré-requisito mais específico, qual seja a capacidade de dispor de uma pequena soma em capital-dinheiro.

Referimo-nos, por outro lado, no início deste capítulo, à existência de indicadores sócio-econômicos diferenciais, que dizíamos permitirem concluir sobre a ação mais eficaz de uns poucos indivíduos sobre os meios de produção, ação essa caracterizada como em grande parte fora do controle dos esforços produtivos dos agentes econômicos. Contudo, temos que considerar que se essa falta de controle condiciona basicamente todas as atividades, algumas delas há que dependem mais da atuação individual e da própria capacidade de absorção do mercado, considerado respectivamente nas suas variantes local e regional - como é o caso, por exemplo, do comércio e do artesanato. Tornado possível por uma atividade agrícola - direta ou indireta - inicial, com a qual se conseguiu uma pequena acumulação em dinheiro depois investido em bens, principalmente industrializados, o comércio localizado na Reserva tenta a reprodução ou ampliação de um pequeno capital circulante investido sob a forma de capital-dinheiro, num empreendimento que, dessa forma, ficará na dependência da capacidade de compra dos consumidores, por sua vez condicionada pelo resultado do trabalho na agricultura, pesca e artesanato. Este último, ao

contrário, orienta-se principalmente para o mercado externo, regulando-se assim pelos seus fluxos de demanda, dos quais fica dependente. O trabalho é canalizado primeiramente para a confecção do objeto, na qual a maior habilidade artística possibilitará maior rendimento, e, num segundo momento, para a tentativa de introduzi-lo no mercado. É em larga medida o resultado das atividades comerciais e artesanais que, em última análise, explica o surgimento de uma pequena diferenciação econômica, permitindo aos seus agentes uma crescente independência em relação às atividades reguladas pelos ciclos da natureza e, conseqüentemente, a diversificação da estrutura ocupacional. Tal diferenciação econômica pode ser detectada por essa já referida independência e por certos objetos materiais que, pelo seu caráter de bens raros, se transformam em símbolos de prestígio social, sendo supérfluos em termos da produção.

5.3.1. ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÍCOLA

O espaço agrícola é, como vimos, aquele de maior significado econômico para a Reserva Pataxó que, assim, passa a ser entendida como composta de um núcleo populacional central - aldeia propriamente dita - e de uma área mais ampla, contígua ao núcleo central, a que nos temos referido como "área do Parque Nacional do Monte Pascoal", e onde o povoamento é disperso.

Tomado como o "conjunto do espaço em cultivo, com as diversas utilizações do solo que ele comporta", compreenderia então

"não apenas os campos semeados, mas ainda os jardins, as plantações de árvores ou arbustos, e os cultivos de plantas forrageiras ou industriais. Os bosques, os pastos, e de uma maneira geral os espaços cobertos de vegetação espontânea, ainda que sejam objeto de uma utilização mais ou menos regular pelo homem, não devem ser considerados como fazendo parte do território"

(Ribeiro, 1970: 222).

Logo, o critério básico definidor do espaço ou "território agrícola" (ibidem) seria a ação deliberada e controlada do homem com o fim de produzir e retirar recursos necessários à sua sobrevivência. Contudo, será aqui apenas considerado como aquela parte do espaço que, por se opor ao "espaço social", tem seus limites mais precisamente definidos, ou seja, a das áreas cultivadas - equivalentes aos "campos semeados" - que constituem as unidades territoriais básicas de produção e que, em seu conjunto, podem ser vistas como o espaço econômico central.

Os "jardins" e as "plantações de árvores e arbustos", pela distância em que se situam em relação ao espaço agrícola centralizado e definido como tal - o espaço ocupado por roças - serão considerados extensões do "espaço social" sob a forma econômico-agrícola.

Embora principalmente concentrado em vários núcleos, o raio e o grau de dispersão do espaço agrícola dos Pataxó é grande. Isso o caracterizaria como um "território instável", onde os longos pousios, provocando deslocamento dos campos, dariam a estes a característica de "campos inacabados" "abertos de maneira imperfeita, obstruído pelos restos de sua cobertura vegetal espontânea..." (Ribeiro, op. cit.: 224). Localizado a oeste da aldeia, ele organiza-se no sentido E-W, acompanhando as barrancas dos vales dos rios Caraiva e Corumbau; trechos descontínuos de campo, (num total de 2.548 ha (V. mapa V), interpenetram-se com "grotas" de mata até um máximo de quase 10 km a oeste da aldeia, e daí em diante instala-se a floresta primária, de forma contínua⁵⁷, até o limite ocidental do Parque Nacional do Monte Pascoal. Assim, as unidades agrícolas são organizadas nos terrenos de "capoeira", "capoeira/mata" ou "mata" que margeiam os campos, acompanhando os vales dos já referidos rios. Esses núcleos de cultivo guardam bastante distância entre si e da aldeia, que varia, contudo, conforme sejam plantados pela população de Barra Velha ou por aquela definida como do Parque Nacional do Monte Pascoal.

Consideremos primeiro a da aldeia de Barra Velha; dos 54 chefes de grupo doméstico que possuem "roças", quatro as têm fora da Reserva e escapam ao nosso quadro de análise, uma vez que devem ser classificados como proprietários particulares,

nisso assemelhados aos membros da sociedade e etnia nacionais. Restam assim 50 produtores agrícolas, chefes de grupos domésticos, que têm suas unidades de produção⁵⁸ distribuídas em dois núcleos principais - "Imbiriba" e "Prego" - e em alguns núcleos secundários. Os dois principais ficam respectivamente a cerca de 5 e 6 km da aldeia, em linha reta, enquanto dos secundários o mais afastado é "Brejo Grande", a perto de 15 km, o que coincide com o limite máximo de penetração e ocupação agrícola. As grandes distâncias são justificadas como formas de escapar à competição criada pelos animais que, inicialmente mantidos nos limites da Aldeia, constituíam ameaça constante às unidades de produção que se localizavam em seus arredores; mas são também resultantes do avanço próprio à agricultura itinerante; ou seja, o tipo de agricultura praticada, de base extensiva, que progressivamente necessita de novas áreas, teria sofrido a interferência de um fator externo ainda mais eficiente na provocação do afastamento, ocorrendo em última análise uma competição entre populações - humana e animal - agindo sobre o mesmo ambiente. O resultado dessa penetração foi a concentração de 56% das unidades de produção nos dois núcleos principais e a dispersão de 44% pelos dez secundários; destes, quatro unidades de produção (8%) tinham simultaneamente unidades agrícolas em locais diferentes, combinando núcleos principais e secundários entre si. Nota-se assim grande dispersão do espaço agrícola, o que parece querer indicar maior possibilidade de expansão dentro de certo limite espacial, o que depende da existência de um número restrito de ocupantes, mas essa tendência não se registra como um todo, haja visto razoável concentração encontrada nos dois núcleos principais.

Outro fator que motiva a descentralização seria a maior segurança que teriam as próprias unidades agrícolas em terrenos menos ocupados e assim menos sujeitos aos riscos de queimas acidentais e conseqüentes perdas nas plantações. Por outro lado, a diversificação espacial das unidades de produção, com unidades agrícolas instaladas em locais diferentes, parece que quer indicar a tentativa de reduzir os riscos, ou distribuí-los, em função das probabilidades de ganho ou perda apresentadas pelas várias alternativas que cada lugar em especial oferece.

A área utilizada por essas cinquenta unidades de produção é de duzentos e vinte e quatro tarefas⁵⁹, correspondentes a 80,64 ha, o que dá, em média, 1,6 ha para cada uma dessas unidades. A elas, por sua vez, pertencem 88 unidades agrícolas ou "roças", sendo que 58% das unidades de produção mantêm mais de uma unidade agrícola (tendo 44% duas, 12% três e 2% quatro roças) e 42% apenas uma. O núcleo com maior intensidade de ocupação é o do "Prego", com 33,21 ha, seguido pelo da "Imbiriba" com 10,62 ha, distribuindo-se o restante das plantações pelos núcleos secundários, dos quais o menor tem 0,72 ha. Considerando-se a superfície de terra efetivamente cultivada em relação ao número total de componentes das unidades de produção, teríamos uma proporção de 0,26 ha per capita, mas, se considerada em relação apenas à mão-de-obra envolvida no processo de produção agrícola, ela seria de 0,34 ha. Disso podemos concluir que a densidade populacional em relação ao território agrícola é alta, com 5,8 indivíduos por ha plantado, o que equivale a dizer que há, em termos, um excedente de população, ou que há uma extremamente baixa taxa de utilização agrícola, orientada quase que estritamente para a

subsistência. Da mesma forma observa-se uma composição desequilibrada dos núcleos de cultivo, com um dos principais tendo mais que o dobro de área do outro e os secundários apresentando uma regular distribuição, exceto para cinco deles que registram taxas muito baixas de ocupação. A área média utilizada por núcleo (principais e secundários) é de 6,72 ha, o que, mais uma vez, indica a grande dispersão espacial e ocupação rarefeita, com pequenos claros espalhados numa ampla área, o que parece confirmar o colocado anteriormente a respeito da dispersão dirigida a terrenos de menos uso e pouco sujeitos a possíveis acidentes em razão da menor proximidade de outras unidades agrícolas. Ao mesmo tempo, trata-se da expansão natural para espaços mais novos, uma vez que os dois núcleos principais são áreas de ocupação menos recente.

Ao fim do trabalho de campo, portanto após um intervalo de oito meses, procedemos a uma verificação do número de unidades de produção, a fim de detectar possíveis alterações na estrutura espacial agrícola. Constatamos que quatro unidades agrícolas haviam sido abandonadas⁶⁰, o que implicaria no desaparecimento provisório de quatro unidades de produção, pois cada uma destas compunha-se de uma única unidade agrícola; e, que quatro novos núcleos secundários haviam surgido, assim como duas novas unidades de produção, enquanto a superfície cultivada tinha aumentado em vinte tarefas e um quarto, ou seja, em 7,47 ha, passando dessa forma a área agrícola para 88,11 ha. Isto em termos da distribuição de terra cultivada per capita, representou um pequeno aumento de 0,024 ha. Em funcionamento, havia quarenta e oito unidades de produção (uma diminuição portanto, de duas unidades em relação ao número existente

anteriormente), a que correspondiam noventa e três unidades agrícolas.

Quanto à terra explorada pela população que definimos como habitante da área do Parque Nacional de Monte Pascoal, vinte e sete unidades de produção distribuem-se por onze núcleos, quatro dos quais - "Belém", "Anjo", "Prego" e "Porto da Palha" - têm maior concentração (74% daquelas unidades), enquanto há sete com apenas uma unidade de produção por núcleo. Desses onze núcleos quatro são novos, não tendo sido utilizados pela população da Aldeia - o já citado "Belém", e ainda "Onça", "Boa Vista" e "Ingai", todos localizados no sul da área. Na maior parte, estes núcleos de ocupação agrícola coincidem com os locais de residência, ou, quando isso não acontece, ficam muito próximos a eles, não existindo portanto necessidade de grandes deslocamentos - o que estabelece um contraste fundamental com a situação da Aldeia. A intensidade de ocupação, exceto no caso dos núcleos de maior concentração, apresenta-se também baixa, variando de 2,52 ha a 0,36 ha. A área total de ocupação agrícola por essas vinte e sete unidades de produção é de 50,20 ha, cabendo assim, em média, 1,86 ha a cada unidade de produção. Relacionando a área agrícola utilizada com a população economicamente ativa, teremos uma proporção de 0,35 ha per capita. Observa-se, pela comparação, grande semelhança com o quadro apresentado pelas terras agrícolas da aldeia, verificando-se, porém, pequena diferença, para mais, em relação à área cultivada, por unidade de produção e pela população economicamente ativa, o que significa maior equilíbrio entre área cultivada e mão-de-obra correspondente.

Considerando agora as duas populações em conjunto, o que

equivale a considerar a reserva como um todo, teríamos uma área cultivada de 138,31 ha, que, relacionada ao número total de unidades de produção agrícola, daria a média de 1,80 ha para cada unidade, ou seja, aproximadamente cinco tarefas. Tomando-se em seguida toda a população economicamente ativa, haveria para cada produtor individualmente considerado 0,36 ha. E, finalmente, trazendo à consideração toda a população existente na reserva, uma vez que também os não-produtores agrícolas terão que ser atendidos em suas necessidades de alimento vegetal, haveria 0,21 ha por habitante⁶¹.

Comparando esses dados com aqueles resultantes do trabalho de fotointerpretação realizado por Agostinho sobre levantamento aerofotogramétrico realizado em 1975 (Mapa nº V) teria ocorrido, no período de pouco mais de um ano⁶², um aumento de 52 ha na área de efetiva exploração agrícola, pois a superfície então utilizada era de 86 ha. Levando ainda em conta a área agricultável dentro do espaço ocupado pelos Pataxó, que é de 2.585 ha, com a área agricultada que encontramos - 138 ha -, haveria hoje 5,33% de superfície cultivada, superior em 2,01% à existente em 1975.

Por outro lado, aquilo que à primeira vista poderia ser considerado um dado que configuraria uma situação privilegiada para o grupo em termos econômicos, ou seja, a maior proporção de mata em relação à de capoeira em seu espaço de ação, deixa de o ser integralmente quando verificamos a quantidade de terras não agricultáveis⁶³, 2.548 ha, distribuída entre 1.908 ha com campo de sapé e 640 ha de "campo nativo"⁶⁴. Ora, supondo-se, e com bastante margem de segurança, que os campos de sapé sejam o resultado da degradação da mata submetida a

utilização continuada, a área agricultável imediatamente disponível torna-se pequena para um grupo em expansão demográfica, pois está sob o efeito crescente de um processo de desvalorização - economicamente falando -, provocado pelo empobrecimento do solo-matéria. Considerando-se que a proporção, modulada, entre área agricultada (138 ha = 1) e área agricultável (2.585 ha) é de 1 ha agricultado para cada 18,73 ha agricultáveis, a margem de segurança de utilização econômica é duvidosa, dado o grau e a velocidade estimada da degradação dos solos e da invasão dos capins.

Tendo tudo isso em conta é que, com reservas, tentaremos empregar as fórmulas que Carneiro (1961) aplicou à agricultura Kuikuro, as quais terão aqui por principal objetivo verificar aquilo que, potencialmente, e mantendo-se constantes os fatores de produção (o que equivale a uma situação "ideal" ou "quase ideal"), poderia ocorrer a uma população com as características da Pataxô. Claro está que se reconhecemos o caráter ideal da situação, a sua probabilidade de ocorrer na prática é bastante questionável; levantando-se, porém, ainda que teoricamente, as possibilidades ideais, ou aquilo que potencialmente seria de se esperar, teremos condições de definir a margem de defasagem entre o potencial e o real, motivo que nos parece suficiente para tentar a operação dos cálculos referidos.

Sendo as variáveis,

P = população;

A = área cultivada em ha por hab;

Y = número de anos durante o qual um terreno pode produzir sem ser abandonado;

R = número de anos de abandono para fertilização;

T = área total cultivável, alcançável a pé; e

L = número de anos que uma aldeia pode ficar sem mudar,
e sendo os dados

A = 0,28 ha por habitante (considerando-se a população total,
ativa e inativa ligada à agricultura);

R = 5;

Y = 3 (cálculo para menos, pois, regra geral, produz durante
quatro anos); e

T = 2.585

teríamos, experimentalmente utilizando os dados atuais:

$$P = \frac{T}{R + Y} \cdot Y$$

$$A$$

$$P = \frac{2.585 \cdot 3}{5 + 3}$$

$$0,28$$

$$P = \frac{7.755}{8}$$

$$0,28$$

$$P = \frac{969,38}{0,28}$$

P = 3.462 ou seja, a população agrícola suportável.

$$L = \frac{T}{(P \cdot A) / Y}$$

$$L = \frac{2.585}{(483 \cdot 0,28) / 3}$$

$$L = \frac{2.585}{135,24/3}$$

$$L = \frac{2.585}{45,08}$$

L = 57,34 ou seja, 57 anos seriam necessários para esgotar toda a área cultivável Pataxó, sem replantar após o abandono.

$$T = \frac{P.A}{Y} \cdot (R+Y)$$

$$T = \frac{483 \cdot 0,28}{3} \cdot (5+3)$$

$$T = \frac{135,24}{3} \cdot 5+3$$

$$T = 45,08 \cdot 8$$

T = 360,64 ha ou seja, área mínima para os Pataxó serem sedentários. Sendo 360 ha 13,93% do total de terra cultivável, eles seriam sedentários por uma margem de 86,07%.

Arbitrando-se porém o pousio para trinta anos - período que permitiria uma mais completa recomposição da cobertura vegetal, assegurando o nível de produtividade das unidades agrícolas - teríamos:

$$P = \frac{2.585 \cdot 3}{30+3}$$

$$0,28$$

$$P = \frac{7.755}{\frac{33}{0,28}}$$

$$P = \frac{235}{0,28}$$

$$P = 839,29$$

$$L = \frac{2.585}{(483 \cdot 0,28)/3}$$

$$L = \frac{2.585}{135,24 / 3}$$

$$L = \frac{2.585}{45,08}$$

$$L = 57,34$$

$$T = \frac{483 \cdot 0,28}{3} \cdot (30 + 3)$$

$$T = \frac{135,24}{3} \cdot (30 + 3)$$

$$T = 45,08 \cdot 33$$

$$T = 1.487,64$$

Assim, considerando-se um pousio de trinta anos, o território agrícola ocupado pelos Pataxó suportaria uma população de 839 habitantes, sendo necessários 57 anos para permitir sedimentarização, por outro lado, de 360,64 ha num pousio de cinco anos passa, nesse caso, para 1.487,64 ha.

5.3.2. A UNIDADE DE PRODUÇÃO

Na agricultura, a unidade social de produção coincide, em seus limites, com os da força-de-trabalho do grupo doméstico, sendo assim autosuficiente cada unidade. Os grupos domésticos consistem basicamente de famílias nucleares, havendo, porém, certas variações que por vezes lhes dão, transitoriamente, a característica de grupos domésticos compostos por famílias ex tensas. São muito comuns casos de membros masculinos que, ao constituírem novas famílias por casamento, passam a morar na casa do pai enquanto não constroem suas próprias casas⁶⁵, num gênero não-prescritivo de residência patriarcal temporária. Por outro lado, é frequente parentes de ambos os cônjuges (pai ou mãe, irmãos, sobrinhos, netos) co-residirem na mesma casa, participando do processo de produção, tendo cada membro que tomar a si uma parcela da responsabilidade de buscar os recur sos necessários à subsistência de seu grupo familiar, disso ficando isentas apenas as crianças. E muito cedo, como veremos, elas vêm rompido seu estado de imaturidade econômica, tornando-se em membros produtivos que participam, mesmo em ta refas mais leves e que exigem menos dispêndio de energia, do subsistema econômico, tendo definido, nele, seu papel.

As setenta e cinco unidades de produção agrícola existentes na reserva Pataxó abrangem uma população economicamente a tiva de trezentos e oitenta e um indivíduos; isto significa que 81,58% do total da população economicamente produtiva estão ligados à agricultura, de forma não apenas integral, mas também parcial, quando a combinam a outras atividades⁶⁶. Cada

unidade compõe-se em média de seis membros, incluído o chefe do grupo doméstico, dos quais cinco já são, normalmente, mão-de-obra ativa. Dessa forma, sendo alta a percentagem do contingente demográfico que, ligado à agricultura, já produz economicamente, torna-se muito acentuado o desequilíbrio em relação à superfície agrícola cultivada, o que permite a hipótese de que grande parte dessa mão-de-obra não está permanentemente ligada à terra, só a ela se vinculando de forma intermitente e em períodos determinados pelas exigências do próprio ciclo agrícola. Os dados permitem-nos ainda colocar que a hipótese anteriormente levantada é confirmada pelo significativo número de jovens do sexo masculino que, periodicamente, emigram para as fazendas vizinhas, e que, acompanhando o fluxo turístico, se deslocam para vender artesanato.

Assim, aquilo que se poderia supor ser simples mão-de-obra excedente assume um caráter mais sério, na medida em que é excedente não em decorrência de sua relação com a área de terra disponível, e também com aquela que seria necessária a cada unidade de produção, mas em consequência do isolamento físico-geográfico do grupo que, em razão da ausência de meios de comunicação e transporte, não permite o acesso de bens agrícolas ao mercado da sociedade regional. Isso torna-a, portanto, excedente em função da limitada capacidade e da escassez de alternativas econômicas da reserva. Dessa maneira, as tentativas de encetar negócios, com a abertura de pequenas vendas e a incessante transação de animais, de certos produtos agrícolas e de objetos, em paralelo ao comércio já mais firmemente estabelecido, bem como as alternativas orientadas para o artesanato e o trabalho assalariado, constituem meios de

obtenção de moeda que, canalizada para o interior da reserva, permite uma pequena reprodução de capital e a absorção do grande contingente de população já em idade de manter e reproduzir a própria força-de-trabalho.

É interessante observar a organização de uma unidade de produção, na qual todos os integrantes do grupo doméstico investem energia que fica sob o controle do seu chefe - detentor de poder político-social exercido a nível econômico - e é continuamente por ele redistribuída sob a forma de alimento. E essa inversão de energia - que garante a própria posse da área cultivada e também o consenso do grupo mais amplo a respeito dessa mesma posse -, por ser controlada pelo chefe só a este permite a posse de fato do espaço agrário da unidade de produção agrícola. A redistribuição, contudo, além de levar a um consumo direto de bens por todos os seus produtores e dependentes, leva a um retorno e armazenagem da energia inicialmente investida, que, transformada, passa a constituir propriedade de individual de cada produtor. É o caso dos filhotes de porco e de outros animais individualmente apropriados, mas alimentados com parte da produção agrícola (mandioca especialmente) oriunda dos espaços coletivos dos trabalhadores do grupo doméstico. Isto fica bem claro no depoimento que segue:

"Quer dizer... eu tinha minha roça, minha terra ... então, tenho meus filho. Vamo trabalhando, trabalhando... agora, a criação... se a porca pãre dez filho, às vez oito filho, ou seis, cada um tanto dele fica prum filho. Agora, aquele vai cuidar do dele prá ele. Porque ajudou eu a fazer, desde pequeno trabalhando trabalhando mais a gente. É obrigado eu dá prá eles, dar

a semente prá eles fazer, fazer prá eles. Depois que casar vai cuidar, cada um vai cuidando de botar sua roça".

Desse modo, só ao formar uma nova unidade é que cessa em princípio o vínculo à anterior, passando o recém surgido produtor independente a exercer controle sobre sua unidade, controle esse que, de início, atinge apenas o trabalho do cônjuge e o seu próprio.

Em termos gerais, tal organização assemelha-se àquilo que Sahlins (1973: 141-142) define como "pooling" ou "redistribution", "centralized movements: collection from members of a group, often under one hand, and redivision within this group", que num primeiro momento, se distingue de "reciprocity", "those 'vice-versa' movements between two parties", para num outro momento com ela se assemelhar, "for pooling is an organization of reciprocities, a system of reciprocities - a fact of central bearing upon the genesis of large-scale redistribution under chiefly aegis", embora sejam diferentes suas organizações sociais. Diz o mesmo autor:

"The material transaction that is pooling is socially a within relation, the collective action of a group. Reciprocity is a between relation, the action and reaction of two parties. Thus pooling is the complement of social unity and, in Polanyi's term, 'centricity'; whereas, reciprocity is social duality and 'symmetry'. Pooling stipulates a social center where goods meet and thence flow outwards, and a social boundary too, within which persons (or subgroups) are cooperatively related".

Nas unidades de produção Pataxó nota-se a mesma centralização,

seguida, num posterior momento, da redistribuição do resultado concreto da ação do grupo doméstico - trabalho objetivado -, podendo assim a chefia familiar ser vista como "a social center where goods meet and thence flow outwards", sendo que "the everyday, workaday variety of redistribution is familial pooling of food" (op. cit.: 142).

Na Aldeia, as unidades de produção agrícola existentes variam muito quanto ao tamanho, de um mínimo de 0,09 ha a um máximo de 6,12 ha. Fundamentalmente organizadas na dependência da disponibilidade de mão-de-obra, podem, às vezes, confundir o observador se ele não se dá conta de que a existência de um grande grupo doméstico não determina a capacidade da unidade em termos de área utilizada, pois o que a vai de terminar é a mão-de-obra efetivamente empregada no processo de produção. Assim, vejamos: a menor unidade de produção agrícola existente, com 0,09 ha, embora conte com um grupo doméstico composto de dez membros e um contingente ativo de oito, vale-se de uma pequena área agrícola, o que poderia ser tomado como desequilíbrio da unidade de produção: na verdade, porém, o que acontece é a orientação de seus membros para outras atividades, relegando a plano secundário o trabalho na roça, sendo esta constatação válida para outros casos.

Analisando a relação da área total utilizada por cada unidade social de produção com a composição do grupo doméstico (V. Tabela), observa-se que a maior concentração delas, em termos de área, está na faixa que vai de 0,54 ha a 1,26 ha, com 40% das unidades existentes. Por sua vez, a área usada per capita nessas unidades varia de 0,009 ha a 0,70 ha, o que pode ser considerado como bastante irregular; apenas duas unidades

apresentam uma área per capita de mais de 0,30 ha a 0,70 ha, enquanto 8% delas mantêm a proporção mais baixa, ou seja, de 0,009 ha a 0,10 ha. Esta alta densidade só é explicada pela orientação de membros da família para outras atividades, ou em outras palavras, pelo pequeno contingente de sua mão-de-obra envolvida na agricultura. A maioria, porém, dispõe de uma área que varia de mais de 0,10 ha a 0,30 ha per capita, estando nessa situação 28% das unidades que têm de 0,54 ha a 1,26 ha, e 46% do total geral das unidades de produção. Se relacionarmos agora a área com a força-de-trabalho efetivamente produtiva das unidades de produção, veremos que a área por produtor é sempre maior que a área per capita: em 40% das unidades, seis (12%) destinam de mais de 0,20 ha a 0,40 ha a cada produtor, três (6%) de mais de 0,40 ha a 0,60 ha, e finalmente, onze (22%), 0,0129 a 0,20 ha.

Submetendo agora à análise apenas a relação entre a área total utilizada e toda a mão-de-obra envolvida no processo de produção, e tomando como unidade central de análise as duas faixas que vão de 0,54 ha a 2,16 ha e em que se concentram os maiores percentuais - num total de 56% - vê-se que, destas, 16% apresentam uma relação de mais de 0,40 ha a 0,60 ha por produtor; 18%, de mais de 0,20 ha a 0,40 ha; e 22%, de 0,0129 a 0,20 ha. Isoladamente, os números poderiam significar uma bastante baixa densidade produtor/área, e na verdade isso tende a se registrar se analisarmos a situação da perspectiva dos produtores tomados individualmente; todavia, é necessário levar em conta que tais unidades só funcionam mediante o trabalho coletivo dos seus componentes ativos, sendo de outra forma absolutamente incapazes de fixar uma grande população

economicamente produtiva, pelas próprias características do sistema agrícola utilizado, como veremos à frente. Ora, se há uma divisão social do trabalho que abrange todos os membros já economicamente capazes de criar um valor econômico-social através da utilização da sua força-de-trabalho, o resultado final, em termos do produto obtido, é desse contingente efetivamente envolvido, que posteriormente o distribui também entre os que estão afastados do processo produtivo - os anciãos e as crianças de pouca idade: dessa forma, as perdas e ganhos da produção são equitativamente divididos por todos. Diante disso, a própria análise efetuada só reflete o sistema na medida em que considera as unidades de produção como emergindo de "a within relation, the collective action of a group" nos termos de Sahlins, e dentro dessa perspectiva uma pequena área assume a relevância de uma área mais ampla, desde que seja capaz de manter vivos e em reprodução todos os produtores que dela dependem.

Tomando por fim, como objeto de análise, a área da população nomeada como do "Parque Nacional do Monte Pascoal", nota-se imediatamente que é maior a área total utilizada por cada unidade produtiva, tanto em relação à composição dos grupos domésticos como um todo, quanto, mais restritamente, à sua mão-de-obra ativa. No primeiro caso, a concentração localiza-se na faixa de 1,08 ha a 2,88 ha com 74% do total das unidades, das quais seis (22%) apresentam uma relação de mais de 0,30 ha a 0,60 ha per capita; e em 12 (44%), a área varia de 0,0341 ha a 0,30 ha sendo, o primeiro, o limite mínimo. No segundo caso, aumenta para sete o número de unidades que têm mais de 0,30 ha a 0,60 ha por produtor e diminui para nove o número daquelas situadas

na faixa de mais de 0,0514 ha a 0,30 ha, o que significa que a área mínima cultivada, por produtor da "área do Parque", é de 0,0514 ha. Comparando-se tal dado com a área mínima, também por produtor, que encontramos na Aldeia - 0,0129 ha -, nota-se que a área do Parque apresenta uma menor densidade, tanto em relação a área per capita, quanto a relação área/produtor. Disso, constitui um bom exemplo a simples comparação das maiores áreas cultivadas pois, enquanto a área máxima trabalhada por produtor da Aldeia é de mais de 0,80 ha a 1,00 ha, para os da "área do Parque" é de mais de 1,20 ha a 1,50 ha.

A explicação de tal fato, ou seja, da maior utilização de área para cada produtor ativo "do Parque" e também para aqueles ainda não produtores, talvez possa ser encontrada na localização das unidades agrícolas em núcleos próximos às casas de residência, o que lhes possibilita investirem nas suas roças maior tempo do que aquele que é investido pelos moradores da Aldeia nas que lhes pertencem, pois estes têm tempo reduzido, em razão das grandes distâncias a serem vencidas até que sejam alcançados os núcleos. E, além da própria redução em termos de tempo de trabalho, há que se levar em conta o desgaste físico provocado pela longa caminhada, a maior parte das vezes sem que o agricultor tenha ingerido qualquer alimento, o que reduz ainda mais, portanto, o montante potencial de energia a ser transferida às unidades agrícolas.

ALDEIA DE BARRA VELHA

UNIDADES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA:

Área total utilizada por unidade social de produção x Área per capita

Em m²

Área total utilizada por unidade social de produção	9.000 — 7.000		7.000 — 5.000		5.000 — 3.000		3.000 — 1.000		1.000 — 90		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
61.200	-	-	1	14,0	-	-	-	-	-	-	1	2,0
48.600	-	-	-	-	1	11,0	-	-	-	-	1	2,0
39.600 — 32.400	-	-	1	14,0	2	22,0	1	4,0	-	-	4	8,0
30.600 — 23.400	1	50,0	2	29,0	1	11,0	1	4,0	-	-	5	10,0
21.600 — 14.400	1	50,0	2	29,0	3	45,0	5	18,0	-	-	11	22,0
12.600 — 5.400	-	-	1	14,0	1	11,0	14	65,0	4	40,0	20	41,0
4.500 — 900	-	-	-	-	-	-	2	9,0	6	60,0	8	15,0
TOTAL	2	100,0	7	100,0	8	100,0	23	100,0	10	100,0	50	100,0

FONTE: Levantamento de campo

ALDEIA DE BARRA VELHA

UNIDADES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA:

Área total utilizada por unidade social de produção X Área por produtor

Em m²

Área total utilizada por unidade social de produção	10.000 — 8.000		8.000 — 6.000		6.000 — 4.000		4.000 — 2.000		2.000 — 1.29		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
61.200	1	33,3	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2,0
48.600	-	-	1	20,0	-	-	-	-	-	-	1	2,0
39.600 — 32.400	-	-	-	-	4	31,0	-	-	-	-	4	8,0
30.600 — 23.400	1	33,3	2	40,0	1	8,0	1	10,0	-	-	5	10,0
21.600 — 14.400	1	33,3	2	40,0	5	39,0	3	30,0	-	-	11	22,0
12.600 — 5.400	-	-	-	-	3	23,0	6	60,0	11	58,0	20	40,0
4.500 — 900	-	-	-	-	-	-	-	-	8	42,0	8	16,0
TOTAL	3	100,0	5	100,0	13	100,0	10	100,0	19	100,0	50	100,0

FONTE: Levantamento de campo

ÁREA DO PARQUE

UNIDADES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA:

Área total utilizada por unidade social de produção X Área per capita

Em m²

Área per capita Área total utilizada por unidade social de produção	15.000-12.000		12.000-9.000		9.000-6.000		6.000-3.000		3.000-341		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
41.400 34.200	-	-	-	-	-	-	3	33,0	-	-	3	11,0
28.800 21.600	1	100,0	-	-	1	100,0	4	45,0	3	19,0	9	33,0
18.000 10.800	-	-	-	-	-	-	2	22,0	9	56,0	11	41,0
7.200 3.600	-	-	-	-	-	-	-	-	4	25,0	4	15,0
TOTAL	1	100	-	-	1	100,0	9	100,0	16	100,0	27	100,0

FONTE: Levantamento de campo

ÁREA DO PARQUE

UNIDADES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Área total utilizada por unidade social de produção x Área por produtor

Em m²

Área por produtor Área total utilizada por unidade social de produção	15.000 — 12.000		12.000 — 9.000		9.000 — 6.000		6.000 — 3.000		3.000 — 514		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
41.400 — 34.200	-	-	-	-	-	-	1	12,0	2	14,0	3	11,1
28.800 — 21.600	1	100,0	2	100,0	2	100,0	3	38,0	1	7,0	9	33,3
18.800 — 10.800	-	-	-	-	-	-	4	50,0	8	58,0	12	44,4
7.200 — 3.600	-	-	-	-	-	-	-	-	3	21,0	3	11,1
TOTAL	1	100,0	2	100,0	2	100,0	8	100,0	14	100,0	27	100,0

FONTE: Levantamento de campo

5.3.3. A FORÇA-DE-TRABALHO

A força-de-trabalho é fundamentalmente muscular⁶⁷ e limitada à capacidade de grupo doméstico, como já anteriormente colocamos. Cada membro dele tem grande valor econômico na medida em que significa maior produção, e, dessa forma, o maior número de filhos funciona como investimento, permitindo maior divisão das tarefas domésticas e crescente liberação da força de trabalho mais velha. Tal investimento tem um período bastante limitado de improdutividade, pois desde cedo a criança se vê engajada no processo de produção, e para isso muito corre o fato de não haver uma distinção precisa do local de trabalho - trabalha-se no espaço social da mesma forma que no espaço agrícola, por exemplo -, constituindo a execução de atividades de produção material quase que um continuum na vida do grupo. Levada desde pequena para as "roças", e estando sempre em torno de pessoas que trabalham, ela é gradualmente impelida a realizar tarefas leves, mas nem por isso destituídas de valor econômico, que permitem, inclusive, a concentração da mão-de-obra adulta nas atividades mais difíceis. Quando não diretamente envolvida no trabalho agrícola, a mão-de-obra infantil libera a força-de-trabalho feminina, tomando a seu cargo o cuidado com as crianças menores ou de colo. É comum garotos de cinco a seis anos encarregarem-se de segurar seus irmãos menores, para que suas mães possam dedicar-se a tarefas domésticas nos períodos de ausência das roças, e, nestas, fazem o mesmo enquanto dura todo o processo de beneficiamento de farinha, por exemplo. Perguntado sobre o trabalho que

realizava na roça, um garoto de cinco anos respondeu:

"capino, ranco mandioca, ajunto... tem dia que mãe leva nenê e eu fico tomando conta dele. Tem dia que nós vamo torrã e eu penero e tiro fogo do forno e tem dia que mãe manda panhá água e eu vou, trago uma cardeira. Eu peguei trabalhã do tamanho do Maro, pai falou que ele tem quatro ano. Quando tava na idade dele eu capinava, juntava mandioca e juntava com facão".

O produtor utiliza-se de uma tecnologia que exige grande dispêndio de energia e desgaste da força-de-trabalho por unidade de área, o que implica na necessidade de aproveitamento do total da mão-de-obra disponível, se não em todo o ciclo agrícola, pelo menos ou com maior intensidade em sua fase inicial. Isso constitui limitação para a atividade agrícola, na medida em que restringe a sua ação a pequenas áreas com grande inversão de energia humana. Costumam justificar a abertura de pequenas roças, que resultarão em produções finais também de pouca monta, pela ausência da "despesa": esta constitui aquele "quantum" em alimento necessário a cada unidade de força-de-trabalho utilizada e vinda de fora dos limites do grupo doméstico imediato, para atender a certas tarefas impossíveis de serem realizadas por mulheres e crianças. Contando cada um desses grupos, em princípio, com apenas um ou dois membros adultos masculinos, imperativo se torna, por motivo, inclusive, do próprio ciclo agrícola sujeito às variações de estado do tempo, que as unidades de produção, a fim de acompanhar tais variações, utilizem maior soma de energia de forma simultânea em determinados momentos e atividades. Essa utilização, por sua vez, fica na dependência da quantidade de energia em

alimentos de que possam dispor, e, ao mesmo tempo, do número de instrumentos de que possam dispor. Esta disponibilidade, por serem abundantes em relação ao grupo mais amplo - os Pataxó como um todo -, implica na adoção de um sistema de empréstimos entre os vários produtores e entre eles e o posto da FUNAI. Assim considerado, o subsistema econômico em seu setor agrícola mostra-se limitado, na sua ação, por fatores de ordem tecnológica que, em contrapartida, têm origem na própria limitação do sistema imediatamente mais amplo, ou seja, o sistema local pataxó. Por ser este, fundamentalmente, orientado para a subsistência, em razão mesmo de restrições externas já consideradas, exige aplicação de esforços grandemente desproporcional aos resultados obtidos; a força-de-trabalho, utilizada em regime extensivo, em larga medida obtém apenas aquele mínimo necessário à sua sobrevivência e reprodução, ao tempo em que muito poucos bens pode destinar à manutenção e renovação da tecnologia - quer sob a forma de instrumentos, quer de materiais fertilizantes - bem como à manutenção periódica de força-de-trabalho adicional. Se levarmos em conta que o aparato tecnológico do pataxó se limita basicamente a instrumentos simples, cuja eficiência é de curto ou médio alcance - enxada, facão e machado -, dos quais, aliás, muitos produtores não dispõem, poderemos avaliar quão restrita fica a força-de-trabalho em sua capacidade de ação, e qual a sobrecarga física que lhe é imposta. Ora, se isso é uma exigência do tipo de agricultura exercida, no sistema em análise o é com mais força, em função de estar quase fechado sobre si mesmo, o que dificulta suas possibilidades de expansão, transformação e crescimento.

Todas essas limitações vão implicar também numa divisão

de trabalho pouco rígida, diferenciando muito pouco os produtores pelas atividades a serem executadas. Em princípio, há para todos a responsabilidade de preencher as necessidades calóricas diárias, que passa a constituir tarefa a nível não apenas individual, mas social. Assim, enquanto uns se dedicam diretamente ao trabalho agrícola, outros, no âmbito do grupo doméstico, têm o encargo de complementar (no caso da unidade de produção já estar em fase de colheita) ou, noutras épocas, de assegurar integralmente as necessidades alimentares, seja através da coleta, seja da pesca ou mesmo da caça. Essa passa então a ser a atividade mais importante, e cada dia o "caçar mangutsi", na expressão dos pataxó, é uma aventura que se repete sistematicamente. Observa-se desse modo a necessidade de atendimento às necessidades imediatas, sem preocupações nem possibilidades de acumular. Não se acumula comida, da mesma forma que não se tem como acumular bens materiais, regulando-se todos, parece-nos, por um dispêndio e reposição sempre que possível equilibrados de energia, o que é permitido pelo sistema ecológico - pois, ao lado do território agrícola, o mangue, o mar e o espaço para coleta e caça podem suprir as exigências básicas alimentares. Como são permanentes, ainda que cíclicos alguns deles em termos de aproveitamento, e inexistentes ou limitadas as técnicas de conservação de alimento, armazenar torna-se difícil ou impossível; de certa forma, parece haver uma interação bastante ajustada entre homem e ecossistema, deixando-se aquele regular por este. Ao mesmo tempo, como dispõem de baixa quantidade diária de alimento per capita, se comparada ao dispêndio de energia efetuado, parece haver tendência a usar a força-de-trabalho parcimoniosa embora

permanentemente, ou seja, a cada dia e por períodos regulares, possivelmente para que não haja desequilíbrio entre dispêndio e reposição de calorias.

5.3.4. A PRODUÇÃO

Durante bastante tempo os Pataxó viram-se impedidos de estabelecer suas pequenas roças pela ação enérgica dos guardas do Parque Nacional do Monte Pascoal, que, cumprindo ordens dos escalões superiores, observavam severamente o cumprimento da proibição, atemorizando os mais pacíficos e ameaçando os mais resistentes. Representavam o poder da sociedade nacional com sua face mais caracteristicamente conhecida pelos grupos indígenas - a força -, em nome da suposta incompatibilidade ali existente entre homem e equilíbrio ecológico. Possivelmente sem disso se dar conta, incorria a sociedade nacional, através de seus prepostos, numa grande contradição, na medida em que pretextando a preservação da flora e da fauna afastava a própria razão da necessidade de tal preservação - o homem -, ao tempo em que acentuava a oposição entre índios e brancos.

As tímidas tentativas de resistência eram drasticamente contidas com a destruição das roças, obrigando os índios à dispersão:

"porque o parque chegou, não podia botar roça e o jeito foi espalhar. Tá com quinze ano que o parque começou a proibir a gente de trabalhar. Parou todo mundo... era prá limpar a terra dos índio. Aí todo mundo passou a mão em cima de uma mala... e embora no mundo. Procurando lugar prá comprar, sem dinheiro".

Muitos nos revelaram que, após a destruição das suas plantações

de mandioca, muitas vezes por animais nelas propositadamente colocados para esse fim, sobreviviam comendo banana verde de alguma roça abandonada, caroço de jaca cozido, "chupando limão verde, comendo goiaba e bebendo corrô bebido". Assim permaneceram algum tempo, escapando a confrontos diretos com os guardas, até que impedida lhes foi a própria presença física. Retirando-se da área, tentavam conseguir fora dela pequenas porções de terra, em troca, freqüentemente, do reduzido número de animais que possuíam, descobrindo pouco tempo depois a baixa fertilidade dessas terras, na maioria das vezes "muçununga" ⁶⁸.

A primeira possibilidade de obterem direito de permanência na aldeia fora-lhes acenada por volta de 1964, quando o "capitão" em exercício, em companhia de cinco companheiros, se dispôs a deslocar-se até Brasília, para ter uma entrevista com o presidente da República. Conseguiram uma "garantia" de permanência, que animou o grupo a reunir-se, a "renovar a aldeia que isso aqui era nosso". A vinda, pouco tempo depois, de um representante do SPI trazendo instrumentos de trabalho e outros bens para serem distribuídos deu aos indígenas a segurança necessária para tentarem nova fixação. Um acordo foi então estabelecido, permitindo o aproveitamento agrícola das capoeiras, "enquanto não [se] acertasse nosso direito de trabalhar, então que nós fosse trabalhando nas capoeira, que não ofendesse a mata virgem". Os problemas, porém, não estavam ainda resolvidos, pois continuaram a fazer-se sentir as pressões do Parque, através dos seus guardas-vigilantes: "o certo é que nós botava [roça] nossas capoeira e eles vinha e cortava mandioca, botava animal dentro, acabava com tudo". Uma nova

viagem de alguns índios, desta vez a Recife, local de residência funcional daquele representante do órgão indigenista que estabelecera o acordo, decidiu, provisoriamente, a questão naqueles mesmos termos - o aproveitamento das "capoeiras" -, criando-se um posto indígena no local, o que passou a ser o mediador nas relações entre índios e agentes da sociedade nacional.

Atualmente, as violências e pressões permanecem apenas na memória do grupo, estabelecendo-se relações amistosas entre os Pataxó e os guardas encarregados da preservação do Parque Nacional do Monte Pascoal. De então em diante, as pequenas roças não mais foram impedidas, e o pataxó sentiu-se compensado pelos tempos difíceis, pois agora "já estava no conhecimento do presidente", e a segurança e sobrevivência do grupo estavam também garantidas, restando apenas fazer a demarcação definitiva da área da reserva indígena⁶⁹. Com certa margem de erro, pode-se definir 1971 como data inicial da abertura regular de roças, que coincide com a própria fase de reorganização da vida grupal.

O papel econômico fundamental do pataxó, como produtor agrícola, é vital para a manutenção e reprodução do grupo, cuja dieta se compõe basicamente de carboidratos fornecidos pela farinha de mandioca. Dessa forma, a possibilidade de realização da atividade agrícola permite ao grupo certa autonomia, na medida em que não o obriga a dispor constantemente de bens passíveis de troca com a sociedade regional para obtenção da farinha; antes, pelo fato de já a produzir, pode ter nela um produto de troca que permite a obtenção de bens não produzidos por ele, mas indispensáveis. Assume assim a roça extrema

importância, garantindo os meios de subsistência e marcando o próprio papel sócio-econômico do pataxó como proprietário (posseiro) de outro meio de produção além da sua força de trabalho; a partir desse momento, segundo a afirmação exemplar de um deles, tem-se alguma coisa mais do que "água no pote, filhos dentro de casa e caranguejo no mangue"; ou seja, além de um reprodutor a nível biológico, mantido pela coleta de alimento animal e vegetal, caracterizando-se como produtor-transformador de vegetais. E ainda, como produtor de bens agrícolas, tem asseguradas outras fontes de alimentação, através da criação de porcos e galinhas que, como veremos à frente, preenchem importantes funções de caráter econômico e social.

A maior dificuldade apontada na quase total especialização agrícola refere-se justamente à dieta; constituindo, como vimos, tarefa diária a obtenção dos itens necessários a seu atendimento, ficam os pataxó obrigado a complementar a farinha com uma fonte de proteína animal, para não ficar àquela apenas limitado: "quando nós tem, nós leva a farinha com um negocinho. Quando não tem, só tem a farinha, nós leva a farinha com sal. Lá nós come a farinha com sal, bebe água e tá acabado". Casos há, porém, em que nem com ela conta, quando chega ao fim a pequena reserva para consumo, obrigando o produtor a ir e a trabalhar em sua roça, sem haver ingerido qualquer alimento⁷⁰. Muitas vezes trabalha durante todo o dia na roça sem nada comer, só o fazendo ao término da jornada, quando de volta a casa. Nesse ínterim, algum membro da família dispensado de ir à roça, encarrega-se de providenciar alimento complementar (através da obtenção de peixe por compra ou troca, ou da coleta de caranguejo no mangue), que

será dividido por todos os seus membros. Com isso reduz-se também o número de refeições, concentrando, nos períodos mais críticos para uma só vez todo o alimento disponível. Isto vai implicar, quando o número de familiares economicamente ativos é pequeno, num regime de trabalho na roça em tempo parcial que não permite a liberação total de nenhum deles e exige o encerramento das atividades mais cedo, o que, por sua vez, vai provocar atrasos no cumprimento do calendário agrícola.

Cada unidade de produção, como já referimos, conta geralmente com mais de uma unidade agrícola, de forma a assegurar a continuidade da produção de alimentos, e a dispor sempre de uma unidade-reserva para substituir aquela que se esgota: "enquanto uma está verde [a gente] está comendo outra", justificava a maioria dos agricultores. Uma experiência por que passou o grupo, na primeira fase do nosso trabalho de campo, serviu para demonstrar-lhe a importância de manter duas ou mais roças simultaneamente; tendo havido um grande desvio das tarefas agrícolas devido à motivação exercida pelo artesanato, pela maior facilidade de obter moeda, de repente viu-se o grupo com um sério problema - a falta quase generalizada de farinha - que causou sérias perturbações. Ao mesmo tempo, aqueles que tinham garantidas suas produções regulares aproveitaram-se do fato de a farinha se haver transformado num "bem limitado" para perturbar a ordem interna, lançando mão, com grande senso de oportunidade e pouco espírito de solidariedade, do desequilíbrio entre oferta e demanda. Subitamente tivemos diante de nós um exemplo singular da aplicação dos mecanismos de mercado, com todos os indicadores de especulação para atingir os maiores preços. Os comerciantes locais compravam em mãos dos

agricultores sacos de farinha, estabelecendo competição entre si, na qual levava vantagem o que oferecesse maior preço e garantisse pagamento imediato à entrega; os produtores, por seu lado, guardavam parte da que possuíam para que a pudessem eles próprios trocar ou vender aos não-produtores, à base dos novos preços de mercado. A cada dia, muito cedo, tinha início a incessante busca por um ou dois litros de farinha, dirigindo-se muitos para os centros de beneficiamento (as "casas de farinha" ou "farinheiras"), a fim de terem maior possibilidade de garantir a sua parte; em pouco tempo, um ou mais sacos terminavam, descobrindo algumas vezes os produtores que nada ou muito pouco restara para seu próprio consumo, o que os obrigava a novo beneficiamento no dia seguinte. Quatro ou cinco aumentos de preços ocorreram em breve espaço de tempo - de Cr\$0,80 o litro elevou-se para Cr\$2,50 -, causando forte perturbação nas regras do sistema, manifesto na inversão temporária dos comportamentos normalmente vigentes, e positivamente orientados para mecanismos de ajuda mútua e sistema de preços com níveis de equivalência de bens, sem condições para especulação. O cálculo econômico baseado num desequilíbrio ou defasagem conjuntural nos mecanismos de mercado, até então localmente desconhecido para o grupo, transforma-se na palavra de ordem e interfere negativamente no âmbito das relações sociais, permitindo o estabelecimento de relações assimétricas a partir do surgimento de produtores, detentores e não-detentores de um bem de produção vital para todos. Logo, a assimetria é provocada não pela posse dos meios de produção, de resto sem qualquer modificação, mas pela sua utilização mais ou menos contínua e eficiente que vai importar na produção e conseqüente

controle de determinados bens - que possuem o mesmo valor de uso para o grupo como um todo - por apenas um número reduzido de produtores. Ao mesmo tempo, a grande maioria viu-se privada da que é, talvez, a única forma de acumulação que lhes é permitida graças à sua condição de produtores - acumulação realizada e mantida no próprio fator de produção - terra - através da inversão de energia, sob a forma de trabalho humano, que é transferida e acumulada, não apenas aos vegetais, mas, através destes, nos animais, para recuperação e uso permanente e regular pelos investidores e não-investidores agrícolas.

O ciclo da agricultura inicia-se nos meses de junho e julho, época de poucas chuvas, que garante o sol necessário à secagem das árvores e galhos abatidos, para permitir a queima que antecede o plantio das roças. O abate das árvores não seguido de secagem significa a perda de todo o trabalho realizado, dando lugar à instalação daquilo que os índios denominam "sarue", ou seja, uma vegetação herbácea difícil de ser controlada: "vira aquele saruezo danado e o camarada não pode plantar... sarue é uma oncinha do mato. É quando o camarada pega o sarue e não sabe pelar ele, fica mal pelado. É a mesma coisa, quer dizer que não aproveita a terra toda...". Contudo, podendo os meses citados serem considerados como os da abertura oficial do ciclo, isso não significa que necessariamente todos os produtores sigam o calendário, por força mesmo de certos fatores externos à regulação do ambiente natural - como a ausência de determinados instrumentos indispensáveis e de uma reserva ou "fundo de alimentos" -, que provocam o retardamento das atividades. Assim, em certos casos, é possível abrir roças durante todo o ano, excetuando-se, para início do

cultivo, apenas os meses de inverno rigoroso, o que levou um dos nossos informantes a declarar: "a gente tendo tempo e coragem prá trabalhar, bota roça o tempo todo".

A escolha do terreno é a primeira providência a ser tomada; procura-se a melhor terra, que garanta uma plantação viçosa e desenvolvida, que significará boa colheita e o retorno do dispêndio físico realizado. E melhor terra é considerada aquela que tem mistura de areia com barro, que é macia e que pode ser revolvida, ao contrário da terra seca, "que a gente bate a enxada e só fica aquele pedaço de terra dura". Um bom indicador de terra com bom potencial agrícola é a presença de mamões que, nascendo espontaneamente, atestam a possibilidade de bons cultivos. Ao mesmo tempo, buscam-se áreas menos ocupadas, e portanto com maior possibilidade de optar pelos terrenos mais férteis. Geralmente, a um primeiro produtor que se localiza em determinado núcleo, seguem-se vários outros, e dentro em pouco os melhores pontos estão ocupados, forçando a abertura de outras unidades pelo mesmo produtor, em núcleos diferentes e mesmo distantes do primeiro.

Segundo a planta a ser cultivada, tende a variar o tipo de terreno; feijão, por exemplo, planta-se em "capoeira fina", o mesmo acontecendo para o milho, e a justificativa é que a "terra tá mais adomada". Batata adapta-se melhor às "baixadas" "porque a terra é mais arenosa". E a mandioca exige apenas que ela não seja muito seca, "porque a terra muito seca ela custa mais a chegar... a crescer"; cumprida essa exigência, nasce tanto na "capoeira" quanto na "mata grossa", "porque o clima da mandioca é um só... agora se plantar em terra seca, tarda mais, sai sem tronco". Os outros cultivos podem ser plantados

em qualquer tipo de terreno, sem maiores exigências.

A vegetação que substitui a floresta primária abatida para instalação das unidades agrícolas recebe, após o abandono delas, as denominações de "capoeira", "capoeira fina", "capoeirão" e "bugi". "Capoeira" é considerada aquela vegetação baixa que se instala na área que foi cultivada e posteriormente abandonada em pousio; "é a mata que foi derrubada e desgutada. Então, capoeira é mata baixa". Conforme o tipo de instrumento necessário para abatê-la, é definida como "capoeira fina" ou como "capoeirão". No primeiro caso, por se tratar de vegetação ainda rala em virtude do reduzido espaço de tempo em que permaneceu em "pousio", utiliza-se apenas o facão para transformar o terreno num espaço limpo, não havendo distinção entre abate ou "derruba" e "roçagem"; "quer dizer... a gente leva de facão, leva tudo. Vai roçando e já vai deixando pronta. Mato baixo e ralo...". Já o "capoeirão" é a "capoeira" grossa, graças ao maior tempo de reconstituição da vegetação, que necessita de machado, instrumento mais pesado e de ação mais eficaz sobre as árvores a serem cortadas. E finalmente o "bugi" é a borda de campo, onde cresce uma pequena capa de vegetação rala e difícil de ser retirada, pois as pequenas raízes aprofundam-se no solo; "é capoeirinha baixa, ruim de roçar" e geralmente reservada para alimentação dos animais (jegues) e nela pode-se plantar, exclusivamente, abacaxi.

Escolhido o terreno para a instalação da unidade agrícola ou "roça", cada grupo doméstico dá início ao conjunto de operações que necessariamente precedem o plantio. É o momento em que a unidade social de produção lança mão de toda a força-de-trabalho de que possa dispor, pois este conjunto vai exigir

o maior dispêndio concentrado de energia que exige este tipo de agricultura de subsistência. Procura-se, dessa forma, ter na época um "fundo de reserva alimentar" a fim de evitar dispersão da mão-de-obra, ao tempo em que esta permanece em sua totalidade, sempre que possível; mesmo aqueles que mais comumente tendem a andar por fora, assalariando-se nas fazendas, costumam retornar nessas ocasiões a fim de reforçar o contingente familiar. Nesse período, dirigem-se aos núcleos agrícolas mais cedo, visando aproveitar todas as horas do dia, pois logo que começa a se fazer noite o trabalho é suspenso; nem sempre regressam às suas casas aqueles que moram na Aldeia, poupando assim o tempo que seria gasto nos deslocamentos entre um lugar e outro. Passam toda a semana trabalhando e só voltam aos sábados pela tardinha, pois o domingo é o dia de mais interação social dos pataxó, reservado para as conversas frente às casas e o descanso das labutas semanais. Mesmo os moradores "da área do Parque Nacional do Monte Pascoal" visitam a Aldeia nesse dia, muitos passando a noite em casas dos parentes e amigos para só retornarem na segunda-feira, pela manhã. Os que não dispõem de casas junto aos núcleos do espaço agrícola ⁷¹ levantam, ali, cabanas de palha provisórias que os protejam das mudanças de tempo durante toda a duração das fases anterior e posterior à queima das roças, ou seja, até a plantação; esta encerrada, modifica-se o ritmo de trabalho, tornando-se desnecessária a contínua presença de todo o grupo doméstico, até então verificada.

A "roçagem" é a primeira dessa série de operações próprias ao sistema de agricultura "swidden". Os pataxó fazem diferença entre "roçar" e "brocar", que podem ser definidas

como a mesma atividade recebendo denominações específicas, conforme seja realizada sobre "capoeira" ou sobre "mata". No primeiro caso, roça-se com facão, enquanto no segundo broca-se com facão e foice. Consiste em livrar toda a área da vegetação de menor porte e pode ser considerada uma atividade cansativa, exigindo certa habilidade no deslocar-se dentro de espaço limitado, em meio ao mato baixo e árvores menores que, em certos pontos, se apresentam mais compactamente. Depois de algum tempo de utilização contínua do instrumento de trabalho, fazem-se rápidos intervalos para descanso das mãos e dos braços, ao tempo em que se aproveita para beber água, depositada à sombra de alguma árvore em caldeirão de alumínio ou litros de vidro, que, trazidos de casa, são cheios, durante a caminhada para as roças, nos córregos mais próximos.

A mata é preferida às "capoeiras", sob a justificativa de que torna o trabalho menos duro, liberando mais a força-de-trabalho após o plantio, dado que a "limpa" ou capina não se faz necessária imediatamente depois daquele, como ocorre na "capoeira". Nesta, segundo os pataxó, em alguns casos até após a "queima", o cultivador se vê obrigado a utilizar a enxada para retirar os pequenos matos que invadem o terreno, criando impedimentos à plantação, enquanto que, na mata, pode demorar até quatro a seis meses antes de iniciar a capina:

"porque na mata, sempre o mato miúdo custa a crescer, e na capoeira já tem muito mato miúdo, é cipó... é tudo quanto é trem. Na mata, as semente fica por riba daquela sarrapieira⁷², entonce elas não fica na areia; e na capoeira o mato fica baixinho mode semente de fumo. Quando queimou, tá semeado".

É interessante observar que é mais comum entre praticantes deste sistema preferirem as matas secundárias às primárias, em razão da vegetação secundária ser mais fácil de cortar e queimar; teremos também que levar em conta a racionalidade, em termos econômicos, da estratégia pataxó, que, exercendo agricultura na mata, fica com a alternativa de empregar sua força-de-trabalho noutras atividades durante o tempo que durar a não exigência da capina. Mesmo, porém, que tal não ocorra em termos de atividades econômico-produtivas que beneficiem o grupo, seja sob a forma de introdução de moeda - por salário ou comércio -, de bens alimentares ou manufaturados, há que considerar, de qualquer modo, como ponto positivo a redução do gasto prolongado de energia por produtor em relação à que poderia ser necessário dispendê-lo na unidade da qual, nesse período, está liberado, o que em consequência reduz proporcionalmente o número de kilocalorias diárias a ser ingerido. Ademais, como observa Werge (1974: 51), a mata primária ao queimar produzirá uma cinza melhor, dando lugar a "uma rica capa superior de solo", onde haverá grandes possibilidades de se desenvolver uma boa plantação. Há que considerar, porém, que, embora existindo tal preferência, costuma-se fazer roças em maior número na "capoeira", comportamento esse que se explica em razão do acordo estabelecido com o Parque Nacional do Monte Pascoal, e do próprio fato do grupo estar sendo advertido da necessidade de preservar a mata primária como fator essencial ao equilíbrio ecológico. Nesse sentido, aqueles que insistiam no avanço sobre a mata estavam, ao tempo do nosso trabalho de campo, sofrendo a pressão dos demais companheiros, que se sentiam lesados frente a tal conduta desigual.

O tempo utilizado na roçagem varia em função da mão-de-obra disponível e da "despesa" em alimentos com que se possa contar. Para efeito de realização de um cálculo aproximado, controlamos o tempo de duração dessa atividade. Sobre a "mata", quando nove homens roçaram uma tarefa e meia, utilizando três foices e seis facões, num dia que se iniciou às 9 para ser encerrado às 15 h, registrando-se dessa forma um dispêndio de 6 h por unidade, logo de 54 horas para toda a força-de-trabalho envolvida. Na "capoeira fina", por outro lado, cinco homens roçaram em 4:35 h e derrubaram simultaneamente duas tarefas, gastando assim um total de 22:55 h de trabalho. E na "capoeira" um homem, trabalhando quatro horas diárias durante oito dias, concluiu a roçagem de uma tarefa e meia.

Feitos os devidos cálculos e reduzidas as medidas de superfícies a hectares, obtêm-se como resultado que, para a roçagem na mata, são precisos, por hectare, 100 homens/hora; na capoeira, 89 homens/hora; e na capoeira fina, 31 homens/hora. Face a estes dados, seria possível levantar a hipótese de que o tempo e energia gastos na roçagem seriam compensados, equitativamente, pelo tempo e energia empregados nas capinas, de forma tal que o tempo e energia totais gastos por hectare, nessas duas operações e nos três tipos de ambiente, se aproximariam de uma constante. A situação de campo, entretanto, não permitiu verificar empiricamente a hipótese aqui levantada.

Observa-se, assim, muito menor dispêndio imediato de energia sobre a "capoeira fina", o qual, tende a aumentar de importância se considerarmos que, nela, não é necessária "derrubada", e que há uma diferença de 69 homens/hora por hectare a mais para a roçagem na mata. Essa maior inversão na mata

significará, porém, para o produtor retorno correspondente, como já vimos, além do que a mata é tida como "terra boa, preta", constituindo certa garantia de produção futura. Não tivemos condições, também, de transformar o tempo gasto em cada atividade em energia consumida, a fim de que pudéssemos dispor de medidas objetivas que permitissem definir o nível calórico mínimo exigido na unidade social de produção, conforme a posição de seus membros na estrutura ocupacional. Rappaport (1975: 152-3) que entre os Tsembaga da Nova Guiné mediu os custos de energia nas diversas fases do sistema "swidden", realizando para isso estudos de tempo e movimento sobre o terreno, encontrou a segunda maior taxa de energia gasta (28.314 kilocalorias por acre) ligada à atividade de "roçagem".

A "derruba", quando não se realiza junto com a "roçagem", segue-a imediatamente. Utilizando machados, abatem-se as árvores conjugando-se sobre cada uma delas, sempre que possível, o trabalho de quatro cortadores, dois de cada lado agindo combinadamente, a fim de reduzir o esforço físico per capita. Isso realiza-se com os homens cantando, "um bate o machado e o outro, do outro lado, responde, e cantando quando acaba". Só quando não dispõem de reserva de alimentos, essa tarefa é executada por um único indivíduo, sobretudo se se trata de "derruba" de mata, onde as árvores são mais altas e os troncos mais espessos e resistentes. De acordo com a área da unidade agrícola, define-se o número necessário de abatedores; para duas tarefas, por exemplo, são necessários dez a quinze homens, trabalhando durante um dia apenas. Completar a atividade rapidamente torna-se importante, na medida em que representa mais tempo a ser utilizado na secagem da vegetação. Deve

haver cuidado com a direção da queda da árvore, bem como com a utilização dos instrumentos de ferro, evitando-se acidentes que podem ser definitivamente prejudiciais à força-de-trabalho. Uma vez abatidas as árvores, os troncos e galhos permanecem no terreno, de forma desordenada, só sendo aproveitados os primeiros para a manufatura de "taubinhas" de cobrir casas e de gamelas, e, mais esporadicamente, na construção de canoas escavadas de um só tronco; regra geral, contudo, são deixados a apodrecer.

A "queima" tem lugar no momento em que a vegetação abatida se encontra suficientemente seca para ser incinerada, o que vai depender das condições do tempo durante o intervalo que se segue à derruba, quando a maior quantidade de chuvas pode provocar um atraso considerável no desenvolvimento da operação. Setembro é considerado o melhor período para a "queima", "por causa do sol que é forte", costumando-se porém queimar até fevereiro. Em determinadas ocasiões ocorrem atrasos em virtude do período de acidentes provocado pelo grande número e proximidade das roças; "tinha outras roças encostada e estava verde, tocando fogo podia sapecar".

Uma só pessoa dá conta da queima com pouco dispêndio de energia. São feitos fachos com tiras de imbira⁷³, acesos geralmente ao meio-dia "porque o sol está bem quente". Em cada "aceiro"⁷⁴ da área coloca-se um facho, ou três são colocados no centro, após o que se deixa queimar, retornando-se no dia seguinte para verificar "se está queimada ou virou saruê". Só se considera que houve uma boa queima quando toda a vegetação, excetuando-se os troncos mais grossos, se queima completamente, reduzindo-se a cinzas. Justifica-se muitas vezes uma má

queima pela insuficiente secagem do mato, e daí a necessidade de prévia inspeção, pois a secagem completa na parte superior dos troncos e galhos pode não corresponder a mesma na parte inferior, em razão da menor exposição ao sol. Quando tal acontece necessário se torna uma nova queima, ou "coivara"; nesse caso, os galhos ainda presos aos troncos são postos abaixo com machado e reunidos em pequenas pilhas, denominadas "coivaras", às quais se toca fogo. Restando tão somente os troncos enegrecidos, o produtor dá por realizada a tarefa, não impondo posteriormente qualquer ordem ao espaço, o que dificulta o trânsito pela área. As unidades agrícolas são deixadas geralmente sem cercar e só nos casos de núcleos com grande ocupação se faz necessário estabelecer limites de uma roça para outra; linhas de abacaxi, banana ou cana são utilizadas como indicadores para esse fim, enquanto moirões fincados, cruzados e amarrados com cipó constituem barreiras ao avanço de animais.

As cinzas resultantes da queima são a única forma de fertilização que o grupo possui, daí ser a queima considerada como operação de grande importância para o sistema "swidden";

"ao queimar os montes de vegetação não só se elimina esta, como também liberam-se os nutrientes minerais de dita vegetação, deixando-os disponíveis para a nova colheita. Como a capa de solo fértil que há sob os bosques tropicais é notavelmente delgada e se degrada facilmente, os elementos nutritivos liberados pela vegetação cortada são benéficos, senão cruciais, para o crescimento dos cultivos"

(Rappaport, 1975: 154).

Isto também contribui para explicar o contratempo que constitui

a "coivara", pois além de um novo esforço que toma considerável tempo, corre-se o risco de que "a cinza da primeira queima seja arrastada antes que se faça a plantação" (Werge, 1974: 53).

Após um lapso de três dias a uma semana após a "queima" inicia-se a plantação, havendo os que só plantem depois que chove "para abaixar a cinza, caso contrário em muitos lugares a mandioca não sai", ou "porque a terra fica quente e a planta morre muito", e outros que não esperam chover, "mode defruço no camarada"⁷⁵. Estes últimos constituem pequena minoria, decidindo-se a maioria dos produtores pelo início da plantação no começo das chuvas. Observa-se uma ordem da disposição das plantas, às vezes difícil de ser detectada em razão da inexistência de plantações separadas, sendo todos os cultivos intercalados, o que dá impressão de um campo continuamente em desordem. Como chama a atenção Werge, "embora a colocação e combinação às vezes pareça arbitrária, há método naquele aparente caos" (ibidem). Em primeiro lugar orienta o produtor a necessidade de máximo aproveitamento do espaço, que tende a ser ocupado em função da ordem de prioridade que as várias plantas têm na dieta; isso vai implicar na maior quantidade daquelas mais necessárias para o grupo - mandioca em primeiro plano -, com as quais, em razão disso, dão início à operação. A ordem a ser seguida é que fará com que as plantas amadureçam em épocas diferentes, permitindo assim que as famílias contem sempre com fontes de calorías. Além disso, plantas crescendo em vários níveis e logicamente intercaladas dão, graças a suas folhas, a maior cobertura possível ao solo e umas às outras, ao tempo em que têm aumentadas suas possibilidades de

desenvolvimento. Como observa Rappaport (1975: 157), é essa mistura das várias espécies que lhes vai permitir aproveitar ao máximo a superfície e "as variações nas dimensões verticais", quando à medida que amadurecem, a plantação se estratifica:

"Esta mistura, além de aproveitar ao máximo um volume determinado, evita as pragas de insetos especializados numa planta concreta, permite tirar vantagem de qualquer variação no habitat do horto, protege a delgada capa vegetal do solo e consegue um alto rendimento da fotossíntese".

Entre os Pataxó planta-se primeiro toda a mandioca, e nos intervalos entre uma e outra "cova", os outros vegetais que conhecem e que consomem. Costumam seguir, embora com algumas variações, a depender de fatores como posse ou não de sementes, uma sequência regular: mandioca, cana, banana, abacaxi, milho, arroz, abóbora, feijão, melancia, batata; "a gente vai plantando as planta que demora mais e em seguida as miúda. As grande vão crescendo e as miúda vão ficando por baixo. As miúda com pouco tempo dá e a gente vai comendo". Outras vezes prepara-se parte da área de mandioca, fazendo-se um intervalo durante o qual cabe a vez aos outros itens da sequência, para se voltar, no final, àquele primeiro item. Com esse procedimento racionaliza-se ainda mais o plantio, assegurando épocas distintas de amadurecimento para a plantação de que vai resultar o alimento básico e providenciando para que, sempre, a unidade doméstica possa contar com todos os vegetais componentes de sua dieta:

"quando a roça queima que nós vamo olhar ela

despois que caiu alguma chuva, nós leva logo um feixe de mandioca... lá outro dia nós leva nossa capanga, com abóbora, melancia, maxixe, feijão-de-corda e vamo prantar. Quando nós vem outra vez, vamo prantar mais mandioca... nos espaço, maxixe, quiabo, melancia. Despois mais o resto da mandioca..."

A mandioca começa a por-se na terra com a lua nova ou maré morta, e a três dias da lua cheia o trabalho é interrompido; costuma-se observar o ciclo das marés e, quando acontece ter lugar a "queima" na "maré grande", espera-se que tenha início a "maré morta" para dar continuidade às tarefas agrícolas. A explicação está no fato de que é nesta fase que a mandioca "cresce mais na raiz" e "menos na maniva", o que significa que plantando na "maré morta" há um aumento no peso da raiz e, conseqüentemente, obtém-se mais farinha:

"na lua nova a mandioca carrega mais na raiz porque a lua é mais morta. E na lua cheia a maré é muito grande, a mandioca dá muito mais viço na mandiba mas não dá tronco. E na lua nova não, a mandioca dá mais baixa e dá tronco".

O produtor que dispõe de "manivas" próximo ao local da unidade que está sendo plantada poupa tempo que vai levar à realização da atividade em período menor do que aquele gasto por quem tem que transportá-las de longas distâncias, geralmente com ajuda de jegues. Em outros casos, pouco comuns na história do grupo, mas que ocorreram com alguma frequência durante nossa permanência devido à crise da mandioca, o agricultor vê-se na contingência de tomar "manivas" emprestadas por não possuir mandioca em fase de colheita. Uma vez obtidas e conduzidas para a roça,

as "manivas" são cortadas, a facção, em pequenos pedaços de cerca de 15 cm de comprimento, cada maniva dando em média sete desses "toletes" ⁷⁶. Com enxada são abertas "covas" de pequena profundidade - aproximadamente 14 cm -, aonde se depositam os "toletes" que variam em número de um, no caso dos mais espessos, a dois, no dos mais delgados ⁷⁷. Quando dois são necessários, cuida-se que fiquem separados cerca de 2 cm um do outro. A distância entre as "covas" é de 80 cm e cada uma delas costuma ter 22 cm de largura. O trabalho obedece a uma divisão que o torna realizável em curto espaço de tempo - enquanto um corta a "maniva" em pedaços, outros abrem as "covas", para serem plantadas por aqueles que já se encontram a postos, sobraçando os "toletes". Trabalham de pé, abaixando-se algumas vezes quando colocam dois "toletes" numa "cova" e é preciso manter distância. Costuma-se também cortar as manivas na véspera do plantio, sendo então deixadas ao chão, cobertas com folhas verdes para evitar que murchem.

Há muitos tipos de mandioca classificadas e identificadas segundo duas variáveis principais, ou seja, cor e tamanho ou volume. Umas são preferidas às outras, mas cada unidade agrícola costuma possuir, se não todas, pelo menos grande número de variedades. O "aipim cavalo" é um gênero de mandioca que "cresce muito e a casca é preta"; "prato cheio" tem cor avermelhada e sua raiz, muito grande, "dá mesmo prá encher o prato"; "mangue mirim" é baixa, "parece quase um pé de mangue - desgalha e o pé é pequeno - e é mandioca boa porque rende muito na farinha"; "oréia de onça" tem as manivas grandes; "boticuda" tem as raízes pequenas e é "mandioca que dá ligeira"; "Rio de Janeiro" apresenta maniva preta, como a raiz, e

tem esse nome "porque a semente veio do Rio"; "paga dívida" tem a casca da raiz vermelha, sendo "mandioca que carrega na raiz"; "pacaré" possui raízes amarelas e é "mandioca mansa"; "aipim calombo" mostra casca preta e é "mansa" também; "mandioca mimoso" tem as folhas mais claras; "lafaiete" tem nas brancas; "amarela" chama-se assim por ter raízes amarelas; "aipim caixão" é de manivas e raízes brancas; "aipim cacau ou manteiga" tem maniva e casca roxo-avermelhada, e raiz "amarelinha como a manteiga"; "óio mole" é mandioca de casca alva, esbranquiçada; "pretinha", deve o nome à casca preta; "aipim arara" apresenta casca e folhas ligeiramente avermelhadas; "ganha saia" é amarela e "dá baixinha"; "óio roxo" apresenta-se com nódulos ("olhos") roxos e casca branca; "branquinha" mostra-se com casca e maniva brancas; "doce" é de cor branca a casca e "muito doce"; "aipim de simplício" tem casca branca; "desgalhadeira", denomina-se assim porque desgalha muito, tendo casca branca; "despacha visita" caracteriza-se pelas raízes pretas; "valença" pela casca avermelhada, tendo vindo da cidade de Valença; "cria menino" é mandioca "braba" e "parrudinha que dá muito na raiz". Dessas tornam-se comestíveis apenas por cozimento o aipim "arara", "calombo", "despacha visita", "cacau", "simplício" e "pacaré", "porque não tem amargor e outra [s] qualidade [s] de mandioca amarga, [que] entonta a gente". Daí distinguem entre "aipim" e "mandioca", o primeiro "manso" e a segunda "brava", só sendo o consumo desta possível sob a forma de farinha. Os tipos mais preferidos são em razão de "renderem mais na farinha" e pelo fato de não conterem muita água: "a gente rala e vê enxuta, quase não tem água"; essa preferência recai sobre a "pretinha", "mangue mirim",

"óio roxo", "lafaiete", "rio de janeiro" e "aipim arara".

O "aipim", embora seja plantado da mesma forma que a "mandioca", é em muito menor quantidade, constituindo basicamente uma "reserva para alimentação": "quando a gente tá com fome e não tem nada prá comer, panha uma raiz prá tomar com café". É costume cultivá-la em separado para evitar que se confunda com a mandioca propriamente dita; "é tudo embolado mas nós pranta uma maiadinha⁷⁸. Coma bem... nós enche uma quadra só de aipim, porque um que não conhece já sabe, chega lá naquele lugar e é tudo aipim". A diferença básica entre uma e outra está na cor do caule, vermelha quando é aipim e branca no caso da mandioca. Em uma tarefa de mandioca reserva-se para o aipim uma quadra que comporta um feixe de manivas, quantidade considerada suficiente para comer, vender ou trocar e fazer o cauim. A razão para seu uso tão reduzido está na própria dificuldade de obtenção da maniva, segundo os Pataxó, mas, se a menor ou maior quantidade de manivas é diretamente proporcional à plantação total, constata-se que o cultivam menos porque sua utilização está limitada a fins restritos.

Como o produto final mais importante é a farinha, que não exige distinção entre aipim e mandioca, razão não há para reservar grandes espaços ao aipim, menos rendoso, que pode, de mais a mais, tornar-se imprestável à alimentação após um ano na terra, sob determinadas condições desfavoráveis.

Planta-se a cana-de-açúcar na lua cheia ou "maré grande"; "pranta no claro prá nascer no truvo porque não bicha, fica toda vida... não bicha, atura". Se assim se faz, a cana "dá grande, cresce, cresce muito e não frecha feito capim colonhão, capim de manga⁷⁹; cresce toda vida, abre lá em cima e bota

até duas cana". As "covas" são mais profundas que as da mandioca, "corveja com enxada bem fundo prá cana pegar o encharco do chão embaixo e nascer; se plantar a cova baixa o óio da cana morre porque o sol esquentá". Nas "covas" são introduzidos horizontalmente pedaços de aproximadamente 15 cm, cortados de forma a incluírem sempre dois dos nós do caule. Indo para a terra em época de chuvas regulares, "com quinze dia está brotando fora do chão, mas quando o sol castiga demais leva vinte dia a um mês". Os diversos tipos de cana são classificados conforme as variáveis cor, tamanho ou volume e consistência. A "cento e vinte" recebe tal denominação porque "dá muita touceira"; a "cana roxa" chama-se assim devido à cor; a "mil e cem", em razão de "carregar muito na touceira, mais ainda que a cento e vinte"; a "cana fita", por ter "listas amareladas"; a "sinhazinha", porque tem "gomos parrudinhos e é mole"; a "sete canada", por ser "meio esbranquiçada"; a "branca", por causa da cor; "oropa", "porque traz o nome de "oropa"; e há ainda a "caiana". A "canada" é preferida às outras "porque atura mais, base de um ano quando tem bom trato"; o "bom trato" significa limpar e "aterrar", isto é amontoar terra ao pé da planta: "a gente aterra nas touceira dela toda prá ela profiar".

A banana também é plantada preferencialmente na lua cheia, "do crescente até a lua cheia. Depois da lua cheia não pranta porque só dá cacho miúdo". E se o for na lua cheia os cachos saem grandes e viçosos, "sendo melhor prantar na lua cheia da Semana Santa porque atura, custa a morrer os pé". Nas "covas", dispõem-se horizontalmente as mudas ou "cabecinhas": "arranca os filho e pranta deitado prá brotar; brota os filho

bonito, aí vai crescendo com toda força. Prantando em pé nasce mas não sai filho de banana bonito, viçoso, prá dar cacho grande". As "covas" costumam ter "três palmo de fundura pruchão e despois que pranta dá um bocado de fio, dá o tempo todo". Dispõem de banana "prata", "da terra", "roxa", "caturra", (que é "uma banana comprida"); e ainda de "roxa branca", "banana comprida que quando amadurece fica amarelinha, ao contrário da roxa que é roxa mesmo"; "dedim", "banana pequenininha"; "oura", que tem esse nome por causa da cor, amarela; "nanica", que é a mesma "caturra" com outro nome; e "maranhão", que é semelhante à banana "da terra", mas maior.

O plantio do abacaxi vai da lua nova até perto da lua cheia, e preferivelmente no mês de dezembro "porque dá cabeça grande. Todo tempo de lua nova dá mas as cabeça [são] miúda e os filho pequeno". Pratica-se também a plantação no "claro" ou lua cheia. As "covas" são feitas a enxada ou cavador de pau, colocando-se nelas as "mudas" ou "filhos" que, à medida que "coloca cabeça [o fruto], corta, tira e aí nasce outro filho. [A planta] dá um bocado de tempo, depende ter trato com ela, atura bem uns dez ano". Logo que "ela brotou cabeça e a gente cortou e tirou aqueles filho, vai prantando e profiando, não morre não. Pranta na mesma terra mas salteando, aquele pé que já tem fica ali e pranta outro noutra lugar". Os cuidados exigidos posteriormente relacionam-se "a limpar, cortar as palha prá elas tornar a profiar". Os tipos conhecidos e costumiramente empregados são "abacaxi roxa", com casca roxa", e "abacaxi cavalo", de grande tamanho.

O milho, "planta que rende muito", tem seu tempo de semeadura na lua nova, "época das águas e noite escura prá não

bichar". Em cada "cova" colocam-se três sementes, geralmente de milho "dente de burro", "que dá um caroço grande, parecendo mesmo dente de um animal"; e ainda de "milho branco" e "milho vermelho", cultivados separadamente "prá não misturar". Março e abril, "meses das águas", são considerados os melhores "porque o terreno pega mais a fresca".

No início da lua nova, na "noite truva prá não bichar porque ele broca todo", é a vez do arroz, em outubro, dezembro e janeiro, "tempo quente". Os brejos são os locais adequados, ocorrendo sua roçagem geralmente nos meses de junho, e a "queima" em setembro quando baixam as águas. Abrem-se depois com facão pequenas "covas", onde são depositadas algumas sementes: "um punhado, as pitadas, o que os três dedos pegar" (polegar, médio e indicador). Não é muito generalizado o arroz, em virtude da dificuldade de obter semente, e, principalmente, do excesso de trabalho que exige para espantar os pássaros. Um campo de arroz envolve a permanente competição entre o produtor e as aves - principalmente periquitos "jandaia" e "curió" - e sua defesa constante sob pena de tê-la perdida. Acompanhamos uma dessas plantações, na qual os membros do grupo doméstico, em horários sempre regulados em função do maior assédio das pequenas aves, permaneciam no brejo, revezando-se por turnos, a fim de que as outras unidades agrícolas não fiquem abandonadas; assim era que o chefe do grupo dava o seu plantão pela manhã - das 4 às 9/10 h - enquanto a mulher, ou o único filho já economicamente ativo, ali ficava à tarde, das 15 às 16 h, "hora em que o passarinho vem comer por causa da fresca". Improvisam pequenas bandeiras de papel branco para essa tarefa, em que também aos gritos, tentam espantar os pássaros:

"eles ficam reparando e pensam que as bandeira é gente". Durante todo o tempo que antecede a colheita das duas safras torna-se imperioso este trabalho auxiliar, para o qual, nos casos dos brejos não se localizarem em postos de difícil acesso, são também recrutadas as crianças, que passam a desempenhar o papel de liberadoras, para fins diferentes, da outra parte da força-de-trabalho que mantém o sistema produtivo.

Desde que seja na lua nova, em qualquer mês se pode semear abóbora. Com um cavador de pau arranjam-se as "covas", introduzem-se três sementes em cada uma e cobrem-se com terra, fazendo pressão sobre ela com os pés: "pranta e pisa em cima prá sair uma abóbora enxuta". Escolhe-se a lua nova e a "noite truva" "prá nascer no claro, pois se plantar na noite clara dá uma bicha que come as folha toda da abóbora", [daquele modo], a planta "carrega muito". Na lua cheia é necessário cortar os rebentos: "agora quando tá tudo grande, capa ela prá ela carregar. Tira os olho e faz que pega no pé da abóbora prá abalar. Pega prá abalar o pé e carregar". As "qualidades" de abóbora que geralmente ocorrem são a "paca", identificável por ser "maiadinha, chuviscadinha de preto com branco"; a "jacaré", "grande e cheia de catame"⁸⁰; e a "moranga", uma qualidade de pequeno tamanho.

Nos meses de março e abril, considerados os melhores "porque o terreno pega mais a fresca", chega a vez do feijão, tanto o de "corda" como o "mulatinho", denominado localmente "sessenta dias" por ser esse seu período de maturação, e ainda o "café com leite", o "preto", o "vermelho" e o "figo de galinha", "amarelinho como figo [fígado] de galinha". Com o facão e sempre na lua nova, abrem-se pequenas "covas" onde são

depositadas três sementes. Prefere-se a "noite truva pois se prantar logo no princípio da lua o feijão com quatro dia já tá todo nascido; assim pranta na noite truva, [o] que nasce na truva não bicha". Embora seja em geral difícil dispor de semente, acontecendo a maior parte das vezes que o grupo doméstico tem de comer a parcela de feijão que para isso seria reservada, cada unidade de produção esforça-se para plantar uma quantidade, por mínima que seja, a fim de atender suas necessidades de consumo e destinar pequena parte para venda, pois o feijão é tido como cultivo que permite razoável volume de produção.

Batata e melancia, embora semeadas na lua nova, variam em relação ao mês em que isso é feito. Enquanto a primeira o é, mais comumente, nos meses de outubro e março, a segunda só o vai ser na época de "verão", e de preferência no mês de setembro, "porque com chuva ela morre, embola as folha". Para a batata arranja-se a terra com as mãos em pequenos montículos, onde se dispõem as "ramas", de batata de "arroba", branca ou amarela, "batata urubu", roxa interiormente, "ovo de jupati", "amarelinha, miudinha e que carrega muito", e "coração magoadido". Já a semente da melancia é posta em "covas rasas", e exige a observação de uma prática adicional, de cunho mágico, imediatamente depois: "a gente pranta ela e enche os bolso de pedra. Termina de prantar e sacode as pedra... dá melancia igual as pedra". Adotam-se as de tipo "japonês", assim denominada "porque é pequena", e "viúva, toda pretinha".

Os cultivos menores - maxixe, quiabo, cebola e fava - seguem-se aos considerados mais importantes no consumo das unidades de produção. Isso, todavia, não lhes retira seu valor

como vegetais utilizados no acompanhamento dos outros alimentos, nem tampouco, embora menos freqüentemente, como recurso auxiliar na alimentação. Encontramos, quando em visitas às unidades agrícolas, crianças que, precisando comer peixe ou caranguejo, eram mantidas por longos períodos com farinha e fo-lhas verdes de cebola. Aqueles vegetais podem ser plantados no decorrer de todo o ciclo agrícola, com exceção da cebola, que o é apenas na época das chuvas e, principalmente, no quarto crescente de março, "porque dá cabeça grande. Revira a terra, faz uns murundu e planta ela". Há apenas dois tipos de cebola, "todo ano" e "branca", e também dois tipos de fava, "amarela" e "rajadinha".

A laranja-tangerina, o café e o fumo só merecem a atenção de um número reduzido de agricultores, e assim mesmo em pequenas quantidades. A primeira, existente em caráter experimental e a partir de época muito recente, teve as suas "mudas" trazidas da "mata da Varijeira", que fica quase nos limites do Parque Nacional do Monte Pascoal e é periodicamente freqüentada por pessoas em busca de laranjas, transportadas geralmente, e em grandes quantidades, por animais reunidos em pequenas expedições que se transformam, a maior parte das vezes, em expedições de caça. Plantam-na preferencialmente na lua nova, "por-que ela desgalha logo, não dá grande, não arteia arto". Além da "laranja tangerina", tem havido tímidas tentativas de introduzir uma variedade denominada "china" ou "d'água", com sementes adquiridas em viagens ocasionais. O café é igualmente plantio de lua nova, "porque a quadra é boa, nem carece crescer muito alto já tá botando", e exige solos melhores: "a terra que dá aqueles mamoeiro, quer dizer que é terreno bom".

Quanto ao fumo, ele se adapta bem, "em qualquer um canto aqui dá". Imediatamente após a queima é semeado, e, passados cinco a seis meses, transferido para seu lugar definitivo, dando-se tal transferência em "noite escura".

Nos quintais que antes definimos como extensões do espaço social sob a forma economico-agrícola, há coqueiros, dendezeiros, mamona e cabaça. Os coqueiros e dendezeiros, em sua maior parte, devem-se aos "antigos", e, são muito recentemente, a população atual começou a plantá-los, timidamente. Justificam isso alegando a incerteza da garantia da terra que ocupam, pois "não sabemos se a terra é nossa, não temos certeza se é nossa mesmo prá poder prantar... prantar o coco e o dendê prá amanhã ou despois a gente perder, não adianta prantar". Disso podemos concluir que o grupo considera temerário investir em cultivos permanentes, ainda que estes exijam muito menor quantidade de trabalho do que a exigida pelos que são temporários; todavia, seu raciocínio parece querer indicar que sendo o cultivo permanente um investimento em energia cujo retorno é duradouro, a energia que é investida pelo trabalho resulta num valor também permanente, só se justificando sua realização quando o produtor tem condições de conservá-lo, pois, do contrário, resultaria em perda para a unidade de produção, na medida em que o investimento não teria aquele retorno que é característico do bem. Isso equivaleria a gerar um bem agrícola permanente apenas passível, por motivos alheios ao trabalho e à vontade do produtor, e às próprias características da planta, de utilização por tempo restrito e inferior à vida útil desta última. Desse modo, poderíamos ainda concluir que o productor se atém à definição do bem, ou à sua propriedade básica

- a permanência -, não considerando, por exemplo, o valor total que ele pode gerar num período limitado; importa assim, não o seu valor de rendimento, mas o intrínseco, e este define-se através do caráter de permanência, do mesmo modo que o cultivo temporário pela sua fugacidade.

Os coqueiros são plantados com "mudas" obtidas na vizinha povoação de Corumbáu, ao preço de três cruzeiros. Já quanto aos dendezeiros, mais freqüentemente semeiam-se os pequenos cocos já maduros, uma vez que plantando "mudas" há muitas perdas, vingando apenas um número reduzido. "Os coco [de dendê] é melhor que a muda de prantar, porque a muda a gente ranca ela, prante cinquenta muda, vai pegar vinte, e os coco quer dizer que já nasce no lugar, ali é um pé". A melhor época para plantar coqueiros e dendezeiros é a "lua nova de junho, por que o coco carrega. Fora desse tempo, o coco cresce, bota as buza ou condonga [capa de onde saem os cachos] e peca, enquanto na lua nova de junho toda buza que bota vinga". Já a mamona e a cabaça, das quais se utilizam respectivamente o óleo medicinal e os pequenos frutos para fazer recipientes, plantam-se na lua cheia, sem distinção de mês.

A divisão de trabalho verificada no decorrer de todas essas operações agrícolas, exceto no que tange a algumas poucas atividades específicas, não pode ser considerada rígida, orientando-se ao contrário por grande flexibilidade, que permite a livre alternância de homens e mulheres em grande parte das tarefas. A agricultura, sendo o nível econômico que concentra o maior contingente populacional e aquele ao qual está tradicionalmente ligado ao grupo, passa a ser a opção quase inevitável de todo pataxó quando atinge idade economicamente produtiva.

Tendo-se criado num ambiente de trabalho quase contínuo, muito cedo é introduzido no espaço agrícola, e, precocemente também, transforma-se em força-de-trabalho ativa vinculada a esse mesmo espaço, no qual não vigoram quaisquer distinções de sexo.

A mulher, além de fundamental bem de troca nas alianças que garantem a existência social do sistema, intervém continuamente em sua reprodução, tanto a nível biológico quanto econômico, e, conseqüentemente, social, tal como o homem provê a manutenção e reprodução não apenas de sua força-de-trabalho pessoal, mas também a daquela que biologicamente cria num segundo momento, e, ao fazê-lo, estabelece uma relação com seu parceiro que poderia ser de quase absoluta simetria se não fosse o poder social e político que aquele detém, e que por ela é continuamente reforçado. Acumulando funções estritamente ligadas ao aprovisionamento do grupo doméstico no âmbito mais imediato - o lar - e fora dele, participa em regime de tempo integral do subsistema econômico, e em determinadas situações que posteriormente examinaremos, pode ser considerada seu membro mais importante na produção. Assim sendo, só lhe estão formalmente interditas as atividades que exigem maior dispêndio de energia muscular - roçagem e derruba -, que ficam desse modo circunscritas ao sexo masculino. E essa limitação, ou não realização de tais operações por mulheres, repousa basicamente em mecanismos próprios à divisão social de trabalho, e, dessa forma, só é passível de ser mantida quando cada grupo doméstico contar no mínimo com uma unidade de mão-de-obra masculina ativa. Em sua falta é necessária ou a realização daquelas operações pela mulher, - o que só acontece em relação à

"roçagem", pois a "derruba" é tarefa socialmente definida como masculina -, ou por homens do grupo doméstico de sua família de orientação, ou, ainda, na falta destes, por membros das unidades de produção que mais estreitamente lhe estejam vinculadas por laços de amizade ou compadrio. É também importante assinalar que, embora não rígida, a divisão social do trabalho, quando estabelecida, traz consigo a necessidade de ser seguida por todos os participantes do sistema, implicando sua não observância na quebra de certas regras vitais para o funcionamento do mesmo; quebra essa que provocaria a desordem pela implantação, ainda que provisória, de uma situação de ambiguidade de papéis, como o que, causaria a execução por mulheres das tarefas de derruba, tanto quanto, numa situação particular ilustrativa, o prover a casa de água por homens.

Assim, enquanto a roçagem, derruba e queima podem ser definidas como operações masculinas, o plantio e sementeira contam com a participação decisiva da mulher e das crianças. Nos primeiros casos, porém, ainda que não diretamente envolvidas nas tarefas centrais, crianças e mulheres funcionam como mão-de-obra de apoio, providenciando a reposição de água nos vasos e a preparação do alimento a ser servido, obrigatoriamente, quando há colaboração de mão-de-obra externa ao grupo doméstico. As crianças, nos momentos em que os pais estão ocupados, assumem a responsabilidade das crianças "de colo", cuidando para que não perturbem o bom andamento do trabalho. Já bastante acostumadas ao cumprimento desse encargo nos limites das unidades residenciais, quando substituem as mães, ocupadas em lavar, apanhar água ou lenha e cozinhar, não encontram qualquer dificuldade para seu eficiente desempenho, a não ser

pela mã vontade provocada pelo excesso de tempo que isso lhes absorve. Registramos casos de garotos de cinco anos comprometidos durante grande parte do dia com "carregar nenem e olhar a casa", o que os impedia de brincar com seus pequenos carros improvisados com latas, e cansava seus pequenos e frágeis corpos sob o peso dos irmãos conduzidos sobre o quadril, a maior parte das vezes sem haverem sequer comido um punhado de farinha. Quando toda a gente está sendo necessária nas unidades agrícolas, fecham as casas e deslocam-se em conjunto, o que obriga as crianças pequenas a cobrirem grandes distâncias a pé, no caso de já haver outros ainda menores para serem transportados pelos pais:

"Na mesma hora que eu vou a mulher e os menino também vai, os menino pequeno já vai com nós, vai a família toda. Chega lá nós bota o menino de colo embaixo de um pau, fica um menino tomando conta e nós tamo trabalhando; se ele chorar a mulher arreia e dá o peito ao menino"

- informou-nos um chefe de família. Se estiverem na fase do plantio, os homens vão abrindo as "covas" e a mulher e um dos filhos mais velhos cortam as manivas em "toletes", que são plantados pelas crianças, e pela mulher ao terminar o corte das manivas. A mesma divisão se repete ao longo de toda a operação - homens cavando ou "corvejando" com enxada ou cavador de pau e mulheres e crianças plantando - sem que contudo haja, em determinadas situações, qualquer impedimento ao uso da enxada pela mulher para abertura de "covas"; observamos em frequentes ocasiões que ela realiza tal trabalho, na ausência de um homem adulto ou adolescente, ou ainda, outras vezes,

simultaneamente à sua prática por um destes, quando havia disponíveis mais de uma enxada ou cavador.

O número limitado de instrumentos age, pois, como um dos fatores da divisão de trabalho, restringindo, na maior parte do tempo, a execução das tarefas a um ou outro dos membros do grupo doméstico, quando não existiria qualquer impedimento a que isso fosse feito por homens, mulheres e crianças, o que lhe imprimiria maior rapidez. Dessa forma, aquilo que à primeira vista poderia parecer uma divisão social do trabalho baseada em indicadores de sexo e grau de especialização não o é em todas as atividades, ou antes o é em muito poucas, porque na maioria delas é determinada pela limitação do instrumental, ele também um "bem limitado". O facão pode ser considerado a ferramenta básica do trabalho agrícola, sendo em vários casos a única de que dispõe a unidade de produção, que fica na dependência dos parentes, dos amigos e do posto da FUNAI para obter os demais por empréstimos, e, nestes, são principais o machado e a enxada, e, menos freqüente, a foice. Casos há, porém, em que não se dispõe de nenhum instrumento - registramos duas situações dessa ordem -, o que necessariamente leva a unidade de produção a programar suas atividades pelas das outras unidades, condicionada que está àquelas horas em que os instrumentos delas não estão sendo utilizados pelos seus proprietários. Tal dependência importa em considerável atraso na produção, e em sobrecarga para as unidades a que se vinculam aquelas que são deficientes, na medida em que as primeiras terão de atender às necessidades de alimentos das outras até que as "roças" destas estejam produzindo. Isso faz-se seja sob a forma de empréstimos, ou de acordos de meação quando se trata do

processamento da mandioca. A maioria, porém, possui facão, machado e enxada, além do cavador de pau, utilizados quase continuamente se considerarmos que são bens de circulação social. Esta se faz, não obstante certos produtores objetarem ao desgaste do instrumental pelo constante uso e às perdas, muitas vezes advindas de acidentes e mesmo da falta de cuidado dos não proprietários, que nem sempre as reparam pelo conserto ou reposição dos instrumentos. Como, porém, uma negativa implica em quebra do código social, atingido no ponto vital do sistema - a solidariedade - o empréstimo, funcionando como equilibrador das relações econômicas e sociais, assegura a reciprocidade necessária no momento devido. Dessa forma, talvez possamos dizer que na aldeia mantêm-se permanentemente uma cadeia de "contratos diádicos" (Foster, 1961), que atesta grande interdependência devida à pequena possibilidade de expansão do sistema e, conseqüentemente, à não diferenciação das relações de produção.

A capinação realiza-se com as mãos, cavador de pau e enxada ("o costume é à mão e o cavador de pau, pois nem todo mundo tem enxada") e reúne homens, mulheres e crianças, embora muitas vezes, quando os homens estão ocupados em outras coisas no interior ou fora da reserva⁸¹, as mulheres e crianças fiquem por ela inteiramente responsáveis. Em geral, três meses após se haver plantado inicia-se a capina ou "limpa", que se estende por todo o tempo que durar a ocupação do terreno; ocasiões há, porém, em que se faz necessária mais cedo: "tem vez que quando nós acaba de prantar todinha a roça aí já pega a sair mato. Tem vez quando a terra é fresca o camarada tá prantando, o mato já tá nascendo". E "terra fresca", ou terra

mais úmida, é própria da "capoeira", onde as ervas e brotos crescem mais rápida e intensamente, acompanhando o desenvolvimento dos cultivos, o que levou um informante a declarar que "na capoeira a gente queima e com oito dia já tá com a enxada; se não dê de enxada a dentro mesmo não pranta, porque o mato não deixa. Já na mata pode demorá até quatro mês prá capiná". A "queima" vai influir na possibilidade de não utilizar a enxada, pois se realizada de forma uniforme, deixando a área o mais livre possível de raízes e restos outros de vegetação, aquele instrumento pode ser usado sem qualquer destruição às plantações e dificuldades ao capinador; tal não se dá, contudo, quando o mato deixa de arder por completo e os arbustos que permanecem constituem obstáculo à ação da enxada e mesmo do cavador de pau, ficando então a realização da capina limitada às mãos. À falta de enxada, utiliza-se em substituição o facão, principalmente no corte dos novos brotos de árvores. Rappaport (1975: 158) chama a atenção para a importância de se permitir o crescimento desses brotos, que "eliminam o perigo de uma etapa herbácea imediatamente após o abandono do horto e garantem uma rápida regeneração do bosque", ao tempo em que "as árvores jovens proporcionam uma rede de raízes que, ao penetrar mais profundamente na terra que as raízes da plantação, podem aproveitar os nutrientes que de outra forma se desperdiçariam". A justificativa do pataxó para sua eliminação está na dificuldade que causariam na fase da colheita e mesmo durante o período de constante capina, por si só já dos mais trabalhosos, se não o mais trabalhoso de todos, se levamos em conta não só o trabalho propriamente dito mas também a regularidade com que é feito; nela, uma quebra de ritmo acarretará

trabalho adicional.

Paralelamente à capina executam-se pequenas tarefas, como colocar suportes nas plantas de maior desenvolvimento vertical, observar o crescimento da mandioca (porque um aspecto amarelado e pouco viçoso significa a necessidade de arrancar para proceder a nova plantação "pois não queimou direito") e combater a ação das formigas. Mais que as ervas e brotos, a saúva constitui o competidor mais implacável dos produtores agrícolas, exigindo uma luta sistemática até que sua ameaça seja neutralizada. Isto provoca dispêndio de dinheiro na aquisição do produto industrial usado na sua destruição, e dispêndio direto de energia, o que equivale a duplo aumento nos custos de produção. Diariamente, ainda que só para esse fim, um membro da unidade de produção vai até a "roça" para, na curiosa expressão pataxô, "curar formiga". Quando o deslocamento se dá apenas por esse motivo e podendo-se passar um determinado dia sem capinar, quando, por exemplo se capinou na véspera, costuma haver revezamento com um parente ou vizinho de unidade agrícola, que mata a formiga para ambos. O ataque restringe-se à saúva qua ataca a mandioca, empregando-se um tipo de formicida em pequenas pelotas, que são introduzidas no formigueiro e protegidas com folhas que o recobrem. De uso menos generalizado, em razão da sua menor eficácia, apesar do menor custo, há o formicida em pó, marca Shell, que é misturado a folhas cortadas de mandioca que se depositam frente ao formigueiro. Calcula-se um gasto de uma a duas latas de formicida por unidade agrícola, o que, em moeda, representa quinze a trinta cruzeiros para o do primeiro tipo e oito a dezesseis para o do segundo; "a gente compra de cada vez uma lata porque

não tem dinheiro prá comprar mais; quando aquela acaba o cama rada tem que tá com o dinheiro prá comprá outra". Quando não se dispõe de dinheiro, lança-se mão de um estratagema, na tentativa de, na pior das hipóteses, reduzir as perdas: transporta-se de uma unidade para outra grande quantidade de folhas de mandioca que, inteiras, são colocadas em pequenos montes na trilha das formigas, com o objetivo de desviá-las da plantação. O exemplo, como forma de adaptação a uma que em dado momento chega a ser crítica - presença de formigas, ausência de dinheiro, decorrente ameaça de perda de um longo período de trabalho que levará à falta de alimento, e à dependência de parentes e amigos mais próximos ou vizinhos, e ainda ao risco de perda provisória de autonomia pela perspectiva de temer alguns membros do grupo doméstico que sair em busca de trabalho assalariado em época não prevista, num quadro que tende a se agravar quando a família só dispõe de um único produtor masculino - constitui excelente ilustração das limitações que se apresentam a estes pequenos agricultores, que, para garantir a própria subsistência, se utilizam de toda sorte de ajustamentos alternativos.

A colheita, regulada pelo ritmo da roça como um todo que se orienta por um esquema em que elementos básicos de subsistência se escalavam de acordo com seu ciclo de maturação, não é feita em época especial, realizando-se antes em função de vários fatores: são eles as necessidades de consumo, o período de resistência e conservação de cada vegetal na terra, e, poucas vezes, a demanda do pequeno mercado local em relação a certos produtos. Ôbices de caráter tecnológico impedem a estocagem, o que, aliado à ausência de condições estruturais para

para armazenar, torna impraticável a possibilidade de criar reservas. Ademais, se a ida às roças se faz quase diariamente, a colheita regula-se por essa frequência, sem que haja necessidade de colher grandes quantidades de uma só vez. E a unidade agrícola, resultante da acumulação de energia dos membros do grupo doméstico, sob a forma de trabalho investido, ao crescer e ser colhida mantém a sua característica acumulativa, fornecendo aos produtores, de forma parcelada, energia transformada que assim retorna novamente à sua primeira forma, o que ocorre sucessiva e continuamente até que o ciclo se interrompe para ser reiniciado numa outra área.

A mandioca é considerada madura com um ano, embora nem sempre se cumpra esse lapso, pois, dependendo das necessidades a partir de sete ou oito meses já começa a ser colhida. Como o grau de amadurecimento está em correspondência com o volume de farinha que será possível extrair só quando não há outra fonte de mandioca é que se colhe antes de ter completado seu ciclo; nesses casos, seu arranque e transformação em farinha ocorre muito gradativamente, de forma a permitir que o amadurecimento progrida sempre um pouco mais. As raízes são desenterradas com as mãos ou facão por homens e, ou, mulheres, efetuando-se o replantio a par e passo com a colheita: "à medida que a gente ranca torna a prantar. Ranca um pé aqui e pranta, torna a prantar logo". A nova "maniva" é, regra geral, enterrada na "cova" deixada pela raiz anterior, embora alguns prefiram prantar num outro local, "encostado, porque fica fraco naquele lugar". Um tipo de mandioca é preferido no replantio - "lafaiete" - sob a justificativa de que a terra, por haver sido queimada muito tempo, encontra-se úmida ou "fresca".

As folhas e galhos das plantas arrancadas são ou deixadas sobre a terra de forma dispersa, ou amontoadas num determinado lugar onde permanecem a apodrecer, vindo a servir de natural fertilizante. As "manivas" não aproveitadas imediatamente são enterradas sem serem seccionadas, e assim se conservam durante cerca de três a quatro meses, período ao fim do qual ou são plantadas ou se tornam inaproveitáveis.

O grupo considera que o replante ou "retorno" dá mais rapidamente que a primeira plantação, e o seu raciocínio, resultante de longos anos de prática, é de uma lógica perfeita:

"nós pensa que é porque a terra tá mais adomada, as folha tão ali, caiu na terra, aduba a terra, então a mandioca dá mais ligeiro. Por causa de ... não tem mais raiz de pau, já tá terra limpa, já tá mesmo que um adubo, das mata que a gente ranca quando acaba de capinã e das folha de mandioca e das outras pranta".

O tempo de permanência diária nas unidades agrícolas é de cinco a sete horas. Quando não estão em fase de plantio, costumam sair das casas às 6 ou 7 horas, gastando em média para alcançá-las uma a duas horas, conforme a maior ou menor distância, e lá permanecem até às 14 ou 15, quando retornam. Há sempre o que fazer - colher alguma planta, replantar, "curar formiga", capinar - e o dia passa velozmente. Um informante resume assim sua jornada na roça:

"Saio 6 horas e o dia que durmo mais saio 7 horas. Fico lá até 3 horas, direto trabalhando - capinando, prantando mandioca, tudo que tem lá. A gente faz um dia roliço, quando pega não arreia mais não, nem prá fumã, nem nada. Ainda mais quando o dia é pequeno".

Neste período não é todo o grupo doméstico que se desloca, pois as tarefas são reduzidas, ficando o marido e a mulher mais diretamente responsáveis pela manutenção das roças. Dos demais membros, uns encarregam-se da comida, do cuidado com as crianças menores e dos serviços domésticos, encarregando-se outros de buscar recursos fora, através da venda de artesanato, e de força-de-trabalho nas fazendas vizinhas.

* * *

Uma vez colhidos, feijão, milho e arroz exigem cuidados especiais. O milho, quando plantado em quantidade reduzida, é comido verde, mas, se deu uma produção razoável, é transportado para casa, onde se aguarda o sol para colocá-lo a secar. Embora haja preferência por colhê-lo seco, muitas vezes tal não ocorre devido às perdas resultantes do constante assédio dos pássaros, o que obriga à colheita mesmo quando insuficientemente seco. Nos casos em que o produtor já tem pretendente à compra de toda a quantidade conseguida, dispõe-se o milho, ainda com a capa, sobre o chão do terreiro convenientemente varrido; uma vez seco, bate-se com uma vara de cerca de 0,50 m contra as espigas até que larguem a capa, reunindo-as depois em pequenas "rumas", para serem descaroçados pela ação vigorosa da vara que vai desprendendo os grãos do sabugo. Peneirado e ensacado, está pronto para ser entregue ao comprador. Quando não se destina à venda, é "encambado", ou seja, amarrada uma espiga na outra ainda com a capa, formando um varal que é posto a secar um pouco mais.

O feijão, colhido de uma só vez, é colocado sobre um jirau⁸² a fim de evitar a umidade do chão, que o faria

facilmente brotar. Depois de algum tempo, aproveita-se um dia quente e ensolarado para retirá-lo do jirau e espalhar no chão para secar, após o que se inicia a etapa seguinte, quando, em pilhado, é batido com uma vara até que se desprenda completamente das vagens. Isso feito, é limpo, levantando-se o feijão com as mãos para que o pó seja retirado, "como quem tá cessando do café para limpar com o vento".

O arroz, finalmente, é também batido com vara e deixado no terreiro para secar, sendo posteriormente levado a pilões de madeira em que se elimina a casca, podendo assim ser considerado "limpo". Destinando-se à alimentação do grupo doméstico, o que geralmente ocorre pois é sempre em quantidades muito pequenas, é colocado a secar ao fogo (recebendo a denominação de "arroz torrado"), socado depois no pilão e posto a cozinhar.

Muito poucos produtores possuem "farinheira" ou "casa de farinha", um pequeno kižé'mi improvisado, a maioria das vezes de "taipa" e tapada com palha, ou, só muito raramente, uma toca cobertura da mesma palha, lateralmente aberta, que protege o forno e as pessoas do excesso de sol e de chuva. A reserva como um todo dispõe de oito pessoas "farinheiras", que são utilizadas por toda a população num sistema de rodízio. Dias há, de maior movimento, em que numa azáfama geral vários produtores esperam que lhes chegue a vez de prensar e torrar sua massa de mandioca. O fato de ser detentor de um meio de produção raro não dá ao seu dono margem para extrair um "fundo de aluguel" (Wolf, 1970: 23-4) dos não-detentores. Estes é que, espontaneamente e em determinadas ocasiões, quando a quantidade de de farinha é razoável, fazem pequenas dádivas aos proprietários,

"um agrado, uma mão cheia de farinha", sem que haja qualquer solicitação ou obrigação nesse sentido: "eles não exige, a gente dá por livre vontade". Dessa forma, tais dádivas não podem ser caracterizadas como "fundo de aluguel", uma vez que este pressupõe "um poder superior de fato, ou domínio, sobre o cultivador" (ibidem). Tal poder não se configura no caso, e a própria doação talvez possa ser vista como explicitação de que se mantém uma relação simétrica entre produtores autônomos; doar sem que para isso haja qualquer laço de obrigação, implica num ato de generosidade agradecida que deixa a parte que doa à vontade para futuras utilizações, e aquela que recebe a doação em constante disponibilidade.

A esse respeito, observa Sahlins:

"Economic imbalance is the key to deployment of generosity, of generalized reciprocity, as a starting mechanism of rank and leadership. A gift that is not yet requited in the first place 'creates a something between people': it engenders continuity in the relation: solidarity - at least until the obligation to reciprocate is discharged. Secondly, falling under 'the shadow of indebtedness', the recipient is constrained in his relations to the giver of things. The one who has benefited is held in a peaceful, collaborative, circumspect, and responsive position in respect to his benefactor"

(1973: 162).

Observar o não rompimento das regras de solidariedade parece dar a cada membro do grupo a segurança de ter sua contraprestação a qualquer momento em que se faça necessária, e isso é extremamente importante em se tratando de um sistema muito

voltado para si mesmo, e que tem experimentado poucas possibilidades de expansão e crescimento.

O surgimento de comportamentos desviantes que coloquem em risco a ordem social é sempre negativamente sancionado, o que equivale a considerar que o desajustamento, desequilíbrio ou assimetria tendem a ser evitados, sempre que possível. Registramos a reação de desagrado e desapontamento provocada por um indivíduo que negara água a garotos durante o retorno das roças, atitude essa considerada injustificável ("pois a água é coisa da natureza") e só é passível de ser cometida por alguém que se distanciara dos costumes do grupo por haver permanecido durante muito tempo fora da reserva, casando-se inclusive com pessoa de outra etnia. Buscava-se assim, localizando a causa do comportamento negativo no mundo exterior, por a salvo a coesão do grupo, reforçando seus valores e padrões de comportamento ideais.

Igualmente, o desequilíbrio não é tolerado noutras esferas. Um membro feminino do grupo Pataxó, jovem e solteiro, em visita à aldeia mas pretendendo nela permanecer, foi convidado a retirar-se, quando observou o perigo que representava à organização e estabilidade matrimonial dos grupos domésticos. Sexualmente livre, de modo declarado, sem parceiro e sem família de orientação no local, sofreu, desde o início, a discriminação, principalmente, das outras mulheres, que acabaram por exigir do "capitão" a sua saída. Constituíra ela um fator de potencial desequilíbrio, na medida em que, ao ser caracterizada como um "bem de circulação", ameaçava a ordem interna das unidades de produção e, através destas, o próprio subsistema econômico. O fato de estar em disponibilidade sexual significava,

potencialmente, para cada unidade de produção, a eventual perda de seu chefe, e em consequência desta sua desorganização. Isto, acarretaria de imediato sobrecarga para as demais. Disso talvez se possa concluir o peso negativo que tem para o sistema a presença de membros excedentes que, sem posição definida, ficam numa situação "marginal" em relação aos outros, seja do ponto de vista econômico, seja do social. Ao mesmo tempo, a ambiguidade que os envolve, promovendo uma situação de instabilidade, e explicável por ocorrer no interior de um sistema organizado à base de unidades de produção que assentam em grupos domésticos, relacionados entre si por mecanismos de uma equilibrada reciprocidade que tende a ser reforçada pela quase inexistente diferenciação sócio-econômica. E tal simetria agiria no sentido de criar mecanismos capazes de evitar o estabelecimento de relações desiguais, mesmo naqueles casos em que haveria condições para o surgimento de algum tipo de diferenciação, devido à vantagem econômica possibilitada pelo controle de certos meios de produção por um pequeno número de produtores - como no caso específico da "casa de farinha" com sua inexistente cobrança de aluguel.

Nos dias em que há beneficiamento de mandioca, muito cedo o grupo doméstico ou os seus componentes que se encontram na reserva dirigem-se às roças para arrancar a mandioca necessária e transportá-la para as "casas de farinha". Geralmente partem conduzindo jegues que na véspera foram capturados pelas crianças, uma vez que são mantidos soltos pelos campos; quando, porém, o grupo não dispõe de animais, o transporte é realizado às costas ou conduzindo cestos ou caçuás à cabeça, a maioria das vezes por distâncias razoáveis. Determinados

núcleos, por outro lado, como é o caso da "Imbiriba", não podem ser alcançados por animais devido à existência de um brejo que lhe fica a cerca de 4 a 5 km e sobre o qual se passa com grande dificuldade, equilibrado sobre paus finos e escorregadios. Por aí as pessoas atravessam levando cargas de mandioca que são transferidas aos animais quando se alcança terra firme. Não sendo possível conduzir de uma só vez toda a mandioca necessária, arranca-se e deixa-se amontoadas em determinado local para ser recolhida pelas crianças, normalmente condutoras dos animais. Na "farinheira" a mandioca é retirada dos caçuás e depositada sobre o chão, dando-se início ao conjunto de operações necessárias ao seu processamento.

A raspagem é realizada por várias pessoas que, sentadas em volta ou junto ao cocho, vão nele depositando as raízes à medida que as raspam. Utilizam-se apenas de um facão, sendo a raiz colocada verticalmente sobre o chão para facilitar a tarefa e evitar possíveis acidentes. As raízes muito pequenas vão sendo separadas e amontoadas, destinando-se em parte à transformação em puba. Encerrada a tarefa, cascas e pontas de mandioca são reunidas e jogadas para os porcos, que costumam estar soltos à volta da casa. Nesse ponto, a ralação, que já se iniciara a partir do momento em que houve raízes raspadas, tende a intensificar-se. Os ralos colocados no interior do cocho vão sendo velozmente utilizados por um ou dois adultos que, de pé, necessitam dobrar o corpo para os atingir. A postura, forçando a coluna vertebral por longo tempo, cansa excessivamente as pessoas que ralam sem fazer intervalos, dispendendo assim considerável esforço físico. O ralo, uma tábua de 0,7 cm de largura por 1 m de comprimento que tem fixada ao meio uma

folha de lata perfurada com um prego, dificulta o trabalho na medida em que os pregos que fixam a folha à tabua tendem a desprender-se com o movimento, exigindo rápidas interrupções que tornam mais longa a realização do trabalho.

O tempo médio gasto na raspagem e ralação de uma carga de mandioca é difícil de ser controlado, devido às constantes interrupções e à entrada de novas pessoas. Numa primeira tentativa de controle, obtivemos 1h 45m para a raspagem, tempo que deve ser definido como de duração da atividade e que não coincide com a soma total de trabalho, que foi de 3,25 homens/hora. No segundo controle a duração foi de 2h 40m, e com um total de 3,5 homens/hora. Isso dá-nos uma média de 2:13h de duração e 3,38 homens/hora de custos em força-de-trabalho. Na ralação dispense-se de 2:20h, coincidindo o tempo de duração da atividade e o tempo gasto pela unidade de mão-de-obra. É necessário assinalar que na raspagem se utiliza sempre o trabalho infantil, o que redundava provavelmente em maior gasto de tempo se considerarmos a menor destreza e dispersão do trabalho das crianças, se comparado ao dos adultos, coisa que não ocorre com a ralação, sempre a cargo de indivíduos adultos de ambos os sexos.

Com a roda ou "bolandeira" rala-se em muito menor tempo quantidade consideravelmente maior de mandioca. O seu número, porém, muito reduzido, faz com que poucos dela se possam valer, uma vez que toda a reserva conta com apenas quatro⁸³ dessas "bolandeiras", das quais três pertencem a "casas de farinha" localizadas em núcleos sensivelmente distantes, o que dá razão à sua baixa procura pelas unidades de produção; assim, fica a reserva quase que por completo na dependência dos

improvisados raladores. A justificativa para o uso pouco generalizado da "bolandeira" está em seu custo e na impossibilidade de fazer localmente de duas peças de ferro - o "véio" e o "rodete"⁸⁴ -, comprados fora, em mãos de ferreiros profissionais, o que onera muito o custo final do aparelho, pois só a sua parte construída em madeira custa cento e cinquenta cruzeiros. Além desse motivo, outro de ordem prática, ou seja, o de que, para utilização da "bolandeira", se fica dependente de duas pessoas adultas para girarem a roda, das quais nem sempre podem dispor as unidades sociais de produção:

"eu não gosto nem de pegã em roda porque ocupa duas pessoa. Porque eu sou sozinho - eu, a mulhê e uma filha; vou chamã um companheiro prá ajudã eu puxã uma carga, duas de mandioca, tá ocupado. Vou atrás de outro, diz: ô companheiro, eu vou pru mangue. E eu no ralo é eu sozinho com minha mulhê e minha filha, elas tão raspando, eu tou ralando".

Há portanto, uma relação entre o contingente doméstico de mão-de-obra, a autonomia da produção familiar e a viabilidade de acesso a instrumental mais eficiente.

A roda ou "bolandeira" consiste de duas partes interligadas que ocupam bastante espaço, exigindo desse modo "casas de farinha" suficientemente amplas, que permitam a instalação da roda e a circulação das pessoas no local. Uma armação de madeira fincada ao chão sustenta a roda propriamente dita, que é uma peça circular de madeira por onde passa a correia de transmissão ou "fieira" feita de couro, de cujo centro partem quatro raios em cruz, também de madeira; de extremidades opostas de dois destes raios saem as manivelas ou "veios" de

ferro com que se movimenta a roda. O "bancar" fica-lhes em frente, aproximadamente a dois metros de distância, ligando-se os dois por meio da "fieira". Sobre o "bancar", semelhante a um banco largo de madeira com cerca de 1 m de comprimento e 30 cm de largura, é fixado o "caixão da roda", peça de madeira de aproximadamente 50 cm de comprimento e 20 cm de largura. Na parte posterior do "caixão" há uma pequena abertura, onde é introduzido o "rodete" denteado ou "bola", que rala as raízes e gira preso a um eixo ou "varão" que assenta de um lado a outro no "caixão da roda". Junto ao "rodete" e em volta do "varão" há uma pequena polia de madeira, ou "endurinha", por onde passa a "fieira", ligando os mecanismos da "roda" e do "bancar". Na parte inferior do "caixão", a "bucha da roda" - um pedaço de tábua fixado sob o "rodete" - é a superfície sobre a qual se apoiam as raízes para serem raladas. Acionando-se os "veios", move-se a roda com sua "fieira" e com elas a "endurinha que faz girar o "rodete", e este reduz as raízes a massa. O ritmo que as duas pessoas encarregadas dos "veios" imprimem à "roda" é regular, de forma a permitir que cada raiz ralada seja cadenciadamente substituída por outra. Com a "bolandeira", o tempo gasto na ralação é apreciavelmente reduzido, dando em média uma hora para três cargas de mandioca - o que significa vinte minutos para cada unidade/carga, ou seja, dois caçuás que contêm 109 kg. Pode assim a "bolandeira" ser considerada poupadora de energia, na medida em que o tempo necessário para ralar uma carga de mandioca no ralador corresponde ao de sete cargas na "bolandeira", diferença importante tanto em termos de tempo como de dispêndio calórico, mesmo se se considera que na última trabalham duas pessoas.

Ralada toda a mandioca, misturam-lhe raízes das que foram postas a pubar sob a lama, nos córregos, onde permanecem de três a quatro dias. Em média, destinam cinco dessas raízes, grandes, para cada carga⁸⁵ de mandioca que é transformada em farinha puba, "prá ficar bem amarelinha, caroço redondo". Neste momento, estando a mandioca ralada e a massa misturada às raízes apodrecidas pelos dias de imersão na lama, inicia-se a prensagem da massa. A prensa, localizada no exterior da "casa de farinha", não possui qualquer cobertura, ficando pois exposta às variações do tempo. Trata-se de uma construção em madeira, simples e eficiente. Um tronco espesso ou dois mais delgados, deitados sobre o terreno, formam a base da prensa. À sua volta elevam-se quatro moirões ou "forquilhas" verticais, ligados uns aos outros com cipô. Sobre a base fica uma tábua horizontalmente disposta e circunscrita aos limites do cercado composto pelas quatro "forquilhas". Varas móveis e horizontais gradeiam todo aquele cercado, variando a altura que alcançam com a quantidade de camadas de massa que ali são depositadas. De uma extremidade da base e ao nível do chão sai, verticalmente, um outro tronco, comprido e com uma cavidade onde se introduz uma trave de madeira - a "viga" -, larga e grossa, horizontal e apoiada, de um lado, no já referido tronco vertical, e, do outro, por dois paus de menor grossura e da mesma altura que aquele, tendo ao meio um outro mais fino e menos alto, no qual se firma a viga.

Uma vez colocada toda a massa no cercado, cobre-se com um pedaço de madeira e sobre este assenta o "pontalete", tronco pequeno mas de bastante bitola, que funciona na posição vertical. A massa é espremida sob a pressão que se exerce de cima

para baixo, em cadeia - a "viga" ao ser baixada comprime o pontalete, cuja força se aplica à superfície da madeira que cobre a massa, comprimindo-a e expelindo seu líquido, que escorre pelo terreno sem ser aproveitado para extração de polvilho. As camadas de massa são alternadas com folhas de jussara, e ã falta destas com folhas de pati, embora as primeiras sejam as preferidas, pois, segundo vários informantes, o pati não contribui para que a massa enxugue com rapidez, o que leva a concluir que ele absorve a água contida na massa, em vez de ajudar a drená-la. Esta costuma permanecer na prensa do fim da tarde de um dia ã manhã do outro, quando então é gradualmente retirada, uma vez que nem sempre há gamelas e cestos suficientes. Estes, forrados com folhas de pati, são conduzidos para o interior da "casa de farinha", onde terá início a peneiração. Utilizando peneiras de palha de uruba peneira-se toda a massa, e em aproximadamente quarenta e dois minutos uma carga de mandioca está pronta.

Passa-se a seguir aos preparativos da torração, acendendo fogo ao ar livre; onde o vento apressa a combustão da lenha, e transferindo-o depois para a fornalha, localizada sob o forno propriamente dito. Este consiste de uma estrutura formada por quatro paus grossos, levantados na vertical, de onde saem varas colocadas vertical e horizontalmente e amarradas com cipó, formando vãos nos quais se joga barro. A parte superior, onde se torra a massa - o puiã -, é também de barro e tem o centro feito de parte de um tonel metálico, ou de lata de querosene; neste último caso emendam-se duas latas com arame, utilizando-se o "tarugo", ou espécie de furador. Quando se obtém o tonel, trocado por farinha ou algum porco com os

proprietários das canoas que esporadicamente vêm à aldeia conduzindo passageiros, usa-se apenas uma das bases desse cilindro, deixando-se a outra de reserva ou vendendo-a a alguém que dela necessite. Antes de se jogar a massa sobre a chapa, varre-se esta com uma pequena vassoura de palha de caxandó⁸⁶, pois, freqüentemente, o barro desprende-se e junta-se à farinha. Ao varrer atenta-se para a presença de pequenos buracos no barro, repetidamente encontrados devido ao uso constante do forno e à ação do rodo que espalha a massa. Ao serem descobertos, são tapados com barro amassado com água.

Preparado o forno, dá-se início à torração. A massa é levada ao forno para murchar, numa primeira etapa, passando-se em seguida à secagem, quando ela, já murcha, é posta a secar gradativamente, cada porção correspondendo a uma "cozedura". Com a "palheta" revolve-se a massa, sob fogo brando; "não carece botar muita lenha, só pouquinho de fogo prá ela ir secando, só na quentura. Quando está murchando é que o fogo é forte prá cozinhar a massa". À medida que o forno se torna mais quente substitui-se a "palheta", pequena lâmina de madeira em forma ovalada, pelo "rodo", que, possuindo cabo, evita que a mão fique exposta durante muito tempo ao calor. Prefere-se todavia o uso da palheta, acreditando-se que revolve mais uniformemente a massa. O tempo gasto na torração de uma carga de mandioca atinge 4h 15m, sendo assim a mais longa das etapas ligadas ao processamento da farinha. Esta pode ser de puba, como dissemos atrás, ou de "guerra", - que é feita só de massa ralada, sem mistura de raízes pubadas. Prefere-se quase que exclusivamente a farinha de puba, mais grossa e "brocadinha"⁸⁷ que a outra, sendo por isso alimento vedado a mulheres que

estão guardando "descanso", pois "é muito azeda e a pessoa não se dá bem. Essa farinha de puba qualquer mãozinha incha e a de guerra não incha, não".

A divisão de trabalho observada nos diversos estágios do beneficiamento da farinha depende basicamente da disponibilidade da força-de-trabalho, havendo contudo determinadas atividades que são mais próprias de um ou outro sexo. O transporte da mandioca das roças para as "casas de farinha", por exemplo, fica geralmente a cargo dos homens que as conduzem, muitas vezes, em cestos ou caçuás sobre a cabeça ou apoiados no ombro, embora normalmente se utilizem animais; ocasiões há, ainda, em que outros membros do grupo doméstico se reúnem para a realização coletiva dessa atividade. Então homens e mulheres arrancam a mandioca nas roças e replantam em seguida, guardando as manivas não utilizadas em pequenas "covas" e colocando as raízes arrancadas nos caçuás para serem carregadas, nisto tudo contando com a colaboração das crianças. Estando o chefe do grupo doméstico ausente ou ocupado em outra coisa, como roçagem ou derruba, a mulher e os filhos assumem todas as tarefas. A raspagem é trabalho das crianças e da mulher, só eventualmente dela se ocupando o homem, sendo também, regra geral, das crianças a tarefa de colocar e retirar as raízes que são enterradas às margens dos córregos para "pubar". A ralação é sempre executada pelo homem, e só pela mulher se falta um indivíduo adulto masculino, enquanto homens e mulheres colocam, indistintamente, a massa na prensa. Às crianças cabe também o encargo de peneirar a massa já prensada, pondo-a em gamelas que são entregues às mulheres para a torração, especificamente feminina e só realizada pelo homem em casos de absoluta

necessidade: como, por exemplo, quando a mulher está menstruada, e o longo tempo de exposição ao calor deve ser evitado, pois segundo se acredita "escarda o sangue...".

Os produtores cujas unidades agrícolas ainda não possuem mandioca em fase de colheita costumam estabelecer acordos para beneficiamento de farinha, em termos de "meia", com aqueles que têm. Embora afirmem não ter interesse nesse tipo de acordo, os últimos não se recusam a aceitá-lo, sob a justificativa da solidariedade devida, embora possamos, por outro lado, supor que a recusa implicaria em sobrecarga para suas unidades de produção, que receberam consecutivos pedidos de empréstimo de farinha, coisa de que ficam razoavelmente a salvo quando atendem à solicitação para a "meia". Nesse caso, o agricultor que dispõe de mandioca não realiza nenhuma atividade, pois se apresenta ao "contrato" como o detentor dos meios de produção, que se contrapõe a quem, provisoriamente, só é detentor de sua força-de-trabalho⁸⁸ e da dos integrantes de seu grupo doméstico; é este último fato que permite ao segundo interessado propor o "contrato", que dará a cada parte metade da farinha que vem a ser beneficiada.

Além da farinha, o pataxó obtém outros alimentos da mandioca. O "bolo de mandipuba" é um beijú preparado com mandioca posta a pubar durante quatro dias, cuja massa, lavada e posteriormente peneirada, é misturada com açúcar e coco e assada sobre o forno em porções envolvidas em folhas de banana. O "beijú de tapioca ou goma" é feito ralando e peneirando a mandioca com água, lavando-a repetidas vezes e coando o líquido resultante por um pano, depois recoberto com cinza para absorver a umidade do amido que ficou retido; quando enxuto, obtém-se

a goma, que é passada pela peneira e temperada com sal e massa de coco. O beijú resultante pode ser "seco" ou "enrolado na folha", em forma de rolo. O beijú de massa pura é apenas massa peneirada que se coloca diretamente sobre o forno, em grandes porções temperadas com sal e, depois de assadas, com leite de coco. Da massa pubada, e torrada após ser misturada a coco ralado, resulta um tipo de farinha denominado "farinha de tapioca", que se distingue de outra, a "farinha de coco", que é farinha de "guerra" torrada e misturada a massa de coco para ser novamente torrada. O mingau de mandioca pode ser preparado com farinha torrada ou com massa crua, misturada a água, açúcar e leite de coco, enquanto a "paçoca" é o aipim cozido e pisado no pilão para acompanhar o café, o chá, o peixe, ou, à falta destes, para se comer pura. O cauim, finalmente, é a mandioca cozida, ralada e colocada no cocho à mistura com água, na proporção de uma panela e meia para cada panela de mandioca. Permanece no cocho uma noite para fermentar, acrescentando-se no dia seguinte caldo de cana ou açúcar, se os houver.

* * *

Após quatro anos de utilização contínua abandona-se a "roça", para que possa regenerar-se a vegetação, devolvendo ao solo sua fertilidade. Nessa altura, o terreno já apresenta sinais de exaustão - "a mandioca sai ruim, "esperrengue", amarela e tem que fazê nova roça" -, sendo necessário o pousio, geralmente de cinco a seis anos de duração, considerada suficiente para "a capoeira ficar bem alta, prá terra ter mais rama e ficã adubada. Muitas vezes há, porém, em que antes da época regular ocorre o abandono das "roças", devido principalmente

à invasão de formigas. Pela ordem de frequência, a abertura de novas unidades provocada pelo abandono das anteriores, deve-se à invasão pelas formigas, ao decréscimo da fertilidade e à intrusão de animais domésticos. Tivemos informações de casos em que não se chega nem ao primeiro replante, pois desde a plantação inicial a formiga ataca, destruindo parte dela e fazendo com que a que sobra se desenvolva pouco, resultando em menor quantidade de farinha e em perda de grande parte do trabalho efetuado. Contudo, o principal é que poderá causar a falta do produto básico, uma vez que, tendendo uma roça a substituir outra, tais acidentes ocasionarão dificuldades cumulativas às unidades de produção, na medida em que os atrasos de correntes da preparação de nova "roça" impedirão que o fim de uma coincida com a maturidade da outra. Mesmo com a utilização de inseticida, existem áreas em que as formigas atacam com tal intensidade que outra alternativa não há senão o abandono - "é quando ela estraga muito a terra, esfarofa a terra e ninguém pode prantar nada porque ela não deixa". Buckman & Brady (1968: 132) assinalam a influência exercida pelas formigas e besouros na matéria orgânica do solo, afetando "de modo apreciável os constituintes do humo, quer por transposição, quer por digestão", ao tempo em que admitem que a forma de manuseio da terra poderá ter importância sobre a sua ação:

"A época de lavra ao terreno, a ordem das culturas, os intervalos entre as culturas sucessivas, a queima dos resíduos, a adição de produtos químicos são exemplos que ilustram as relações entre manuseio do solo e profilaxia das doenças".

Num terreno em que as plantações são cultivadas continuamente, enquanto dure a permanência no local e não havendo adição de adubos químicos para possíveis correções, a competição causada pelos insetos tende a apressar o declínio de produtividade do solo, tornando antieconômica a sua exploração ainda que apenas para subsistência. Em determinadas situações, como, por exemplo, quando se chega à primeira safra com bastante dificuldade, não se replanta acompanhando a colheita: diz-se, nesses casos, que a roça "virou arrancador", porque "arranca a mandioca e fica capoeira com banana, cana e abacaxi". Da mesma forma também é considerada "arrancador" a que é abandonada ao fim do ciclo regular de plantações, nela permanecendo aquelas últimas plantas, "bem de raiz que zelando dá o tempo todo, fica produzindo, não acaba; corta um olho e fica outro".

5.3.5. FORMAS DE COOPERAÇÃO SOCIAL: "RELA" E "BATALHÃO"

As atividades cuja realização depende de maior soma de força-de-trabalho costumam apoiar-se em formas de cooperação social que tornam mais rápida sua execução, enquanto atualizam vínculos de amizade e compadrio. Como observamos anteriormente, tais vínculos constituem aspecto essencial daquela estrutura social e tendem sempre a ser atualizados; nos casos específicos do "rela" (ou "adjunto") e do "batalhão" assumem, no entanto, caráter mais formal, na medida em que estes se caracterizam como instituições econômicas de grande significado social. Elas, ao concentrarem certo número de pessoas, superior ao do grupo doméstico, em torno de um interesse comum, contribuem para a afirmação do sistema, pondo a descoberto mais uma vez a extrema importância dos mecanismos de solidariedade para sua manutenção, e, desse modo, a reciprocidade no econômico e no social, além da íntima conjugação destes dois níveis.

No fundamental, organizam-se "relas" ou "batalhões" para quatro atividades específicas - embarreamento de casas, roçagem, derruba e plantação, principalmente de mandioca - embora eventualmente possam organizar-se também para outros fins, ligados não às unidades de produção, mas à sociedade local como um todo - conservação da pequena capela, da pista de vôo e do cemitério. Nestes casos, aliás, tendem a organizar-se diferentemente, confundindo-se com aquilo que Wolf denomina "fundo de manutenção (1970: 19), como veremos mais à frente. Esses ajuntamentos de produtores, normalmente do sexo masculino, resultam com frequência em animadas reuniões que assumem caráter

festivo, realizando-se todo o trabalho em meio a conversas e brincadeiras, principalmente quando se trata do embarreamento, uma vez que nos demais - roçagem, derruba e plantação, que exigem ritmo mais intenso de trabalho - só nos breves intervalos se tornam possíveis tais manifestações.

Perguntado um informante quanto à significação dessas formas de ajustamento sócio-econômico, respondeu muito prontamente:

"o rela e o batalhão é juntar um bocado de gente prá fazê um trabalho, uma roça, prantar mandioca, barrear casa... os antigo já fazia rela do mesmo jeito - tinha que matá muku'heji, fazia um bocado de kui'una, um bocado de mer'kiu ou ia tirá cardo prá botá na panelada do cauim. Muitas pessoa vem pru rela sem a gente chamã, já outros carece chamã. Sem despesa não pode fazê ele porque a pessoa não tem condições de juntar muita gente... tem que matá um muku'heji ou um chu'kakaio"⁸⁹.

A "despesa", traduzível como a quantidade de alimentos necessária para todos os participantes, é, como podemos notar, condição indispensável para sua realização; sem ela, torna-se muito difícil organizar "relas", e, portanto, fazer roçados maiores, cuja roçagem e derruba seriam impossíveis sem o trabalho simultâneo de muitos, como já notamos anteriormente. Há sempre bastante disposição para participar, não apenas porque isso trará consigo certo compromisso de reciprocidade futura, mas também pelo fato de haver alimentação certa para aquele dia, e com bem maior fartura do que o que se teria em casa. Levando em conta que a comida é obtida pelo pataxó a cada dia que passa, e ficando isso na dependência de uma série de fatores

muitas vezes não controláveis - como o sucesso da coleta no mangue, da pesca no rio, no mar ou nos recifes, complemento da farinha e vegetais colhidos na roça -, a possibilidade de tê-la garantida age como fator de atração, ainda que apenas para um membro de cada grupo doméstico, embora seja sempre passível a participação de mais de um. Estes são, geralmente, homens, que, recebendo na distribuição de alimento as maiores quantidades, ao estarem ausentes de seu próprio grupo doméstico dão lugar a que as porções que lhes seriam destinadas sejam redistribuídas nele mesmo. Dessa maneira, parece haver para a família que cede gente uma dupla vantagem em termos alimentares, ou seja, comida em maior abundância para todos e, regra geral, pela obrigatoriedade da carne mais proteínas para alguns de seus integrantes - normalmente chefes de grupo e outros homens e ocasionalmente crianças nos embarreamentos de casas - tomando em conta, ainda, que os indivíduos participantes são aqueles responsáveis, no âmbito das unidades de produção, pelas tarefas que maior gasto de energia exigem, uma ou outra vantagem poderia ser encontrada: sendo os "relas" e "batalhões" relativamente comuns, talvez pudéssemos afirmar que eles funcionam como mecanismos de equilíbrio da dieta, compensando os dias de extrema escassez e pobreza de alimentos, se não para todos, pelo menos para certos grupos domésticos que se mantêm a níveis nutricionais muito baixos. A alimentação ingerida importa na contrapartida imediata que é o trabalho, e logo em dispêndio de energia que tem de ser reposta, mas a ingestão deve ser suficiente para permitir essa reposição com vantagem.

Práticas deste gênero, comuns nas áreas rurais do país

onde ocorrem com denominações diversas - mutirão, puchirão e batalhão -, ao serem analisadas sob essa perspectiva demonstram a importância e a falta de estudos de antropologia ecológica para a melhor compreensão de aspectos sociais e culturais, que permitam ao especialista contar com variáveis como necessidades calóricas, custos de energia por atividade e conteúdo energético da dieta, a fim de levar em consideração quando interpreta dados sócio-econômicos. Para isso chama Gross a atenção, em seu trabalho sobre custos calóricos na agricultura de sisal no nordeste do Brasil, mostrando a positiva correlação entre status econômico e status nutricional e a expropriação de energia, sob a forma de trabalho manual, que os países subdesenvolvidos sofrem da parte dos que são desenvolvidos.

"Analysis of occupational data from a household survey revealed a correlation between manual labor in the sisal fields and low economic status..... Close attention to the physical performance required by work in the sisal fields showed that certain jobs demanded extraordinarily high energy expenditures. Measurement of the cash income and of the food consumption by a few representative households showed that (a) frequently almost 100% of income had to be expended on food and that (b) disproportionate amount of available calories went [em relação às outras pessoas da família] to the wage earner in order to sustain his performance on the job"

(1971: 726-7).

No subsistema econômico em análise, no qual a subsistência é o objetivo primário, orientam-se as unidades de produção

para uma tentativa de equilíbrio do balanço produção-consumo, nem sempre alcançado, pois tende a haver deficit no consumo em razão da necessidade de transformar parte da produção em bens que elas não produzem. Aquela produção, de resto, é em pequena escala, pois as roças têm, como dissemos, áreas reduzidas, que muitos produtores justificam pela falta de meios para a "despesa". Se esses meios, para produtores agrícolas, advêm da roça, e se esta por ser pequena não permite a sua criação, mantendo com isso as unidades de produção nos estreitos limites da subsistência, fica-se diante de um impasse. Tal impasse é muitas vezes rompido mediante a redução do consumo do grupo doméstico, que canaliza assim o que é poupado para a alimentação da mão-de-obra associada no "rela" ou "batalhão". Outras vezes, buscam-se os recursos fora da reserva, através da venda de objetos de artesanato ou da força-de-trabalho, essa última menos comumente. Só quando dispõe de todos os itens necessários - alimentares e complementares - é que o "dono do trabalho" o anuncia e convoca os participantes, tratando também de saber o número de instrumentos disponíveis, num cálculo que exigirá ou não empréstimos do posto e de pessoas da aldeia. Cada indivíduo que atende à convocação costuma apresentar-se com sua própria ferramenta - no caso de roçagem e deruba definem-se logo aqueles que trabalharão com facão ou machado -, mas, quando não a possui, encarrega-se muitas vezes de obtê-la, num comportamento que, todavia, não é o mais generalizado.

Distingue-se entre "rela" e "batalhão" conforme o número de pessoas que se reúne para sua realização, número esse que fica na dependência da atividade e de suas dimensões que por

sua vez estão condicionadas, como vimos, pela quantidade de alimento disponível: se um grande número é convocado trata-se de um "batalhão", mas se apenas poucos são reunidos o trabalho cooperativo classifica-se como "rela", "adjunto" ou "adjutório". Assim são eles diferenciados por um pataxó:

"É conforme a despesa. A gente mata uma criação e chama o pessoal prá um dia. A despesa é pouca e é um dia que a gente vai dá àquele companheiro, um adjutório. Quando a despesa é forte dá prá chamã um bocado de gente, aí é um batalhão. Batalhão é quando um roçado de oito, dez tarefa com vinte a trinta pessoa. E com baile".

Nota-se assim no depoimento que uma "despesa pouca" implica numa participação sob a forma de "dar um dia" ou "adjutório", enquanto a "despesa forte" que possibilita "batalhão" dá lugar a iniciativas de maior amplitude e mais positivamente valoradas. Neste último caso não se trata, claramente, de "dar um dia", o que nos parece indicador considerável se levarmos em conta que "dar" poderia ser equivocadamente tomado como ato inicial e voluntário de reciprocidade, ainda que sancionado pelo grupo, ao invés de se enquadrar num tipo de reciprocidade que se aproximaria da "reciprocidade equilibrada" proposta por Sahlins (1973: 147-8).

"'Balanced reciprocity' refers to direct exchange. In precise balance, the reciprocation is the customary equivalent of the thing received and is without delay..... 'Balanced reciprocity' may be more loosely applied to transactions which stipulate returns of commensurate worth or utility within a finite and narrow period.

Much 'gift-exchange', many 'payments', much that goes under the ethnographic head of 'trade' and plenty that is called 'buying-selling' and involves 'primitive money' belong in the genre of balanced reciprocity".

Embora no caso em análise não possamos dizer que haja uma reciprocidade precisamente equilibrada - o valor da força-de-trabalho utilizada é relativamente maior que o dos alimentos recebidos em troca - não podemos também pensar em termos de uma "reciprocidade generalizada", pois esta "refers to transactions that are putatively altruistic, transactions on the line of assistance given and, if possible and necessary, assistance returned" (op. cit.: 147). Isso torna-se evidente pelo fato de que a expectativa de reciprocidade não é indefinida, mas, ao contrário, definida e atendida, em parte, antes de dar começo à execução da atividade. O compromisso de participação baseia-se no pressuposto de que haverá uma contraprestação em comida pelo tempo e gastos calóricos do trabalhador - um mínimo necessário à sua manutenção e reprodução -, sendo, assim, pré-requisito indispensável à própria possibilidade de organização do "rela" ou do "batalhão". Este último, pelas suas dimensões, equilibrará um pouco mais a relação entre a força-de-trabalho com seu valor de uso e sua retribuição em alimento, pois contando o organizador com "despesa forte", o total de alimentos e possivelmente seu valor nutritivo serão maiores. E, da mesma forma, embora não se possa afirmar que haja em ambos, "rela" ou "batalhão", uma estipulação dos alimentos a serem servidos, pode-se concluir pela existência de uma firme expectativa em relação à carne de porco, alimento central

destas ocasiões e altamente apreciado, talvez em razão não apenas do seu sabor mas, principal e inconscientemente, do seu conteúdo em gorduras e proteínas.

Quando se trata de roçagem, derruba ou plantação, o trabalho inicia-se mais cedo do que noutros casos, pois há a distância a vencer até chegar à unidade agrícola. Uma primeira refeiçãõ é oferecida antes que a atividade propriamente dita tenha início, e a outra só ao seu final, quando se encerra o "rela", ou o "batalhão". Se mora na aldeia e possui o dono do trabalho uma casa próxima à roça, na véspera para lá se desloca com seu grupo doméstico, a fim de preparar a comida, e ali permanecem à espera dos companheiros; nos casos, porém, em que a casa se localize na própria aldeia, a comida é aí mesmo distribuída das seis às sete e trinta; uma vez alimentados, rumam para a roça, trabalhando quase que ininterruptamente até perto das dezesseis, dezesseis e trinta quando retornam, dirigindo-se mais uma vez à casa do organizador para a segunda refeiçãõ. Não há medida estabelecendo a quantidade de comida a que cada um tem direito, consumindo-se tantos pratos quantos sejam possíveis a partir do primeiro, garantido a todo participante, coincidindo o limite com o próprio término da provisão. Esta compõe-se basicamente de carne de porco (10 kg no caso de "rela" e 30 kg no de "batalhão"), ou peixe e tartaruga, sõs ou combinados, nas mesmas quantidades; farinha (10 a 15l no "rela" e 35 a 40 no "batalhão"); arroz, mais raramente e em porções pequenas (cerca de 1 a 2 kg); e ainda açúcar (1kg), café (250 g), fumo de corda (dois a cinco cruzeiros), papel de cigarro (um a dois cruzeiros) e fósforos (também um a dois cruzeiros). O montante em dinheiro, calculado à base dos

preços em vigor na reserva, atinge de cento e cinquenta a quatrocentos cruzeiros, para, conforme se trate do "adjunto ou rela" ou do "batalhão". Estes podem, contudo, ter seus custos aumentados proporcionalmente ao número de convocados, nesse cálculo estimados em dez e vinte pessoas respectivamente. O custo "per capita" fica portanto em volta de quinze e vinte cruzeiros, ou, pouco menos, se incluirmos os custos dos membros do grupo doméstico responsável, dos quais o chefe e a mulher necessariamente estão presentes. Assim, o valor da força-de-trabalho individual no "rela" e no "batalhão" é de aproximadamente quinze e vinte cruzeiros, quantia que pode ser definida como aquela necessária à manutenção e reprodução da força-de-trabalho numa jornada diária, ou, em outras palavras, com o preço do trabalho, "soma determinada de dinheiro (no caso, alimentos) paga em troca de uma quantidade determinada de trabalho" (Marx, 1973: 193).

Seria contrariável tal conclusão com o argumento de que a figura do salário só é distinguível numa relação de tipo capitalista, quando capitalista e trabalhador se encontram diretamente no mercado; no caso em análise não há capitalista, havendo tão somente trabalhadores-produtores de unidades de produção autônomas, que se encontram na situação simétrica de potenciais detentores do meio de produção básico, a terra. Mas, por outro lado, há frequentes oportunidades em que um determinado produtor consegue reunir um número considerável de produtores que, por dado tempo, lhe cedem ou transferem o valor da sua força-de-trabalho, ou "o valor de sua função - o trabalho (idem: 197). Todo o tempo que cada um isoladamente poderia utilizar na sua própria unidade de produção é orientado para

aquela de outrem, que, assim, passa a controlar razoável soma de energia que será transferida ao seu meio de produção, marcando-lhe a posse. Todos esses produtores estão conscientes de que a situação não é igual, estruturalmente, àquela que experimentam ou experimentaram ao vender nas fazendas vizinhas sua força-de-trabalho, uma vez que aí se tratava de uma relação impessoal de detentor (patrão) com não-detentor (empregado); e de que, sendo diferente da que vivenciam na reserva ao transferir a sua capacidade de criar valor ao companheiro étnica e, ou, socialmente semelhante, neste último caso só poderão fazê-lo se ele assumir a responsabilidade de fornecer os meios de subsistência que habitualmente necessitam. Se fora dos limites da reserva se pode dizer que o salário que recebe é a "soma objetiva do trabalho social dispensado em sua produção (idem: 193), no seu interior talvez pudéssemos afirmar que equivaleria à "soma subjetiva do trabalho social dispensado em sua produção", sendo possível ser caracterizada dessa forma em razão dos laços de reciprocidade que permeiam as relações no sistema de produção.

No momento em que, aceitando o convite para a participação no trabalho coletivo se compromete com seu organizador, cada um dos produtores aliena, embora por breve período, o valor de uso da sua força-de-trabalho e, portanto, o valor que efetivamente produzirá. Enquanto durar o "rela" ou "batalhão" espera-se que ele invista na unidade agrícola de seu produtor, período ao fim do qual cessa o compromisso, com as duas partes em condições de igualdade pelo preenchimento das funções previstas ao desempenho dos papéis. Tais papéis, por sua vez, correspondem a posições que, se não claramente definidas

devido ao próprio contexto das relações de produção não diferenciadas, tendem a ser detectadas mediante o preenchimento das funções; assim é que durante todo o tempo que é necessário à realização da atividade os vários produtores reunidos estão numa situação comum de trabalhadores, distinta daquela outra, também só provisoriamente isolável, do organizador-mantenedor de todo o conjunto da força-de-trabalho. Este, por certo período, e em troca do quantum que investiu sob a forma de alimento, apropria-se do valor que, criado por aquele conjunto, se acumula na unidade agrícola. Tal apropriação, porém, só se torna possível porque o produtor-organizador se comprometeu previamente a repor os meios de subsistência dos vários participantes.

Estaríamos, assim, diante de uma forma de salário que denominaríamos "salário indireto e parcial". Indireto, porque não se trataria da forma clássica de salário advinda da relação entre o capitalista dono dos meios de produção e o trabalhador destituído destes meios, em que o primeiro compra "uma mercadoria para realizar seu valor de uso" (Harnecker, 1974: 54) pagando por seu valor, ou seja, pelo "tempo de trabalho socialmente necessário incorporado nela" e usando-a não só "para recuperar o valor que pagou por ela fazendo uma quantidade de produtos (=a seu valor) mas para ganhar o máximo, explorando-a. No "rela" ou "batalhão", estando todos na situação de detentores do meio de produção fundamental - a terra -, o seu organizador não compra, portanto, uma mercadoria, nem visa a qualquer lucro ou exploração. Ao invés da compra há a solicitação - permitida pelos vínculos de solidariedade e pela aproximação entre as pessoas, socialmente iguais - para a

utilização da força-de-trabalho por um curto e determinado período, em troca da reposição da energia gasta durante todo o tempo em que, podendo trabalhar para si próprio, cedeu a sua capacidade de criar valor e o seu resultado concreto, visível na transformação provocada no objeto de trabalho. E parcial, porque a soma de alimentos que cada trabalhador recebe não parece corresponder ao "tempo de trabalho exigido para se produzir um valor qualquer de uso nas condições normais dessa produção, sendo o trabalho feito numa média social de habilidade e de intensidade" (Marx, op. cit.: 26) - ou, em outras palavras, não parece corresponder ao tempo de trabalho socialmente necessário. O valor em alimentos dispendidos corresponde apenas à parte dos meios de subsistência necessários à conservação do seu possuidor, ou seja, à sua nutrição, não atendendo a outras ordens de necessidades e não incluindo os dependentes inativos do produtor. Todavia, apesar dessas distinções significativas, cremos poder falar em salário, uma forma de salário em espécie que ao mesmo tempo representa uma troca própria ao tipo de reciprocidade "equilibrada".

Referimo-nos de início às variantes de "rela" e "batalhão" voltadas para trabalhos de interesse coletivo, as quais, ao contrário das já analisadas, não pressupõem meios para repor as calorias dispendidas pelos trabalhadores. Nesses casos, a convocação é geralmente feita pelo chefe do Posto Indígena, através do "capitão", e nem sempre é bem recebida por todos, havendo resistências ao engajamento, principalmente por parte das pessoas mais jovens, que costumam acreditar estar trabalhando para a FUNAI sem qualquer ônus para esta. Muitas vezes, por exemplo, para que se possa assegurar a limpeza da pista

de aviação, torna-se preciso usar de certa energia sobre os mais recalcitrantes. Tal reação talvez possa ser encarada como negação a um poder político que, mesmo persuasivo como o exercido pelo Posto Indígena, emana de fora e controla os atos das pessoas. O poder local, representado pelo "capitão", também àquele está subordinado, ficando todas as decisões na dependência da representação do órgão oficial, a maioria das vezes por causa da debilidade pessoal do agente do poder indígena, pouco acostumado a tomar decisões e fazer prevalecer sua autoridade.

Como definir estas últimas formas de trabalho cooperativo, orientadas para o benefício social do grupo indígena como um todo? Afinal, trata-se de investimento na reparação e conservação de bens de uso comum, no espaço social a que todos têm acesso, e à falta dos quais a sociedade seria atingida no funcionamento regular de algumas de suas mais importantes instituições. Como o grupo não dispõe de outro meio de ver atendidas essas necessidades de reparo e conserva, encarrega-se delas, desviando tempo e esforços que poderiam ser utilizados em proveito individual, ou melhor, do grupo doméstico, mas que retornarão sob a forma de ganhos sociais. A esse fundo coletivo, que se diferencia daquela margem obrigatória de tempo empregada por cada produtor nos reparos da sua unidade de produção, designaremos como "fundo de manutenção societário". Potencialmente exigido de cada membro masculino adulto do grupo social mais inclusivo, pode ser visto como um "imposto" em trabalho, cobrado de todo aquele que, residindo na reserva, passa a ter seus direitos e deveres regulados em nome da ordenação social.

5.3.6. CIRCULAÇÃO

A circulação dos produtos agrícolas acompanha o ritmo da colheita, que se deixa regular, por sua vez, pelas necessidades das unidades de produção. Não havendo condições para armazenamento, como vimos anteriormente, acumulam-se na própria terra os bens produzidos, retirando-se à medida que necessidades de consumo direto ou indireto, satisfeitas através da troca desses bens por outros não produzidos pelas unidades agrícolas, determinam a circulação. Da mesma forma que não há condições para armazenar, também não há para transportar os produtos além das povoações imediatamente próximas à reserva; mesmo nesse caso não há uma frequência regular - o volume da produção e o grau das necessidades são os fatores determinantes da circulação externa -, e a farinha é, basicamente, o único daqueles produtos a ser comercializado. Assim, o isolamento geográfico, a que está submetida a reserva, funciona como obstáculo à sua inserção no mercado regional pela venda de parte de sua produção agrícola. Considerando-se que o produtor, para investir na sua unidade agrícola, a fim de atender não apenas ao uso direto mas também a relações de mercado, necessitaria de condições estruturais para o investimento de que ele, no caso em análise, não dispõe, limita-se ao cultivo de pequenas áreas que fundamentalmente permitem reproduzir a força-de-trabalho envolvida no processo de produção. Manter o nível de consumo num ponto razoavelmente equilibrado torna-se o principal objetivo de todas as unidades, pois só eventualmente seus produtos saem do âmbito do grupo doméstico, e, quando

isso acontece, destinam-se essencialmente à circulação no interior da própria reserva.

No entanto, aquilo que à primeira vista poderia ser tomado como resultado da "lógica camponesa" (Mendras, 1972: 127), que se deixaria orientar por uma acentuação da indisposição para o cálculo econômico, não resiste a uma análise mais rigorosa. A pequena produção não significa ausência de iniciativa, nem tampouco uma natural tendência para a minimização dos fatores de produção, sendo antes resultante da adaptação dos produtores às condições do subsistema econômico, no que ele tem de limitador em relação às possibilidades de expansão. Produzir além do que é possível ser absorvido significaria a utilização desnecessária da força-de-trabalho e do fator de produção básico - a terra - com todas as consequências negativas daí advindas. E aqui deve ser levado na devida consideração o fato de que o subsistema econômico se apoia quase somente na energia muscular dos seus produtores, que, dessa forma, não podem dispendê-la inutilmente, devendo o investimento ser proporcional ao contingente de mão-de-obra ativa que compõe o grupo doméstico e às reais possibilidades de absorção da produção. Investir sem estar orientado para o mercado, pelo menos de forma mais sistemática, significa levar a força-de-trabalho à criação de valor sem sentido, quando existiriam opções para sua utilização, por exemplo a venda no mercado mais amplo.

Por outro lado, a reserva, por intermédio dos produtores, não tem meios de romper a barreira que a separa do mercado externo, e tal rompimento torna-se crescentemente necessário. A constante mobilidade dos Pataxô para fora de seus limites tem

resultado na adoção de comportamentos novos, que, correspondentemente, exigem reorientação dos valores econômicos, pondo em risco o equilíbrio do subsistema. Até o momento, regulando-se por mecanismos ajustados ao seu funcionamento interno, no qual as regras vigentes deixam à mostra a interpenetração entre o econômico e o social, a participação no mercado regional de produção agrícola exigirá reajustamentos, na direção do modelo econômico dominante, com todas as implicações daí decorrentes. Constituindo um subsistema fundamentalmente de base agrícola, isso significará que toda a sociedade tenderá a se reorientar conforme a nova situação.

A moeda tem sido até agora um bem circulante pouco frequente na área, o que implica na sua reduzida utilização como "medida de valor"; assim, as mercadorias, ao se revestirem de valores de troca, "quantidades determinadas de trabalho geral materializado" (Marx, 1974: 76); quase sempre são avaliadas por meio de um sistema de equivalência em que a mercadoria é trocada por outra mercadoria de igual valor. Tal valor ou preço, perfeitamente definido e compartilhado por todos os produtores, implica portanto numa troca direta em que a moeda raramente surge como intermediária no processo de circulação. No entanto, e apesar de ser rara como intermediária direta, palpável, nas relações de comércio, a moeda está nelas sempre presente, como padrão abstrato de medida de valor. Funcionando num plano quase que estritamente ideal, ela, ao indicar nominalmente valores de troca, exprime preços e torna comensuráveis os vários produtos para efeitos de mercado.

No momento em que o produtor dispõe de uma mercadoria com um valor social - produto de trabalho individual que ao ser

alienado se transforma em produto de trabalho social - ele a utiliza na obtenção de outras mercadorias, cuidando que tenha lugar uma troca de valores equivalentes. O processo de circulação é, dessa forma, normalmente em espécie, e sempre orientado para a obtenção daquelas mercadorias não produzidas pelas unidades agrícolas. Isso reflete o grau de complementariedade dos vários níveis ocupacionais que compõem o subsistema econômico, o que torna operacional o próprio sistema de trocas. O processo de circulação esgota-se no resultado M-M (Mercadoria - Mercadoria), mais generalizado, não estando todavia ausente a circulação sob a forma M-D-M (Mercadoria - Dinheiro - Mercadoria).

Da mesma forma que é praticamente a única mercadoria que circula exteriormente à área, também é a farinha o bem principal de troca local, em virtude de ser o produto básico de alimentação, e, por causa disso, aquele com maior volume de produção; isso não exclui, contudo, as trocas envolvendo outros bens como cana, banana, milho e muitos outros: o que nos leva a concluir que, para o pataxó, sendo o produto colhido o valor criado pelo trabalho de todos os membros do grupo doméstico é sempre passível de troca, desde que não represente um valor de uso indispensável não havendo um local definido para a realização de trocas, estas se efetuam através de arranjos rápidos, pois as partes em interação já têm definidos os preços de suas mercadorias: assim é que, exemplificando, um quilo de peixe corresponde a cinco ou seis litros de farinha, conforme o peixe seja fresco ou salgado; um quilo de carne-de-porco equivale a nove litros de farinha; cinco canas grandes a um quilo de peixe fresco; dois litros de farinha a dez caranguejos.

O preço da farinha foi a certa altura fixado em um cruzeiro e, como ela, todos os outros bens têm seus valores definidos em termos monetários, como dissemos atrás. Há oscilações de preços, a depender da maior ou menor demanda, e a farinha constitui uma boa mostra de reajustamentos de preços em função do estímulo de mecanismos de mercado: custando em épocas estáveis Cr\$ 0,20, teve sucessivas altas (em razão da escassez), até que novo aumento da oferta provocou sua baixa para um cruzeiro.

Se os bens de consumo direto são trocados sem maior dificuldade, o mesmo não se dá para aqueles não produzidos no interior da reserva, e obtidos nas pequenas vendas; nesse caso, dependendo das necessidades do vendeiro, a farinha ou a cana, por exemplo, serão aceitas em troca de sabão e de sal. Muitas vezes ocorre serem as mercadorias retiradas da venda anteriormente à entrega das suas pelo produtor; aqui a existência da unidade agrícola funciona como garantia de crédito. Quando, porém, a proposta de troca é negada, torna-se necessário lançar mão de outros recursos, que variam da tentativa de comercialização fora da área ao abate de porcos, e, menos comum, ao trabalho assalariado. A relativa autosuficiência econômica centrada na produção de bens agrícolas, tende com isso a ser crescente e intensamente transformada em dependência da sociedade nacional, com as trocas diretas de mercadorias sendo ameaçadas de substituição por trocas de dinheiro; ou seja, o valor contido em cada mercadoria é explicitado não mais em seus próprios termos, mas mediante um valor externo que passa a intermediar a circulação, despersonalizando a troca.

Nos quadros que a seguir apresentamos, tentaremos mostrar

a circulação do produto básico, a farinha, recorrendo a uma pequena amostra integrada por cinco unidades de produção, observadas durante um mês. Cada uma dessas unidades é mantida por um grupo doméstico, composto por uma média de sete membros, e em todas elas houve casos de "meação" no processamento da farinha, sendo que em apenas uma, a quarta, o meio de produção não pertencia à própria unidade, no único caso registrado, aliás, de ocorrência desse tipo. Observe-se que a existência de "meação" justifica-se pela escassez do produto a que já fizemos referência, responsável também pela pequena diferença, positivamente favorável às vendas, em comparação com a quantidade que, tomada em relação ao conjunto das unidades de produção, foi destinada à troca. Dessa forma, o quadro é bem representativo de um momento de alteração nas relações de mercado da reserva, que poderá ser comparado, à frente, com o cálculo econômico de uma unidade doméstica de agricultores.

UNID. de PROD.	QUANT. FARINHA (em li- tros)	DISTRIBUIÇÃO											
		Consumo		Venda		Trocas		Emprês- timos		Emprêsti- mos pagos		Dádivas	
		1.	%	1.	%	1.	%	1.	%	1.	%	1.	%
1ª	272	113	41,54%	70	25,74%	48	17,65%	10	3,68%	13	4,78%	18	6,62%
2ª	215	83	38,60%	8	3,72%	60	28,37%	23	10,70%	30	13,95%	10	4,66%
3ª	195	99	50,78%	19	9,74%	24	12,31%	17	8,72%	15	7,69%	21	10,78%
4ª	343	142	41,40%	92	26,82%	43	12,54%	9	2,62%	48	13,99%	9	2,62%
5ª	174	35	20,11%	22	12,64%	26	14,94%	11	6,32%	18	10,35%	62	35,64%

Analisando parcialmente este primeiro quadro, observa-se que no total das unidades a parte destinada ao consumo é maior que todas as outras, variando de um máximo de 50% a um mínimo

de 20%, enquanto a parte orientada para venda sô em duas delas foi superior ao montante trocado. As dâdivas estão presentes em todas as unidades, atestando os vínculos de reciprocidade, bem como os empréstimos que não deixaram de ocorrer, quer sob a forma de devolução ou contraprestação de uma prestação anterior, quer sob a forma de crédito aberto a favor de outrem. Nota-se igualmente que a proporção destinada à troca é mais regular do que aquela que vai para venda, pois enquanto esta última varia de 3 a 26%, aquela oscila entre um máximo de 28% e um mínimo de 12% da quantidade processada por cada unidade.

Vistos como um todo, os 1.199 litros de farinha que as cinco unidades juntas processaram durante um mês, distribuem-se entre 39,36% para consumo, 17,60% para venda, 16,85% para troca, 5,84% para empréstimos, 10,34% para pagamento de empréstimos e 10% para dâdivas. Se, por outro lado, considerarmos que os empréstimos são uma modalidade de troca - trocas mediatas e asseguradas pelos princípios de reciprocidade, pois "reciprocity is a whole class of exchanges, a continuum of forms" (Shalins, 1973: 144) - ao invés de 16,85% teremos 33,03% destinado a trocas. Levando ainda em conta que aquilo que se troca não tem outro objetivo, nesse caso específico, se não o consumo, poderíamos dizer que 77,39% do total de farinha beneficiado pelas cinco unidades de produção foram, direta ou indiretamente, consumidos pelos grupos domésticos.

Finalmente, no quadro que segue, observa-se que, graças à farinha foram adquiridos os seguintes itens: peixe, representando 72,77% da quantidade total destinada à troca; caranguejo, 21,29%; açúcar, 2,97%; banana, 1,49%; e lagosta,

fósforo e querosene com respectivamente 0,50%, referindo-se estas percentagens ao total de trocas realizadas por todas as famílias que compuseram a amostra.

UNID. DE PRODUÇÃO		1º	2º	3º	4º	5º
T R O C A S E F E T U A D A S	BENS ADQUIRIDOS	peixe	peixe	caranguejo	peixe	peixe
		caranguejo	caranguejo	peixe	caranguejo	caranguejo
		açúcar	banana			
		fósforo	açúcar			
	lagostas	querosene				
FARINHA	41	34	15	40	23	
ENTREGUE	3	19	9	3	3	
(em li- tros)	2	3				
	1	4				
	1	1				

5.3.7. O CÁLCULO ECONÔMICO

Apesar de sabermos quão difícil é reconstituir o cálculo econômico de unidades de produção organizadas no interior de um subsistema de economia de subsistência, acreditamos que a tentativa é válida, na medida em que possa contribuir de alguma forma para esclarecer a possibilidade de sobrevivência de subsistemas desse tipo dentro de um modo de produção dominante de base capitalista-industrial. Tal trabalho parece-nos importante, dado o grande número de pequenos produtores que subsistem apoiados numa agricultura extensiva, tecnologicamente dependente e baseada na energia muscular da sua força-de-trabalho; e que se relacionam com o sistema dominante através do resultado da sua ação sobre o ambiente, a maior parte das vezes realizada de forma pouco profunda pela impossibilidade, dado o número de obstáculos a serem vencidos, de uma ação mais modificadora e, em decorrência, mais produtiva. Não obstante tudo isso, o pequeno produtor continua fazendo a mesma agricultura de coivara que aprendeu no passado, limitado à mesma técnica absorvedora de energia muscular e na dependência de fatores que, alheios ao seu controle, determinam o volume de produção obtida, fazendo do seu trabalho um investimento produtivo ou não. Por outro lado, a ele não se apresentam alternativas outras que não sejam aquelas do trabalho assalariado, que terminarão por transformá-lo num proletário rural, tipo "bóia fria", cada vez mais explorado pelo proprietário, que dos baixos custos de produção extrai maior taxa de lucro, que, depois, lhe permitirá explorar maior área e obter maior

rendimento. Os custos baixos provêm, em grande parte, da baixa taxa de investimento em capital variável (salários) permitida pela grande oferta de mão-de-obra no mercado - o que a torna, de modo crescente, em um bem limitado - da quase inexistente renovação da tecnologia, que continua a exigir grande dispêndio de energia per capita. Ao mesmo tempo, como "bóia fria", o produtor desvincula-se da sua unidade doméstica, tendendo os demais membros a se orientarem para esse mesmo tipo de trabalho. O desemprego é sempre uma constante e a força-de-trabalho desgasta-se, reduzindo de muito o seu potencial de utilização. Diante disso, o pequeno agricultor semi-autônomo surge como a melhor alternativa dentro de um sistema de participação desigual, dando conta da manutenção e reprodução do grupo doméstico e destinando a mercado parte do resultado de seu investimento. Resultado esse que se pode tornar mais rentável, na medida em que àquele seja possível adotar formas extrapessoais de transformar energia em trabalho - por meio de tração animal, por exemplo - com muito maior poder de ação sobre o ambiente; ao mesmo tempo, tecnologias alternativas de baixo custo tornam-se necessárias à própria sobrevivência dos países subdesenvolvidos, pois se adaptam às condições estruturais de sistemas carentes de capital-dinheiro mas com disponibilidade de mão-de-obra, regra geral sub utilizada.

Embora o grupo em análise não possa ser tomado como modelo, dado seu limitado acesso a mercado, que torna, inclusive, impreciso o cálculo dos custos das unidades de produção, pode, contudo, representar a situação de segmentos indígenas que se têm mantido relativamente isolados da ordem mais ampla, sobrevivendo na qualidade de produtores autônomos que, como artesãos

ou eventuais assalariados, já apreenderam noções de caráter econômico-capitalista, que tendem a interferir na própria forma de ação sócio-econômica do grupo. Assim, o seu caráter de micro formações econômicas não capitalistas⁹⁰ define-se fundamentalmente pela não existência de contradição a nível das relações internas de produção, uma vez que seu comportamento já se deixa orientar por valores próprios da ordem capitalista, embora de modo incipiente. Logo, tentar definir as regras do seu cálculo econômico pode ser útil à própria definição do seu grau de aculturação social e econômica.

Indagado o pataxô sobre a capacidade de produção de suas unidades agrícolas, costuma afirmar não saber, "aqui a gente não apura, não sabe da roça o que ela dá, quanto dá" e a razão para tal alheamento é comumente justificada pela falta de persistência do produtor, que "não faz persistência em canto nenhum". O não fazer persistência refere-se às constantes transferências de unidades dentro do espaço agrícola, provocadas pela busca de terrenos mais férteis dentro de áreas não muito ocupadas, o que, geralmente, implica em maiores distâncias a percorrer; da mesma forma, significa também a perda de todo o trabalho investido quando a unidade é atacada pelas formigas, que em certos casos, destroem toda a plantação, obrigando à abertura de nova roça. Juntando-se a tudo isso a ausência de condições para comercialização, torna-se explicável a não existência de cálculo de custos e rendimento final. Mas na verdade, embora imprecisa e assistematicamente, o produtor sabe estimar o grau de seu investimento, bem como a margem de incerteza que o acompanha: "Da roça sai de tudo. Depende dos metro que pranta... tem ocasião que pranta muito e colhe pouco

e tem tempo que pranta dois pé de abóbora e colhe muito. Aí não tá no nosso pensar...".

Mesmo levando em conta os problemas a enfrentar, tentaremos chegar ao cálculo econômico de uma das unidades médias de produção agrícola dos pataxó. O exemplo escolhido é o de uma roça de 0,72 ha, a cujo respeito conhecemos os custos mínimos de instalação e manutenção: com tais dados, é possível ter, ainda que de modo grosseiro, idéia dos custos gerais de produção e, ainda, da margem de rentabilidade oferecida por uma unidade agrícola desse gênero. Nela, o produtor chefe e seu grupo doméstico plantaram onze quilos de feijão, seis cargas de mandioca, duas cargas de cana, uma carga de banana, alguns poucos pés de feijão-de-corda, cinco litros de milho e dez pés de abóbora. Observe-se que de milho foram inicialmente pensados dez litros, capacidade real da área, logo reduzidos pela falta de dinheiro para sua aquisição. As atividades de roçagem, queima e plantio abrangeram trinta dias, assim distribuídos: seis dias, no período de 7 às 16 h, para roçagem, feita exclusivamente pelo chefe da unidade, exceto por um dia em que contou com a colaboração do irmão; quatro dias para derruba, com o mesmo horário, também realizada por apenas um produtor; cinco dias para queima e coivara; e finalmente quinze dias para plantio com auxílio de dois filhos, sendo eles uma moça de 14 anos e um garoto de seis, pois estava a mulher em repouso de parto. Dessa forma, não houve despesas com "rela", e o porco que poderia ter sido nele utilizado foi abatido e vendido na aldeia a dinheiro, destinado à compra de sementes. Com a venda, reuniram-se cento e cinquenta cruzeiros, aplicados na aquisição dos onze quilos de feijão, num total de cento e dez

cruzeiros; dos cinco litros de milho, a dois cruzeiros o litro, o que dá dez cruzeiros; em despesas de oito cruzeiros com ônibus desde a sede do Parque Nacional do Monte Pascoal, ou "Pé da Pedra", a Itamaraju, local das compras, e ainda em gasto extra e não relativo à roça, pelo menos diretamente, de doze cruzeiros para comprar pilhas para o rádio. Excluído esse último desembolso, temos um total de cento e vinte e oito cruzeiros, pois os custos com alimentação ficaram a cargo das outras roças que a unidade de produção agrícola mantinha em funcionamento. Acrescentando-se mais trinta cruzeiros para a provável compra de uma lata do tipo mais usado de inseticida contra as formigas, o total eleva-se para cento e cinquenta e oito cruzeiros.

Diante disso, seríamos levada a afirmar que essa soma em dinheiro é suficiente para a realização de uma roça dessas dimensões entre os pataxó, se dois problemas não surgissem: 1º sendo as atividades de roçagem e derruba comumente executadas por "relas" ou "batalhões", estaríamos distorcendo o cálculo ao não incluir nos custos a despesa com sua realização? 2º não traria também distorção a inexistência de dados sobre qual quer quantia reservada à substituição do instrumental tecnológico? Mesmo levando em conta a já citada alternativa de o conseguir por empréstimo, mais cedo ou mais tarde o produtor terá que substituir facão, machado, enxada, foice, ou, destes, aqueles que possuir. Estimam os produtores a média duração desses instrumentos como sendo de seis meses a um ano, e, no caso da enxada, um tempo maior, em razão da ausência de pedras no terreno, em que assim ela não se estraga, ao invés do que acontece ao machado, que "atura mais pouco porque é o que

trabalha mais. Uns seis mês também ele aguenta, dependendo do cuidado do dono". Podendo tais estimativas ser ampliadas ou reduzidas a depender dos acidentes, chega-se à conclusão de que incluir uma pequena quantia destinada à reposição dos instrumentos pode realmente ser necessária. Aceitando a validade das objeções levantadas, incluiríamos no cálculo um acréscimo de duzentos cruzeiros para a realização do "rela", pois se tratamos aqui de uma área pequena, e de cinquenta para substituição eventual de alguma das ferramentas, representando isto o custo mínimo de manutenção instrumental. O total eleva-se mais uma vez, agora para quatrocentos e oito cruzeiros, quantia estimada como mínima para a implantação de uma pequena roça de duas tarefas.

É, todavia, questionável esse cálculo, argumentando que o produtor tem a opção de plantar ou não milho e feijão, por exemplo, responsáveis pelo gasto de cento e vinte cruzeiros, assim como de tomar a si e ao grupo doméstico a realização das operações anteriores à plantação, poupando dessa forma despesas com trabalho cooperativo. Embora ocorra mais frequentemente o caso de produtores deixarem de plantar milho, feijão e arroz, pela impossibilidade de obter semente, o segundo argumento é também pertinente, pois encontramos outras unidades de produção que, semelhantemente àquela focalizada acima, realizam todo o trabalho sem qualquer cooperação a elas externa. Quando isso acontece, os custos de produção reduzem-se extremamente, limitando-se a trinta cruzeiros para compra do inseticida e cinquenta para as perdas e desgaste do instrumental; cumpre ainda, novamente, frisar aqui que em situação extrema, a ferramenta pode ser temporariamente substituída mediante

empréstimo, não se constituindo portanto sua falta num impedimento intransponível para a atividade agrícola. Basta dizer que encontramos produtores, se bem que em pequeno número, que não possuíam qualquer ferramenta, servindo-se da que arranjavam emprestada. Embora tais casos não sejam definitivos, excepcionalmente seria possível contar com a hipótese de eliminar a parcela de manutenção de instrumentos, baixando os custos para o mínimo de trinta cruzeiros, ou ainda menos se o agricultor preferir o formicida Shell. Finalmente, se levarmos em conta a possibilidade de substituição do inseticida pela utilização das folhas de mandioca, chegaremos à anulação de todos os custos, o que equivale a dizer a um total de custos igual a zero, pois não consideramos por enquanto, a questão da manutenção e reposição da força-de-trabalho do grupo doméstico. Ao mesmo tempo, há que notar que tal anulação acarretará, inevitavelmente, uma queda de produtividade, já que os empréstimos de instrumentos provocarão atrasos e outros prejuízos e que aquele substitutivo do inseticida só é empregado em última análise, devido à sua ação pouco eficaz. Logo, uma taxa zero de custos monetários só se verifica em situações raras e não deve, absolutamente, ser tomada como típica, mesmo que apenas se refira a custos de produção relativos à manutenção e reprodução do fator de produção terra.

De mais a mais, computar o rendimento dessa mesma unidade coloca-nos diante de dificuldades, uma vez que o volume de produção de certas plantações, como cana, banana e abóbora, pelo fato de serem colhidas aos poucos e irregularmente é estimado de forma tão variada pelos agricultores que aceitar qualquer estimativa seria correr o risco de efetuar cálculos sem

margem de segurança alguma. Por isso, focalizaremos a análise só sobre os produtos restantes, ou seja, mandioca, feijão e milho, que são os mais significativos para nossos propósitos, dado que se tratam, respectivamente, do fator alimentar básico (mandioca), e de plantios que exigem um investimento inicial em dinheiro, do qual é importante precisar a margem de retorno. Vejamos logo este último caso: de onze quilos de feijão, o produtor espera colher três sacos de oitenta litros ou o total de duzentos e quarenta litros, numa proporção, portanto, de vinte e dois litros para cada quilo plantado; enquanto cinco litros de milho devem render cinco sacos, também com um total de 240 litros, o que dá uma proporção de quarenta e oito litros para cada um que é plantado. Em dinheiro, vendendo-se pelo preço vigente no mercado regional, ou por pouco menos no mercado local - sete cruzeiros, por exemplo -, o feijão faria entrar Cr\$ 1.680,00, e o milho, calculado a um cruzeiro por litro, daria ao produtor um rendimento bruto de Cr\$ 240,00. Quanto à mandioca, as seis cargas de manivas plantadas representam, segundo avaliação dos produtores, cinco mil pés de mandioca, que, transformada em farinha, equivale a cem sacos ou oito mil litros. Em dinheiro, eles valem Cr\$ 8.000,00, ao preço de um cruzeiro o litro. Considerando o rendimento-conjunto, teríamos que duas tarefas de mandioca com seus cultivos associados gerariam um valor nominal de nove mil e oitocentos cruzeiros, contando apenas os três itens assinalados. Admitindo, por hipótese, que a unidade agrícola não contenha milho nem feijão, estando restrita à mandioca e às outras plantas usualmente encontradas, sobre cujo volume de produção não temos dados, mesmo assim a farinha resultante pareceria constituir

garantia bastante para o investimento. Entretanto - até que ponto o cálculo obtido reflete integralmente a realidade da unidade agrícola considerada? Baseando-nos nele, poderíamos concluir que essa unidade apresenta apreciável taxa de rentabilidade, demonstrada através da diferença entre os custos da operação e o valor nominal por ela gerado, o qual é, aliás, e devido à carência de dados, apenas parcial. Mas, não se trataria tão somente de um cálculo, sem condições de concretização na prática? Afinal, uma série de fatores deixaram de ser considerados, como: 1. a falta de um mercado estável que permita ao produtor vender sua produção; 2. vigência de um sistema de trocas diretas de mercadorias, com escassa circulação de dinheiro; 3. existência de perdas durante todo o processo de produção, implicando em sua variação; 4. empobrecimento do solo, que reduz o potencial agrícola; e 5. força-de-trabalho utilizada.

Cada um desses elementos parece ter um peso relativo. Assim é que a não existência de um mercado regular - o mercado local possui pequena capacidade, uma vez que os agricultores se concentram nos mesmos tipos de cultivos, e constituem o maior contingente populacional - torna impreciso qualquer cálculo econômico em termos monetários, pois toda a produção que não é consumida e não tem condições de troca resulta improfícua, significando perda ao não possibilitar a recuperação da energia nela investida; tal recuperação deve ocorrer não apenas sob a forma de consumo direto de alimentos vegetais, mas também por meio de sua troca por outros bens, comestíveis e de outras ordens. A circulação, por sua vez, realizando-se em grande parte sem a presença de moeda, ao mesmo

tempo que funciona como mecanismo inibidor da produção pela falta de estímulo econômico, põe restrições à construção de estimativas sob a forma de dinheiro, em virtude do seu distanciamento da realidade. As perdas, provocadas no decorrer da produção por vários fatores, desde a destruição das plantas por formigas e animais domésticos, a condições desfavoráveis do próprio terreno e a oscilações na distribuição das chuvas, ao não serem levadas em conta, como no caso presente, levam à distorção da idéia que se pode ter do rendimento médio do trabalho agrícola, que, dessa forma, é estimado com provável margem de excesso. A degradação do solo, reduzindo-lhe o potencial agrícola, é também fato de grande importância na agricultura de tipo "swidden". Ao cabo de um período de utilização contínua, quando o pousio se torna necessário, a queda de produção provavelmente já constitui um reflexo daquela degradação, dado que, como afirmam os índios, "a mandioca sai ruim, "esperrengue", amarela, sinal de que "a terra está cansada e os cereais não crescem mais, nem mesmo o mato". Embora eles também declarem que no primeiro replantio a roça cresce mais rapidamente do que na vez inicial, pois "a terra está mais adomada", parece indiscutível que a utilização conduz à piora gradativa do solo⁹¹, que se completa - para objetivos econômicos - ao fim de três anos, exigindo deslocamento para um novo sítio. Netting (1974: 26) observa que

"most students would agree with Nye & Greenland that cropping by shifting method results in (a) multiplication of pests and diseases, (b) increase of weeds, (c) deterioration in the physical condition of the soil, (d) erosion of

top soil, (e) deterioration in the nutrient status of the soil, and (f) changes in the numbers and composition of the soil fauna and flora",

acrescentando porém mais adiante que

"conventional soil analysis may not provide an adequate index of fertility decline".

Logo, trata-se de uma questão não suficientemente esclarecida a degradação do terreno provocada pela agricultura de coivara - "The discussion as to whether all tropical grasslands are the result of man's shifting cultivation also remains vigorous and unresolved" (ibidem) -, embora possamos presumir com alguma segurança que ela ocorra; e, uma vez que admitamos isso, a diminuição da capacidade produtiva terá que entrar em consideração. Finalmente, não sendo assalariada e não tendo possibilidades de o ser no âmbito local, a força-de-trabalho que organiza e mantém em funcionamento a unidade agrícola deverá ser incluída no cômputo dos custos monetários da produção? Tal indagação talvez seja uma das mais difíceis questões que se apresenta ao cálculo econômico de unidades de produção não-capitalista, pois a mão-de-obra, ao não representar ônus monetário coloca em dúvida a propriedade de sua inclusão no balanço econômico.

Witold Kula (1974) depara-se com esse mesmo problema ao discutir o cálculo econômico da empresa feudal, acabando por verificar que atribuir

"un precio a todos los elementos que entran en la producion sin ser adquiridos en el mercado (terreno, edificaciones, matérias primas, etc.), casi siempre resultaría que dicha empresa

funciona con pérdidas. Si en cambio lo calculáramos sin tener para nada en cuenta aquellos elementos, el balance arrojaría por lo general enormes ganancias"

(op. cit.: 34).

No subsistema que estudamos, em relação à terra parece não haver maior dificuldade, dado que se trata de uma posse do grupo, em nome do qual se dá a posse por cada unidade social de produção, que dela se utiliza enquanto permanecer na reserva; podendo-se dizer que a terra apresenta para cada uma dessas unidades um valor de uso, mas não um valor de troca, o mesmo não acontece em relação à força-de-trabalho, livre para se apresentar ao mercado e vender-se como mercadoria, ao contrário da terra que só é atingida pelo mercado de forma indireta e secundária, ou seja através da troca dos bens nela criados. Assim, restam ao produtor as alternativas de usar a força-de-trabalho em benefício próprio, ou melhor de seu grupo doméstico, ou de a vender a outrem, transferindo-lhe o seu valor de uso; por isso a força-de-trabalho pataxô, mesmo não passando pelo mercado, pode ser avaliada monetariamente, a preço do mercado. Desse modo, toda vez em que, utilizando-se de sua liberdade de opção, o produtor deixa de ir ao mercado e prefere investir na sua própria unidade, ele escolhe manter e reproduzir a sua força-de-trabalho não por um salário em moeda, que lhe pagaria o dono dos meios de produção a que seria alienado, mas pelo "salário" em espécie que constitui o resultado concreto do seu trabalho, logo do emprego de sua energia. E semelhantemente ao que lhe é pago em moeda, também esse salário em espécie constitui o crédito que o produtor dá, neste caso, ao fator de produção sobre o qual age, a terra, ao adiantar o

valor de uso da sua força-de-trabalho, ou seja, a força-de-trabalho só é paga depois de ter funcionado. Neste caso, muito mais tempo depois, uma vez que só vencido o ciclo de maturação é que pode o produtor colher o que plantou. Daí cada grupo doméstico possuir geralmente duas roças - "enquanto uma está verde, está comendo da outra" -, fornecendo assim um salário em espécie para o trabalho da outra. Salário que só realiza a "reprodução simples", caracterizando-se cada unidade agrícola como uma "parcela de subsistência e reprodução"⁹².

Ora, para calcularmos, comparativamente, o valor desse salário em espécie em relação ao do salário em moeda que a força-de-trabalho receberia no salário regional, é necessário que estabeleçamos o tempo que a unidade agrícola exige de cada grupo doméstico. Este tempo, utilizado em seu preparo e manutenção, corresponderia ao tempo de trabalho socialmente necessário para manter e reproduzir a unidade, logo a própria força-de-trabalho. Uma vez que

"o tempo de trabalho socialmente necessário não é senão o tempo de trabalho exigido para se produzir um valor qualquer de uso nas condições normais dessa produção, sendo o trabalho feito numa média social de habilidade e de intensidade",

(Marx, 1973: 26).

teremos que levar em conta o tempo utilizado nas operações de preparação do terreno e no plantio propriamente dito, e em seguida aquele que é gasto durante todo o período que precede e enquanto dura a colheita, e que não se restringe apenas a esta, mas também se aplica à manutenção da roça, com capinação, e à atividade de replantio, ou seja, de reprodução.

Assim, naquela unidade agrícola que tomamos para análise, com sua área de 0,72 ha, que só durante o plantio contou com o trabalho efetivo de três indivíduos, um dos quais se tratava de uma criança, teríamos para a primeira fase um período de trinta dias, tempo esse que, embora possa à primeira vista ser considerado exceção à regra geral - por não ter o produtor realizado "rela" - constitui a média mais provável, porque conta com possíveis atrasos que podem ocorrer. Logo, ao calcular para mais, fica sempre certa margem para tudo aquilo que seja causado por fatores alheios à força-de-trabalho. Se a esses trinta dias acrescentarmos mais oito meses - tempo usualmente esperado para, com o amadurecimento do produto principal, a mandioca, se poder iniciar o processamento da farinha - teremos um total de nove meses. Porém, como o processamento é realizado aos poucos e não de uma só vez, teremos que acrescentar àqueles nove meses a duração média de uma roça, o que equivale a dizer o tempo médio de duração de 0,72 ha de mandioca para o consumo de uma unidade social de produção média também. Sendo esse tempo de onze meses⁹³ calculado segundo o rendimento de uma roça pela primeira vez plantada, não se incluem aqui, por isso, possíveis decréscimos da produção. Assim, um período de vinte meses pode ser, aproximadamente, definido como necessário ao trabalho de uma unidade agrícola: observando-se que, desses vinte meses, nove constituem principalmente um investimento de trabalho, durante os quais só de modo parcial, e graças às plantas de ciclo de maturação mais curto, repõe a unidade de produção a energia dispendida; enquanto os restantes onze meses, de forma contínua e sistemática, completam simultaneamente as necessidades de reprodução da força-de-

trabalho e da unidade agrícola, aqui distintas tão somente para efeito analítico, uma vez que neste subsistema reproduzir a energia humana implica, necessariamente, em reproduzir a unidade agrícola.

Supondo-se, porém, que o detentor da força-de-trabalho decida ir a mercado em troca de um salário em dinheiro, quanto receberá pelo tempo que, se permanecesse na reserva, estaria utilizando na sua unidade de produção? Em outras palavras, que valor monetário pode ser atribuído à mão-de-obra produtora autônoma? Considerando que o tempo antes definido foi de vinte meses, correspondentes, portanto, a oitenta semanas, e que cada semana, por sua vez, se compõe de cinco dias úteis, teremos para um mês um subtotal de vinte dias, um total geral de quatrocentos dias de trabalho em vinte meses. Sendo, em 1976, de vinte e cinco cruzeiros o salário diário da força-de-trabalho no mercado regional, isso em quatrocentos dias, representaria dez mil cruzeiros. Logo, dez mil cruzeiros é o custo monetário global da força-de-trabalho ao passar pelo mercado; até que ponto, porém, terá significado comparar esse valor com aquele que é criado na unidade agrícola? No momento em que só incluíssemos no cálculo a produção parcial, já estaríamos incorrendo em deformações, subestimando a capacidade efetiva da unidade. Por outro lado, ficando o contingente de produtores parcialmente liberado durante todo o tempo reservado às atividades de manutenção da roça, é possível que certos membros temporariamente se assalariem, concorrendo assim para o aumento da renda doméstica e principalmente para a obtenção de moeda. Aqui, outro problema merece vir à tona: sendo cada unidade agrícola mantida pelo trabalho do grupo doméstico, o custo

monetário da força-de-trabalho teria que abranger todos os produtores economicamente ativos, o que, sem sombra de dúvida, aumentaria exageradamente os custos de produção, transformando-a numa unidade economicamente deficitária. Todavia, se o salário em espécie que ela faculta é suficiente, mesmo que o seja em termos precários, para manter e reproduzir a força-de-trabalho, como defini-la como uma unidade economicamente deficitária?

Há, além disso, o fato de que nos custos de produção não está incluído o mais-valor que cada produtor cria quase continuamente - ao exercer outras atividades para sua própria unidade de produção ou para a de outrem, através do "rela" ou "batalhão", por exemplo - o que equivale a aceitar que ele dispõe de um excedente em tempo que pode, ou não, ser empregado na criação de valor, ou mais valor, se considerarmos que é um valor criado paralelamente ou em adição àquele já criado e incorporado à unidade de produção agrícola. Um elemento, pois, de extrema importância, merece ser apreciado, ou seja, a liberdade de opção do produtor não apenas quanto a transformar em trabalho objetivado a sua potencial capacidade de produzir valor além daquele "quantum" exigido para a manutenção da sua força-de-trabalho, mas também de o fazer segundo melhor lhe pareça. Não estando a serviço a não ser da sua unidade de produção, pode dispor desse tempo excedente com uma margem de liberdade que não lhe seria possível "se fosse a mercado", pois nesse caso o "mais valor" não lhe pertenceria. Enquanto o capitalista que compra o valor-de-uso da força-de-trabalho estipula que o valor da mercadoria a ser produzida seja superior à dos valores das mercadorias necessárias à sua produção: os

meios de produção e a força-de-trabalho, pelos quais ele adiantou, no mercado, seu bom dinheiro" (Marx, 1973: 35), o produtor agrícola autônomo Pataxó parece não raciocinar em tais termos. Porque, na verdade, ele não adianta senão uma pequena quantidade em dinheiro, se comparada àquela do capitalista, pois não investiu capital na compra da terra, nem paga renda por ela, mas, ao contrário, reverte-a para si mesmo; nem tampouco adianta dinheiro na obtenção de força-de-trabalho, por já a possuir. Detendo em sua própria força-de-trabalho, juntamente com a de seu grupo co-residencial, o capital variável que será investido no processo de reprodução, tem o retorno desse capital sob a forma de renda-produto que constitui a sua unidade de produção agrícola, podendo, a depender de certas circunstâncias em alguns casos alheias à sua vontade, "... ganhar um excedente sobre o que, no modo de produção capitalista, chamaríamos salário" (idem, 347).

Levando ainda em conta que o total da força-de-trabalho do grupo doméstico economicamente produtivo não é indispensável à unidade agrícola durante o tempo necessário ao amadurecimento das plantações, nem, posteriormente, na fase de colheita e replantio, conclui-se que a unidade de produção agrícola pode continuar a ser mantida enquanto parte dos membros da família se assalariam, ou exercem outras atividades autônomas. Dessa forma, a unidade social de produção pode também simultaneamente dispor de um duplo salário, representado pelo que fornece sua unidade de produção agrícola e pelo salário em dinheiro de seus componentes empregados fora, ou ainda, em outras palavras, de uma renda-produto e de um salário. Isso parece ressaltar a especificidade da situação que ora analisamos,

especificidade essa que se manifesta na organização de uma unidade social de produção que se vale do trabalho coletivo dos seus membros e só em sua totalidade pode ser apreendida.

Por outro lado, a renda-produto facultada pela unidade agrícola parece ter um valor mais concreto que o salário em espécie obtido no mercado, o que equivale a dizer que o dispendio em energia efetuado pelo produtor, sob a forma de trabalho em sua roça, retorna com uma margem de diferença positiva. A eficiência da agricultura de coivara no retorno de calorias é acentuada por Werge (1975) e Rappaport (1975), afirmando o primeiro que "para cada Kcal de energia dispendida pelo agricultor, ele recebe em troca cerca de 18 Kcal...", dado que parece significativo, pois, sendo assim, a renda produto que o agricultor retira da terra tem um valor que não pode ser expresso monetariamente, e que pode ser caracterizado como o de sua eficiência na manutenção e reprodução da força de trabalho. Se no mercado aquele grau de eficiência não é critério para a fixação do preço, no sistema que estudamos pode ter grande importância, referindo-se, mesmo, na proporção de excedente a ser encaminhado para fora da unidade social de produção.

Finalmente, tentaremos agora precisar o valor dos meios de subsistência habitualmente necessários a uma unidade social de produção agrícola Pataxó. Com essa finalidade, acompanhamos durante um mês três grupos domésticos, anotando sistematicamente todas as compras, vendas, trocas, empréstimos e dâdivas realizadas. Com isso, procuramos estabelecer pelo menos o nível mínimo necessário para manutenção e reprodução, e como tal é aqui visto, ou seja, como o nível mínimo abaixo do qual

o subsistema não teria condições de se reproduzir; acreditamos que precisar ou estimar um grau outro que não fosse o mínimo, levaria a conclusões que nem sempre se aproximariam da situação concretamente existente, pois se o limite mínimo ou suportável pode ser definido como aquele abaixo do qual a força-de-trabalho e seus dependentes não teriam condições de sobreviver, ameaçando o equilíbrio do modo de produção, qualquer limite além dele constitui um valor relativo, abrangendo variáveis sociais, econômicas e ideológicas dificilmente mensuráveis.

Os resultados a que chegamos estão apresentados nos quadros 3,4,5,6 e 7. A partir desses dados podemos estabelecer, com boa margem de generalização, as necessidades de consumo das unidades de produção Pataxó. Para isso, converteremos a um valor monetário todas as trocas e empréstimos realizados, procedimento que só não estendemos às dâdivas por causa do seu próprio caráter, em que não existe, a não ser de forma implícita e, mesmo assim, sem obrigatoriedade, o compromisso de contrapartida. Nesses termos, incluindo-se os gastos em dinheiro, compras a crédito, trocas e empréstimos, a primeira unidade observada apresentou um dispêndio total de Cr\$ 322,00, contra Cr\$ 596,00 da segunda e Cr\$ 342,40 da terceira, o que nos permite dizer que, em média, uma unidade social de produção gasta Cr\$ 420,13. Não está, porém, presente neste cálculo o consumo de farinha, a não ser, parcialmente, no que tange à segunda unidade doméstica, que por possuir pequena quantidade de mandioca em condições de processamento se via obrigada a comprá-la; da mesma forma, não se inclui o consumo total de vegetais. Apesar disso, é possível concluir que Cr\$ 420,13 permitem

CIRCULAÇÃO POR TROCA

Quadro 3

GRUPOS DOMÉSTICOS	DIRETAS		A DINHEIRO			
	ENTRADAS	SAÍDAS	ENTRADAS		SAÍDAS	
			Por vendas	Por salários	À vista A crédito	
1	2 1 concha	23 1 farinha	76,00	-	104,00	12,50
	2 kg ostra	1 abóbora				
	4 kg peixe	3 cocos				
	31 caranguejos					
	3 lagostas					
	8 bananas					
	4 cx. fósforo					
	cigarro					
	papel					
2	77 caranguejos	40 1 farinha	576,50	-	326,10	62,90
	13 siris					
	3 1/2 kg peixe					
	1 polvo					
3	5 caranguejos	96 caranguejos	108,00	-	179,50	84,50
	25 1/2 1 farinha	4 1 arroz				
		1 1 farinha				

Quadro 4 CIRCULAÇÃO POR EMPRÉSTIMO

TRANSAÇÕES GRUPOS DOMÉSTICOS	INICIADAS (prestação)		COMPLETADAS (contraprestação)	
	ENTRADAS: Empréstimos tomados	SAÍDAS: Empréstimos feitos	ENTRADAS: Compensação por empréstimos feitos anteriormente	SAÍDAS: Pagamento de empréstimos tomados anteriormente
1	6 l farinha	35 l farinha	35 l farinha	5 l farinha
2	12 l farinha	23 l farinha	11 1/2 l farinha	17 l farinha
3	1 l farinha	-	-	10 caranguejos

Quadro 5 CIRCULAÇÃO POR DÁDIVA

DÁDIVAS GRUPOS DOMÉSTICOS	ENTRADAS	SAÍDAS
1	4 1/2 kg peixe 8 caranguejos 1 kg carne-de-porco 100 g carne-de-boi 3 polvos 2 porções tatu 1/4 cotia 20 laranjas 1 abóbora	14 l farinha 18 caranguejos 5 abóboras
2	4 cocos 12 1/2 kg peixe 1 abóbora 2 l farinha	18 1/2 l farinha 8 porções cotia 1/2 kg toucinho 1 abóbora 4 beijus 1 porção tartaruga
3	5 l arroz 8 caranguejos 1 kg carne-de-porco 2 colheres açúcar 2 colheres café	1 l farinha 17 caranguejos 1 kg peixe

ORIGEM DAS ENTRADAS EM DINHEIRO

Quadro 6 POR VENDA DE MERCADORIA

MERCADORIAS GRUPOS DOMÉSTICOS	Fari- nha	Bei- ju	Coco	Den- dê	La- ranja	Caran- guejô	Ar- cos	Cola- res	Jegue
1	55,50	-	16,50	4,00	-	-	-	-	-
2	72,50	4,00	-	-	11,00	-	10,00	79,00	400,00
3	-	-	-	-	-	13,00	80,00	15,00	-

Quadro 7 ALOCAÇÃO DAS SAÍDAS EM DINHEIRO (em Cr\$)

MERCADORIAS	À VISTA			A CRÉDITO		
	Gr. Dom. 1	Gr. Dom. 2	Gr. Dom. 3	Gr. Dom. 1	Gr. Dom. 2	Gr. Dom. 3
Café	15,00	2,50	24,00	3,00	2,00	-
Querosene	12,00	5,00	12,00	1,50	2,70	10,00
Açúcar	16,00	7,00	14,50	3,00	2,00	12,50
Fumo	5,00	4,50	1,00	1,00	4,00	1,00
Sabão	5,00	8,00	6,00	-	-	10,00
Sal	4,00	4,00	2,00	-	-	-
Carne/porco	8,00	29,00	8,00	-	27,20	8,00
Lenha	-	1,50	-	-	-	-
Beiju	-	0,50	-	-	-	-
Cigarro	-	16,00	-	-	-	-
Fósforo	-	3,00	1,00	1,00	-	1,00
Banana	-	2,00	-	-	-	-
Laranja	-	1,00	-	-	-	-
Peixe	-	23,00	10,50	-	12,00	6,00
Bolacha	-	3,30	-	-	-	-
Manga	-	2,00	-	-	-	-
Feijão	-	12,00	-	-	-	-
Mocotô	6,50	-	-	-	-	-
Polvo	6,00	-	-	-	-	-
Arroz	7,50	-	7,50	-	8,00	-
Caranguejo	-	6,00	5,00	-	1,00	-
Farinha	-	-	112,00	-	4,00	36,00
Refresco	3,00	-	-	-	3,00	-
Pratos	12,00	-	-	-	-	-
Linha	-	3,00	-	-	-	-
Espingarda	-	60,00	-	-	-	-
Fio elétrico	-	2,00	-	-	-	-
Pasta dental	-	9,00	-	-	-	-
Espelho	-	3,00	-	-	-	-
Tecido	-	59,00	12,00	-	-	-
Remédio	-	9,00	-	-	-	-
Pão	-	-	4,00	-	-	-
Cobertor	-	-	50,00	-	-	-
Calçado	-	25,00	-	-	-	-
Pagamento débitos	4,00	25,80	-	-	-	-

adquirir aqueles produtos que a unidade não produz, mas de que necessita, e que reunidos e complementados com a produção da roça, a coleta no mangue e a caça eventual, atendem suas exigências de consumo. Por outro lado, tentar o cálculo de sua média de gastos com produtos que não têm condições de obterem mediante a compra, parece o mais importante, pois dá a medida daquilo a que a unidade de produção deve atender, e testa a sua capacidade para tal. Ora, se analisarmos o quadro, constataremos que a farinha é o produto que basicamente mantém a unidade social de produção - é o principal bem de troca, de empréstimo e de doação -, o que implica em verificar que o trabalho da roça consegue garantir ao grupo doméstico o mínimo para sua manutenção e reprodução. Se o caranguejo substitui por vezes a farinha como bem de transação econômica, isso se deve, como já registramos, apenas à falta dessa última, numa situação que deve ser vista como excepcional e que hoje se encontra em segundo plano. Em relação às vendas, se a importância da farinha diminui, é em decorrência da exploração do artesanato, uma vez que, sendo os animais de carga um meio de produção, é o seu comércio muito pouco freqüente.

O montante em dinheiro relativo a vendas é menor do que o de gastos, e seria indicador de uma enganadora situação de desequilíbrio; na verdade, porém, tratando-se de observação de apenas um mês, os pequenos saldos anteriores não aparecem, como não aparecem também os ocasionais trabalhos complementares realizados na própria reserva, como, por exemplo, empreitadas para roçagem ou "rebuçagem" de casas⁹⁴.

O quadro demonstrativo de distribuição de gastos expressa bem a parcimônia dos que foram efetuados; compra-se sempre

o imediatamente necessário, não havendo condições para estocagem, sendo as necessidades complementadas com empréstimos e dádivas. Só assim é que se mantém uma unidade de produção Pa-taxô, e só na sua especificidade pode ser entendida, especificidade essa que se manifesta no conjunto de relações econômicas fundamentalmente apoiadas num sistema de circulação de bens em que a moeda não desempenha o principal papel, pois se compararmos - através da conversão das trocas e empréstimos em valores monetários, como fizemos - o montante das vendas a dinheiro com o das trocas e empréstimos, será este último o superior: deixando-se mais uma vez, é claro, de considerar a situação apresentada pela segunda unidade doméstica, na qual o maior montante das vendas a dinheiro foi causado em parte por um fator pouco comum e só indiretamente relacionado à agricultura, pois se tratou de venda de um animal de carga; além disso, esse grupo doméstico vendeu artesanato em bastante quantidade.

Tudo isso posto, concluímos que a unidade de produção Pa-taxô é economicamente eficiente ao satisfazer o nível mínimo de necessidades dos seus membros, ainda que o seu cálculo econômico, pelas dificuldades que se apresentaram, não se possa fazer de modo preciso, sendo também impossível aplicar-lhe, na sua totalidade, os indicadores de um modo de produção capitalista. Assim, ao considerá-la como uma unidade econômica não deficitária estamos afirmando sua eficiência - ou, pelo menos, relativa eficiência - na manutenção e reprodução do grupo doméstico, não aqui entrando, pois, qualquer noção de lucro em seu sentido estrito. Dessa forma, ela é tão somente capaz de realizar uma reprodução econômica simples.

5.4. A "CRIAÇÃO" - UM FUNDO DE RESERVA?

A "criação" compreendendo animais de carga, galinhas e porcos, desempenha papel de fundamental importância no subsistema econômico pataxó. A função de cada um é relativamente bem definida, e o porco, fonte de acumulação secundária, destaca-se dos demais pelo seu maior peso econômico e social, que tende a transformá-lo num bem cada vez mais necessário a todas as unidades de produção. Em razão disso ocupará o foco central de nossa análise, embora procuremos definir as funções dos outros dois.

Cada unidade de produção esforça-se por possuir um animal que lhe possa liberar a força-de-trabalho de parte dos gastos de energia muscular exigidos para reproduzir suas condições materiais de existência. A substituição do dispêndio de energia muscular por uma fonte de energia extrapessoal, mesmo que isso aconteça parcialmente, dado que é o homem que tem de conduzir o animal permite aos produtores agir mais eficientemente sobre o ambiente e reduz seu grau de dependência quanto a este, aumentando a produtividade e com ela, a possibilidade de fazer subir a produção; com isto, cria-se um excedente de tempo, que pode ser utilizado na própria agricultura ou em outros níveis da estrutura ocupacional. Com a utilização do animal, em geral o jegue, pois os cavalos são em número reduzido, insignificante mesmo, é possível transportar a mandioca e os outros produtos da roça em quantidades relativamente altas, poupando assim ao agricultor a necessidade de várias viagens com carga sobre si próprios. Obtidos a maior parte das vezes

através de trocas, esses animais têm o preço estipulado com base da idade, sendo os mais novos menos valorizados em razão do período que é ainda preciso para transformá-los em bestas de carga. Quando novos costumam ser avaliados em cento e cinquenta cruzeiros, acrescidos para trezentos ou quatrocentos quando já têm condições de suportar cargas. O tempo médio necessário ao seu desenvolvimento, até serem considerados aptos é calculado em dois anos, estimando-se em quinze anos a sua média de vida. Tidos como de mais absoluta importância para o trabalho agrícola, só não são possuídos pelos produtores que se encontram em situação econômica instável - geralmente os que muito recentemente voltaram a organizar suas roças - e que, nesse caso, ou se encarregam eles próprios do transporte, ou tomam os asnos de empréstimo, junto a seus parentes ou companheiros. Este comportamento, aliás, é pouco generalizado, devido ao tempo necessário para capturá-los nos campos, onde ficam soltos quando não estão em atividade.

As galinhas, criadas essencialmente para atender a eventuais faltas de alimento em momentos de crise, são abatidas quando não há outro recurso, e existem em muito pequeno número. Isso é explicável por serem um investimento pouco recompensador, que exige razoável quantidade de alimentação, mas que, em contrapartida, fornece pouca; segundo cálculos de alguns criadores, uma galinha leva cerca de cinco meses para atingir o ponto de abate, durante os quais há um gasto médio de um litro de farinha para três galinhas em três dias, o que dá um total de cinquenta litros ou um subtotal de dezessete litros por cabeça. Em vez de farinha, sob a forma de pirão (água e farinha misturados), é preferido dar-lhes mandioca-puba,

ou "crueira" da mandioca, isto é, pedaços grossos que ficam sobre a peneira e são depois colocados a secar no forno e socados no pilão. O pequeno preço que as galinhas atingem após o período de criação limita sua importância, tornando-as em uma reserva alimentar pouco significativa, que dá pequena margem de segurança, em épocas de escassez.

O porco, ao contrário, preenche uma função de grande importância no interior do subsistema - é um bem de produção que complementa a unidade agrícola, garantindo potencial e efetivamente os meios de subsistência necessários à manutenção da unidade de produção. Quando não constitui uma "cria", nascida na unidade de produção, pode ser adquirido ainda muito novo, "quando está bacurim", por preço que varia entre vinte e trinta cruzeiros. Mais comumente, porém, é obtido através de trocas com aqueles que dispõem de mais de um, e que se aproveitam dessas oportunidades para alcançar possível vantagem ou resolver uma situação de dificuldade provisória, ou, ainda, para atender a algum companheiro que dependa do porco para realizar um "rela" ou "batalhão", pois, como vimos, é a carne-de-porco o que os participantes esperam comer quando se reúnem em trabalho cooperativo. As "crias" novas ou "bacurins" são consideradas como "sementes" que irão permitir a reprodução do investimento inicial, dando ao produtor uma perspectiva de maior autonomia pelas possibilidades que abrem quanto à ampliação das unidades agrícolas e à realização de trocas vantajosas. A castração dos "barrões" ocorre geralmente entre seis meses e um ano, quando então se transformam em "leitões".

São criados perto das roças, soltos durante o dia, "mariscando no brejo", e reunidos à noite nos chiqueiros. A comida

lhes é dada em geral duas vezes ao dia, sendo um pouco difícil precisar sua exata quantidade. Calculam os criadores que uma porca e dez leitões necessitam em média de meia carga de mandioca por dia, chegando, para cinco cabeças, cerca de um cesto, ou, calculadamente, dez raízes grandes. Aqueles que, excepcionalmente, possuem muitos porcos, costumam destinar uma área da unidade agrícola exclusivamente para essa alimentação; só encontramos, na verdade, um caso de grande criatório, que pertence, justamente, ao produtor que possui a maior área agricultável (61.200m^2), e que, dispondo assim de ampla produção de mandioca, pode destinar uma parte dela à manutenção e reprodução da sua criação, que é de quarenta e sete cabeças. Com um ano, um ano e meio, o porco atinge uma arroba, podendo ser considerado vendável; o preço, porém, é ainda muito baixo, não compensando os gastos com alimentação, e o dinheiro resultante pouco representaria para o grupo doméstico, razão pela qual se espera que atinja duas arrobas para alcançar preço ligeiramente mais alto. Neste caso, importa mais o volume total de dinheiro que se possa obter, mesmo que tal volume corresponda, necessariamente, a um aumento nos custos de produção. Com um pouco mais de volume, porém, obter-se-á quantidade de bens maior do que aquela que se obteria vendendo o porco com o peso de uma arroba, e essa diferença é extremamente importante quando se dispõe de pequena soma de moeda em circulação. Tal comportamento não significa que o produtor não é capaz de avaliar os custos de produção, mas, ao contrário, que ele os avalia, sem que tenha, porém, no momento de definir o preço, condições de mercado para fazê-los incluir a todos, dado o baixo poder de aquisição existente. Assim, declara-nos

um produtor:

"o preço não tem base, pois se for tirã tudo não pode nem vendê. O gasto é demais; dá muito gasto de mandioca, serviço da gente botá na roça, pranta, capina prá dá uma mandioca que com um ano, um ano e tanto dê pru porco comer. Mas o jeito é pedir o preço baixo porque não tem quem possa pagar".

E o preço oscila de cem a cento e cinquenta cruzeiros por arroba.

Rappaport (1975: 160) observou entre os Tsembaga os altos custos necessários à criação de porcos, tornando-a uma atividade anti-econômica que só se mantém porque "seu consumo implica relações sociais e políticas, assim como crenças e práticas religiosas, e não simplesmente um desejo carnívoro". Fazendo notar que um porco adulto recebe uma ração diária igual, em termos de peso, à do homem adulto, ainda que de composição diferente, e que o gasto de energia humana na alimentação e cuidados com os animais pode ser calculada em aproximadamente 45.000 kcal. por porco num ano, busca outras explicações - como as citadas acima - além daquelas exclusivamente energéticas para interpretar a criação de porcos. E, entre outras, as sinala que esses animais

"formam um nível da cadeia trófica de detritos ao consumir os desperdícios e os vegetais não assimilados que se encontram nas fezes humanas, substâncias que de outro modo estariam desaproveitadas. Ademais, constantemente encerram-se os porcos nos hortos abandonados, onde desenterram os tubérculos que aí permanecem e onde, ao eliminar as plantas herbáceas que competem

com as sementes das árvores, aceleram o processo de revestimento florestal",

tendo igualmente importância na dieta alimentar pela sua condição de

"transformadores de hidrato de carbono de origem vegetal em proteínas de alta qualidade"

(idem: 162).

Consideramos todos os aspectos destacados por Rappaport como de extrema importância, mas, no caso específico que ora analisamos, outros pontos parecem somar-se aos apontados, e só tendo em vista seu conjunto é que se torna perfeitamente apreensível a função do porco no subsistema pataxó. O relacionamento obrigatório da criação com o espaço agrícola já parece estar suficientemente sublinhado, e, nos casos em que o produtor não dispõe de roça, ou dela dispõe porém não ainda em fase de colheita, ocorre o estabelecimento de acordos de "meação". Nestes, o possuidor da criação transfere-a para quem tenha a mandioca indispensável e à sua guarda aquela permanece. Muitas vezes este último já possui outras cabeças, e visa assim aumentar seu número; noutras, contudo, a "meia" é a oportunidade de iniciar a criação, de "tirar semente da criação". A partilha, sob a forma de meia, só tem lugar após o desmame, quando o "bacurim" já se tornou num pequeno "barrão", o que acontece dois ou três meses depois da parição. Em cada parto nascem normalmente de dez a doze filhotes, e, ocorrendo duas vezes ao ano, é aquele número que cabe a cada uma das duas partes. A quebra do contrato de meação implica na compra de uma das partes por um dos sócios, seja em moeda, seja através de troca por bens de valor equivalente.

Embora a carne-de-porco seja de grande relevância na dieta, o objetivo básico da criação de porcos não é a alimentação do grupo doméstico, que recai sobre animais de menor porte como as galinhas, mas o atendimento de necessidades insusceptíveis de serem satisfeitas, direta ou indiretamente, às custas da produção das roças. Isso não quer dizer que não consuma o grupo doméstico os porcos que cria, mas sim que isso só ocorre secundariamente, quando um porco é, por exemplo, abatido em função de um "rela" ou "batalhão" e se separa pequena parte para consumo: o que é plenamente compreensível, se levarmos em conta que o porco funciona como meio de acumulação cujo abate só acontece em momentos de grandes concentrações - festas e "batalhões" - ou em situações críticas para a manutenção da força-de-trabalho ou da unidade de produção agrícola - doenças, compra de sementes e de instrumentos de trabalho. Um informante sintetizou assim sua importância com pleno discernimento:

"O porco... a gente não tem outra criação, não tem um gado, não tem um carneiro. Então o mais fácil prá gente ter aqui é o porco; a gente ajeita uma leitoa, bota no terreiro, então ela pega barriga, dá cria às vezes de dez, oito leitão... Nós chega, tira aqueles porco, castra eles, deixa de reserva, não sabe? Quando tá um porco de três, quatro arroba, nós vende. Vende prá comprar um mikái [facão], um machado, uma roupa, semente e um remédio quando alguém tá doente. Tudo dos porco, prá isso é que nós cria. Reserva que nós chama é porque nós deixa ele aí, faz de conta que não tem aquela criação. Então quando nós tá apertado, nós mata aquele que tá reservado, pois não tem outro

jeito, mata e compra o que é preciso. É reserva por isso - só mata quando tem necessidade".

Constata-se desse modo que o grupo doméstico poupa através do porco, investindo nele tempo e alimentos que poderiam ser consumidos ou vendidos; para investir, todavia, é necessário que tenha investido anteriormente na roça, pois é o resultado do seu trabalho nesse primeiro nível que lhe permitirá um segundo tipo de acumulação. Acumulação essa que garante um volume em dinheiro dificilmente alcançável com a roça, se considerarmos que o dinheiro obtido o é de uma só vez, sem quaisquer parcelamentos. Assim sendo, mesmo podendo a criação de porcos ser tida como atividade anti-econômica ou pouco rentável, é extremamente útil e necessária. Pelas características que apresenta, a criação de porcos, ao possibilitar meios de acumular, assemelha-se a um banco de proporções reduzidas, no qual a mandioca ocupa uma posição de capital-produto que, ao fim de um depósito gradativo de cerca de um ano, pode ser retirado e transformado em mercadorias de consumo, como remédios, instrumentos ou utensílios domésticos, ou ainda aplicado em novo investimento, por exemplo a semente que será lançada à terra e que criará mais valor. E à semelhança de um banco, o depósito também significa crédito, com a certeza de que existem meios de acorrer a situações de emergência.

Do que colocamos, podemos concluir que os grupos cujas economias não dispõem de alternativas de acumulação institucionais, tendem a criá-las dentro de suas várias limitações, com alternativas outras que se caracterizam como mecanismos de ajustamento à forma de adaptação cultural que adotaram, e que buscam torná-la mais eficiente. Como formas simples de

acumulação, tais ajustamentos concorrem para a reprodução dos meios necessários ao funcionamento do subsistema econômico, à falta dos quais torna-se impossível a reprodução das condições materiais de existência. O ambiente, ao impor limites, cria também a necessidade de superá-los, e qualquer tentativa de uma ação mais modificadora significa possibilidade de reduzir a dependência de fatores que, escapando do controle humano, são quase que absolutamente imprevisíveis; ao fazer do porco uma reserva, o pataxô, ao mesmo tempo que cria uma fonte de energia adicional, fica menos vulnerável às incertezas da colheita, mesmo que por um breve período, ou seja, aquele em que o porco já acumulou e passou a ser um bem vendável.

5.5. A UNIDADE DE TRABALHO PESQUEIRA

A pesca tem importância considerável na dieta pataxó, constituindo complemento básico dos produtos agrícolas. Cada unidade doméstica, na medida em que dispõe de dinheiro ou de algum item para troca, costuma adquirir pequenas porções de peixe, geralmente muito disputadas face à grande demanda e à pequena elasticidade da oferta, esta última devida, principalmente, ao pequeno número de pescadores e de instrumental disponível. E é o instrumental o fator mais determinante para a baixa produtividade, por seu duplo aspecto limitador: reduzida quantidade e baixa eficiência. Além disso, a pesca marítima não é uma atividade tradicional, e, se já não havia uma inclinação acentuada para sua realização, por causa mesmo de ser prática pouco generalizada no grupo, o trauma provocado pelo naufrágio de que falamos serviu para transformá-la numa atividade classificada como perigosa, e assim evitada.

A reserva, como um todo, conta com vinte e dois pescadores entre os chefes de grupo doméstico, sendo que dezessete na Aldeia de Barra Velha e cinco na área do Parque Nacional do Monte Pascoal, mas, desses, apenas oito têm na pesca sua única atividade. Os demais a combinam com agricultura e, ou, artesanato e transformação, não se caracterizando, dessa forma como pescadores de tempo integral. Logo, a demanda regular de peixe é atendida, no essencial, pelos oito pescadores que a isso se dedicam de forma exclusiva. Tida como ocupação "rendosa, toda vida mais que a roça", ela exige, se comparada à agricultura, maior quantidade de tempo diário, afastando

rapidamente o pescador da sua unidade doméstica e mesmo do grupo social mais amplo. A unidade de trabalho na pesca passa a ser o núcleo de referência, pois é ela a base da própria atividade - porque cada pescador-mestre, proprietário de canoa, reúne por vezes em torno de si um número definido e relativamente constante de companheiros, que, não possuindo o instrumento de trabalho fundamental, se associam àqueles que o têm. Desse modo, ao contrário da unidade social de produção agrícola, a unidade de trabalho pesqueira não se confunde com o grupo doméstico, mantendo-se ambos como entidades distintas. Esta unidade é geralmente composta por apenas um membro, às vezes dois, o chefe do grupo e um filho, ou outra pessoa da família, aos quais se juntam os indivíduos de grupos domésticos diferentes, não se organizando estritamente apoiada em vínculos de parentesco, mas tendo, sobretudo, no domínio de uma habilidade o requisito indispensável que torna possível o recrutamento individual. Esse domínio da habilidade dá a seus membros certo prestígio, aumentado talvez pelo fato dela ser exercida num espaço oposto àquele no qual se exercem todas as outras atividades, e que é desconhecido para a grande maioria dos Pataxó. Além disso, a pesca, e com ela o comércio, podem ser consideradas como as ocupações que, no interior da Reserva, proporcionam o fluxo mais regular de transações em dinheiro. Isso não significa, contudo, que o pescador se abstém de realizar trocas, não só por necessitar de outros produtos, como também pelo fato de, como membro do subsistema maior, ser levado a seguir as respectivas regras. Todavia, devido à sua situação de controlador de um bem alimentar escasso, e do qual há grande procura, ele pode, em determinadas condições - quando

o número de trocas tende a ser inversamente proporcional às vendas a dinheiro -, retrair-se e insistir no pagamento em moeda, argumentando que precisa efetuar compras no mercado regional, o que só é possível mediante dinheiro. Esse tipo de comportamento, porém, muito raramente ocorre, pois implica na quebra dos laços de reciprocidade que mantêm o subsistema, deixando aquele que o pratica vulnerável a respostas semelhantes. Em geral, como veremos à frente, o balanço de vendas a dinheiro é pouco superior ao de trocas, pois sabendo os compradores que o pescador precisa vender, desde que disponham de dinheiro, não criam dificuldades a esse tipo de transação. O sistema de crédito existente, permitindo a aquisição, sob a forma de troca em espécie ou de compra, sem prazos rígidos para saldar o débito, facilita as relações e afasta as possibilidades de surgirem situações discriminatórias para os que, em certos momentos, não contam com nenhum meio de comerciar.

Pratica-se uma pesca marítima, restrita a pequeno número de pescadores, e uma pesca fluvial e fluvio-marítima, mais generalizada. Todas, porém, guardam a característica comum de constituírem formas de adaptação ao ambiente com curto alcance econômico, modificando de forma pouco sensível os ecossistemas sobre os quais atuam. Cada uma dessas modalidades será aqui discutida em seus aspectos essenciais, cabendo a observação de que elas não são exclusivas, o pescador de mar sendo-o também de rio e de mangue, e vindo a distinção, principalmente, da frequência com que atua de uma ou de outra forma. Ao mesmo tempo, é necessário assinalar que todos aqueles que se auto-definiram como pescadores dedicam-se à pesca marítima, ocorrendo aqui o que já observamos na parte referente à

estrutura ocupacional, ou seja, a auto-definição ocupacional apoiando-se no domínio da habilidade que se acredita indispensável ao exercício de certa atividade. Assim, pescador é, para o grupo, aquele que pesca no mar, "domina a arte". Desse modo, um número bastante grande de pescadores do rio não se define a si próprio como tal, referindo-se apenas de modo ocasional ao exercício da pesca.

A pesca marítima

O pescador com maior tempo na ocupação tem trinta anos de prática; trata-se de um velho negro, casado com índia e há muito tempo residente na aldeia, pescando hoje, com pouca regularidade, na canoa de um ou outro mestre, e justificando sua atual pouca sorte no mar pela inveja dos companheiros. Estes iniciaram-se na pesca há menos tempo, tendo alguns aprendido com pescadores de uma povoação costeira próxima, Corumbáu, e outros na própria aldeia, "com os índio velho daqui...". Estes velhos, porém, pelos depoimentos tomados, não pareciam ter grande experiência, devendo sua aprendizagem aos "civilizados" que "tinha costume de conhecer prasé [parcel], sabia descer uma vela, sabia virar uma mezena". Além disso, tendo morrido os velhos, não restou outra alternativa aos mais novos senão aprender com os regionais, ficando na dependência de uma vaga em suas canoas. A iniciativa de comprar um saveiro, tentada tempos atrás pelo então chefe do Posto Indígena, por essa falta de experiência se mostrou tão desastrosa e fracassou. Apesar disso, significou a tentativa de um trabalho coletivo de pesca, no qual o material era fornecido pelo barco -

"dava linha, dava anzol, rancho, chumbada, dava tudo..." - , sendo a quantidade de peixe obtida pelo trabalho de todos dividida em três partes, "três terças", uma para o barco, outra para o "rancho", e, ainda outra, repartida em quinhões iguais para cada um dos participantes. Se a pesca fosse má e rendesse abaixo de uma quota mínima, fixada em três arrobas de peixe, o pagamento das partes do barco e do rancho era adiado, acumulando-se para ser descontado nas próximas pescarias. As partes relativas ao rancho e ao barco eram, porém, normalmente entregues pelo mestre ao "capitão", que vendia a primeira para comprar o "rancho", e distribuía a segunda pela gente de sua aldeia. O "mestre" era um branco, que trabalhava no barco dos índios; isto, além de ser uma vivência nova para os Pataxô, pode ser visto também como um estímulo a integração entre eles e os regionais, na medida em que, complementarmente, reunia membros das duas etnias na mesma situação econômica, em que um entrava com sua habilidade, "o conhecimento da arte", e os outros com o principal instrumento de produção - o que permitia o surgimento de relações simétricas entre eles. Contudo, seu insucesso deveu-se à inabilidade de buscar uma alternativa técnica e econômica estranha à tradição do grupo, em que pese ter sido a orientação do trabalho atribuída aos regionais. Em defesa, porém, do autor do projeto, poderíamos lembrar as críticas condições de vida do grupo nessa época, quando, por lhe ser impedida a prática da agricultura, se via submetido à penúria mais extrema: só que, no caso, a proposta de solução contribuiu, ao fracassar, para gerar maior tensão e desconfiança na população indígena, daí por diante envolvida pela série de problemas de ordem psicológica, a que nos

referimos ao tratar da história dos Pataxó. Esse acontecimento, sem qualquer dúvida, foi decisivo para afastar muitas pessoas do mar, limitando a pesca marítima a um número bastante reduzido, que é, por outro lado, alvo do respeito dos outros pela coragem demonstrada.

A pesca de mar, porém, não é hoje praticada em alto mar e sim nos recifes, a três ou quatro léguas (18 a 24 km) de terra. Os recifes recebem nomes dados pelos "antigos", segundo os índios, conforme sua forma física ou alguma ocorrência marcante que se tivesse registrado nas imediações; assim é que há o "Costão", o "Cavalo" ("porque encontraram um cavalo morto"), as "Três Irmãs" ("são três pedras juntas"), a "Virada" ("uma pedra rebitada - tem a 'Virada de fora', a 'Virada do meio' e a 'Virada de terra', perto de terra"), o "Silva" ("é uma coroa"), o "Canudo" ("tem uns canudinho na pedra"), "Morão de ferro" ("porque tem um morão de ferro"), "Pedra de cimento", "Três cabeças" ("tem um largo no mar e três cabeça, uma pela parte do sul, outra pela parte do norte e outra pela parte do leste") e o "Tau" ("porque aí afundou um navio com esse nome"). Estão sempre mudando a pesca de um recife para outro, de acordo com a direção do vento, pois "quando o vento tá no norte, a gente pesca no "Cavalo", pelas pedra do norte; e quando tá formado pru lado do sul, a gente pesca pela parte do sul, das pedra do sul... que é prá quando é tempo de vim, pegar a feição do vento".

O número de canoas existentes é muito pequeno, bem como o de redes, o que muitas vezes impede os que não as possuem de irem para o mar, dependentes que ficam de ocasionais vagas provocadas pela ausência dos pescadores já pertencentes à

tripulação. O maior empecilho à aquisição daqueles instrumentos é sempre a falta de dinheiro para compra do nylon, pois muitos sabem tecer redes, e para compra da canoa, uma vez que atualmente poucas pessoas sabem "tirar canoa", cobrando preços considerados muito altos pelos índios: o valor de uma canoa grande, de quarenta palmos de comprimento e um metro de boca, está fixado em mil cruzeiros, embora confessem que "nunca ninguém vendeu aqui deste preço"; e uma canoa pequena, de vinte palmos de comprimento e dois e meio palmos de boca, é avaliada em quatrocentos cruzeiros. Os quadros 8 e 9 apresentam o número de canoas e de redes existentes na Aldeia de Barra Velha e na área do Parque Nacional do Monte Pascoal, assim como suas características principais.

Assim, a reserva como um todo possui vinte e três redes, distribuídas entre oito pescadores, quatro da Aldeia e quatro da "área do Parque". Por seu lado, a distribuição no interior da Aldeia é a seguinte: um pescador possui quatro raieiras, duas tainheiras e uma caçoeira; o segundo, duas raieiras e uma tainheira; o terceiro, uma caçoeira e uma raieira; e o quarto, uma raieira e duas tainheiras. Já na área do Parque, um deles tem duas raieiras e duas caçoeiras; o outro, uma raieira e uma caçoeira; o terceiro, uma tainheira; e o quarto, uma tarrafa.

Do total de canoas, duas estavam ao tempo de nossa permanência em campo sem funcionar, uma porque o proprietário se encontrava temporariamente afastado da pesca, e a outra por precisar de consertos, uma vez que, conforme nos informou seu proprietário, se achava necessitada de "bater estopa e pinche". A estopa, da árvore biriba, é utilizada para calafetar a canoa que, em seguida, tem seu casco aquecido com

CANOAS E SUAS DIMENSÕES

Pescadores de Barra Velha e "Área do Parque"

Quadro 8

LOCAIS E CANOAS	BARRA VELHA			"ÁREA DO PARQUE"		
	Canoa 1	Canoa 2	Canoa 3	Canoa 4	Canoa 5	Canoa 6
DIMENSÕES						
Boca	3 palmos e 1 chave	3 palmos e 1 chave	3 palmos e meio	3 palmos	3 palmos e 1 chave	3 palmos e 1 chave
Comprimento	30 palmos	30 palmos	28 palmos	20 palmos	30 palmos	35 palmos

Equivalência aproximada das medidas: 1 palmo = 22 cm
 1/2 palmo = 11 cm
 1 chave = 18 cm

REDES E SUAS DIMENSÕES

Quadro 9 Pescadores de Barra Velha e "área do Parque"

LOCAIS e DIMENSÕES DAS REDES	BARRA VELHA		"ÁREA DO PARQUE"	
	Comprimento	Largura da malha	Comprimento	Largura da malha
Caçoeira				
1	40 braças	1/2 chave		
2	18 braças	1/2 palmo		
3			40 braças	1/2 chave
4			20 braças	1/2 palmo
5			40 braças	1/2 chave
Raieira				
1	20 braças	2 palmos e 1/2 chave		
2	40 braças	1 palmo e meio		
3	25 braças	1 palmo e 1 chave		
4	25 braças	2 palmos		
5	50 braças	2 palmos e meio		
6	16 braças	1 palmo		
7	40 braças	1 palmo e meio		
8	25 braças	2 palmos		
9			15 braças	1 palmo
10			20 braças	2 palmos e 1/2 chave
11			40 braças	1 palmo e meio
Tainheira				
1	60 braças	2 dedos		
2	25 braças	2 dedos		
3	13 braças	2 dedos		
4	13 braças	2 dedos		
5	40 braças	2 dedos		
6			16 braças e meia	2 dedos
Tarrafa				
1	12 palmos	?		

Equivalência aproximada das medidas: 1 braça= 2 m; 1 palmo= 22 cm; 1/2 palmo= 11 cm; 1 chave= 18 cm; 1 dedo=1,8 cm.

fogo "para matar as buzana; buzana é um bichinho que tem na madeira, que come a madeira, que come a madeira, é um búzio". Após o aquecimento passa-se, pela parte externa, "pinche" ou alcatrão. Este é obtido na praia, sendo sua coleta realizada pelas crianças, em grupo; "quando dá o leste, que dá muito pinche, a gente junta os menino e vai catando até dá aquela quantidade que vê... um quilo, dois, conforme a canoa". Dessa forma, só quatro canoas se encontravam em atividade servindo a toda a população de pescadores.

Escavadas em um só madeiro e com a forma de lançadeiras, as canoas são geralmente tiradas do tronco da juerana, embora o oiticica seja tida como o melhor material para esculpi-las. Têm um banco a meio ou a vante, e, sob ele fica a carrinca (carlinga), que é um pedaço de madeira com mais de um palmo e meio, tendo um orifício onde se introduz o pé do mastro, mantendo-o aprumado na canoa, cuja palamenta, aliás, é sumária. A retranca, vara que fica na parte inferior ou esteira da vela, serve para desfraldá-la, enquanto a espicha é uma vara comprida que diagonalmente se alonga sobre a face da vela, espichando-a. A vela ou "pano", por sua vez, é quadrada e recebe a denominação de "perné", exigindo sempre a espicha. A tábua de bolina, com um metro e até dois de comprimento e aproximadamente um palmo e meio de largura, mergulha na água por fora da borda e a sotavento. Permite à canoa maior estabilidade e resistência à deriva, e os pescadores vêem nela "o encontro da canoa, o calçamento, servindo prá escorá ela prá correr aí fora, com barravento. Então, a gente bota a tábua prá poder pegar aquele lugar que a gente quer, aquele porto". A intaiba é uma pedra presa com arame, que está ligado à ponta de uma

vara. Serve para fundear a canoa enquanto se pesca em pouco fundo, evitando assim o desgaste desnecessário da poita. Esta era uma corda de imbirá com cerca de trinta a quarenta braças, atualmente substituída por cabo de nylon devido à rapidez de apodrecimento da imbirá. Num extremo da poita ata-se o chacho, pedra fixada sobre quatro paus lavrados formando uma cruz e com pequenos orifícios, nos quais são introduzidas quatro varas curtas com uma espécie de gancho na parte inferior, as quais sustentam a pedra, mantendo-a firme e prendendo-a à poita. Os remos são em número de dois, o da popa e do remar na voga; este último trabalha num tolete fixo à borda da canoa, e o da popa é conduzido pelo mestre. São apenas utilizadas quando não há vento suficiente, usando-se algumas vezes somente o remo da popa, quando um homem tem que dispender força equivalente à do trabalho realizado pelos dois remos. Nesse caso, a canoa está sendo zingada. Quando, porém, há vento de terra - "regeira" - uma corda é amarrada no banco para que dois homens possam rebocar a canoa para terra, enquanto outro, dentro dela, a mantém em equilíbrio. Completando a palamenta, para a pesca contam com algum equipamento de trabalho fora as redes. O bicheiro é um anzol grande, número zero, ou à falta deste um pedaço de arame envergado com o auxílio de um prego e encastado num pau de cerca de quatro metros. Na falta de anzol ou arame utilizam ainda um prego, mais fácil de ser conseguido. Colocado sobre o banco, o bicheiro é usado na captura de peixes maiores, pois de outra forma a linha se romperia: "se o peixe é grande então na linha não sustenta, daí ter o bicheiro prá ajudá a passá o peixe". O arpão é um ferro roliço, pontegudo, servindo para fisgar o pescado. Pode ser de uma ou de

duas "barbas" - "a barba é uma voltinha que dá no anzol" - conforme seja para arpoar tartaruga ou peixes, "de escama, de couro"; o primeiro é indicado para tartarugas porque "o de duas barbas entra no peixe e não sai, fica preso. E não presta prã tartaruga porque a gente arpoa mas perde [estraga a carne] muito, e o de uma barba não...". Acompanhando o arpão propriamente dito, há a corda de imbira e a haste, uma vara fina em que encaba o arpão. Adquiridos nos ferreiros em Porto Seguro, ao preço de trinta ou quarenta cruzeiros, o arpão existe em quantidade restrita, pois "só quem pode comprar, compra". Permanece sempre sob o banco, de "prontidão" para qualquer utilização eventual.

As redes variam de tamanho de acordo com a quantidade de fio de nylon que possa ser comprada. Muitas vezes acontece começar o pescador a tecer e ter que parar por falta de nylon, atrasando-se, pois grande parte do fio que consegue é destinada ao trabalho de manutenção dos aparelhos de pesca já em funcionamento. Daí dizer-se que o tamanho da rede "é o tanto que o índio pode fazer". A largura da malha, por outro lado, é que define a dimensão da rede; assim é que a rede maior é a raieira e a menor a tainheira. São tecidas geralmente na própria reserva, com agulhas de pau, prendendo-se o nylon inicial no maior artelho no pé; à medida que a rede aumenta de tamanho, tece-se com ela dependurada numa árvore ou nas paredes das casas. Como o número de fio de nylon se relaciona ao tipo da rede, cada uma delas costuma ter sua agulha, ocorrendo o mesmo em relação à escala (bitola) de que logo falaremos. Para a raieira utiliza-se nylon 0,70, 0,80, 0,90 e 100, sendo os dois últimos os preferidos; cálculos feitos pelos Pataxó dão

como necessário para uma raieira de trinta braças cerca de um quilo de nylon, o que em dinheiro representa um total de cento e vinte e oito cruzeiros. A tainheira, tipo de rede "feita prá lugar baixo", é tecida com fio 0,40 ou 0,50; a caçoeira, que, como declaram os índios, "pega peixe aqui encostado e pega fora também, tanto baixo como fora, é uma coisa só", faz-se com linha 0,60. Estima-se que quatro quilos de nylon sejam suficientes para uma caçoeira, tornando seu preço demasiado alto, o que leva muitos a declararem que "a gente não faz por que não tem nylon prá fazê; não tem porque a gente não pode comprá".

Uma vez tecida a rede, passam a entralhá-la, para o que fazem uso da escala, uma pequena tábua cujo tamanho é determinado pelo tipo de rede que se quer; a maior escala é a da raieira. Estiram a rede sobre o chão e com corda de imbirá ou cabo de nylon dão início à operação; com a agulha vão sendo dados nós na imbirá ou no nylon, usando-se linha do mesmo material e prendendo as malhas, na ordem de duas e uma, nuns casos, ou de duas e duas, noutros. Geralmente raieira e tainheira são entralhadas pelo sistema de duas e duas malhas, e a caçoeira com duas e uma; muitas vezes, porém, a escolha de uma ou outra forma fica na dependência da pressa que há em concluir a rede. O entralhe também varia conforme a rede, pois no caso da caçoeira é feito com cabo mais grosso, "que agüente o peso da rede", enquanto que no da tainheira, por ter uma malha menos larga e própria para peixes pequenos, "a entralha tem que ser fina também"; a raieira, por fim, cujas malhas são grandes, exige um entralhe com cabo de imbirá ou nylon bastante grosso. Concluído o entralhamento, confere-se com a escala

a sequência observada, de forma tal que "se começar de duas e duas, termina de duas e duas".

O entralhe já é feito com as bóias, cada bóia acompanhando a sequência das malhas. A distância de uma bóia para outra é de uma braça e meia, diminuindo ou aumentando seu número de acordo com o tipo de nylon, se fino ou se grosso. As bóias da raieira são maiores, uma raieira de trinta braças levando cerca de vinte bóias grandes, compradas a um ou dois cruzeiros a unidade. Caçoeira e tainheira, por sua vez, tem bóias pequenas; uma tainheira de quarenta braças, por exemplo, comporta trinta e poucas bóias, enquanto na caçoeira seu número pode variar, segundo o fio utilizado. A cada bóia corresponde uma chumbada, disposta na tralha inferior, e diretamente abaixo da bóia, contendo aproximadamente cem gramas de chumbo. Quando não dispõe o pescador de dinheiro para comprar chumbo, improvisa saquinhos de pano com pedras ou areia, "só prá estirá a rede, prá rede não embolá". Na tralha superior da rede localiza-se a vigia - "a bóia maior que tem, de longe assim a gente vê ela lá dentro da rede. Porque as bóia pequena a gente não vê, não" -, havendo uma para cada rede, sempre colocada no extremo oposto àquele em que fica a poita com seu chacho. O chacho está amarrado na ponta inferior da poita, que tem a outra atada à tralha dos chumbos. A rabiadeira é um fio de nylon do mesmo comprimento da poita e presa à tralha do chumbo, estando ligado a uma pedra que assenta no fundo e "chama a rede prá baixo". Pesando de meio a um quilo, a pedra da rabiadeira fica no extremo da rede correspondente à vigia, para que todo o aparelho "vã rabiando de acordo". Caçoeira, tainheira e raieira funcionam do mesmo modo, pois, sendo redes

de emalhar, assemelham-se a armadilhas fixas para captura de peixes, diferindo estes conforme a largura da malha empregada: "a caçoeira só pega peixe mais maior, por causa da malha que é maior. Já a tainheira pega tudo... é maior, é mais pequeno. E raieira [pega] peixe maior, pelo mesmo motivo da malha".

Costumam sair para o mar muito cedo, entre uma e quatro da madrugada, dependendo da hora da saída o horário de lançamento das redes, como explica um pescador:

"quando a gente sai uma hora da manhã, botamo rede oito horas. E quando a gente tarda a sair, sai quatro horas começa a botar rede onze horas do dia. Por causa da viração; tem ocasião qua a marê tá muito seca, a gente não pode botá as rede junto das pedra prá não estragá demais. Então a gente espera a marê vazar ou encher prá poder botar bem direitinho, porque senão fica tudo embolado e a gente perde o trabalho".

Como já referimos anteriormente, a umas três, quatro léguas da praia são as redes lançadas, preferindo os Pataxó as águas sujas, por atraírem mais os peixes:

"às vez a água tá suja... conforme o vento, porque o vento tando fresco ela suja mais, né? e o vento tando mais parado, ela tá mais clara. A gente prefere botá a rede nas água mais suja, pois na água clara o peixe quase não encosta. Qualquer hora prá outra ela muda; o vento que suja a água é nordeste, a água fica suja e os peixe anda mais".

Escolhido o recife, o chacho da rede é fundeado e em seguida dois homens encarregam-se de a lançar enquanto a canoa se

desloca a favor do vento, um deles segurando-a pela tralha superior (onde ficam as boias), e o outro, pela inferior, estando um na proa e o outro na popa e ambos de pé no interior da canoa. À medida que o vento a impele, a rede desdobra-se gradualmente, e quando o último chumbo é jogado, ela já se encontra por completo estirada, e em paralelo com a linha do vento.

Uma vez lançada a rede, aproveitam para pescar à linha, bem próximo ao local onde aquela se encontra. Aí permanecem longo tempo, tentando pescar algo que garanta, pelo menos, a alimentação para esse dia, pois é raro que a rede capture peixe no mesmo dia em que é posta no mar. Quase sempre, também, o pescador ao sair de casa não toma qualquer alimento, trazendo para a canoa um pouco de farinha, de cana ou de banana, quando há, pois muitas vezes nem isso é possível. O mais comum é cada um deles carregar consigo um punhado de farinha e um garrafão com água, mantendo-se com isso até a hora de retornar para casa. Vez por outra, contudo, em tempo de boa pescaria, é possível levar uma merenda "mais forte, um peixinho com farinha".

É sempre na ida para o mar que os pescadores "vigiam" ou "miram" a rede, pois a volta se dá por outro roteiro, porque "a gente marca de vim pela mesma rede mas o vento tira a gente de banda e não dá prá alcançá a rede". Havendo algum peixe, procedem à despesca - retiram os peixes e vêem se a rede apresenta rasgões; em caso positivo, no próprio local fazem as costuras necessárias, e por isso conduzem sempre a agulha na canoa. Estando a rede novamente em condições, é transferida para outro ponto, porque "o peixe bate na linha, conhece... vê os peixe na rede ali, cisma aquele lugar. Então a gente passa

prá outro ponto e larga a rede; aonde eles passa, cai. E assim vai levando a vida...". Embora o costume seja de observar a rede apenas uma vez por dia, um dos tipos - a tainheira - exige ser "mirado" duas a três vezes por dia. Isso se deve ao fato de, por ter uma malha mais fechada e ser tecida em nylon fino, os peixes caírem tanto de dia quanto de noite, sendo que comumente, à noite aparecem mais os peixes maiores. Ocasionalmente há também em que isto se aplica à caçoeira, principalmente quando dispõem mais de uma e afluem os peixes com certa regularidade, o que exige a "vigia" pela manhã e à tarde. O maior ou menor tempo utilizado na despesca fica dependendo da quantidade de peixe que se encontra na rede; sendo ela razoável, levam cerca de três a seis horas, durante as quais desembaraçam a rede, que muitas vezes chega a se transformar num "bolo", principalmente pela ação das tartarugas. Só com isso feito, tem lugar a "despesca" propriamente dita, com um homem encarregando-se da popa da canoa e o outro de puxar a rede e retirar o peixe, até chegar ao seu final. Em seguida, apanha a rede, aberta e em posição de ser lançada ao mar novamente, e mudam-na para novo local. Tais operações repetem-se a cada dia, retirando-se a rede apenas quando já não apresentar condições de trabalho, ou seja, quando se encontrar muito estragada e com grandes rasgões.

A volta do mar não é sempre à mesma hora, pois esta regula-se pela pescaria do dia. Se a rede conseguiu reter bom volume de pescado, é também longo o tempo com a "despesca", a que se soma o deslocamento para outro ponto, e isto nem sempre permite a pescaria de linha, tanto pelo horário tardio, como também por já se dispor de peixe suficiente. Ao contrário "quando a

rede só tem um peixinho, a gente vai ver se pega mais de linha". Encerrada a pesca, espera-se a "viração", ou seja, "formar o vento do mar prá poder botá o pano da canoa e vim embora prá terra". As marcas ou pontos notáveis de referência em terra são sempre os montes e serras: Monte Pascoal, Montinho, Monte do Pescoço e Terra do Gaturama, embora o primeiro possa ser considerado o "guia" principal dos pescadores, tanto para orientação quanto para indicação do vento. Declaram os índios que

"quando o Monte Pascoal tá em riba do Corumbáu⁹⁵, a gente marca ele, bota o monte em riba do farol, a viração do lesueste prá poder pegã o porto. A gente vem, vem... cada vez chegando prá perto e a canoa chegando prá frente e pru sul [sic]. E quando o vento tá do norte, a gente bota a proa do barco em Itaquena⁹⁶. E quando é um vento muito fresco ninguém guenta, é obrigado a entrã na barra. Os sinais é porque a gente vê... no monte forma uma nuvem. Então se vê aquela nuvem na cabeça do monte, puxando pela parte do sul, sabemos que o vento é norte, ou lenordeste, ou norte puro, vem do norte. E se aquela nuvem tiver jogada pru lado do norte, então sabemos que o vento vem do sul. E se cai uma nuvem sobre o monte, indo sempre pru centro, a gente sai em direção ou a leste, ou viração de fora".

Acostando ao porto, retiram das canoas toda a água embarcada, tarefa para a qual todas possuem uma pequena lata, e levam para casa remos, linhas e anzóis. Para isso há sempre à espera filhos e mulheres dos pescadores, e eventuais compradores que cooperam no transporte do material e do peixe. Não há bons portos próximos à "reserva", pois, como afirmam os

conhecedores, "o melhor lugar prá fundear a canoa é Corumbáu, entra com a canoa direto". Corumbáu, porém, fica a bastante distância da aldeia, e assim as canoas vêm varar em sua praia com alguma dificuldade, devido à presença dos recifes e ao fato de ser esse um trecho de mar geralmente revolto. O porto mais utilizado, por ser o "mais limpo, melhor de tombar a canoa e não ter muita pedra" é o "Porto da Canoa" ou "Porto do Meio", embora os barcos e saveiros procedentes de Porto Seguro costumem aportar no "Calungi", por ser mais larga sua passagem pelos recifes.

As iscas geralmente utilizadas para a pesca de linha são o camarão e a tainha. O primeiro pode ser pescado, ou com rede de arrastão, ou "facheando" à noite nos recifes. Quanto ao arrastão, apenas um pescador possui esse tipo de rede, que, aliás, estava sem utilização durante nossa permanência em campo, por necessitar de grandes reparos, não tendo seu proprietário idéia de quando estaria em funcionamento, razão pela qual, no quadro relativo a redes e canoas, não a registramos. A alternativa é então "fachear" nos recifes. Com palhas de caxandó⁹⁷ fazem-se fachos, cerca de quatro ou cinco, que são conduzidos por uma pessoa, enquanto outra se encarrega de levar o samburá para depositar os camarões. Nos recifes, encandeado pelos fachos, os camarões são mortos a facão. Esta atividade regula-se pela maré, pois só é possível exercê-la com a vazante. Começando a vazar às sete horas da noite, por volta das nove horas é o melhor momento para começar a fachear, sendo possível ir "até quando dá meio quarto de enchente", pois na maré cheia isso se torna impraticável. Muitas vezes acontece do pescador ir pela madrugada em busca de isca, saindo logo depois para pescar,

sem retornar a casa. O camarão é em geral conservado de um dia para o outro, no samburã que fica ao vento "prã ventilá ele, prã poder apodrecer".

O goroçã, um pequeno caranguejo que dá na beira da praia, só é utilizado como isca para pesca em alto mar. Muitos dos pescadores orgulham-se de já haver pescado com embarcação de maior porte em alto mar, no "pracé", como curiosamente eles o denominam, e como ilustração transcreveremos o relato de uma dessas experiências, que dá bem conta da importância do fato para o narrador:

"Já fui no pracé duas vezes; a gente sai três horas da manhã, conforme o terral, e quando dá base assim de... conforme o terral, de umas oi to horas, o terral acarma, né? A gente calça... barravento, conforme a viração, conforme o vento. A gente viaja... quando dá base de cinco horas da tarde, a gente tã vendo o monte piscando em riba d'água. No outro dia não vê mais terra, nem monte. Aí a gente trabalha pela agulha [de marear], porque aquilo marca os vento, marca onde é a terra".

O fato de atualmente só haver pesca nos recifes é sempre atribuído à fragilidade das embarcações, monóxilas, impotentes contra a vaga e a correnteza. Enquanto estávamos no campo, uma unidade de trabalho pesqueira preparou-se para a pesca em alto mar, tendo comprado grande provisão de alimentos com crédito que lhe foi aberto em função da provável captura. O empreendimento, entretanto, frustrou-se devido a forte temporal que se abateu sobre a área durante muitos dias.

Se comumente o camarão é utilizado como isca, quando as

condições de tempo não são boas, com vento sul, por exemplo, não é ele "facheado", dando-se então sua substituição por qualquer tipo de peixe, do qual se cortam pedaços adequados ao tamanho do anzol.

Os anzóis são comprados em Caraíva em pequenas quantidades, de oito a dez de cada vez. Com isso conseguem passar de quinze a vinte dias, variando o maior ou menor gasto de acordo com o corte das linhas causado pelos peixes ou outros acidentes, pois "tem ocasião que se a gente leve trinta anzol, vem tudo sem ele. Tem ocasião que a pedra leva, tem outras que o peixe bate. Se levá duas linha, pronto, acabou...". Para dar maior segurança à conexão existente entre a linha de tucum e o anzol, costumavam aramá-los, ou seja, "castoar o arame no pé do anzol", tornando-a resistente à ação dos peixes. Castoar é o mesmo que "estrovar", trabalho considerado indispensável para fisgar o peixe, uma vez que "se não estrovar, se não tiver o castoamento prá enganã o peixe, prá botã a isca, não pega nunca". O anzol mais freqüentemente usado é o de número nove, próprio para peixes pequenos, de um a cinco quilos; comprado ao preço de um cruzeiro, deve sua maior freqüência à regular inexistência de nylon nº 0200, para peixes maiores e difícil de ser obtido. Pelas informações que levantamos, até há cerca de cinco anos - portanto até 1970, mais ou menos -, não havia utilização desse material, sendo empregado exclusivamente o tucum com o encastoamento de arame, mas "despois que inventou o nylon nós desprezemo o arame, agora só támo usando o nylon, pois o peixe deu prá desconfiã". Três carretéis dessa linha, com um total de 300 m, dão calculadamente para três ou quatro meses.

O resultado da pescaria está sempre a depender de fatores físicos, caracterizando-se por uma baixa produtividade de vida à tecnologia empregada. Ocasionalmente há em que por longo tempo as embarcações não saem do porto, impedidas de navegar pelos maus ventos. O vento considerado bom para pesca é o nordeste -

"viração sendo de nordeste dá muito peixe, porque a água enloda, dá muito camarão, dá isca à vontade, com fartura... mas essa viração de leste e de sueste não dá camarão que preste. A viração de fora é uma viração muito boa mas uma viração de mania... você vai em pé na canoa e volta, não tem nada, é um ano de vida prá ir prá fora, e prá vim também, a mesma coisa...".

O vento leste e vento sul sempre causam receio aos pescadores, principalmente este último, que é definido como "vento excomungado". Em determinadas ocasiões, fica-se ao mar apenas o tempo necessário para "mirar" as redes, não havendo condições para pescar à linha, em razão da "bagaceira que o vento sul traz". Dias há em que o esforço exercido não obtém qualquer retorno; passam longo tempo no mar e voltam para casa sem trazer sequer o necessário para alimentar o grupo doméstico, mas a quantidade regularmente pescada é mais compensadora, e varia de meia arroba a duas ou três, podendo nesses casos o pescador destinar parte ao consumo de sua própria família e parte à venda ou troca no interior da reserva. Todos declaram fazer mais trocas que vendas; trocas com farinha, cana, melancia, etcétera, sempre mediante um sistema de equivalência em que, por exemplo, um quilo de peixe correspondia, respectivamente e na época de nossa pesquisa, a três litros de farinha,

seis canas ou duas melancias. Da mesma forma, os pescadores procuram demonstrar que as trocas são mais vantajosas para os companheiros, "o que vem prá trocar a gente faz um... assunta assim e dá, mais da metade. A troca é mais prá quem vem trocã do que prá gente. Fico com pena do companheiro".

Observa-se, assim, certa superioridade do pescador para com aqueles que não o são, comportamento este muitas vezes registrado em campo, e possivelmente baseado no domínio de uma atividade pouco disseminada e desenvolvida no interior do subsistema, e no fato de deter o pescador controle sobre um bem alimentar de difícil acesso, no caso do peixe de mar. Se considerarmos também as situações em que o pescador alia a essa ocupação o exercício de outra, veremos que ele pode romper, pelo menos parcialmente, com a condição fundamental comum a todos os outros níveis ocupacionais, ou seja, com a dependência por complementariedade. No caso, por exemplo, do pescador-agricultor, podemos detectar uma razoável independência, na medida em que ele conta com fonte regular de alimentos vegetais e de proteína animal, só lhe faltando, portanto, bens industrializados. Seu tempo passa a ser dividido entre uma e outra ocupação, embora a pescaria seja aquela a que mais se dedica, transferindo a responsabilidade da roça para os outros membros do grupo doméstico.

Quando se buscam as razões da importância de manter as duas atividades, invariavelmente elas se referem à necessidade de possuírem uma "reservinha do mar e da roça também". E ter uma reserva, lembremos, significa igualmente "ter um porquinho no terreiro que a gente larga prá lá. E aqui a gente tá labutando noutro trabalho e tá aquilo separado lá. Faz de

conta que não tem"; da mesma forma que a roça com o porco, a pesca permite pequena reserva, sempre em dinheiro, que é "guardada pensando na precisão mais tarde, uma doença, às vezes a falta de uma coisa em casa". Desse modo, a reserva funciona como uma "margem necessária" com que potencialmente conta o grupo doméstico para enfrentar situações não rotineiras, e, no caso específico do pescador-agricultor, trata-se de uma dupla reserva - em porco e dinheiro -, que talvez possa ser vista, se apreciarmos o subsistema por inteiro, como um diminuto excedente. Excedente que se caracteriza como aquela pequena porção, quer em dinheiro, quer em produto transformável em dinheiro, que é entesourada por seu detentor, como resultado de pequenas frações transferidas pelos seus possuidores anteriores, através de comércio, a um único possuidor, que as retira de circulação, pelo menos em sua maior parte, e que as conserva como uma soma de capital. Quando ela se apresenta sob a forma de moeda, não sofre, enquanto é guardada, qualquer acréscimo de valor em relação àquele que tinha originalmente. Por seu lado, a reserva corporificada no porco, contrariamente à que acabamos de ver, tem seu valor paulatinamente acrescido, à medida que o animal cresce de peso e eleva seu preço.

Verificamos, agora, que todos os que possuem simultaneamente esses dois tipos de reserva se acham em situação algo diferente daquela em que estão os que não os possuem dessa forma conjunta. Na verdade, a reserva em dinheiro provém das várias parcelas que os grupos domésticos transferem a outrem em troca de um quantum em peixe, necessário à sua manutenção: em outras palavras, isso equivale a dizer que aquilo que poderíamos chamar provisoriamente de excedente passível de cair sob

o controle do pescador-agricultor origina-se da parte da produção que os demais grupos domésticos reservaram ao consumo indireto. A sua classificação como excedente, ou como excedente-reserva, baseia-se principalmente no fato de se tratar de um "mais valor" obtido nos limites do subsistema e acumulado, "mais valor" que é potencial, e nesses exatos termos, não é nem obtido nem acumulado por todas as unidades de produção agrícola ou de trabalho pesqueiro ali existentes.

Os pescadores estão sempre atentos às mudanças lunares, deixando-se em larga medida regular por elas. Assim é que declaram que em

"dia de quarto, quarto crescente, o peixe ou come muito, ou não come nada. A gente vai pescar, toda sonda que a gente dá, a gente não pega. Quando é lua cheia, pela mesma forma, não pega nada, o peixe não come, passa a isca, não quer comer. A lua nova, tem ocasião que pega muito, mas o costume é não pegar".

Acreditam, contudo, que as condições são favoráveis quando a pescaria é realizada um dia antes ou depois da passagem da lua. Em noites claras, não se coloca rede ao mar pois

"a água vira maracaxeta ela lustra. Com a clareza da lua ela faz aquele reflexo, feito relâmpago... entonce o peixe exala, não encosta de maneira nenhuma. E na noite turva o peixe navega, não vê nada e quando bate tá embarcado".

Assim, a lua nova é considerada a melhor época para pescarias, "porque a noite é escura e o peixe come mais".

Como vimos anteriormente, o número de canoas é reduzido

e os pescadores não proprietários exercem a pesca utilizando-se de um instrumento de produção alheio. Este instrumento, a canoa, rende ao seu proprietário uma taxa em produto, que é cobrada sobre o direito de utilização do bem por outros que não apenas o proprietário, e não se caracteriza, portanto, como forma de aluguel. E por se tratar apenas de uma taxa de utilização, o proprietário continua tendo total decisão sobre o bem, encarregando-se ele próprio de conduzir a canoa, caracterizando-se, pois como mestre e proprietário. Cada pescador paga, por pescaria, o equivalente a 1/5 de seu quinhão individual ao dono do meio de produção, ou, no caso, de predação, aí estando contida, segundo declara ele, "a parte da canoa e a minha parte que trabalho com ele". Assim sendo, o mestre acha-se vinculado à canoa, e ao cobrar o quinto faz incluir o seu direito de proprietário "e a arte de, efetivamente, apropriar-se do instrumento para empregá-lo como um meio de trabalho..." (Marx, 1975: 95). Em outras palavras, o quinto representa uma forma de renda paga pela cessão, por tempo determinado, do valor-de-uso do instrumento de produção, e pela colaboração de seu proprietário durante os trabalhos.

Além da pesca com linha e redes, os pescadores valem-se irregularmente da pesca pelo envenenamento. O maui, um arbusto da restinga, é o veneno empregado, observando-se sempre a prática desta técnica em dias de lua cheia, quando os poços nos recifes ficam secos. Buscam-se os poços que contenham muito peixe, raspando-se no local o maui em quantidade suficiente para entontecê-los, para o que basta ficar a água ligeiramente esverdeada. Durante todo o tempo que dura a operação, evita-se qualquer movimento ou ruído, "não pode falã, não pode

cuspir, nem resmungã, nem verter água, nem fazê comunicação com o outro, porque se falã, botando o maui, raspando, não morre o peixe"; e ao cabo de aproximadamente uma hora seu efeito se faz sentir, e o peixe, tonto, é apanhado à mão. Embora o emprego do maui não exija maiores cuidados, e permita em breve espaço de tempo envenenar uma quantidade razoável de peixes, seu uso é muito restrito, "lá um tempo a gente bota", em razão da própria orientação das unidades de trabalho no sentido da pesca de linha de redes.

Ao lado do tempo que é dispendido na realização da pesca propriamente dita, o pescador utiliza outra parte de seu tempo na conserva dos instrumentos de produção, pois a manutenção e reprodução do grupo doméstico está na dependência da conservação dos instrumentos; ao não ter os cuidados necessários com as redes, ou com a canoa, ele está pondo em risco o equilíbrio do seu grupo e mesmo do subsistema. Possuindo o pataxó um número limitado de instrumentos de pesca e não tendo condições de substituí-los com facilidade, procura zelar pela sua conservação, aumentando assim seu tempo de utilização. A canoa, após cada dia de trabalho, tem regularmente esgotada a água que se acumulou, sendo em seguida posta a secar. De oito em oito dias a limpeza é mais rigorosa, uma vez que o limo se deposita e tem que ser removido, para o que se emprega uma faca ou lixa na raspagem, ao fim da qual a embarcação fica ao sol para enxugar. As redes, sô retiradas do mar quando estão necessitando remendos, são colocadas à sombra "prã não tomã quentura do sol porque enfraquece, estraga o nylon". O conserto é feito na praia, e geralmente leva dois a três dias, embora possa acontecer que em duas horas já tenha sido realizado,

tudo dependendo do estrago sofrido. Após feito o conserto, espera-se a passagem da lua para tornar a lançar o aparelho ao mar, pois a "lua sendo grande não dá prá botá rede, porque corre muito, a correnteza é demais, fica aquela bagaceira, e peixe quase também não encosta. Peixe gosta mais é da maré morta, agora emriba da lua não presta". Consideram que remendar uma rede é mais difícil que fazer, e comparam o trabalho com uma "conta": "é tipo uma conta, a pessoa faz uma conta e tem que conferir embaixo. Do mesmo jeito é a rede". A parte que está rompida é cortada, "às vezes uma braça, uma braça e tanto de buraco", e com a agulha, de acordo com a malha, faz-se a recomposição, "o princípio e o fim é o mais sacrifício da rede que tem é esse...", gastando-se grande quantidade de linha, uma média de seis carretéis por remendo.

Os anzóis, por seu lado, são sempre guardados em pequenos frascos contendo óleo de peixe, para evitar a ferrugem. Encastoar com arame, além disso, constitui um cuidado adicional, necessário à maior duração. A linha é lavada em água doce, e também posta a enxugar à sombra, "porque se botá no sol o nylon resseca, fica um nylon fraco", evitando-se, porém, lavar em água doce o anzol pela possibilidade de enferrujar. Os remos, pouco duráveis, têm sempre uma borracha para evitar o atrito, que vai ou presa na parte com que se apoiam na popa da canoa, ou então a esta diretamente. A borracha é de pneu, obtida em viagens fora do Parque, e reservada para as frequentes substituições.

Tentando-se precisar a média de custos que incidem sobre cada unidade de trabalho, no que se relaciona à manutenção e mesmo substituição dos instrumentos de produção, chega-se à

seguinte estimativa: seis carretéis por cada remendo de rede, um dispêndio de cinquenta cruzeiros; linha para pesca, cerca de um carretel que dura dois a três meses, oito a dez cruzeiros; dez anzóis, para quinze ou vinte dias, dez cruzeiros; um par de remos a cada mês, dez cruzeiros; uma peça de imbira, também a cada mês, com vinte braças, vinte cruzeiros; quatorze metros de pano para vela, substituída a cada ano, avaliados pelo informante em cem cruzeiros. No entanto, somente um pescador, justamente aquele que pode ser tido como o mais hábil e mais bem sucedido, compra tecido de vela, recorrendo todos os outros ao uso de sacos; destes, são precisos em média dezesseis, dez para as velas maiores e seis para as menores, num montante aproximado de cinquenta cruzeiros. À base destes cálculos para cada proprietário gasta, no reparo e substituição dos seus instrumentos cerca de cento e seis cruzeiros ao mês, com variações para mais ou para menos, e sem considerar o pano ou sacos para, uma vez que a substituição se dá apenas a cada ano. Se incluirmos a amortização da vela, teremos a mais de quatro a oito cruzeiros mensais, conforme seja ela de saco ou de pano especial. Da mesma forma, para as redes o cálculo foi feito à base de um remendo por mês, contando com a linha que o pescador consegue aproveitar de um para outro reparo. Note-se, finalmente, que tudo isto só tem valor para os pescadores-proprietários de canoa e de redes, ou em última análise apenas de redes, e que pode haver determinados meses em que mesmo eles tenham seus custos muito reduzidos, com um mínimo de desgastes sofridos pelos instrumentos.

Pesca de verão

Os pescadores distinguem entre uma pesca de verão e outra de inverno, que guardam características mais ou menos específicas. A melhor época é considerada o verão, "porque a pescaria é mais perto. Verão é que é a safra de peixe, é tempo de peixe na lama. Aí fora nas pedra, dá a samucanga, a pescada, o bagre... vem dá na beirinha. Qualquer menino pesca de canoa". A partir de outubro tem início a pesca de verão, encerrando-se em março, período durante o qual se procura tirar o maior proveito possível, pois o inverno que segue é sempre de incerteza.

A tainheira e a caçoeira são as redes então utilizadas, enquanto a raieira permanece inativa, pois não é própria para verão, "não dá produção, não pega. A gente trabalha no verão com tainheira, caçoeira e as linha". O pescador dispense menos esforço, não tendo que percorrer a distância costumeira da praia até os recifes afastados, uma vez que os peixes dão mais perto e as redes são lançadas mais próximas, nos recifes fronteiros à praia. A "vigia" tem que ser feita, contudo, duas vezes ao dia, devido à maior abundância de peixes. Estes, são também próprios da época, afirmando os pescadores que "no verão a qualidade de peixe é outra, peixe branco". E, entre os vários tipos enumeram a samucanga, pescada, curuvina, bagre, bagre-vela, bagre-cagão, arraia, roncador, calafate, xaréu, sororoca, galo, muquaxo, pexima, anchova, paru, gueba, samucanga-chata, cabeça-de-coco, sauara, joana-doida ou same-tara, perna-de-moça ("peixe roliço, amarelinho"), griama, can-guatá, boca-torta, caratinga, capado, espada, garapau,

sardinha, viola ("um cação de chapéu redondo"), mourição, escamuda, pescada-goiva, samucanga-itê.

Pesca de Inverno

No inverno os pescadores ficam, durante muito tempo, sem pescar e sem "vigiar" as redes, devido às condições de tempo; "a canoa não aguenta; e quem é que vai remar contra o vento? Só dá mesmo pesca prá quem tem lancha boa, que fundea aí prá fora, passa a noite e no outro dia tá com a pescaria feita". É época de vento sul, "bagaceira", quando o peixe permanece afastado, e o pescador necessita vencer certa distância para atingir os recifes de fora. A pescaria torna-se, assim, irregular, causando dificuldades não apenas aos pescadores mas a toda a Reserva, com o decréscimo da oferta de peixe, o que exige, em contrapartida a utilização do "fundo de reserva", mediante o abate de porcos para suprir as necessidades de gorduras proteínicas animais, dado que nem mesmo ao mangue é possível a ida regular.

A raieira e a caçoeira são as redes então utilizadas, assim como a pesca com groseira, aliás pouco freqüente "porque a grosseira depende do anzol e é muito caro, a gente não pode comprá". O anzol empregado é o anzol número sete, que é encastoado ou "estrovado" num pedaço de fio de cerca de meio metro. Uma vez iscados com polvo, os anzóis encastoados são pendurados ao longo de uma fieira de imbirá, que reúne uma média de dez peças de corda fina, cada uma de vinte metros. De braça em braça prendem-se os anzóis e depois de distribuí-los em toda a extensão da corda esta é baixada, horizontalmente, até

meia água, "tipo uma rede", e ali fica fundeada. Procuram-se locais profundos,

"lugar escolhido, nos duro, fora... duro é um lugar duro mesmo, lugar fundo que corre cação, arraia, peixe maior. Porque tem parte de lama e parte dos duro, e é nos duro que o peixe gosta de ficá, no cascaio, retirado daqui três légua, lá onde nós anda mesmo".

O chacho é fundeado na ponta de um cabo grosso, que tem no chicote oposto um cabo de imbira mais fina, ao qual se prende uma bôia, ficando o conjunto na vertical. A fieira dos anzóis vai sendo estirada horizontalmente até o estar por completo, e então arream-se verticalmente um outro chacho e outra bôia idênticos aos primeiros. Quando esta operação de armar a groseira é dada por encerrada, já há peixes para serem despescados. A canoa mantém-se na ponta da groseira, e quando sua presa encosta o pescador está a postos, e vai suspendendo a corda e retirando o peixe. Isto feito, torna a iscar e a lançar o anzol mais uma vez à água. A fieira trabalha firme e em linha reta, "não rabeia nem nada, não é como rede. Fica dentro d'água e os anzol prá cima e prá baixo". Enquanto a groseira permanece no mar, o pescador não pode se afastar, pois "a groseira é por horas, enquanto bota tem que ficá lá, passá a noite lá groseirando. Se botá às cinco da tarde fica até quatro, cinco hora da manhã... de quarto em quarto dá uma corra, vigia, até que tira a groseira".

Os peixes mais comuns no inverno são aqueles definidos como "peixe [de] pedra, peixe que come mais fora" para distinguir dos peixes de inverno, peixes de "lama". São o ariacó,

binquara, guaricema, melro, canapu, guaiuba, perajira, frade, sargo, bonito, avacora, cação, sendo a guaiuba e ariacó mais valorizados "porque é peixe de primeira, muito saboroso".

A tartaruga é também própria dessa época, quando a água, muito misturada pelas freqüentes chuvas, afasta os peixes menores, mas atrai os quelônios para a beira da praia. É comum pessoas encontrarem pequenas tartarugas nos recifes próximos, "porque elas vem comê muito limo na beira da praia; quer dizê que a água loda, fica menos clara, então elas vem chegando, chegando... até encostã nas pedra". De abril até julho ou agosto é grande o número de tartarugas capturadas pelas raieiras, pois com o temporal e a "bagaceira" trazida pelo vento sul elas caem em quantidade, tornando-se raras à medida que se aproxima do verão, "tempo bom, quando ela exala, desaparece, porque a água fica clara e elas vão tudo prá fora".

Geralmente são tartarugas pequenas, de quatro a seis quilos, e de tipos diversos, como tartaruga-branca, tartaruga-preta, jabuti e tartaruga-de-pente, sendo mais comuns as "brancas" e as "pretas", comestíveis, ao contrário das "tartarugas-de-pente", que são amargas e têm péssimo sabor, costumando os pescadores devolvê-las ao mar. Durante todo o tempo em que há tartarugas come-se com maior fartura, pois pesca-se mais e todos os grupos domésticos, de uma maneira geral, conseguem comprar ou trocar pequenas porções.

Dois pescadores, dos mais constantes, capturaram durante mais de um mês um número aproximado de cinquenta tartarugas pequenas, o que dá uma medida da sua importância para os Pataxó; tão grande que, tomando alguns pescadores conhecimento da proibição da sua captura pela SUDEPE, ficaram temerosos de

que, de um momento para outro, fossem impedidos de as apanhar e desfalcados de uma fonte de alimentação significativa. Destinando-se a tartaruga, como os demais peixes, à subsistência do grupo, objetavam eles que não causariam o seu extermínio, dano que, isso sim, poderia ser provocado pelas várias lanchas que constantemente vêm a esse trecho de costa, procedentes, segundo informações que obtiveram, da cidade do Prado⁹⁸ e adjacências. Possuindo frigorífico a bordo, elas praticam uma pesca comercial que vem afetando os pequenos pescadores da área, índios e nacionais, uma vez que, de acordo com repetidas queixas que nos chegaram, elas afastam os peixes e provocam grandes desequilíbrios no ecossistema, ao da reprodução, na medida em que os peixes, após serem capturados pelas redes, são submetidos a uma seleção, que retém apenas os maiores, comercialmente valiosos, e lança de volta ao mar os peixes pequenos, a essa altura já mortos. Muitos desses peixes eram encontrados pelos pescadores da Reserva, vindo alguns deles dar também à praia, o que provocava sempre entre eles a mais viva indignação, pois viam ameaçada sua ocupação e a própria sobrevivência do grupo, a longo prazo. Ao mesmo tempo, tinham mais um exemplo do grau de competição, extremamente desigual, a que se vê submetida uma população possuidora de tecnologia de baixa eficiência (porém adaptada ao estágio de desenvolvimento de suas forças produtivas), frente a uma outra tecnologicamente dominante.

Das respostas dos pescadores pataxó a uma questão proposta por nós, a cerca do que considerariam desejável para o exercício de sua atividade, conclui-se que deseja melhorar a sua tecnologia, aproximando-a mais daquela que têm os regionais,

pois, segundo várias declarações, "só assim a gente pode aguentar e criar nossos filhos e manter nossa aldeia...". As maiores reivindicações referiram-se, sempre, a um motor e a maior número de redes, porque

"tamo [com] falta de uns pano de rede, de uma lancha a motor e a pano, de um carro prá disposto o peixe prá fora, de uns dez pano de rede de cem metro. Também só rede boa, rede prá caída, prá fora... é de umas boas linha. Tamo falta é disso".

Pesca no rio, lagoa e mangue

Paralelamente à pesca marítima, realiza-se pesca nos rios (Caraíva e Corumbáu), na lagoa e no mangue, com o objetivo fundamental de contribuir diretamente para a dieta das famílias dos que a ela se dedicam. Para este tipo de pesca orientam-se muito pouco aqueles que denominaríamos de pescadores marítimos, que dela só se valem nos períodos em que as condições físicas desfavoráveis impedem a realização da pesca no mar. A de que falamos agora é muito mais praticada por pessoas que, de modo predominante, exercem outras atividades, e que dela só se utilizam, de forma intermitente, a nível de complementação econômica e alimentar.

Na lagoa-brejo que se localiza frente à Aldeia de Barra Velha, homens e mulheres pescam, com vara de pindaíba e pequenos anzóis, trairas e "corrozinhos", que, a depender da quantidade obtida, além de se destinarem à panela do grupo doméstico, são também empregados em trocas, ou mesmo vendidos. É importante observar que pelas mulheres é principalmente

exercido este tipo de pesca, as quais, aproveitando os intervalos das ocupações domésticas e das atividades agrícolas, a maioria das vezes se fazem acompanhar pelos filhos, já treinados nas técnicas exigidas.

Nos rios e no mangue há também pesca de linha, usando-se comumente isca de caranguejo mole, sepitinga, coletado no mangue de setembro a outubro;

"quer dizê, o caranguejo mole é assim: dá os caranguejo nas casa, então os caranguejo tapa as casa, e de uma lua prá outra eles ficam molinho e espirra leite. A lua deles é quarto, quarto crescente, quarto minguante. A gente pega aquelas isca e vai pescá o robalo, baiacu, vermelho, no mangue e no rio".

Em certas ocasiões, porém, deixam de pescar por falta de anzóis, pois sô podendo ser comprados em quantidades mínimas, as constantes perdas exigem reposição que nem sempre é possível, seja pela falta de dinheiro, seja pela inexistência de anzóis nas pequenas "vendas" locais. No mangue, nos canais e canaletes formados pelo movimento das marés e pelas águas do rio Corumbáu, costumam colocar "anzol de espera", um substitutivo da "groseira", que é, como já o vimos exclusivamente usada no mar. Compõe-se o "anzol de espera" de um cabo grosso de imbira, à qual se prendem um chacho e uma bôia, ligando-se este cabo fundeado a um outro, mais fino e horizontal, onde são dispostos os anzóis, iscados com peixe vivo - "tainha", "miro-rô" e "amoreia" -, e colocados regularmente a intervalos de dez a vinte palmos. Na extremidade desta corda prende-se uma linha de nylon, que é amarrada à vegetação do mangue, de

maneira que a linha fique completamente estirada e "a ponta da corda fique brincando com o peixe vivo, dentro d'água". No momento em que o peixe bate na "espera" a bóia submerge, voltando à superfície assim que o peixe é fisgado; constitui a bóia "o sinal do anzol de espera", pois, como diz o informante, "quando ela não tem nada, ela fica em riba d'água, o peixe está brincando na linha de espera". Há sempre o cuidado de procurar os melhores locais, "aqueles ponto melhor onde o peixe marisca prá comê", sendo geralmente escolhidas as águas mais profundas.

Na maré grande, bem como na maré morta, embora com menor insistência, pois "na maré morta não é muito bom, não, porque o peixe não transmite no rio mais, no riacho, indo prá boca da barra", o mangue é explorado com a pesca de tarrafa: "jogar tarrafa", como dizem localmente. Dias de vento sul são tidos como os mais apropriados para isso, pois "a água loda e os peixe ficam alvoroçado, aí a gente pega eles mais fácil". Uma pessoa encarrega-se da canoa e a outra de jogar a rede, que permanece dentro d'água dois a cinco minutos de cada vez. De maneira geral, os pescadores afirmam não gostar de jogar tarrafa, pois nem sempre contam com um bom companheiro para conduzir a canoa, e este tipo de pesca, segundo declaram, "tem muita simpatia: não bate na canoa, não faz zuada, o remo não pode bater na beira da canoa, nem pode ficar na areia que a tainha pressente".

Utilizam também a tarrafa, ou à sua falta um outro tipo de rede de duas a três braças e sem denominação especial, para "bater raiz" no mangue, em época de maré grande. Três pessoas são então necessárias, uma das quais - o mestre da tarrafa -

segura uma das extremidades com a "espia" que é uma corda comprida, enquanto a segunda mantém a outra ponta estirada, de forma que o "rabo" ou "saia" da tarrafa fique fechada e a "boca aberta", recebendo os peixes. A terceira pessoa, com uma vara, tange os peixes para o local onde estão as duas primeiras, ou seja, a raiz do mangue, o que justifica a expressão "bater raiz". Quando se aproxima da raiz, pára de movimentar a vara, momento em que a rede é jogada. Lentamente, o mestre vai "ensacando" a rede, juntando-a, observando se há peixes pelo movimento: "quando tem peixe eu vejo batendo, é o sinal do peixe, se tiver peixe batendo [na] tarrafa"; em caso positivo, atira-a numa "coroa"⁹⁹, para a despesca. Esta feita passam para outro local, repetindo o mesmo processo.

Ainda na maré grande, as mulheres costumam pescar siri no mangue, com pussá ou siripóia. Esta é feita de tucum (hoje largamente substituído pelo nylon), e tecida de modo semelhante ao das redes maiores, redonda e com um pequeno cabo de arame ou madeira. Pegam-se siris, também, com linha de imbira iscada com pedaços de caranguejo; a linha já iscada é deitada ao canal, e, enquanto o siri, atraído pelo cheiro do caranguejo, vai comendo a isca, a linha é puxada lentamente, e o pussá introduzido por baixo do siri que assim é apanhado.

A camboa é hoje raramente encontrada, embora até há algum tempo atrás, aproximadamente um ano, fosse muito frequente "fechar camboa". Própria para o inverno, época de maré morta, sua técnica consiste em fechar os canais no mangue com um aparelho relativamente simples. "Morões" ou "piquetes", feitos de madeira de mangue e com aproximadamente três a quatro metros de altura, são fixados em toda a extensão, dispendo-se

sobre eles os "tapasteiros", ou seja, ripas lascadas de "imbi-
riba" ou "juçara" presas umas às outras e amarradas aos "mo-
rões", com cipó¹⁰⁰. A meio, arma-se o "chiqueiro", circular
e com uma reentrância, a "sanga" ou "boca de chiqueiro", que
tem a largura de cinco dedos. A cada lado do chiqueiro coloca-
se palha, de "xandô", coqueiro, ou "naiá"¹⁰¹ até alcançar as
margens do canal. Arma-se a camboa obedecendo à maré: "com a
maré preamar, enchendo. Quando ela tá preamar, na hora de des-
cer, a gente fecha; agora aí vamo prás ponta, tomar conta dos
peixe prá não passar". Para despescar entram no "chiqueiro",
com certa dificuldade por ser acanhado; costumam prepará-lo à
tarde e despescar à noite, quando a maré seca, ou se o fizerem
à noite, geralmente pelas dez horas, despescam às quatro da
manhã. Um bom número de peixes entra no "chiqueiro", ficando
outro tanto embaraçado nas palhas, de onde é recolhido, sendo
o "chiqueiro" útil "porque ajuda a despescar e fica até pouco
prá gente pegar". Há canais próprios para a colocação da cam-
boa, sendo assim considerados aqueles mais piscosos, como o
"Campinho", o "Maruim", o Riacho das Almas", o "Trancolim", a
"Ilha", o "Rogério" e o "Pacuio". Um esteiro está bom de ta-
par "quando está comendo peixe", ou seja, quando há sinais de
peixes na lama; "a gente conhece o lugar que eles tá comendo.
Tem riacho que a gente entra, maré seca, vai reparando, não
tem comida quase deles e já tem outros que tá comido de fora
a fora". Certos peixes são mais conhecidos que outros, por
exemplo, o "cangauá", que deixa marcas de dois dedos de largu-
ra na lama; a "tainha", de um dedo; o "robalo" e o "carapeba",
que deixam a lama "pinicada", e o "pratibu", que tem o mesmo
sinal que a "tainha", só que numa cor mais escura.

O "tapasteiro" pode ser substituído por rede, sendo assim necessário construir apenas o "chiqueiro" e dispor as palhas laterais. A camboa, entretanto, em que pese a grande quantidade de peixes que consegue reter, é, como dissemos, pouco utilizada atualmente. Como razão disso é dada a dificuldade de transportar as ripas, geralmente de distâncias bem grandes, e aos obstáculos que se apresentam à passagem com elas pelo mangue. A utilização das redes como seu substitutivo pode vir a funcionar como estímulo à reativação das camboas, pois anteriormente não havia redes por falta de meios para sua aquisição; dispondo-se presentemente delas, os inconvenientes postos pelas ripas desaparecem.

O suru e o jiquiã são armadilhas pequenas, alongadas e removíveis para peixe de água doce, como jundiã, corrô, traíra, robalo, e patibu, construídas de forma semelhante ao "tapasteiro" da camboa. O jiquiã trabalha nos lugares rasos da borda dos rios ou da lagoa, iscado com piaba, corrô ou mataurê. Todo trançado em cipô, uma vez colocado dentro d'água tem a parte posterior amarrada com imbira ou cipô, sendo por aí que o peixe é retirado. A isca fica no bojo do jiquiã e, para atrair o peixe, espalham a água com os dedos, "fazendo barulho prá traíra sentir a catanga da isca". É posto nos lugares mais profundos, não sendo os lados guarnecidos com palha. O "suru", por outro lado, é feito com "morões" de palha-de-dendê trançados com cipô, sendo a sua parte posterior amarrada com "imbira" ou cipô, e por aí se retiram os peixes. É colocado no meio do rio, e lateralmente, cercado com "palha de coqueiro", Não exigindo grande dispêndio de tempo, nem maior habilidade para seu lançamento, estas armadilhas são muito usadas,

sendo iscadas e despescadas em horários combinados de acordo com os das outras atividades, o que permite sempre às unidades domésticas contar com uma fonte constante de alimento animal, pois, regra geral, depois de "despescados" são repostos na água e apenas retirados quando é necessário fazer-lhes reparos.

* * *

Seguindo o mesmo método empregado em relação às unidades sociais de produção agrícola, acompanhamos durante um mês o movimento de gastos, vendas, trocas, empréstimos e dâdivas de uma unidade doméstica cujo chefe é pescador, dedicando-se sua mulher regularmente ao artesanato. Este grupo doméstico tem apenas esses dois membros economicamente produtivos, pois os filhos são crianças de muito pouca idade. Quanto ao chefe de grupo, pode ser considerado um dos pescadores mais constantes da aldeia.

Os gastos em dinheiro efetuados foram de Cr\$ 429,50, importando o menor gasto diário em Cr\$ 1,00 e o maior em Cr\$ 88,50. As vendas, também a dinheiro, alcançaram um total de Cr\$ 515,50, sendo que o dia com maior entrada proveniente da pesca apresentou um total de Cr\$ 58,00, correspondente a 7 kg de peixe e 4 kg de tartaruga, esta última vendida à razão de Cr\$ 6,00, e o peixe a Cr\$ 5,00. Um dia excepcional houve em que o teto máximo com a venda de peixe foi superado: ao invés de Cr\$ 58,00, as vendas atingiram Cr\$ 81,00, mas, como isso foi resultado da venda de carne-de-porco recebida em pagamento de um débito, deliberadamente ignoramos essa entrada ao estabelecer aquele

teto máximo. As trocas diretas, por sua vez, quando convertidas a um valor monetário, chegaram a Cr\$ 56,00, enquanto a circulação por empréstimos foi mínima, limitando-se a 1 kg de peixe dado como pagamento de empréstimo anterior e 1 l de farinha recebido. As dádivas, ao contrário, foram muitas, constantes, e em ambos os sentidos. Comparativamente, houve mais regularidade nos gastos e vendas, e mesmo dádivas, do que nas trocas: assim é que só em seis dos dias desse mês deixou de haver gastos monetários, não havendo em nove qualquer venda, enquanto que em vinte deles não se estabeleceu qualquer troca direta. As doações feitas deixaram de ocorrer em doze dos dias, e não tiveram qualquer contrapartida.

Observando-se essa distribuição, resumida nos quadros 10 e 11, nota-se que, em importância, o maior dispêndio é com a aparelhagem de pesca, no qual entram conjuntamente o nylon, o pagamento de 14 braças de rede e os anzóis, o que significa que 21,42% dos gastos totais se destinaram à manutenção e reposição dos instrumentos de trabalho. Em termos gerais, não se constata grandes diferenças em relação às unidades de produção agrícola, exceto pelos gastos mais altos, pois somando as saídas em dinheiro e as trocas efetuadas chega-se a um total de Cr\$ 485,50, que representam o valor dos bens que a unidade não produz, mas de que necessita. Houve uma menor frequência de trocas, acompanhada de um maior número de vendas, e a ocorrência de vendas a crédito, sem qualquer ônus que, para o comprador, pudesse equivaler a juro pago. Neste último caso, à falta de moeda, o débito pode ser saldado com mercadoria, transformando-se, assim, numa troca, razão pela qual o valor aqui estimado do total de trocas não pode ser considerado definitivo, havendo uma possibilidade de ampliação.

CIRCULAÇÃO POR TROCA

Quadro 10

TROCAS DIRETAS		A DINHEIRO				
ENTRADAS	SAÍDAS	ENTRADAS		SAÍDAS		
		POR VENDAS		POR SALÁRIOS	À VISTA	A CRÉDITO
		À VISTA	A CRÉDITO			
36 l farinha	4 kg tarta- ruga	46 kg tarta- ruga = Cr\$ 276,00	16 kg tarta- ruga = Cr\$ 96,00	—	Cr\$ 429,50	
1/2 garrafa de dendê	5 1/2 kg pei- xe	14 kg peixe = Cr\$ 70,00	7 kg peixe = Cr\$ 35,00			
	2 abas tar- taruga	1 tartaruga = Cr\$ 45,00				
	tripas	9 kg carne- de porco = Cr\$ 81,00				
		40 colares = Cr\$ 40,00				
		débito = Cr\$ 3,00				

Quadro 11 ALOCAÇÃO DAS SAÍDAS EM DINHEIRO (em Cr\$)

MERCADORIAS	À VISTA	A CRÉDITO
Farinha	43,00	-
Arroz	10,00	-
Carne-de-porco	8,00	-
Peixe	6,50	-
Açúcar	5,50	-
Banana	17,00	-
Café	5,00	-
Sal	4,00	-
Bolacha	3,00	-
Bala	2,50	-
Caranguejo	1,00	-
Dendê	1,00	-
Frutas	1,00	-
Fumo	5,00	-
Fósforo	2,50	-
Querosene	26,00	-
Sabão	20,50	-
Tecido	103,00	-
Nylon	50,00	-
Rede	40,00	-
Palha cobertura casa ...	15,00	-
Xícaras	10,00	-
Anzol	2,00	-
Linha	2,00	-
Corte umbigo	46,00	-

5.6. A COLETA ANIMAL: O MANGUE

Ocupando uma área de 240 ha, o mangue representa 4,40% do espaço economicamente utilizável. A sua importância como fonte de proteína animal é grande, estando o grupo tradicionalmente ligado à coleta que ali realiza e que, em muitas oportunidades, tem garantido a sua sobrevivência. Na verdade, nas épocas mais difíceis da sua história os Pataxó têm-se mantido quase que exclusivamente às custas dos mariscos que ele fornece, e se não fora por isso talvez tivessem desaparecido como grupo sedentário e coeso. Durante todo o período em que o impediram de fazer roças e de caçar, e o constrangeram assim em seu espaço físico e econômico, foi o mangue a única parte do ambiente que explorou livremente; como nos afirmou o "capitão",

"nessa época já tinha muito índio aqui, então só se valia do mangue e da piaçava tirada escondido. Era direto no mangue... fizemo o campo de aviação comendo caranguejo puro, bebendo caldo de caranguejo, e a casa do posto do mesmo jeito. Dessa época prá cá foi que o mangue tomou um abalo... porque nós não podia trabalhar, valia só do mangue. Panhava carga e mais carga de caranguejo prá comprar farinha. Tirava um tanto prá comer, outro tanto prá vender...".

Atualmente, já se observa uma apreciável independência de bastantes famílias em relação ao mangue, e muitos indivíduos nos declararam que há um tempo considerável para lá não se dirigiam, o que constitui, dentro do grupo, um indicador de elevação econômica; entre esses estão os vendeiros, os

pescadores mais constantes e certos agricultores-artesãos que com mais regularidade vendem artesanato, podendo os primeiros serem definidos como os que menos precisam dele, pelo fato de, ao contrário dos outros, estarem pouco sujeitos às oscilações do ambiente e do fluxo do mercado regional. Durante o tempo de nossa permanência em campo não tivemos conhecimento de qualquer vendeiro que se deslocasse para o mangue, o que já é um indicador de diferenciação sócio-econômica no interior do sistema, permitindo-nos, desde que se mantenham em desenvolvimento as condições presentes, prever o surgimento de distinções entre os membros dos vários níveis ocupacionais, numa incipiente estratificação interocupacional. Isso, porém, constitui apenas uma hipótese, e mesmo esta condicionada ao fortalecimento da pequena tendência à diferenciação que agora existe.

Durante toda a semana e mesmo ao domingo o Pataxó vai ao mangue, regulando-se a maior ou menor frequência pela necessidade de alimento complementar à farinha; este tipo de coleta constitui, entretanto, sempre a última alternativa, pelo esforço físico que exige: como reconhecem os índios, "o mangue dá mas também tira". Além disso, tendo vivido sempre como seus dependentes - "a vivença do mangue é desde que nós se entende no mundo, que nossos pai sempre vivia no mangue, prá tirar o caranguejo, prá dar prá nós comer" -, qualquer possibilidade de substituir o caranguejo pelo peixe ou carne-de-porco (esta última bem raramente) é sempre aproveitada, representando uma valorizada alteração para o grupo doméstico. Em várias ocasiões observamos a importância que tinha para um chefe de família sentir-se em condições de poder adquirir por compra ou

troca o caranguejo ou o siri, sem que fosse necessária a realização da coleta por nenhum de seus membros, ao mesmo tempo que, para outros, era fonte de embaraço constatar que viviam fundamentalmente da coleta animal. E entre os Pataxó comentava-se sobre aqueles que estavam nessa situação de frequentadores diários do "barracão", como o mangue é localmente chamado, e tais comentários, ainda que não tivessem qualquer intenção de demonstrar desprezo, significavam a comprovação de uma desigualdade detectável por todos. Se levarmos em conta a autopromoção que significa para o indivíduo poder dispensar uma atividade que exerceu por longo tempo, e sempre em situações críticas, atividade essa para a qual se orienta quase toda a população, de crianças a velhos, compreenderemos o que isso representa. Para os Pataxó o fato, porém, de não exercer a coleta não implica em dispensar a fonte de proteínas que ela fornece, pois é básica na dieta, o que evidencia que a restrição se relaciona à prática da atividade, e não à utilização da fonte.

A ação sobre o mangue se dá em toda a sua área, embora haja "pontas" ou "portos" mais procurados que outros, por causa da maior abundância e facilidade de coleta, sendo as melhores "as pontas mais largas, onde se pesca siri, baiacu, aratu... as parte mais arejada onde o mangue é mais safo, tem os apicum, quer dizer a terra mais seca, mais dura, melhor prá mariscar", enquanto os trechos onde a vegetação é mais fechada, "muito trançado de raiz", são evitados, pois opõem muitos obstáculos ao livre trânsito dos coletores. As "pontas", por sua vez, têm denominações, tal como os recifes - a primeira de norte para sul é a "Pistola", que tudo leva a crer seja a antiga

foz do Corumbáu, e é apenas o início do mangue, que não se presta à coleta; seguem-se "Porto do Avião, (devendo-se seu nome a que os antigos afirmavam ter havido ali a queda de um avião), "Camboa" (porque sempre foi local adequado a colocação de camboas), "Porto da Pomba", "Rogério" (originalmente residência de um velho com esse nome), "Coqueiro", "Bagueira de cima" e "Bagueira de baixo", último "porto" dos canais do lado norte. Com o "Maruim" (onde há muitos maruins) têm início os "portos" do sul: o do rio Corumbáu, e depois o "Riacho das Almas", "Pacuio", "Campinho", "Rio morto", "Porto da Onça" e "Porto do carapeba", e ainda de outros não atingidos pelos índios. O que atrai maior número de pessoas é a "Bagueira de baixo", "porque [ali] é mais baixo e mais largo o mangue, a largura de base de 1 km", enquanto o menos frequentado é o "Avião", pois sendo fundo e estreito, "mais enraizado", obriga o coletor a atolar-se profundamente na lama, dispendendo muita energia.

A maré determina os horários da coleta, pois

"tem participação, do mesmo tanto que a maré faz, a lua faz também. Quando a maré é morta (a maré é morta quando a lua é quarto, fica partida de meio a meio) o mangue seca todo, só fica água mesmo no rio. E na maré cheia (da lua nova, lua cheia) a maré cresce, enche o mangue todo de água, aí ninguém tira caranguejo. Prá tirar o caranguejo, quando a maré é morta, tanto faz tá cheia, como seca, a gente tira, e quando ela é grande só tira quando ela vaza, tá seca ¹⁰²".

Assim, por exemplo, quando a maré é grande e começa a vazar às 8 h, até às 11 está seca, e no intervalo é que se tira caranguejo.

Conduzindo um ou dois samburás, trançados em cipó, um cavador de pau e em geral também um facão, o coletor, antes de penetrar na lama, passa querosene em todo o corpo, a fim de afastar o maruim e um outro pequeno mosquito denominado mutuca. Para isso carrega consigo uma pequena porção de algodão, ou mesmo um pedaço de pano, embebido em querosene e envolvido numa folha. Permanece o tempo todo de calções, sem nenhum calçado, e os riscos de acidentes são vários, sendo o mais temido o corte provocado pela ostra que, além de ser muito doloroso, demora para cicatrizar, tornando difíceis muitos trabalhos.

A coleta principal e mais constante é a de caranguejo, alimento essencial tanto quanto o peixe, embora também sejam capturados siris, ostras, conchas, guaiamus, aratus e búzios. O caranguejo dá em todas as "pontas", embora em algumas delas seja de tamanho pequeno; retiram-no diretamente com as mãos, ou introduzem o cavador-de-pau no buraco do caranguejo para desalojá-lo e, então, pegá-lo à mão. A utilização do cavador-de-pau tem a vantagem de proteger as mãos do possível contato das ostras, e mesmo do caranguejo.

Há dias em que coletam com maior rapidez que em outros, tudo dependendo do número de "casas" que encontram, pois "tem dias que fica ruim, eles somem, ficam enraizados, tapam a casa e fica ruim de tirar. Quando está chovendo a casa tampa, a gente fica apalpando prá encontrar a casa dele; agora, a gente já tá acostumado, sabe onde ele está". Conhecem os locais onde há caranguejos pelos arranhões que eles deixam sobre a lama, quando se introduzem nas "casas". Há ocasiões que em cada "casa" há dois ou três grandes caranguejos, amontoados uns sobre os outros; isso acontece geralmente na "andada" dos

caranguejos, o que ocorre na "quebra da luz", ou seja, no quarto crescente ou na lua nova, quando eles andam de dois a três dias, ao fim dos quais retornam aos buracos na lama. Nesse período de perambulação não é necessário usar cavador, pois com a própria mão eles são facilmente agarrados, uma vez que sobem aos barrancos do mangue e andam sobre a lama. Observam porém os índios que a "andada" não acontece em todas as "quebras da lua", ocorrendo mais regularmente uma vez por ano, sempre três dias após a lua cheia. Quando não é assim, a melhor altura para tirar caranguejo é na maré morta, quando o mangue resseca e a "lama engrossa nas pernas do caranguejo e empata e eles cavar, a lama fica linguenta". Dependendo das próprias condições do trecho onde se está em atividade - de uma a duas braças de largura é considerado muito estreito, por exemplo, dificultando a ação dos coletores - em aproximadamente duas horas obtém-se um samburá com trinta a cinquenta caranguejos. Numa das vezes em que acompanhamos o trabalho, um homem e uma criança, trabalhando separadamente, mas na mesma área, iniciaram a atividade às 11:50 h, quando entraram no mangue, e encerraram-na às 13:50, portanto duas horas depois, tendo o homem coletado cinquenta caranguejos e a criança trinta. A "ponta" escolhida foi considerada das melhores, se não a melhor: a "Baqueira de baixo".

O siri dá em maior quantidade na lua nova, quarto crescente ou quarto minguante, quando fica sobre a lama e sobre as raízes. Na "maré grande" também é coletado, embora com menos facilidade, pois só é possível apanhá-lo nas margens dos canais, onde se fica mariscando, à medida que a maré vai enchendo. Com o "bicheiro" - um pedaço de arame com a ponta

envergada como anzol e afiada numa pedra - o coletor sobe nas raízes, vai espreitando, e fisga-o logo que avista o siri, jogando-o no samburá. À falta do "bicheiro" utiliza um gancho de pau, procedendo como da forma anterior. O siri tende a distribuir-se acompanhando o curso do canal, coincidindo a sua ausência com o ponto terminal deste último.

O "aratu", um gênero de caranguejo de cor vermelha, não tem morada própria, e fica nos buracos dos caranguejos, "no oco do mangue, nos apicum¹⁰³ onde não corre muita água", ou sobre a lama. Para a sua coleta utiliza-se uma lata velha de que rosene e uma vara ou pindaíba, em cuja ponta se coloca um pedaço, um "quarto" de caranguejo preso com imbira. O coletor localiza-se sobre a raiz de um mangue, apanha uma porção de folhas da vegetação circundante e corta-a em pequenos pedaços, jogando-os embaixo, na lama. O caranguejo, na ponta da "pindaíba", é colocado sobre as folhas para atrair o aratu, e à medida que este vai comendo as folhas e a isca, o coletor vai suspendendo a vara devagar, até deitar o aratu no interior da lata. Esta é utilizada em substituição ao samburá porque deste o aratu sai, enquanto da lata, por ser lisa, não há como escapar. Em qualquer período se encontra aratu, principalmente na maré grande, pois na maré morta ele se torna mais raro.

"Chama-maré" é um outro caranguejo, chato, que se localiza nos "lamarões" ou "coroas", ou seja, naquelas pontas de mangue que ficam a descoberto quando a maré está vazando, não tendo raízes, mas apenas lama. Embora exista em todo tempo, o "chama-maré" é pouco apreciado devido ao seu pequeno tamanho, sendo coletado quase que apenas pelas crianças menores quando vão ao mangue em companhia das mães. Geralmente é deixado,

por algum motivo, como alimentação para o sabacu, pássaro do mangue.

O "guaimu" fica nas ilhas, nas terras enxutas das margens do mangue. Embora exista em grande quantidade, não é muito procurado, pois, a areia e arbustos espinhosos de seu habitat cortam as mãos. Nas raras vezes em que é apanhado, usam um cavador-de-pau ou uma enxada para cavar o buraco, ao mesmo tempo que, com um bicheiro, fazem cócegas no guaiamu, obrigando-o a sair para ser capturado. Na lua nova da semana santa tem lugar a "andada" dos guaiamus machos sobre as "ilhas", enquanto na lua cheia é a vez das "pataxoca" ou guaiamu fêmea.

O "búzio" fica localizado "pela enraizada do mangue, em riba da raiz" de onde é retirado com as mãos e depositado no samburã.

Também nas raízes ficam as ostras, dali retiradas a facção depois de seu corte, a que se segue uma raspagem para que os moluscos se desprendam completamente e possam ser reunidos no samburã. A quantidade de ostras que coletam é mínima pois a quantidade fina não compensa o trabalho nelas empregado como dizem os índios: "nós não faz muito gosto dela; não gostamo de tirar porque o alimento é pouco e o tempo que tá tirando ostra, tira logo o caranguejo que dá prá encher logo a barriga".

As "conchas" ficam enterradas na lama e na areia, e presas às raízes aéreas. As mais preferidas são as conchas da areia, devido ao melhor sabor; entre elas há a "tarioba", a "unha de véio", um tipo comprido, também denominado "fujona", pela sua facilidade em escapar, e "bujigão". A "olho de boi" ou "paco-paco" é uma variedade de concha da lama, enquanto a

"machado" e "orelha de saruê" ficam nas raízes. Todas elas podem ser pegadas na maré morta, na maré grande dando apenas a "tarioba". Aquelas que se localizam na areia são retiradas só com as mãos, enquanto as da lama necessitam do facão para des_ucobrir, sondando, os locais onde elas se encontram.

A "moreia" com seu corpo serpentiforme permanece nos buracos, como o caranguejo, localizando-se na lama. É retirada à semelhança daquele, com a mão, e embora apareça em qualquer tempo, a melhor ocasião para sua coleta é na maré morta, quando a lama endurece, pois em época de maré grande a lama fica pouco consistente, "então a moreia e o caranguejo topa aquela lama mole e corre demais". De maneira geral quase não é ap_unhada, não tendo assim maior significação como fonte de alimento.

A "mucutuca" é outro peixe que vive enterrado na lama, mais precisamente entre a lama e a areia. Permanece apenas com a cabeça à mostra, sendo fisgado com um pequeno arame, ou "fisga", com três "barbas" como um arpão e preso a uma vara. Quando não se utiliza a "fisga", é com o facão que se corta a "mucutuca" ao meio, tirando-a para fora do buraco. A época própria da "mucutuca" é quarto crescente e quarto minguante, "maré de lançamento cedo, dá muito na coroa. Tudo quanto é mucutuca sai, vem tudo prá riba d'água, na maré".

A maior ou menor demora da coleta depende da profundidade a que está a presa, pois quanto mais funda, mais esforço exige, e do seu objetivo - para consumo do grupo doméstico, ou para troca ou venda. Quando não se destina a comércio, cerca de trinta a quarenta caranguejos são considerados suficientes para a alimentação da família, que, com essa quantidade, pode

comer três vezes durante o dia. Destinando-se porém ao consumo e à troca em sentido amplo, aumenta o tempo de coleta, pois nesse caso é necessária uma quantidade mínima de sessenta a oitenta caranguejos.

Embora esporadicamente colem siri, concha ou búzio, a coleta mais regular está virada para o caranguejo, distribuído em toda a extensão do mangue, e sempre em grande número. Já o siri é obtido com certa dificuldade e em porções reduzidas, o que leva o coletor a concluir que muito mais prático e mais compensador é utilizar o tempo que seria dispendido em sua apanha com outro item em que a relação energia dispendida - resultado final (energia sob a forma de alimento) seja mais positiva. Isso torna-se ainda mais importante no caso daqueles que, não dispõem, em princípio, de qualquer fonte de comida, e gastam energia no mangue na certeza da possibilidade de reposição, concentrando-se desse modo na coleta mais eficaz, mais rendosa, ou seja, na do animal cuja abundância e densidade são maiores na restrita área que exploram. E o caranguejo parece ser este animal, pois sua reprodução não sofre, segundo as evidências, interrupções de regularidade, permitindo ao grupo contar com uma fonte até aqui permanente de proteína, que além de permitir sua sedentariedade, garante-lhe certa autonomia econômica e social. Isto na medida em que, através de uma mesma fonte, produz a força-de-trabalho, pelo menos parcialmente e em termos do seu equilíbrio alimentar, provendo os meios para o autoconsumo de proteínas, e reproduz as suas condições materiais e sociais de existência, permitindo a coleta de um pequeno excedente para destinar ao mercado, o que significa a participação no circuito mais amplo de

circulação de bens, ou a entrada do subsistema econômico Pataxó no sistema mais amplo; e, em contrapartida, a introdução de certos alimentos e dos objetos manufaturados indispensáveis oriundos da sociedade maior ou abrangente. Nesse sentido, tem razão o Pataxó quando afirma que "o mangue é medido prá nós mesmo, de natureza".

5.6.1. OS RECIFES

Na lua nova ou lua cheia, nos dias de maré grande em que a vazante atinge o seu ponto mais baixo, os recifes fronteiros à praia ficam a descoberto, dando lugar à coleta de ouriço, polvo e lagostins. Nessas ocasiões, os componentes de cada grupo doméstico dividem suas tarefas de modo a que pelo menos um membro possa ser liberado para coletar nas pedras, garantindo assim, naqueles dias, o alimento de todos.

"O seguinte é esse: quando o homem tá ocupado na roça, ou fazendo qualquer trabalho, e a mulher fica em casa, ela vai procurar tirar o ouriço, o polvo, a rita-pedra prá gente comer. E quando a gente tá ocupado, os menino vai".

Geralmente em pequenos grupos, homens, mulheres e crianças dirigem-se para os recifes, conduzindo os cestos ou samburãs onde será depositado o produto da coleta. Dispersam-se pelos vários recifes, buscando obter a maior quantidade possível, que dê para alimentação da família e para trocar por outros produtos de que necessitem. Geralmente, saem de casa sem haver comido nada, esperando comer ouriços à medida que os pegam; e assim fazem, interrompendo-se por pequenos intervalos para abri-los com uma pedra, e misturá-los crus à farinha que trouxeram de casa.

Os recifes recebem denominações como "Pedra do Lençol" ("porque lá tem uma parte grande de areia branca, é a barreira, então os velho botaram esse nome"), "Calugi" ("diz os velho que antigamente era onde existia muito deportado, fugido...").

então fazia barraca no Calugi"), "Porto da Canoa" (porque aí são fundeadas as canoas), "Quelemente", "Areia Branca" e "O negro". Por quatro a cinco dias seguidos os recifes secam, tornando possível a mariscagem, mas progressivamente "vai morrendo, vai diminuindo a força da maré e não vai secando mais na pedra". A coleta dura de duas a quatro horas cada dia, ao fim dos quais a maré começa a encher, e a atividade é suspensa. Ocasionalmente há, porém, em que o vento interfere, aumentando a vaga e tornando mais cedo o trabalho impossível; dizem eles que é "porque o vento refresca ela [a maré] e começa a encher". Quando a maré está seca assim permanece durante uma hora aproximadamente, o que provoca depois o deslocamento dos mariscadores de uma pedra a outra, porque à medida que a água vai cobrindo uma pedra, busca-se outra ainda seca, dilatando tanto quanto possível o tempo de coleta.

O ouriço, um equinodermo de cor preta e coberto de espinhos, fica nas locas das pedras, de onde é retirado com o "bicheiro". A parte comestível é sua gordura, de cor amarela, sendo necessária uma boa quantidade de ouriços para dar uma porção razoável. Quando não é comido cru, depois de bem lavado para que reste apenas a gordura a ser misturada à farinha, é assado envolvido em palha de buri¹⁰⁴, que, amarrada com imbirra, é posta nas cinzas durante uma hora.

O polvo, geralmente de tamanho bem pequeno, é também retirado das locas com o "bicheiro", guiando-se o coletor, para encontrá-lo, pelos "sinais do polvo", ou seja, pequenos depósitos de cascas de siri indicativos da sua presença. É também comido cru, enquanto estão nas pedras, embora mais comumente seja cozido n'água e sal.

A "rita-pedra" assemelha-se à ostra, e é retirada de sobre as pedras onde se localiza com um machado ou pedaço de ferro.

Os lagostins são capturados à noite, na maré vazante e na quadra da lua nova, utilizando-se fachos. Estes são feitos de cerca de quatorze palhas secas de caxandô, tendo cada palha de meio a um metro de comprimento. Atados com imbira ou cipô-de-caxandô, os fachos, em número de oito a dez, são levados para a praia e aí acesos, quando então se inicia o "fachedo". Enquanto uma pessoa conduz o facho aceso, outra vai coletando à mão e jogando os crustáceos no samburá. O facão que também carrega só entra em cena quando o lagostin ameaça escapar, ou quando aparece algum peixe.

Com os frutos dos recifes, o Pataxó dispõe de mais uma fonte de proteína animal que pode ser apropriada por todos, pois, diferentemente da pesca marítima, a coleta no mangue ou nos recifes é praticada por indivíduos de ambos os sexos e quase todas as idades, que têm, de seu repetido treino, a segurança necessária para exercê-la, mediante a utilização de um instrumental tecnológico extremamente simples, mas bem adaptado ao ecossistema sobre o qual age.

5.6.2. COLETA VEGETAL

A coleta de frutos silvestres é definida como uma atividade própria de mulheres e crianças, embora eventualmente possa ser praticada por homens. Na época da safra de determinados frutos que permitem uma coleta maior - mangaba e caju, por exemplo - tem lugar certa competição entre os grupos de mulheres, que tentam chegar às plantas uns à frente dos outros, pela maior possibilidade que isso dá de ter uma quantidade maior. E a quantidade é importante, pois também os frutos, e especialmente os referidos, se destinam à troca e com menos frequência à venda, não apenas nos limites da reserva, mas também imediatamente para além destes, no povoado de Corumbáu, onde uma gamela com mangaba ou caju é trocada, com os pescadores donos de redes, por um samburá de pequenos peixes. Desse modo, vê-se a relativa variedade de alternativas que se põem ao grupo, ainda que sejam alternativas de baixo potencial econômico, limitadas que estão às potencialidades naturais do ambiente.

O campo, a restinga, o brejo e a mata são as partes do ambiente onde é realizada a coleta vegetal. Assim, a mangaba dá na restinga e no campo, de dezembro a janeiro, e no inverno ocasionalmente, de temporão. Permitindo a coleta de grande número de frutos, destina-se tanto ao consumo do grupo quanto à troca, como já referimos. O caju é da mesma época, nativo do campo ou cultivado nas capoeiras. Neste último caso, - que foge à definição de coleta e é muito pouco generalizado -, planta-se a castanha num trecho da capoeira e espera-se que se

desenvolva, não exigindo cuidados especiais. A "farinha de castanha", socada no pilão com a farinha de mandioca e açúcar, é uma das formas de aproveitamento do caju, e de obtenção de pequena soma em dinheiro ou de um meio de troca direta, sendo vendida ou trocada em pequenas porções.

O "coco xandó", próprio da restinga, é pequeno e originário de um coqueiro de baixa altura, cerca de um metro. Em dezembro, os cachos já estão brotando e uma vez amadurecidos são apanhados, sendo os coquilhos comestíveis tanto sob sua forma natural, quanto reduzidos a "farinha". Suas palhas são utilizadas na cobertura de casas e na feitura dos fochos que são mais comumente empregados para "fachear" lagostins.

A "murta" é um pequeno fruto de uma árvore de reduzido porte e de igual denominação que na restinga nasce em profusão, geralmente acompanhando a safra do caju. A fruta, de bom sabor, tem a propriedade de minorar a sede nas grandes caminhadas. A "armesca" dá tanto no campo como na mata, e nesta última alcança grande altura, mantendo-se, porém, pouco desenvolvida no campo. Além de pequenos frutos, fornece uma resina de odor extremamente agradável e de grande utilidade pois serve como substitutivo do querosene quando deste não se dispõe: "no tempo dos véio, quando não tinha gás, então panhava, botava num prato e cendia ela, fazia de luz e incensava a casa. Hoje quando a gente vai na mata e traz ela, a gente faz fogo".

O "guaru", um coqueiro do campo, dá coquilhos que, quando verdes, são do tamanho do coco do xandó, comestíveis e com valor medicinal. A parte comestível é tanto a noz, quanto a polpa que a reveste, e para ser utilizado como remédio é transformado num líquido espesso, que, tomado três a quatro vezes

ao dia, resolve problemas intestinais. Também de valor medicinal é o "goti", próprio da mata, onde é encontrado de junho a julho. É uma árvore alta com grandes frutos, revestidos por uma polpa comestível, que têm no seu interior coquilhos que também se comem: "a massa é mode uma massa de maçã e quando a gente tã com dor-de-barriga rói o coco dele verde, duro".

O "cardo" é um arbusto da restinga, de altura regular e cheia de espinhos. É própria do "verão", de setembro a janeiro, sendo seus frutos, cujo tamanho é semelhante ao de uma manga, comestíveis e sem qualquer outra utilidade. Já o "buri", uma alta palmeira da mata, tem maior aplicação - seus frutos, que amadurecem em julho, são fonte de alimento, enquanto sua madeira é utilizada na feitura de arcos e as palhas para fazer fochos de pescar nos recifes.

A "jabuticaba" é uma árvore alta, da mata, cujos frutos amadurecem na semana santa e são comidos, aproveitando-se também a casca como remédio, raspada e posta a cozinhar com água, numa infusão muito utilizada tempos atrás, "quando a gente não tinha remédio e se tratava mesmo da mata... mas depois apareceu tanto remédio que o camarada largou as raiz de mão".

O "araçã", fruto do "inverno", é nativo da floresta e atualmente cultivado por alguns nos quintais das casas, servindo como alimento.

O "piqui" é uma árvore também da mata, e de grande porte, cuja madeira é empregada na feitura de canoas, sendo os frutos, comestíveis.

A "sapucaia", dá em julho uns frutos grandes, em cujo interior há pequenas bagas semelhantes a amendoim.

O "ingã" é uma árvore alta das margens dos rios, que dá

umas vagens em cujo interior há frutinhas que se podem comer, enquanto o "mucugê", nativo do brejo, tem fruta semelhante à mangaba, em gosto e aparência.

O "jatobá" e o "andá" são duas árvores da mata, fornecendo a primeira frutos de dezembro a fevereiro e tendo também a casca aproveitada com fins medicinais, pois "da casca quando o camarada tá branco, ou mesmo a žo'kana sem sangue, panha a casca, engarrafa com açúcar e bebe aquela água, fica vermelha, pois é bom prá chegar sangue"; e a segunda, coquilhos utilizados como remédio para animais e na feitura de sabão, mas sem valia como alimento. Para fazer sabão, o conteúdo dos coquilhos é socado num pilão e em seguida misturado com soda cáustica; e como remédio, é ministrado e por isso o coco do "andá" é partido e enterrado em meio à plantação de mandioca, de onde o animal que esteja magro é levado a retirá-lo, garantindo os Pataxó que "com oito dias ele tá gordo".

A "piaçava", nativa dos campos e capoeiras, além do grande valor econômico que tem por causa da extração de suas fibras, oferece pequenos cocos largamente utilizados como alimento por adultos e crianças. O "cipó da mata", depois de coletados seus frutos, tem a árvore sobre a qual se desenvolve - "cumumbá" - abatida e queimada para ser utilizada como sabão, denominado "sabão de coalhada", cuja feitura é cercada de "simpatias" mágicas: "quando tá fazendo o sabão o camarada não fala com ninguém, tá de má, faz escondido, se ver não dá ponto".

5.7. A EXTRAÇÃO

A extração da piaçava, uma atividade quotidiana nos tempos mais difíceis que o grupo atravessou, é presentemente exercida com menor intensidade, embora não tenha perdido sua importância como mercadoria de grande valor de troca no mercado regional, que possibilita ao extrator a obtenção da moeda necessária à aquisição de bens industrializados. Na verdade, se o seu valor econômico permanece o mesmo, mudou a finalidade da extração, pois diferentemente do que ocorria antes, hoje não mais se extrai para comprar alimentos, mas para adquirir produtos da sociedade regional, seja sal, sabão, ou mesmo calçado, cobertores ou roupas. Além disso, é preciso que haja uma necessidade presente para que alguém se decida a extrair, pois, sendo o piaçaval um recurso econômico permanente, desde que o extrator não o esgote ao impedir sua recomposição, a extração desnecessária ou não indispensável pode significar prejuízo para o grupo como um todo. É o que se pode concluir deste depoimento:

"quando há grande necessidade, muita precisão, é obrigado a gente tirar piaçava. A necessidade é quem tá falta do sal, algum pedaço de tupi'sai [roupa], também... Quando não tem [necessidade], a gente deixa ela lá prum canto, pois a piaçava se a gente não tirar ela com seis mês é piaçava prá muito kaiam'ba [dinheiro]... mas tirando ela sempre, todo dia, todo dia, quer dizer que acaba ela..."

Costuma-se com maior regularidade extrair piaçava nas

áreas de capoeira mais próximas à Aldeia, permitindo ao extrator a realização da tarefa de forma parcelada, sem que lhe seja preciso dormir no local, o que implica muitas vezes em mais de um deslocamento, até que seja obtida a quantidade necessária à aquisição do objeto que motivou o trabalho. Porém, a proximidade leva a uma maior procura e, conseqüentemente, ao esgotamento rápido dos piaçavais, o que geralmente acontece à área dessas palmeiras que se localiza a uma ou uma hora e meia da Aldeia, o "Anjo"; e o mesmo mais para o interior, onde há um trecho que se presta à extração, no "Coração", "um lugarzinho que tem um reboleiro de piaçava. Reboleiro é os pé que tá tudo reunido, então nós botou o nome "coração". Enquanto esses locais não estão totalmente explorados todos para lá se dirigem, saindo das casas às 7h e só retornando à tarde, cerca de 13 ou 14h, a maior ou menor permanência ficando sempre a depender do estado dos próprios piaçavais, pois "quando tá carregado mesmo, que tem três, quatro capa, num instante a gente faz uma carga. Agora, quando não tem muita piaçava, a gente viaja quase o dia todo prá arranjar sete quilo de piaçava".

Só quando ela se torna muito escassa é que se penetra para dentro da mata. A esse tempo, os piaçavais já devem estar carregados, pois não houve extração durante o período em que se concentraram nas capoeiras. Formam então pequenas expedições, que combinam a extração e a caça e que permanecem uma a duas semanas na floresta. Como afirmam os índios, é a "Varijeira" a "sede da piaçava", em trechos de capoeirão e mata onde foram feitas derrubas por elementos da sociedade nacional, posteriormente abandonadas. A parte onde se localizam os piaçavais é "terra ruim, terra de taboca". Mata mais carrasca,

mais fechada, terra seca com taquari que não presta prã lavou
ra de cereais. Essa pista é de piaçava mesmo, só dá piaçava e
abacaxi, nem mandioca dá que preste". Conduzindo farinha, sal
e cobertores, os grupos partem e, chegando ao local, levantam
uma barraca para servir de abrigo e de proteção contra os ani
mais selvagens. O cão que acompanha a expedição encarrega-se
de procurar a caça que, junto com a farinha servirá de alimen
to; segundo depoimentos de vários índios, ela existe em gran
de quantidade, "caça é areia... se for fazer gosto nem piaça
va a gente tira"; e cada participante procura garantir uma boa
provisão, que seja suficiente para comer com abundância duran
te o período de permanência, e ainda para levar para a Aldeia,
o que, temporariamente, assegura uma fonte de alimentação pa
ra o grupo doméstico e um meio de troca. A caça é realizada
principalmente com o auxílio do cão -

"o ku'ke [cachorro] corre com a caça, dá três,
quatro volta. Acoa aquela caça no oco ou no
chão, a cotia é no oco e o tatu é no chão; aí
o camarada chega com o mikai [facão], corta o
oco e tira a caça. Tem dia que traz três, qua
tro caça..."

Capturam-na também com armadilhas, sendo o "mundêu" a mais usa
da nesses casos.

Às 6 h tem início o trabalho, quando os homens, depois
de tomarem a primeira refeição do dia, rumam para os piaça
vais. Ele é feito individualmente, cada extrator providencian
do para que esteja seu facão bastante afiado, facão esse que
é, aliás, o único instrumento utilizado. Escolhido o pé de pia
çava, todo o terreno à sua volta é limpo, para permitir ao

extrator agir sem dificuldade sob ele, pois quando não tem grande altura não é necessário subir na árvore, podendo a tarefa ser realizada do chão. Desembaraçam-se de todas as palmas secas, passando depois à extração propriamente dita, quando então as capas fibrosas vão sendo puxadas, de cima para baixo, até não restar mais nenhuma. Há ocasiões, quando a palmeira está excessivamente carregada, "de balão", em que as capas tendem, com o peso, a arriar, ficando mais fácil a tiragem, sendo preciso somente cortá-las com o facão e, depois, reunir todas as capas em feixes que são presos com imbira e cipó. Os feixes são deixados no mesmo local, para serem apanhados no momento da volta, e até aí a piaçava não passou pelo beneficiamento que a irá transformar num bem com valor de troca. O beneficiamento através da limpa geralmente só tem lugar em casa, e consiste em retirar as capas que revestem as fibras e o "lodo" ou "borra", ou seja, as novas capas que estão surgindo, "aquelas capinha miudinha, rala que vai criando logo dentro da piaçava". Uma vez retirado todo o "lodo", as novas capas desprendidas com as mãos e a "borra" com o facão, a piaçava, novamente em feixes, é considerada "apurada", o que garante a seu proprietário o preço em vigor no mercado, na altura de Cr\$ 30,00 por arroba, correspondendo esta a 16 kg, pois o comprador considera que ela tende a perder em peso, a "quebrar".

Em animais é feito novamente o seu transporte, dessa vez para o ponto de venda mais próximo, Caraíva, tradicionalmente mercado absorvedor da piaçava extraída pelos Pataxó. Um pequeno número de comerciantes garante a compra, a dinheiro ou em troca dos produtos de que os índios necessitam, embora a primeira seja a preferida por dar maior liberdade ao vendedor.

De acordo com o tempo que permaneceu na mata - regulado este também pelo término da reserva de farinha, "acabou a farinha nós vem prá baixo outra vez, prá tornar a fazer farinha" - o extrator conseguiu uma quantidade que tende a variar de quatro a cinco arrobas, o que corresponde aproximadamente ao espaço de uma semana ou pouco mais, interferindo na produção, também, a habilidade de quem extrai. Um homem treinado, dependendo das circunstâncias, é capaz de conseguir cerca de uma arroba por dia.

Embora reconhecendo que a piaçava lhes permite um meio efetivo de troca e a possibilidade de inserção no mercado regional como detentor de um meio de produção, o Pataxó não a considera um bem economicamente muito compensador, pois, além do esforço físico exigido, importa em custos adicionais que reduzem o valor de troca para o extrator. O desgaste físico provém por se tratar de uma atividade "muito trabalhosa, porque não é só num lugar... o lugar que ela dá é muito carrasco, fechado, agreste, sarrado... lugar de tiririca, feto, essas coisa. Mais o lugar é sarrado, mais ela gosta..."; e os custos adicionais surgem em decorrência da falta ocasional do meio de transporte, o jegue, coisa que vai obrigar o extrator a alugá-lo por um ou dois dias, conforme a piaçava tenha sido retirada da capoeira mais próxima ou da mata. No segundo caso, um dia é utilizado no transporte da mata para a Aldeia, e outro, após a limpa, desta para Caraíva, pois, ainda que se efetue a limpa do local da extração, o tempo necessário para cobrir a longa distância da mata da Varijeira até a Aldeia não permite que os dois trajetos fossem cobertos num único dia. Como o aluguel de um jegue equivale a Cr\$ 15,00 por dia, e sendo

dois os dias requeridos, o extrator que não possui animais de verã, mais que os outros, se esforçar por obter maior quantidade, que lhe possibilite um rendimento proporcional ao trabalho e dinheiro globalmente envolvidos.

Ocupação predominantemente exercida por homens, a extração não pode, todavia, ser definida como atividade masculina, pois também é realizada por mulheres. Estas, embora hoje em pequeno número, são conhecidas no grupo por sua destreza, o que as torna grandes competidoras dos homens. Da mesma forma que estes, só praticam a extração para atender a necessidades do grupo doméstico, o que se lhes afigura como alternativa bem mais atraente do que seria, por exemplo, o assalariamento nas fazendas, pela própria perda de autonomia que este envolve e que não ocorre no primeiro caso.

5.8. COMÉRCIO

O comércio exercido através de "vendas" permanentes e organizadas num cômodo específico de certas moradias, é atividade de muito recente na Aldeia, datando seu início de, aproximadamente, dois anos atrás. A primeira experiência de instalação de um pequeno ponto de vendas foi de um índio que, tendo conseguido reunir alguma quantia em dinheiro, imaginou aumentá-la, aplicando-a. Até essa época, as compras eram realizadas regularmente em Caraíva, distante 6 km, o que obrigava as pessoas a se deslocarem com certa frequência, pois dispostas de quantidades mínimas de moeda, não podiam comprar para armazenar por certo período. Aproveitando-se dessa circunstância, dentro de um curto intervalo o empreendimento mostrou-se rentável, animando seu proprietário a aumentar o investimento, diversificando o estoque com a criação de novas necessidades de consumo. Transformado dentro de algum tempo numa pessoa próspera, passou a consumir com certa ostentação e a adotar hábitos sem correspondência no local, negligenciando o trabalho na roça e pagando mão-de-obra, externa ao grupo doméstico, para que se encarregasse do seu plantio e dos cuidados posteriores. Encontrando no mercado regional facilidades de crédito, ampliou progressivamente o estoque, em quantidade e variedade, recebendo apoio material da Delegacia Regional da FUNAI, que tinha nessa época um índio à sua frente. A ordem recebida pelo dono da venda e partida daquele Delegado, para que atendessem às despesas de todos os trabalhadores envolvidos na construção de um frigorífico pago pelo órgão de assistência,

levou-o à perda de todo o esforço e dinheiro empregados. O descontrolado fornecimento, não apenas de bens de consumo direto, como também de uma série de outros, como colchões, sapatos e roupas, provocando nos trabalhadores o gosto pelo consumo supérfluo e pelo desperdício, seguido do não cumprimento dos compromissos assumidos pelo Delegado; em virtude de seu afastamento do órgão indigenista, implicou no fechamento da "venda" e no endividamento do proprietário, que nada conseguiu reaver do crédito que fora aberto, e andara às voltas de Cr\$15.000,00.

Seu exemplo - no que teve de sucesso - deve ter impressionado a outros, desejosos de uma alternativa de ganhar dinheiro além daquelas já conhecidas, pois dentro em pouco o comércio foi novamente dinamizado; à abertura de uma nova "venda", seguiram-se as de outras, existindo dez na época do nosso trabalho de campo, posteriormente reduzidas para nove, sem contar com as experiências isoladas e não regulares de um pequeno número de unidades econômicas que revendem produtos em pequenas quantidades, encarregando-se um dos membros do grupo doméstico de expor a mercadoria numa mesa e atender os possíveis fregueses. Embora o homem esteja mais comumente ligado ao comércio, eventualmente a mulher e os filhos podem substituí-lo quando está ausente, embora isso só ocorra de raro em raro. Nos casos em que se combina a "venda" com a roça como elemento complementar, é a esta última que mulher e filhos mais se dedicam, deixando o comércio a cargo do homem, o mesmo acontecendo quando é artesanato que o vem complementar. Observa-se, porém, que estas atividades complementares são exercidas com menor regularidade e intensidade, tudo fazendo crer que isso se deva ao fato de o comércio garantir com regularidade

ao grupo doméstico o atendimento dos seus requisitos alimentares, situação que já constitui um indicador de maior independência do grupo doméstico vinculado à atividade comercial, ou, em termos mais amplos, deste mesmo nível ocupacional frente aos demais. Dispondo de mercadorias e de uma certa soma em dinheiro, a unidade econômica de comércio, menos sujeita do que as outras já analisadas, como vimos, às oscilações do ambiente, goza no interior do sistema de uma situação mais estável, que se reflete no desempenho dos membros que compõem o seu grupo doméstico, menos comprometidos que os demais no esforço pela aquisição do alimento diário.

Dos vendedores existentes, somente dois dominam um pouco de leitura e escrita, sendo, portanto, capazes, ainda que com dificuldade, de efetuar a pequena contabilidade de seus negócios e tê-la registrada. A maioria, contudo, só sabe contar até cem, reconhecendo dinheiro com facilidade, realizando pequenas operações, porém não registrando por escrito as vendas que têm lugar pelo sistema de crédito, nem tampouco os preços pelos quais são adquiridas as mercadorias no mercado regional. Tais limitações, porém, longe de constituírem impedimento ao eficiente desempenho do comércio, levam ao maior desenvolvimento de outras capacidades que os indivíduos possuem, e que, uma vez postas em prática, diminuem os riscos de insucesso. Nos casos em análise, uma grande agilidade mental, associada à capacidade de criar alternativas que se ajustem às suas necessidades e que funcionem com a mesma operacionalidade, compensam as deficiências ou limitações existentes. Assim é que a memória consegue armazenar todas as vendas efetuadas, com as respectivas quantidades e preços, prontamente enunciadas

sob qualquer solicitação; enquanto que a impossibilidade de computar grandes somas, que exigiriam contagens ultrapassando a casa das centenas, podem ser abreviadas fazendo as operações com subtotaís até cem, reunidos posteriormente num só conjunto. Dessa forma um vendeiro conseguiu, por seus próprios esforços, fornecer-nos o montante das vendas a crédito, assinando no balcão de madeira com um risco todos os subtotaís de cem que fora capaz de somar, e de operar com eles para chegar ao resultado final.

O grupo tem uma opinião mais ou menos formada sobre o aparecimento das "vendas" e as motivações que elas refletiriam, assim como sobre sua importância no interior do subsistema, como podemos conferir no depoimento que se segue:

"de uma parte melhorou prá nós. Se é de nós sair daqui e ir a Caraíva, já tem aqui. Esse dinheirozinho fica aqui em nossa aldeia, fica fazendo aqui nosso movimentozinho; já livrou nós dar essa viajada e desapertou nós no negócio que nós ía comprar. E sobre a vendinha, ele olhou assim... e maneirou mais uma coisinha prá eu também. Quer dizer que a roça é boa... mas a roça, o camarada não entrou de razão, ele se escusa dela mesmo. Porque a roça não é todo dia que o camarada tem o mangu'tsi [comida] prá ir com a barriguinha cheia. Então, quer dizer... eu tenho minha bodeguinha aqui, vamo vendendo café, açúcar... e botando o dinheiro na mala. Quer dizer que o dono achou que maneirou um pouco prá ele, e descansou dele tá quebrando o corpo dele na roça".

Isso parece estar de acordo com o próprio pensamento dos vendeiros, assim expresso:

"resolvi botar prá ver se ajuda... acho que está dando, estou comendo, não tou em falta. Hoje o que a gente arranja prá comer, está bem";

"resolvi botar prá ver se melhorava a situação ... melhorou mais um pouquinho",

ou, ainda,

"porque o problema é este... prá gente arranjar um mangu'tši mais fácil. Consegue sim".

Desse modo, a obtenção da alimentação de um modo mais fácil constitui a motivação principal para a existência de um pequeno comércio, tal constatação implicando em considerar que "o modo mais fácil" corresponde à possibilidade de dispor de dinheiro e poder retirar pequenas quantias para aquisição de alimento - peixe, carne-de-porco, farinha, etc. - sem que seja necessário depender, como muitos outros, do mangue, ou de alguma troca nem sempre realizada conforme os interesses. Isso nos põe diante da própria insuficiência ou parcial insuficiência do subsistema econômico, provocada pela ausência de um mercado para o qual possam se orientar os produtores, não só artesãos, mas também e principalmente agricultores, que compõem o maior contingente demográfico, e que se vêem circunscritos aos limites da reserva, que tem pequena capacidade de absorção por causa de sua estrutura quase fechada; e fechada em razão de seu isolamento geográfico e de todos os outros fatores já antes analisados. Nesse caso, talvez pudéssemos levantar a hipótese de que a organização das relações sociais, sensivelmente marcadas pela influência da sociedade regional, está cada vez mais a exigir alterações na organização das forças produtivas, de modo a se assegurar a possibilidade de circulação

externa, sob pena de surgirem forças capazes de causar contradições internas a nível das relações de produção. Se a hipótese for aceitável, estaremos diante de um pequeno subsistema econômico em vias de esgotar ou já tendo esgotado sua capacidade de expansão autogerada, expansão entendida aqui como a capacidade potencial de manter e reproduzir o subsistema através do modo de produção adotado e, mediante o trabalho da sua população economicamente ativa. Com isso não queremos fazer crer que, apesar das limitações, o subsistema não tem mais condições de se reproduzir, mas tão somente que, com a difusão ate ao grupo de um conjunto de valores que agem como modificadores do nível de necessidades, criaram-se expectativas em geral não satisfeitas, que, tendem a estimular insatisfação, e a adoção de alternativas econômicas que atendam àquelas necesidades. A partir daí, passam a ocorrer certos indicadores, se bem que incipientes, de assimetrias que podem gerar contradições. Por outro lado, a própria existência do comércio e o grande número de "vendas", provocando na maioria das vezes desinteresse pelo trabalho agrícola, já representa a tentativa de buscar, dentro do subsistema, formas novas de atuação econômica.

Os cinco principais vendedores, cuja importância é definida em função do tempo que têm como possuidores de "vendas", possuem histórias pouco diferentes. Um deles, que se autodenomina Caramuru Ianfô, depois de ter levado certo tempo em constante migração, resolveu fixar-se em Una¹⁰⁵, apossando-se de uma área da mata, "mata pura, mata devoluta", onde plantou dez tarefas de cacau, quatro mil pés de seringueira, área para pasto, laranja e banana, além de mandioca, numa superfície de

20 ha que trabalhou "sozinho, com a foice e a coragem". Tendo essa posse sido iniciada em 1972, permaneceu no local até quando foi pressionado para sair, pois a terra já estava registrada em nome de outra pessoa, que a vendera. Recebeu indenização de Cr\$ 9.500,00, e transferiu-se para a Aldeia. O segundo, Pataxó que residiu fora por longo tempo, tinha uma roça que vendeu para retornar à Aldeia obtendo com a venda Cr\$ 30.000,00, que aplicou na compra de outra roça no rio de Porto Seguro, esta com 22 ha e só 0,72 ha de "aberta", ou seja, de derrubada e queimada, sendo o resto mata "mata virgem que está parada, é um fundo de reserva. A gente tá aqui trabalhando e tem um ponto lá, não se dando bem num canto já tem a roça lá". Tendo aquela roça custado Cr\$ 2.300,00, ficou com um bom saldo que aplicou de vários modos - aquisição de animais, compra de casa, casamento e empréstimos a amigos -, destinando também pequena parte ao investimento na "venda". O terceiro, índio Pataxó que sempre morou, juntamente com pais e irmãos, fora da reserva, possui ali uma propriedade com 115 ha, originalmente "mata do Estado, não ocupava ninguém aí, era mata toda do Estado. Tirei a posse em 1958 e declarei na prefeitura tá com dois anos, já pagando o tempo atrás. Tenho o papel da terra". Seu pai, um velho de setenta e poucos anos também há pouco chegou à Aldeia, possui outra propriedade com 316 ha, também fora da Reserva e obtida da mesma forma. Um problema de caráter judicial em que estiveram envolvidos - um contrato com dois "civilizados", para exploração de madeira nas duas propriedades, que, segundo depoimento dos índios, não teria sido cumprido, "conforme tinha sido tratado bocalmente, pois no papel tava escrito tudo diferente" - trouxe-os à reserva, em procura de proteção

do Posto Indígena, pois "a gente já era fichado aqui mas não tinha certa explicação". Numa tentativa de estabelecer maior interação com a população da Aldeia, reticente quanto aos seus propósitos, embora confirmando sua identidade, construíram casas no local, abrindo um deles uma "venda" e desde então vivendo entre a Aldeia e aquela propriedade, que lhe fica próxima. Dos cinco vendeiros mais antigos, os dois últimos, sempre residiram na reserva, só dela se ausentando nos períodos de crise coletiva, vivendo da agricultura que hoje combinam com o comércio. Se incluirmos os quatro surgidos por último, veremos que três deles combinam o comércio à agricultura; e o quarto, aquela ocupação e o artesanato.

O capital empregado nas primeiras compras que darão início às "vendas" é em geral pequeno e obtido com esforço, principalmente no caso dos que, residentes na Aldeia, não têm qualquer experiência que lhes facilite reunir, de uma só vez, grande soma de dinheiro. Desse modo, enquanto os três primeiros que tinham propriedade fora da reserva começaram respectivamente com Cr\$ 1.500,00, Cr\$ 1.400,00, e Cr\$ 700,00, os demais (2 já existentes e referidos acima e mais quatro novos vendeiros) assim deram início ao empreendimento: um com Cr\$ 520,00 obtidos da roça e num primeiro momento empregados na compra e criação de porcos e galinhas e na construção de uma casa, convertidos depois em dinheiro utilizado no comércio; outro com Cr\$ 100,00 procedente do abate de um porco e venda da carne que, reunidos aos Cr\$ 50,00 que seu pai lhe fornecera em mercadoria, servira para abertura do negócio; o seguinte, através da venda de um porco de duas arrobas que rendeu cr\$ 220,00 totalmente empregados na compra de mercadorias, através da venda de

artesanato - arcos e colares, estes últimos em maior quantidade - reuniu Cr\$ 1.250,00 que também aplicou inteiramente no comércio; outro também com a venda de porcos obteve Cr\$ 700,00, capital primeiramente empregado; e o nono com Cr\$ 1.500,00 fornecidos pela mãe que os obteve da venda de uma área de terra. Mais adiante veremos o rendimento desse capital durante o seu tempo de aplicação.

Embora a maioria desses pequenos comerciantes não tivessem anteriormente prática de negócios, muitos deles, não sabendo ler e escrever, conhecendo pouco a numeração decimal e fazendo contas com igual ou maior dificuldade, são capazes de discutir sobre preços, valor de mercadorias, custos e lucros, definindo claramente os vários conceitos:

"Lucro é a renda do total que empregou. O cálculo é feito pelo preço da mercadoria; por exemplo, o sabão, compro a dez e vendo a onze cruzeiros, o lucro foi de um cruzeiro; mas não é livre, é dividido com as despesas de estrada, no transporte, e um dia ou dois que a gente gastou com a mercadoria";

"pelo preço que compro na rua posso tirar o preço prá vender; por exemplo, se compro lá a 2,50 vendo aqui a 3,50, a diferença é o ganho que tou tendo, calculado pelas despesa, pela viagem e o dia que gastei. Agora, tem umas mercadoria que dá prá tirar mais e outras de menos";

"as mercadoria que eu comprar por um preço de oito cruzeiros só posso botar o preço de mais, porque tem meu trabalho, perdi um, dois, ou três dia e naquele total é preciso que eu tire minha produção dali. Só posso fazer esse acordo assim. Tanto de um arroz, de uma lata de

querosene tenho que tirar a conclusão pra defender o meu serviço, tirar meu lucro".

As compras são realizadas em cidades e povoados mais ou menos próximos, e só nos casos em que determinada mercadoria se esgota antes do prazo previsto, não justificando pois uma viagem a maiores distâncias, se preenche a falta comprando em Caraíva, a uma hora e meia de caminhada da Aldeia, pela praia. No entanto, isso só ocorre quando se trata de algo com muita demanda, pois os preços em Caraíva são altos, por realizarem seus comerciantes as compras nos mesmos locais que os Pataxó, do que resulta, para estes, uma margem inferior, em relação à que costumam obter, de diferença entre os preços de custo e de venda daqueles bens. Os locais mais procurados para compras são Monte Pascoal, povoado localizado a 60 km da reserva e "comércio" que lhe fica mais próximo, e Itamaraju, cidade da Micro-Região Interiorana do Extremo Sul (V. mapas II e III) alcançada através de um caminho que passa pelo "Pé-da-Pedra" do Monte Pascoal, a 42 km pela mata, e daí pela BR 101 àquela cidade. As viagens tendem a se tornar mais demoradas devido ainda mais, necessários para o transporte da mercadoria; quando vão a Itamaraju, os jegues são deixados no "Pé-da-Pedra", ao cuidado dos índios que por ali residem, enquanto os vendedores prosseguem. Levam-se dois dias para ir e voltar ao povoado de Monte Pascoal, e três dias quando o destino é Itamaraju; tanto num caso como no outro é costume levar comida suficiente para todo o percurso, medida esta que visa a redução dos custos, pois há gastos que são inevitáveis, como o transporte ida e volta de ônibus a Itamaraju, que custa Cr\$ 8,00. Há ocasiões em que o retorno é feito de táxi, e isto quando as compras são muitas

e há problemas na sua condução. O percurso, sai por Cr\$ 60,00, e é sempre dividido com alguém da Aldeia, ou com um comerciante do "Pê-da-Pedra". Acrescentando-se para os que não os possuem a despesa com o aluguel de animais - a Cr\$ 20,00 por cabeça -, dos quais via de regra são necessários dois, e mais uma pequena quantia para comida, pois acontece acabar a provisão no meio da viagem e ser preciso complementá-la, o valor das mercadorias fica onerado com mais uns Cr\$ 100,00, nos casos em que as aquisições são feitas em Itamaraju e o vendeiro não é dono de animais.

De preferência, fazem o abastecimento quinzenalmente, e o negociante costuma ter parceiros constantes, o que lhe assegura crédito para retirar a mercadoria e saldar a dívida em duas vezes. Por possuir um capital de circulação muito pequeno, compra com cautela e sempre o mesmo tipo de mercadoria, que, por ser indispensável, tem consumidores garantidos; de quando em vez, porém, introduz mercadorias novas, supérfluas, para suscitar a curiosidade da freguesia e criar o hábito de seu uso, do que são exemplo os chicletes e refrigerantes. O sistema de crédito funciona em todas as "vendas", regulando-se pelas disponibilidades das unidades de produção, sem que esse crédito leve a acréscimos nos preços das mercadorias; no dia estabelecido para completar a transação, o vendeiro espera que o comprador se apresente com o dinheiro, ou, na falta deste, com uma mercadoria que seja comercializável e tenha valor equivalente. Quando essas expectativas não são preenchidas, estipula-se novo prazo, e muitas vezes, antes do primeiro débito ser saldado pelo consumidor, abre-se novo crédito nos mesmos termos, gerando-se assim, freqüentemente, uma cadeia

de débitos que se avolumam, atingindo somas notáveis em relação à capacidade do comprador. Nesses casos, algumas vezes é necessário o abate de um porco, ou a realização de uma transação comercial que envolva retorno em dinheiro, ou ainda a execução de uma tarefa adicional que permita a obtenção de dinheiro e o cumprimento do compromisso. A esse sistema de crédito se atribuem as perdas ocasionais, pois, conforme reclamações generalizadas, invariavelmente as longas demoras se transformam em perdas definitivas que ameaçam tornar insolvente o empreendimento. Entretanto, o crédito continua existindo, e, como acentuam os comerciantes, enquanto uns poucos não pagam, a maioria paga, ainda que com grande atraso.

Os dias de maior movimento comercial são sábado e domingo, justamente os do descanso semanal da maioria, que não trabalha nas tardes do sábado, nem exerce outra atividade no domingo senão a coleta no mangue, quando não há outra fonte de alimento. Nesses dias também a população da "área do Parque" desce para a Aldeia e realiza sua provisão da semana, aumentando o volume de vendas. As mercadorias de maior demanda são o açúcar, café, fumo, querosene, sabão e cigarros, embora, como observam os negociantes, "de tudo compram, mas umas mercadoria é bem mais pouco e mais demorado". O estoque de uma "venda" Pataxó compõe-se das mercadorias que, arroladas no Quadro 12 constituem o estoque básico e encontrado em todas as casas comerciais.

Uma "venda" que tivesse em seu estoque só essas mercadorias, apresentaria uma diferença total entre o preço de custo e o de revenda da ordem de Cr\$ 640,50, o que, diminuídos os Cr\$ 100,00 relativos aos gastos com viagem e alimentação, daria

ESTOQUE BÁSICO TOTAL DAS VENDAS PATAXÓ

Quadro 12

MERCADORIAS	QUANTIDADES COMPRADAS	PREÇO DE COMPRA Cr\$/UNIDADE-ATACADO	PREÇO DE VENDA Cr\$/UNIDADE-VAREJO	DIFERENÇA GANHA SO- BRE TOTAL COMPRADO
Sal	2 sacos (1 saco=30 pacotes de 1 kg)	35,00/saco	1,70/kg	32,00
Querosene	3 latas (17 l em média)	45,00/lata	4,50/litro	106,50
Fumo	2 kg	40,00/kg	1,00/pedaço	50,00
Sabão	2 cx (1 cx.=20 kg)	100,00/caixa	10,00/kg	200,00
Café em grão ...	1 arroba	450,00/arroba	35,00/kg	75,00
Óleo p/ comida..	10 latas	9,00/lata	12,00/lata	30,00
Café em pacote..	5 kg	35,00/kg	42,00/kg	30,00
Fubá-de-milho ..	10 kg	4,80/kg	5,00/kg	2,00
Fósforos	1 pac.gd. (20 pac. de 10 cx.)	35,00/pac. gd.	0,50/cx.	65,00
Papel-de-cigarro..	60 pac. peq.	28,80/pac. gd.	1,00/pac. peq.	31,20
Balas-doce	6 kg	10,00/kg	1,00/8 balas	24,00
Bolachas	10 kg	6,00/kg	1,00/5 bolachas	40,00
Arroz	20 kg	6,00/kg	7,00/kg	30,00
Açúcar	1 saco (60 kg)	4,00/kg	5,00/kg	60,00
Cigarros				
Continental	3 pac.	50,00/pac.	8,00/carteira	90,00
Hollywood	2 pac.	53,00/pac.	9,00/carteira	74,00
Linha	1 cx. (40 novelos)	20,00/cx.	1,00/novelo	20,00

uma vantagem - ou lucro potencial - de Cr\$ 540,50 aos vendedores que tivessem efetuado esse total de compras, nessa quantidade e observando os preços registrados. Todavia, há sempre a possibilidade de conseguir margem maior, a depender da quantidade de compras, assim como a de se dar o inverso, se incluirmos as perdas com as vendas a crédito.

No entanto, rara é, hoje, a "venda" pataxó que se limita a esse estoque básico, por efeito de crescente criação e ingresso de novas necessidades e produtos, como os enumerados no Quadro 13.

Supondo-se que mercadorias do Quadro tenham também sido adquiridas, representariam uma diferença positiva, um pequeno lucro, da ordem de Cr\$ 554,00, que, somado ao alcançado com os produtos básicos, faria o lucro global do comerciante subir, potencialmente, para Cr\$ 1.094,50, desde que isso não implicasse em novos custos. Tomando só o primeiro estoque de mercadorias, por ser o básico, veremos que apresenta um "lucro" de 39% sobre o total de custos, e que corresponde tão somente à diferença de preços de custo e de venda, deduzidos que foram os gastos com transporte e alimentação, uma vez que estes podem ser considerados, de modo genérico, como os únicos efetuados pelo vendedor em função de seu negócio. Da mesma forma que em outros cálculos antes realizados, também aqui não consideramos o pagamento da mão-de-obra envolvida no processo de comercialização - geralmente o chefe de grupo doméstico, sozinho ou auxiliado eventualmente pela mulher, ou por um filho. Levamos também em conta que a diferença positiva que seu dono consegue retirar da "venda" equivale, em termos, a um salário que permite manter e reproduzir tanto a sua força-de-trabalho

Quadro 13 ESTOQUE DE MERCADORIAS COMPLEMENTARES DE INTRODUÇÃO RECENTE

MERCADORIAS	QUANTIDADES COMPRADAS	PREÇO DE COMPRA Cr\$/UNIDADE-ATACADO	PREÇO DE VENDA Cr\$/UNIDADE-VAREJO	DIFERENÇA GANHA SO- BRE TOTAL COMPRADO
Macarrão	6 pac. (de 1/2 kg)	3,00/pac.	6,00/pac.	18,00
Chiclete	6 cx. (1 cx. = 150 unid.)	10,00/cx.	1,00/unid.	90,00
Cebola	1 kg	24,00/kg	1,50/cebola	4,00
Pasta Dental	1 dúzia	22,00/dúzia	3,00/unid.	14,00
Bombril	1 pac.	20,00/pac.	0,50/unid.	20,00
QSuco	1 cx.	18,00/cx.	0,70/unid.	10,00
Sabonete	1 dúzia	25,00/dúzia	4,00/unid.	23,00
Guaraná	2 cx.	190,00/cx.	5,00/lata	50,00
Foguete	5 cx. (1 cx. = 12 unid.)	12,00/cx.	18,00/cx.	30,00
Caneta esf.	1 cx. (1 cx. = 11 unid.)	40,00/cx.	5,00/unid.	15,00
Sardinha	1 dúzia de latas	30,00/dúzia	5,00/lata	30,00
Vela	10 pac. (1 pac. = 10 unid.)	4,00/pac.	0,70/unid.	30,00
Perfume	1 estojo (12 frs.)	20,00/estojo	2,50/frs.	10,00
Alumínio	30 panelas	18,00/unid.	28,00/unid.	210,00

quanto a de seu grupo doméstico.

O acompanhamento contínuo, pelo registro diário que realizamos, nas cinco "vendas" que têm maior tempo de duração será apresentado nos Quadros 14 e 15; com esse registro tentamos, durante um mes, controlar dia a dia seu movimento, incluindo a quantidade de trocas, as vendas a crédito e a dinheiro, as retiradas para o consumo da família do dono, e as compras de mercadorias efetuadas para manter o estoque. Em relação às trocas, também aqui as convertemos a valores monetários, exigidos para aumentar a exatidão desse cálculo que, apesar de tudo, deve ser visto como aproximado. Ele será apresentado de forma simplificada, reduzidos todos os registros diários a uma soma dos totais mensais, o que de certa forma, desfigura o quadro, não dando a exata medida das contínuas oscilações do movimento comercial.

Comparando-se o dinheiro que entrou durante um mes com o capital inicialmente investido em mercadorias, verificamos que, para o primeiro dos cinco vendeiros mais antigos, entraram Cr\$ 1.658,00 contra os Cr\$ 1.500,00 daquele investimento; para o segundo, Cr\$ 1.979,00 contra Cr\$ 700,00; para o terceiro, Cr\$ 2.876,85 contra Cr\$ 1.400,00; para o quarto, Cr\$ 1.441,70 contra Cr\$ 100,00; e para o quinto, finalmente, Cr\$ 3.831,80 contra Cr\$ 520,00. E ainda que essas entradas foram, sempre, superiores às saídas destinadas à renovação dos estoques.

Mesmo levando em conta que esse capital que circulou não constitui o capital total, não incluindo o valor das mercadorias ainda estocadas e os débitos anteriores ainda não saldados pelos compradores - e que variariam, segundo informações dos vendeiros, de um mínimo de Cr\$ 300,00 a um máximo de Cr\$ 600,00

MOVIMENTO MENSAL DAS "VENDAS" PATAXÓ

Quadro 14

"VENDAS"	INVESTIMENTO INICIAL (em Cr\$)	E N T R A D A S			S A Í D A S	
		VENDAS (em Cr\$)		TROCAS DIRETAS (em Cr\$)	RETIRADA PARA CONSUMO (em Cr\$)	COMPRA DE MERCADORIAS (em Cr\$)
		A dinheiro	A crédito			
1	1.500,00	891,50	313,00	97,50	356,00	1.200,00
2	700,00	956,00	475,00	125,00	423,00	1.343,00
3	1.400,00	865,85	1.091,00	267,00	653,00	310,75
4	100,00	716,10	564,00	53,00	108,20	1.345,00
5	520,00	1.829,20	1.201,70	205,00	595,90	2.505,95

a Cr\$ 1.000,00 -, como dado ele serve para testar parcialmente a rentabilidade do comércio Pataxó. Considerando o tempo de circulação desse capital - respectivamente 6, 4, 7, 12 e pouco mais de 12 meses - observa-se que ele aumentou para todos numa boa proporção, exceto para o primeiro, que só conseguiu aumentá-lo muito pouco. Desse modo, se quatro dentre um grupo de cinco obteve a reprodução com lucro do investimento inicial, parece, como afirmam os vendeiros, haver condições para considerar esse tipo de empreendimento bem sucedido economicamente, uma vez que "consequimo aumentar o capital e ter garantido o manguti'si todo dia". E, sem sombra de dúvida, na Aldeia de Barra Velha de hoje os vendeiros são reconhecidamente as pessoas que dispõem de maiores reservas em dinheiro, resultando direto de seu comércio, e também as que são capazes de efetuar transações que não estão ao alcance do resto da população, o que lhes tem valido crescente prestígio, assim como gerado atração pela atividade que desenvolvem.

5.9. ARTESANATO

Graças ao artesanato o Pataxó estabelece atualmente frequentes relações de mercado com a sociedade regional, marcando assim como produtor sua inserção no sistema mais amplo. Como substitutivo do trabalho assalariado, a manufatura de artesanato marcou uma mudança positiva para o grupo, na medida em que ele agora se apresenta ao mercado vendendo outra mercadoria que não a sua força-de-trabalho. Entretanto, e embora consciente do que dissemos, o Pataxó de maneira geral não se sente socialmente prestigiado ao vender artesanato, fazendo questão de declarar sempre que "a gente vende porque é obrigado pela necessidade", ao mesmo tempo que reconhece ser essa sua alternativa mais vantajosa, pois "não tem outra coisa prá ficar no lugar, a não ser trabalhar jornal". O constrangimento reinante talvez seja decorrente da prática de uma atividade não tradicional, por muitos exercida nos intervalos das ocupações centrais, e na maioria das vezes sem que haja espontânea tendência para ela. Além disso, o fato de ser vendido também por crianças, filhas dos índios residentes no "Pê-da-Pedra", que é o centro de sua comercialização, coloca-o a nível de atividade não apropriada para adultos, como este depoimento sugere: "eu mesmo de minha parte não vendo. Faço aquilo ali mas dou aos menino prá vender "na meia", e mesmo não vou. Porque eu tenho vergonha... chega um véio como eu, no meio de tanto menino, eu me escabreio..."

Embora confessem que os "antigos" sabiam fazer arcos, flechas e lanças, com eles não aprenderam: "então, quer dizer que

eu nunca vi eles fazer, mas eles me falava que tinha, o índio fazia. E era o valor do índio". Só começaram a feitura de objetos por volta de 1971. Orientados por funcionários do órgão de assistência, que chamaram a atenção para a existência virtual de mercado para essa atividade, passaram a aprender em livros e dentro em pouco quase toda a população para ela se voltava, atraída pela expectativa de obter moeda. Como se tratava de um produto novo, o mercado tendeu a absorver com certa amplitude a produção que era oferecida, incentivando maior número de pessoas a se dedicarem ao artesanato e a aumentar o tempo nele utilizado. Como consequência disso houve um afastamento das atividades até então exercidas, o que levou a alterações no subsistema, na medida em que certos papéis econômicos vitais deixaram de ser preenchidos, ou passaram a sê-lo com pequena intensidade, ameaçando o equilíbrio daquele pela relativa perturbação da divisão social do trabalho.

Depois de algum tempo e após certas experiências difíceis, durante as quais as próprias necessidades de consumo não eram satisfeitas, o grupo estava chegando à conclusão de que o artesanato deveria permanecer como uma atividade suplementar, ainda que de caráter permanente, uma vez que

"a roça, por exemplo, dá alimentação e o artesanato dá prá gente pegar o kaiam'ba prá comprar outras coisa que for precisa. Às vez acontece que a roça tá num ponto que as prantação não dá, então não dá prá cobrir as precisão, e o artesanato ajuda... agora a roça garante a alimentação, é mais importante".

Tendo isso em vista, o artesanato estava sendo encarado como

próprio para o tempo livre das ocupações centrais, "prás horas de folga, prá ajudar mais a gente..."

A produção artesanal, salvo nos poucos casos em que esta constitui ocupação mais importante do grupo doméstico, funciona como complementação ou extensão do trabalho da unidade social de produção principal - isto é, agrícola -, embora internamente se organize de modo diferente, observando uma mais precisa divisão social do trabalho, com uma produção artesanal masculina e outra feminina. Assim é que arcos, flechas, lanças, cocares, cintos, samburãs, tangas e objetos de madeira (game-las, pilões e panelas) são confeccionados pelos homens, enquanto colares, esteiras e chapéus o são pelas mulheres, divisão esta que reflete a maior habilidade no beneficiamento da matéria prima e critérios subjetivos sobre o que seria mais próprio para homem e mulher. Durante a semana, nos intervalos das tarefas que mais diretamente mantêm o grupo doméstico, o chefe e os filhos já iniciados como artesãos dedicam-se à feitura do material - especialmente arcos, flechas, lanças e cocares -, sentados em bancos ou no próprio chão, enquanto conversam entre si ou com pessoas que chegam. Cada um encarrega-se de sua produção, embora eventualmente possa haver uma colaboração interna com determinado detalhe sendo completado pela pessoa reconhecidamente mais habilidosa, ou sendo providenciada por outra, certa matéria prima indispensável que tenha terminado. Ela, em geral, é coletada ou extraída na véspera pelo grupo, e trazida para casa já tendo passado por um primeiro beneficiamento. Se a produção tende a ser individual, a matéria prima, mesmo no caso de ter ficado a cargo de um ou dois membros da família conseguiu-la, é de utilização comum, não

sofrendo qualquer tipo de divisão. As mulheres, ainda mais regularmente que os homens, fazem seus colares e esteiras, e ocasionalmente chapéus, tendo sempre em casa uma boa provisão de matéria prima, principalmente para confecção dos colares. O visitante que chega depara-se inevitavelmente com uma fileira de colares presa à parede, e com pequenas latas contendo os frutos que se prestam à sua confecção, periodicamente coletados na restinga, nos campos e na mata, ou colhidos nos quintais. Desde muito cedo as meninas aprendem a enfiar as pequenas frutas ("sereia", "pacari", "tento pequeno", "tento grande", "maui", "mata-passo", "tiririquinha", "café beirão", "salsinha", "coco de ouricouri", "luis caixeiro" e "milagre") em fibras vegetais, pois é graças aos colares que seus calçados e roupas são adquiridos. É comum encontrar mulheres e crianças nas portas das casas ou nos quintais, tendo ao lado pequeno fogo para aquecer o "espeto" com que perfuram as frutas, coisa que fazem durante longo tempo, até ser perfurado todo o estoque existente.

Depois de ter uma quantidade razoável de objetos em condições de venda, o grupo providencia a sua ida para mercado, quer através de um dos seus membros, quer através de algum com panheiro que se responsabiliza por isso. Embora sabendo que nesse último caso o montante em dinheiro será inferior àquele que um membro da própria família obteria, o material é assim mesmo entregue para vender, pois isso poupará a viagem a uma grande distância e o tempo exigido pela comercialização, principalmente nas ocasiões em que a saída, ainda que provisória, de um componente do grupo doméstico pode causar, por exemplo, prejuízos às atividades na roça. É comum determinadas pessoas,

geralmente aquelas mais acostumadas a fazer incursões no mercado regional deixarem a Aldeia com destino a Porto Seguro ou ao "Pé-da-Pedra" com uma grande quantidade de objetos às costas, incluindo os seus próprios e os de outros artesãos. Conquanto não haja qualquer acordo prévio relativo à participação no preço conseguido, ambas as partes - proprietário e vendedor - sabem que este último reterá para si pequena percentagem, que lhe é devida pela vendagem. Quando, porém, há essa possibilidade, o grupo doméstico encarrega-se dela, permanecendo um de seus componentes o tempo necessário no local onde comercia, embora procure ao máximo reduzir esse tempo, pois sabem que a maior permanência implicará no aumento dos custos totais. Como formas de evitar isso, levam merenda que garanta comida para o primeiro dia, e hospedam-se em casa de amigos ou parentes. Normalmente, o artesão já tem pontos fixos em que vende, como as pequenas lojas de Porto Seguro que recebem toda a mercadoria e pagam imediatamente, porém a preços baixos, o que muitas vezes desestimula a venda:

"se a gente topar um preço que a gente pode vender atacado e repor a diária dele, que ele fez, ele vende... se não vai vendendo de pouco a pouco. O que dá mais resultado é pegar e vender tudo de uma só vez. Fica livre daquela mercadoria... agora é mais vantagem vender um por um porque pega mais dinheiro. O atacadista compra por preço mais baixo porque precisa tirar o seu. O atacadista tira o dele da mercadoria. Precisa tirar, ganhar pelo menos o lucro. Lucro é a ... a pessoa vende aquela mercadoria pelo barato. A gente compra... tem que vender, tem que tirar aquele totalzinho, se vender pelo valor, não tira o seu dinheiro. A gente compra uma

mercadoria, às vez por quinhentos cruzeiros, tem que vender por seiscentos cruzeiros prá ficar com cem. Cem cruzeiros é seu lucro".

Em grande parte dos casos, contudo, mesmo sabendo que a venda individual a varejo significará maior possibilidade de receber pelo verdadeiro valor final da mercadoria, prefere-se procurar um só comprador pela rapidez da transação.

Como se pode constatar no depoimento acima, o artesão tem bastante domínio das noções de valor de mercadorias, e talvez mais do que qualquer outro produtor na reserva seja ele capaz de explicitar as regras do cálculo de produção. A sua amida-da presença no mercado regional contribuiu para a apreensão de certos mecanismos econômicos de ordem capitalista, necessários para situá-lo no contexto onde sua produção artesanal circula e na qual ele é o seu próprio agente comercial. Assim, nesse contexto, tende a raciocinar mediante um novo quadro de referência em que não estão presentes, pelo menos de forma explícita, a solidariedade e a generosidade valoradas na reserva, pois estando diante de "civilizados" que se guiam por lucro, ganhos e maximização do proveito pelos esforços dispendidos, passa a se orientar pelos mesmos critérios. Perguntado pelo que entendia da noção de preço, um artesão respondeu:

"o preço de um arco é pelo valor que ele é bem feito, pelo trabalho que ele vai feito, pelos dia que ele tem gastado... aí ele pode ter valor até de cem cruzeiros. O preço de um arco é o valor que ele merece pelos dia que tem gastado...".

Observa-se pela sua definição que ele não se refere aos custos

de produção em termos materiais, mas somente ao valor proveniente da habilidade - "pelo valor que ele é bem feito" - e ao valor derivado do tempo socialmente necessário à produção - "pelos dia que ele tem gastado" -, não fazendo incluir a matéria-prima, nem o instrumental. Isso se justifica pelo fato de que a matéria-prima constitui um bem natural acessível a todos e portanto sem valor de troca, e pelo de que a utilização do instrumento, que também se desgasta em outras atividades, não se caracteriza desse modo como utilização de instrumental específico. Na verdade, pois, os dois critérios determinantes de valor são aqueles assinalados pelos artesãos - habilidade e tempo de trabalho -, estando eles perfeitamente conscientes de que a matéria-prima, no processo de produção, incorpora valor, mas não tem valor no âmbito da reserva - "prá fazer o arco, por exemplo, não compro nada, chego lá e apanho" - e por ser assim não compõe os custos da mercadoria. A inclusão do tempo é também justificada do seguinte modo:

"a gente pensa por causo do tanto de hora que a gente passou ali ocupado prá fazer aquele artesanato, então se a gente vender por baixo preço tá passando a perna na gente. Um arco... às vez a gente pega seis horas, a gente faz ele todo, pega material na mata, beneficia... quer dizer que a gente marca o preço prá pagar o trabalho de apanhar o material e fazer o arco".

O preço de venda, que é fixado e calculado em relação àquele do conjunto de mercadorias de que o grupo doméstico necessita - sal, sabão, querosene, fósforo, e, ainda, roupas e cobertores - sempre é depreciado no mercado, sendo necessário um grande volume de objetos para atingir a quantia mínima que

permitirá o atendimento de parte das necessidades. Desse modo, o artesão não tem qualquer possibilidade de fazer prevalecer seu preço, salvo em ocasiões excepcionais, mas sofre toda a interferência e pressão dos mecanismos de mercado da sociedade regional, sendo por estes regulada a vendagem do que produz e é crescentemente desvalorizado face aos bens industrializados.

A melhor época para vendas é o verão, nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, quando o fluxo turístico na BR-101 e em Porto Seguro aumenta a demanda e facilita maior acesso a dinheiro. Durante esse período é intenso o tráfego de pessoas que saem da Aldeia em busca do mercado, na expectativa de compensar o longo período de baixa nas vendas. Se no resto do ano costumam sair de dois em dois meses, ou duas a três vezes ao mês, no caso dos mais persistentes, neste período a frequência aumenta para cinco a seis vezes mensais. Em alguns casos excepcionais todo o grupo doméstico se desloca para o local onde vende, e aí permanece até o fim da estação, quando o movimento tende a diminuir. Segundo nos informam dois chefes desses grupos domésticos, haviam saído da Aldeia "porque aqui as coisas tava ruim, a gente precisando de tu'pisai, tudo desprevenido...". Nos dias de maior venda, ela rende de Cr\$ 150,00 a Cr\$ 200,00 por dia, e nos de menor, cerca de Cr\$ 30,00, o que permite ao grupo doméstico reunir uma soma de dinheiro difícil de ser obtida por outros meios. Ao mesmo tempo que comercializam a produção, esta não se interrompe, pois tendo levado matéria-prima da Aldeia, homens e mulheres renovam o estoque, assegurando uma vendagem média. Caso haja uma saída superior à esperada e acabe de todo o estoque, o que é difícil de

ocorrer, um dos componentes da unidade de produção dirige-se à Aldeia para providenciar matéria-prima e comprar peças já prontas, a fim de que os negócios não sofram interrupção. Como os preços em vigor em Barra Velha são baixos, pode-se muitas vezes registrar o caso de se tornar mais lucrativa a compra de artesanato para revenda, do que sua própria manufatura pela unidade de produção, que, desse modo, fica livre para se dedicar exclusivamente ao comércio. Quando, porém, o grupo doméstico é grande, o bastante para poder haver uma divisão do trabalho, com determinadas pessoas encarregando-se mais regularmente da confecção e outras da venda, a compra para revenda torna-se desnecessária e antiprodutiva, na medida em que implicaria em manter mão-de-obra excedente ou pouco utilizada.

A figura do intermediário existe, ainda que em número limitado, e geralmente ligada à época de maior movimento das vendas. Nesse período, indivíduos há que procuram desvincular-se das atividades regulares, encarregando um companheiro do trabalho na roça, quando a têm, e se transferem provisoriamente para os centros de comércio com toda a família, ou apenas com alguns de seus membros. Nos dois casos de famílias de intermediários mais conhecidos no grupo, uma não possui qualquer componente masculino além do chefe do grupo, e a outra apenas o chefe e um filho adulto: o que talvez explique a sua situação como intermediários. A produção de colares é garantida, no segundo desses dois casos, por um grande contingente de mão-de-obra feminina, e a produção de arcos e outros objetos de execução masculina fica a cargo daqueles dois homens, dos quais, aliás, não se sabe o grau de destreza e habilidade na execução.

O trabalho masculino, normalmente menos produtivo que o feminino, produz ainda menos neste caso, pois, além de serem só dois os artesãos, um deles ou ambos acabam desviados para a comercialização. No primeiro caso, por outro lado, a baixa produção ocorre no artesanato masculino e feminino, pois os filhos existentes ainda não são economicamente produtivos. Isso nos leva a concluir que o intermediário surge principalmente como consequência das limitações da unidade de produção, em razão do menor contingente do grupo doméstico, ou de sua disponibilidade de mão-de-obra produtiva. Além disso, ele não se caracteriza como intermediário em seu sentido puro, mas como um intermediário-artesão, ou ainda como artesão que periodicamente funciona como intermediário. Comprando um colar a Cr\$ 1,00 ou Cr\$ 2,00, e um arco e flecha a Cr\$ 4,00 ou Cr\$ 5,00, o artesão-intermediário obtém uma margem positiva de diferença que não pode ser precisamente fixada, devido à oscilação constante de preços, mas que ele garante ser maior se se trata de arcos, lanças ou cocares. Isto é confirmado pelos artesãos:

"o artesanato que faz mais negócio é esse, porque acham mais bem feito, tem mais saída pra eles vender... então a gente capricha. Uma coisa que é inferior, é menos trabalho, quase não tem saída, é uma mercadoria mais fraca...".

Para esses artesãos, o lucro do intermediário é grande nas ocasiões de maior demanda, assegurando-nos que eles conseguem vender um colar por Cr\$ 10,00 e um arco por Cr\$ 20,00 ou Cr\$ 25,00. Isso parece colocar a questão da captação de um mais valor que o produtor poderia obter mas que em função da venda transfere

ao intermediário local, da mesma forma que o transferem ao intermediário externo, quando vendem por atacado aos donos das lojas. Ao alienar este mais valor deixam de conseguir aquele preço originalmente fixado, uma vez que o seu controle sobre a mercadoria se encerra na comercialização interna, e nesta é difícil obter um preço mais condizente com o tempo de trabalho que a mercadoria contém; como o "mais valor" é pouco provável de ser obtido nos limites da reserva, o intermediário destina a mercadoria comprada para o mercado regional, onde tentará fixar o preço em função do pequeno capital-dinheiro que adiantou, de um possível juro pela sua imobilização, e de uma parte correspondente ao seu desempenho como vendedor.

Não há casos registrados de artesãos que estabeleçam relações de troca direta com o mercado regional através de sua produção, afirmando grande número deles que

"não, nunca fiz troca fora. Só faço mesmo aqui. Nunca experimentei, só gosto de fazer rolo com os companheiro. Lá fora só faço vender, mesmo pelo barato. Não é vantagem trocar, porque fica rebaixada a mercadoria. É feito quem pega 1 litro de farinha e troca por caranguejo, quer dizer que aquela produção só serve mesmo prá comer...".

Na reserva, ao contrário, sempre que haja possibilidade de trocas diretas elas são feitas, porém quase que exclusivamente usando colares, produto que é aceito pelos vendeiros em troca de querosene, fósforo, sabão, e mesmo peixe e farinha, Desse modo, a provisão de colares que é quase sempre encontrada em toda casa Pataxó, substitui a moeda, pouco abundante, na aquisição das mercadorias citadas, dando ao contingente

feminino considerável peso econômico, uma vez que é graças aos colares que o grupo doméstico muitas vezes obtém o peixe ou a farinha que o alimentará.

5.10. TRABALHO ASSALARIADO

Do mesmo modo que a extração da piaçava não é presente-mente exercida com a mesma intensidade de antes, o trabalho assalariado também perdeu o seu caráter quase permanente, pas-sando a ser uma atividade complementar. A mudança de orienta-ção explica-se pela existência de uma alternativa econômica que preenche a mesma função - aquisição de moeda - e que per-mite ao produtor recuperar sua autonomia, tornando-se com is-so uma opção mais atraente que tende a ser preferida pela mai-oria da população. Assim é que um experiente trabalhador assa-lariado nos declarou que

"a gente não trabalha hoje como antes... antiga-mente saía prá trabalhar jornal porque tinha necessidade, a necessidade obrigava. E agora a gente sai também quando é obrigado, mas não sai como antes. O jornal hoje em dia não tá dan-do mais pru camarada comer, nem vestir. No lu-gar do jornal hoje tem o artesanato".

Dessa forma, foi o artesanato o substitutivo para o trabalho de "jornal" ou assalariado, o que torna o artesanato mais van-tajoso, em relação ao trabalho assalariado, é a preservação pelo produtor de grande parte de sua independência, com ausên-cia de vínculos diretos de subordinação extrema, o que vai im-portar no fortalecimento das unidades sociais de produção e do próprio subsistema econômico.

"Porque a pessoa que trabalha em jornal é cativo

dos outro... trabalha com chuva e sol prá poder comer e vestir. Então, vê que tem o direito de trabalhar na roça e tem as coisa da gente prá vender de hoje em diante, paremo de trabalhar jornal prus outro".

Um número bastante reduzido de chefes de grupo doméstico declarou nunca haver mantido relações empregatícias como assalariado, enquanto a maior parte respondeu afirmativamente, traçando um roteiro da sua experiência que, em alguns casos, quase equivalia a uma história de vida, dada a frequência com que elas ocorriam e o seu tempo de duração. Para tentarmos observar a perda de intensidade dessa forma de inserção econômica do Pataxô fora da reserva, procedemos ao levantamento das atividades desempenhadas como assalariado que cada chefe de grupo doméstico era capaz de lembrar e do seu número de vezes, e sempre que possível numa ordem cronológica. Os resultados a que chegamos, limitados apenas à população residente na Aldeia, foram os seguintes: dos 66 chefes, nove (14%) nunca se haviam assalariado, enquanto os 86% restantes apresentavam uma frequência individual que variava de uma a vinte e sete vezes, verificando-se a maior concentração (60%) na faixa de uma a cinco vezes. Em relação ao tipo de atividade praticada há uma variação de uma a nove atividades por indivíduo, tendo o maior número desenvolvido de uma a três atividades (56%), o que nos leva a concluir que o grupo dispõe de um quadro limitado de alternativas ocupacionais para se apresentar ao mercado de trabalho e ser por ele absorvido. O mesmo levantamento, aplicado aos 30 chefes de grupo doméstico da "área do Parque", revela que só um nunca trabalhou como assalariado e que os

demais já praticaram de uma a oito atividades, numa média de quatro vezes por trabalhador chefe de grupo doméstico, devendo-se levar em conta que sua duração, de cada vez, foi muito variável, havendo casos em que o emprego não ultrapassou uma semana. Por outro lado, havia aqueles que permaneciam na mesma fazenda por um longo tempo, de dois até oito anos, desempenhando um bom número de ocupações diversas. Na maioria dos casos, porém, a permanência durou só o tempo necessário para ganhar a soma em dinheiro que permitia a compra de roupa, de cobertor ou de calçado que motivara a saída da reserva.

As numerosas atividades nomeadas pelos índios foram classificadas em categorias mais amplas, sendo critério central da classificação realizada o tipo de ação desenvolvida pelo homem no ambiente e a sua resultante, um critério portanto essencialmente adaptativo. Oito amplas categorias foram estabelecidas, e são apresentadas na Tipologia I com todas as atividades concretas que abrangem.

Os 96 chefes de grupo doméstico da reserva tinham, portanto, até a época em que foi realizado o levantamento, sido assalariados para essas atividades, diferindo muito a frequência verificada de uma para outra - o que já serve como indicador da própria capacidade de utilização ou do grau de qualificação da força de trabalho, e das características do mercado - localizando-se a maior concentração, como se verá a seguir, na produção primária e, nesta, fundamentalmente nas várias etapas do cultivo do cacau¹⁰⁶.

Ao sair para trabalhar, o produtor deixa a mulher e os filhos encarregados de prover sua própria manutenção, pois ele só retornará ao fim do período imposto pelo ganho que procura,

TIPOLOGIA 1

Classificação das atividades exercidas
pelos Pataxó como assalariados
fora da Reserva

1. PRODUÇÃO PRIMÁRIA

Roçar Mata
 Brejo
 Capoeira
 Manga (pasto)
 Coqueiro
 Cacau

Derrubar Mata
 Brejo

Plantar Roça
 Mandioca
 Capim
 Coqueiro
 Cacau

Brocar mata

Esgotar brejo

Coroar coqueiro (=limpar a área em círculo à volta do coqueiro)

Capinar

Podar cacau

1.1. Produção Primária (atividades complementares)

Balizar cacau

Colher cacau

Embandeirar cacau (juntar em bandeiras ou montes o cacau colhido)

Quebrar cacau

Ensacar cacau

Arrancar mandioca

Quebrar milho

2. PRODUÇÃO SECUNDÁRIA

Trabalhar com gado

2.1. Produção Secundária (atividade complementar)

Apanhar mandioca para porco

3. PREDAÇÃO

Tirar madeira

4. CIRCULAÇÃO

Carrear cacau e madeira
Conduzir bois ("Boca de boi")
Balsear madeira

5. CONSTRUÇÃO

5.1. Agró-pecuária

Fazer cerca
Fazer chiqueiro

5.2. Habitacional

Construir casas

5.3. Viária

Abrir estradas
Trabalhar na rodovia
Abrir valas

6. TRANSFORMAÇÃO

Falquejar Dormentes
 Madeira

Serrar madeira

Tirar costaneiras (tábuas obtidas da extremidade exterior
ou interior de um tronco)

Cortar lenha

Alimentar fornalhas (Foguista)

Secar cacau

Ralar mandioca

Moer cana

7. MANUFATURAÇÃO

Carpinteiros ("Carpina")

Fazer foquetes

8. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Tomar conta de roça

Lavar roupa

Fazer pão (Ajudante de padeiro)

Vender no balcão (caixeiro)

Cozinhar (cozinheira)

Fazer barbas e cabelo (barbeiro)

Quadro 16

TRABALHO ASSALARIADO

EXER- CÍCIO	ATIVI- DADES	T I P O	FREQUÊNCIA
C O N C E N T R A D O		Produção Primária	174
		Produção Primária (atividade com- plementar).....	24
		Produção Secundária	2
		Produção Secundária (atividade com- plementar).....	1
		Predação	8
		Circulação	12
		Construção agro-pecuária	5
		Construção habitacional	1
		Construção viária	11
		Transformação	71
		Manufaturação	2
		Prestação de serviços	7
V A R I A D O		Produção Primária e Produção Pri- mária (1.1)...	37
		Produção Primária (1. e 1.1) e Circulação	12
		Produção Primária (1. e 1.1), Circulação e Transformação	2
		Produção Primária e Transformação ..	2
		Produção Primária e Predação	5
		Produção Primária e Construção agro-pecuária	2
		Produção Primária e Construção viária	1
		Produção Primária, Construção agro- pecuária e habitacional.	1
		Produção Primária (1.1) e Circu- lação ...	3
		Transformação e Circulação	3
		Produção Primária, Circulação e Construção agro-pecuária ...	1
		Predação e Circulação	1

e durante todo o tempo em que permanecer ausente não enviará qualquer ajuda em dinheiro ou alimentos, poupando, sempre, para a ocasião do retorno.

"A mulher tem que se aguentar por cá mesmo. Só traz quando vem de vez. Tem que aguentar do mangue, só vem despesa ou algum dinheirinho quando ele vem de vez para casa. Quando tem a roça vai fazendo farinha".

Em certas ocasiões, acontecia ir família junto, e então os seus membros adultos trabalhavam sem exceção, inclusive da mulher, desempenhando estas tarefas como colher, embandeirar e quebrar cacau, e correspondendo seu salário à metade do que era pago aos homens.

Se em épocas anteriores o trabalho assalariado era muito generalizado, atualmente ele tende a se restringir aos Pataxó mais jovens, que se sentem muito atraídos pela possibilidade de ter acesso a dinheiro. Estão constantemente participando de empreitadas que organizam dois índios - um residente na Aldeia e outro no povoado do "Pé do Monte" -, recebendo um salário de Cr\$ 26,00 do qual terão que retirar semanalmente uma parte para comprar a "despesa". Enquanto estivemos em campo registramos a saída de vinte pessoas para o trabalho assalariado, quatorze das quais eram jovens, sendo essa, para alguns, a primeira experiência do gênero. Quando interrogados sobre os motivos que os levavam a ir, em geral declaravam querer "arranjar um dinheirinho prá comprar uma roupa", ou "eu saí porque estava devendo um pouco de dinheiro e o que ganhava aqui não dava prá pagar. E mesmo na falta de alguma roupa, algum negócio, a gente sai. Porque lá fora a gente compra

mais fácil". Ao mesmo tempo admitiam que "trabalhar para os outros não é boa coisa, a gente sai porque é o jeito. O bom é a gente trabalhar prá gente mesmo".

O salário é recebido no fim de cada semana, aos sábados, e de posse dele o trabalhador se dirige ao comércio mais próximo para realizar as compras de que precisa. Todos procuram restringir ao máximo o dinheiro a ser gasto na feira, pois só assim o saldo, ao final do trabalho, permitirá atender aos motivos imediatos que a este originaram, assegurando, também, a volta para a reserva com alguma quantia que possa ser aplicada na aquisição de alimentos para o grupo doméstico. As compras semanais para manutenção do trabalhador limitam-se basicamente, a 1 kg de carne, 1 l de feijão, 250 g de café, 1 kg de açúcar, 5 l de farinha, 2 caixas de fósforos, 100 g de fumo e papel de cigarro, importando, tudo, aproximadamente, em Cr\$ 50,00. Por este cálculo, cada trabalhador consegue poupar a cada semana Cr\$ 66,00, ou seja, Cr\$ 260,00 num mês. Nas entrevistas que realizamos, procuramos investigar o destino que se dava ao saldo final em dinheiro, tendo chegado às seguintes conclusões: num primeiro caso, tratava-se de uma pessoa jovem que trabalhara quase dois meses, conseguindo comprar duas calças (Cr\$ 145,00), duas camisas (Cr\$ 111,00), um cobertor (Cr\$ 70,00) e um calçado (Cr\$ 40,00), num total de Cr\$ 366,00, tendo ainda levado para a reserva Cr\$ 150,00; num segundo, todo o dinheiro ganho foi utilizado no pagamento de uma dívida de Cr\$ 100,00 e na compra de várias mercadorias para o grupo doméstico; num terceiro, na aquisição de roupas; num quarto, em gastos em alimentos e o conserto de um rádio; e, finalmente, no último caso registrado, em roupas, um cobertor e um facão.

De maneira geral, e salvo alguns casos isolados, os índios não se sentem discriminados, em grande parte talvez pelo fato de trabalharem em grupo, afastando assim as possibilidades de manifestação de atitudes diretamente ofensivas. Isso não significa, contudo, que não ocorram situações constrangedoras, e que o índio não se sinta socialmente inferior frente ao branco, pois, como muitos afirmam, "no trabalho o branco leva vantagem... porque tem boa carteira, bons documento e não se sujeita a certos trabalho. Os índio é que tão se arrebatando, debaixo de chuva e com fome...". Os salários que lhes são pagos são os mesmos que os dos brancos, e a maioria costuma declarar que se sente mais discriminada fora das fazendas, pois "aí fora encontramos gente que fala de caboclo, anarquiza... caboclo é vadio, preguiçoso, sô sabe pegar o samburá e ir pru mangue tirar caranguejo". Em determinadas situações, observam-se certas contradições nos próprios depoimentos dos índios, pois enquanto uns negam a discriminação, outros afirmam a sua existência no plano mais amplo das relações sociais com brancos, e principalmente brancos que estando na mesma situação de trabalhadores, tendem a diferenciar os índios, vendo-os sob a imagem do "caboclo", "preguiçoso, incapaz, desonesto". Um Pataxó ao qual nos referimos anteriormente, que é facilmente identificado como negro devido às suas características físicas, e que se autodenomina "índio preto", em duas oportunidades interpelou energicamente índios que afirmavam não existir hoje, com a mesma intensidade que antes, discriminação pela sua condição de índios. Sendo um dos poucos chefes de grupo doméstico que se assalaria, através da modalidade chamada "empreita", tem larga experiência no trato com

regionais, e afirmou que em muitas ocasiões testemunhou seus companheiros de grupo serem molestados, sem que ele o fosse, pois passava por negro. As humilhações, segundo ele, são geralmente recebidas sem qualquer reação, "agora se for aqui, se a gente reclamar até pru bem, quer brigar com a gente. Mas fora fica quieto..." - o que evita o conflito mas não a tensão quase que permanente. Nas vezes em que teve lugar aquela interpelação, os Pataxô admitiram a justeza de suas palavras, embora acrescentassem que em outros tempos eram mais humilhados, havendo hoje "outra compreensão, as pessoa já sabendo que o índio não é à toa como era, já tem outro domínio". E, se compararmos a sua situação atual com a de algum tempo atrás, quando viviam em constantes idas e vindas pelas fazendas, afastados da sua Aldeia, mal vestidos e alimentados, com a que hoje vivenciam, é de se acreditar que a discriminação tenha diminuído de intensidade, ou que se manifeste de forma menos direta, pois como declarou um "civilizado" residente em Porto Seguro, "os caboclos de Barra Velha hoje são protegido, tem doutor, tem remédio, tem terra... se for calcular tão numa situação melhor que certos branco dessas redondeza...".

CONCLUSÃO

O subsistema que estivemos analisando, organiza-se em vários níveis que guardam estreita complementariedade, estando sua reprodução dela dependente. Tal interdependência se explica em função da diversificada utilização do espaço econômico, e de suas limitadas possibilidades para expansão interna, concommitantes com a ausência de condições estruturais que tornem possível a expansão para fora. Assim visto, apresenta-se como uma micro-formação econômica fundamentalmente voltada sobre si e só secundariamente interagindo com o mercado mais amplo.

Se o sistema abrangente lhe é absolutamente indispensável em termos sócio-econômicos e culturais, para este o subsistema Pataxó, por sua vez, não apresenta correspondente indispensabilidade. Como produtor agrícola, só ocasionalmente atinge o mercado pela venda de farinha, e mesmo neste caso só aquele pequeno e imediato, representado pelas duas povoações - Caraíva e Corumbáu - que lhe ficam mais próximas. O resultado da pesca nunca sai dos limites da reserva, assim como o da coleta no mangue e o da caça. O comércio das pequenas vendas existentes constitui uma das poucas formas de inserção do subsistema no mercado regional, para o qual é canalizado o pequeno capital circulante da reserva, que está concentrado principalmente em mãos dos comerciantes locais; nesse caso, pode-se dizer que a sociedade regional penetra economicamente na reserva mediante seus produtos industrializados, acentuando a dependência do segmento indígena. A extração, o artesanato e o trabalho assalariado caracterizam-se como as formas mais

eficientes de ação do grupo para com o sistema externo, ainda que não possam ser consideradas como atividades econômicas para ele essenciais; se no caso da extração e do trabalho assalariado se tende a preencher algumas de suas necessidades - a piaçava para industrialização e a mão-de-obra para a produção primária -, no do artesanato o subsistema, por meio dos seus membros, apresenta-se ao mercado com uma produção que, por não ser fundamental e encontrar substitutivos, se defronta com um mercado instável e constantes oscilações de preços, que fazem variar as entradas em moedas que os artesãos são capazes de dirigir para a reserva. Isso é altamente significativo se levarmos em conta que o artesanato é a alternativa de que dispõe o grupo para não se assalariar, alternativa esta que, assim, se torna muito pouco segura. Estando já o mercado relativamente saturado de produção artesanal, pode-se, pois, prever que dentro de algum tempo diminuirá de modo crescente sua demanda, e que o processo de proletarização, que foi parcialmente detido, poderá ser reiniciado com vigor. Desse modo, o Pataxó, ao mesmo tempo que precisa manter relações de mercado, sofre as injunções dos mecanismos da oferta e da procura e apreende noções de ordem capitalista, desenvolvendo valores estranhos à sua organização social, que, de um momento para outro, podem se tornar inoperacionais, ou economicamente com pouca utilidade. A preservação da autonomia, cada vez mais ameaçada pela perda gradual de sua especificidade como produtor primário de bens agrícolas, é tentada em outros níveis, a depender das disponibilidades e expectativas do mercado nacional. Podemos, diante de tal quadro, considerar o subsistema Pataxó como supérfluo para a sociedade que o rodeia e nele

interfere, o que equivale a reconhecer uma unilateralidade na situação do segmento indígena, unilateralidade essa entendida em termos da marcada dependência deste último, a qual, econômica, social e política, é provocada pelo grau de desenvolvimento das suas forças produtivas e pela sua condição de tutelado. Ao ter garantida a terra em nome do direito imemorial, o segmento indígena estabelece com a sociedade nacional uma relação assimétrica em que a segunda detém o poder maior que sanciona, e que, ao penetrar na reserva, assume em conjunto com o grupo, porém sempre mais do que ele, o poder local, explicitado especialmente a nível social e político. Assim sendo, a dominação exercida, traduz-se nessa maior força política, que desencadeia outras formas de dominação e alarga as diferenças entre o dominante e o dominado.

Até que ponto, por outro lado, tem o grupo condições de romper tal assimetria? Aqui parece emergir inevitavelmente certa contradição, na medida em que, se anteriormente a autonomia era regida pela capacidade de cada unidade social de produção manter e reproduzir-se dentro da reserva, agora implica em que ela busque ultrapassar esses limites, voltando-se cada vez mais para fora; como isso não é possível através da produção agrícola de cada uma dessas unidades, cujo conjunto formaria a produção social da reserva, lançam mão de atividades complementares em que ou vendem a força-de-trabalho individual, ou mantêm sob controle da própria unidade doméstica no processo de produção artesanal. Poder-se-ia indagar se isso ocorre em razão da ausência de um volume de produção agrícola superior àquele necessário para atender as necessidades de consumo de cada grupo doméstico, ou se acontece por motivos

alheios à livre decisão dos produtores - o que equivale a indagar sobre a existência ou não de um excedente agrícola que seja, também, passível de comercialização.

Não podemos, por um lado, negar a existência de uma produção suficiente para manter toda a população Pataxó economicamente ativa e não-ativa. Por outro, e partindo da própria capacidade da força-de-trabalho de criar valor além daquele necessário para mantê-la e reproduzi-la temos, no caso, de ponderar que a inexistência - ou debilidade, se aceitarmos sua existência - de um sistema político centralizado pode agir como fator limitante no que tange ao surgimento de um excedente agrícola, da mesma forma que a mobilização do grupo para organizar as condições estruturais necessárias não apenas àquele surgimento, mas também ao uso desse excedente para participação no sistema de mercado. Ora, no subsistema em análise estão ausentes essa capacidade de mobilização e a centralização política, pelo menos com a intensidade que as tornasse em estimuladores que levassem a produzir um excedente palpável, sem que isso implique, entretanto em afirmar que ele não existe de modo absoluto, ou seja, que não haja um quantum a mais, por mínimo que seja, depois de terem sido atendidas todas as necessidades de cada unidade social de produção (V. Orans, 1972). Considerando que, como vimos ao falar tanto da circulação quanto do cálculo econômico, cada uma daquelas unidades estabelece com as outras um sistema de trocas, diretas e indiretas, da mesma forma que destina à venda parte de sua farinha, esse excedente parece existir, embora não seja possível calculá-lo com precisão por causa da falta de uma comercialização monetária regular, que conduz os produtores a contabilizar a sua vida

econômica. Apesar disso, porém, e à vista das evidências examinadas podemos concluir pela presença de um excedente que entra no circuito de bens alimentares da reserva. Ele compreende todo o volume de produção que permanece em poder do produtor, descontado o volume correspondente à manutenção e reprodução da força-de-trabalho, vista no plano biológico e social - o que obriga a incluir os dispêndios calóricos necessários à ligação do produtor com sua unidade de produção e, mais amplamente, com todo o subsistema social. Uma vez que cada unidade econômica é autônoma, detentora da terra que trabalha, no interior da reserva não ocorre apropriação direta de excedente, o que para nós implica em não existir apropriação equivalente à "mais-valia". Quer dizer: se o tempo excedente que possui cada produtor não é por ele alienado, conseqüentemente o "mais valor" virtual não se transforma em "mais-valia". Desse modo, não havendo alienação, cada produtor, tomado individualmente e cada unidade de produção, tem a potencialidade de poder incorporar mais-valor a seu objeto de trabalho, aumentando a margem possível de excedente. Por outro lado, não há, como também vimos, a obrigatoriedade de transformar em excedente efetivo, em trabalho objetivado, a potencial capacidade de criação de mais-valor, que chamaríamos de "excedente virtual", podendo, ao invés disso, a força-de-trabalho dedicar por exemplo, mais tempo ao repouso, por achar sem sentido produzir mais do que o necessário ao consumo doméstico, já que a reserva não conta com meios para escoar o que teria a possibilidade de produzir.

Tendo em vista, ainda o incessante número de trocas verificado, talvez se pudesse hesitar entre caracterizar este

subsistema como uma economia de troca, ou uma economia de mercado simples. As trocas, entendidas agora como permutas diretas de mercadorias, ocorrem largamente em todos os níveis da economia, mas não se pode afirmar que elas se dêem de forma exclusiva, pois, como mostramos, paralelamente também tem lugar a permuta de mercadorias por dinheiro, tanto no âmbito da reserva, quanto no da sociedade regional, no qual os Pataxó repetidamente comerciam. Se assim acontece, há uma economia de mercado aliada à circulação por trocas diretas, e sendo aquela o tipo econômico dominante (tornando-se mesmo a prática de trocas inoperacional fora do contexto imediato) poder-se-ia caracterizar o subsistema Pataxó como um subsistema de mercado, com ampla utilização de permutas diretas em produto. Ao mesmo tempo, também se caracterizaria como um subsistema camponês, pois "... the peasant economy is based on agriculture, involving a mixture of subsistence production and production for market sale; peasant villages are partly autonomous and partly related to cities of some sort and to larger cultural and political groupings" (Dalton, 1972:404): um modo de produção, em nosso caso, que se insere parcialmente no modo de produção predominante - capitalista -, com ele interagindo, mas guardando sua especificidade. Como todo subsistema imerso, no mercado, ainda que muitas vezes de modo intermitente, já está, condicionado pelo cálculo econômico capitalista, que interfere no próprio funcionamento interno de sua economia. E pelo fato de elementos capitalistas e camponeses estarem em quase permanente interpenetração, como acentua Moore (1972:158) ao se referir à sociedade rural na América Latina, é que o conceito de camponês ou segmento camponês se mostra operacional, principalmente

por enfatizar a existência de modos de produção periféricos ou não predominantes que, numa progressão constante são atingidos e modificados pelo movimento expansionista daquele que predomina.

Se como característica camponesa crucial podem ser tomadas a tecnologia - que não anula a influência da ecologia -, e a vinculação com a terra, além da manipulação e controle exercidos por poderes externos, talvez então o segmento camponês indígena possa ser visto como uma das manifestações mais específicas de campesinato. E isto porque política e socialmente mais dependente e sujeito à manipulação do poder externo, é um resultado do "colonialismo interno", que corresponde "a una estructura de relaciones sociales de dominio y explotación entre grupos culturales heterogéneos, distintos. Si alguna diferencia específica tiene respecto de otras relaciones de dominio y explotación (ciudad-campo, clases sociales) es la heterogeneidad cultural que históricamente produce la conquista de unos pueblos por otros pueblos, y que permite hablar no sólo de diferencias culturales (que existen entre la población urbana y rural y en las clases sociales) sino de diferencias de civilización" (Casanova, 1963:25). Tais diferenças explicam as relações assimétricas e levam o pesquisador à conclusão de que só mediante a análise dos dois sistemas com seus modos de produção é possível detectar-lhes as contradições e propor alternativas de participação aos grupos indígenas como o dos Pataxó - segmentos camponeses que vivenciam uma situação colonial - de modo a que se tornem menos dependentes econômica, social e politicamente.

NOTAS

1. Afirmar que o índio "integrado" está "ilhado" e "incorporado" parece contraditório à primeira vista, e, na verdade o é, pois ele se incorpora à sociedade nacional mantendo sua especificidade e reagindo à discriminação como um grupo voltado para si mesmo, formando verdadeiros "quistos".
2. A importância da tecnologia sobre o nível social e político dos sub-sistemas indígenas deve ser atentada em toda sua dimensão, pois, em última análise desde o princípio é a tecnologia que vai provocar alterações significativas em todas as formas de ação social, o uso do instrumental industrializado permitindo o aparecimento de um excedente de tempo e funcionando como mecanismo de prestígio, passível de utilização como fonte de poder político.
3. A ação das frentes pastoris junto às populações indígenas é um tema pouco explorado que está a exigir investigação. Ribeiro (1970) e Melatti (1970) observam que, por sua estrutura e caráter extensivo, elas rejeitariam a mão-de-obra indígena. Pondê de Senna (1977) porém, em pesquisa na região de Itapicuru, na Bahia, descobriu notícias de índios livres (ou forros), o que implica na existência de índios também escravos. Como Itapicuru localiza-se numa área tradicional de pecuária, alcançada desde século XVI, por frentes pastoris, a existência de índios livres constitui indicador da sua incorporação como mão-de-obra nas fazendas de gado.
4. Daniel Gross (1971) demonstra que em Bom Jesus da Lapa, na Bahia, uma baixa taxa nutricional dos grupos domésticos ligados à agricultura do sisal provoca uma divisão alimentar em que primeiramente é alimentada a força-de-trabalho economicamente produtiva, ficando as crianças com as pequenas sobras, o que provocará sérias consequências ao seu desenvolvimento físico e mental, colocando, pois, em risco a reprodução da força-de-trabalho, e, conseqüentemente, a própria manutenção e reprodução do modo de produção.
5. Oliveira (1972:117) demonstra que os grupos indígenas comparecem em maior número naquelas zonas fisiográficas que apresentam baixo índice de Produção Industrial, sendo dessa forma pouco atingidos pela expansão dinâmica do sistema.
6. Os índios da Reserva Caramuru-Paraguaçu compõem três grupos distintos etnicamente: os índios procedentes da Aldeia de Pedra Branca, Baenan e Hãhãhã, localizados no Posto Caramuru; e outro grupo vindo de São Fidélis, Olivença, Ferradas e Santa Rosa, fixados no Posto Paraguaçu. Compostos inicialmente de Kariri e Sapuyá, estes últimos foram aldeados no século XIX em Santa Terezinha, médio Paraguaçu, de onde, em 1834, massacrados por forte contingente policial, fogem para as matas. Em 1844, tendo sofrido novo ataque, emigram para o vale do rio Jequié, depois para o rio de Contas, e posteriormente para Santa Rosa, aldeados sob a guarda do Frei Francisco Antonio de Falermo. Aí passam a ser utilizados como abertores de estrada (Paraíso, Maria Hilda, apud Casemiro Sena Madureira, manuscrito 1844). Com o decreto de extinção das Aldeias, a Aldeia de Santa Rosa desaparece, ficando os índios

como assalariados da região, até que em 1939 Nimuendaju os conduz para a região do "Toucinho", no Posto Indígena Paraguaçu.

7. Os Kaimbê de Massacarã seriam exceção quanto a este ponto, embora as informações que dispomos ainda sejam precárias. O trabalho que Edwin Reesink realizou entre os Kaimbê e que está em fase de redação, encontrando-se o pesquisador atualmente na Holanda, preencherá a carência de dados sobre o referido grupo.
8. Os grupos indígenas da Bahia apresentam os seguintes contingentes populacionais: Kariri, 1.200 aproximadamente; Kaimbê, cerca de 500; Pankararé, 1.093; Tuxá, mais ou menos 400 indivíduos; Pataxó, 666 e Índios da Reserva Caramuru-Paraguaçu, aproximadamente 493.
9. "Sacos" são reentrâncias circulares escavadas pela erosão na escarpa das superfícies mais altas, e que tendem a provocar o recuo do relevo tabular.
10. "Branco" refere-se ao membro da população regional, etnicamente majoritária e distinta da população indígena, que se discrimina e é por esta última discriminada. A distinção é, portanto, étnica, não havendo quaisquer indicadores raciais.
11. O Praia é dançado apenas por homens, vestidos com roupa ritual - Tonã - cada Tonã representando um encantado, enquanto no Toré todos dançam, homens e mulheres do grupo.
12. Soares nos deu notícias de um Pankararé, casado com mulher Tuxá, que morou em Rodelas e se tornou aprendiz de xamã. Da mesma forma, por ele tomamos conhecimento que os Pankararé aprenderam, ou reaprenderam, a dançar Toré com os Índios Pankararu, de Pernambuco.
13. Situação em que se encontram índios da Reserva Paraguaçu-Caramuru, como é o caso da Índia Barretã que impedida de catar minhocas nas terras da reserva, sobrevive da caridade de algumas pessoas da sociedade regional
14. Observação feita pelo professor Vivaldo da Costa Lima, a propósito do grupo Pataxó, em seminário realizado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da UFBA., sobre "Condicionamentos Ecológicos dos Pataxó de Barra Velha" apresentado pelo prof. Pedro Agostinho.
15. Ver, a esse respeito, Robert A. Levine, "Research Design in Anthropological Field Work" "When a field worker has covered in his ethnographic work the standard range of topics plus strikingly distinctive features, and has approached most topics by informant interviewing and/or observation or survey technique, he has acquired the essential contextual information and is in a position to design an hypothesis-testing study" (A Handbook of Method in Cultural Anthropology, Columbia University Press, New York & London, 1973:191).
16. Teoria entendida como "a statement of relationships between variables" (cf. Raoul Naroll and Ronald Cohen "The Logic of Generalization" A Handbook of Method in Cultural Anthropology, Columbia University Press New York & London, 1973).
17. Trabalho de campo realizado como atividade final do "Seminário sobre

Fricção Interétnica" coordenado pelo prof. Pedro Agostinho, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, a nível de graduação. Além dos alunos que cursavam a disciplina e do professor coordenador, participou do trabalho de campo o prof. Johannes Augel, da Universidade de Bielefeld.

18. Segundo o mapa de Wied-Neuwied eles alcançavam o rio de Santa Cruz Cabália como limite setentrional.
19. O Príncipe de Wied-Neuwied assinala que "Já em 1662, os Aimorés (botocudos), Puris e Patachôs foram mencionados por Vasconcellos Simão de Vasconcellos "Memórias curiosas sobre os índios" entre as tribos tapuias do rio Doce; e embora sejam os primeiros os verdadeiros senhores dessas paragens, os outros incursionam algumas vezes até aí" (1958: 163). Por outro lado, Emmerich & Monserrat, buscando delimitar as áreas ocupadas pelos Aimorés ou Botocudos, afirmam que Salvador Correa de Sá, ao realizar uma entrada em 1577, os encontrou nas imediações do rio Doce, "juntamente com outras nações tapuias, como Patachôs, Apuraris e Puris" (1975:5).
20. Assim o Capitão-mor da Capitania de Porto Seguro descreve a área que nos interessa "Deste rio [Ca] para o N. 2 legoas em distancia está a ponta de Corumbão, que fica Leste-Oeste com o monte Pascoal, e na altura à margem (latitude 17.000) nesta dita ponta fôrma a costa ao S. della huma bellissima enseada, onde ancorão embarçaõens a abrigar-se das tempestades, pois faz reparo ao maior número de ventos; por fora ha grande recife de pedras, que chamão Itacolomins, e o fim delle desta da costa legoa e meia, cujo recife tãobem serve de reparo ao mar, pelo que se conservão as embarçaõens nesta enseada, como em rio manso; por terra dos Itacolomins tãobem ha canal de navegação da costa havendo bom pratico: O terreno da distancia sobre dita são barreiras das mesmas cores já em outras declaradas, e acompanhão 1 legoa, e a outra he mata virgem, que vem até o comoro da praia, e terras boas para plantaçoens, e nesta ultima distancia he a dita praia liza, e boa té a ponta já annunciada; desta para o Norte huma legoa se encontra o rio Corumbão; a sua barra só serve para canoas, e nella se entra a Oesudoeste, e depois segue a Sul até a dita ponta da costa, que se lhe dá o mesmo nome..." (Castro e Almeida 1918:241).
A distância entre a ponta do Corumbau e a foz referida pelo Capitão-mor é a mesma que há entre as duas localizações nos mapas da Diretoria de Hidrografia e Navegação e nas aerofotografias consultadas.
21. O autor comete um erro pois Trancoso não se localiza à margem direita do Rio do Frade mas no rio do mesmo nome.
22. A esse respeito consulte-se Calderón, Valentim "Os Pataxó não são descendentes dos Tupiniquim" Jornal da Bahia, Salvador, 7/dez/1968.
23. Fuga semelhante ocorreu à nossa chegada em 1971, quando o grupo celebrava a festa da sua padroeira, N. Sra. da Conceição, no dia oito de dezembro.
24. Oliveira refere-se a esse tipo de identidade, "surrendered identity" (cf. Erikson, E. H. "identidade latente que é apenas "renunciada" como método e em atenção a uma praxis ditada pelas circunstâncias, mas que a qualquer momento pode ser atualizada, invocada" (Oliveira, 1976: 12).

25. Locais situados respectivamente ao norte e sul da Aldeia de Barra Velha.
26. Refere-se à Serra dos Aimorés.
27. Pé-da-Pedra é a denominação que os Pataxó dão ao Monte Pascoal.
28. É importante que se leve em conta a idade desta memória, século XVI, assim como sua parcial e provável mitificação. A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, no verbete referente a Porto Seguro, registra assim o acontecimento: "Ynaiã era linda índia da tribo dos aimorés e que vivia feliz em Caraíva, localidade situada à margem do Atlântico. O chefe da tribo era seu irmão. Em princípios de 1503, surgiu atrás da foz do Corumbau uma esquadra. "Era a expedição de Gonçalo Coelho". Um saveiro se aproximou e os aimorés deixaram cair por terra as flechas agressivas". "O navegador português conquistou a amizade dos silvícolas". Em seguida, a esquadra velejou para o Porto Seguro, vencendo em horas o percurso.
A índia Ynaiã deveria ser uma Iracema; tinha os olhos negros e deixou-se apaixonar pelo homem branco.
"Um dia, Ynaiã fugiu da tribo e caminhou pelo litoral: quando atingiu o Porto Seguro, já as naus portuguesas se haviam retirado e a índia, não mais encontrando o homem pelo qual se apaixonara, morreu. ... Consta que o Abaitara, chefe dos Aimorés, vingou a morte de sua irmã, mandando destruir o povoado de Santo Amaro, tendo salvo, unicamente, a imagem de Nossa Senhora". (Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, vol. XXI, Bahia, IBGE.).
29. Observar que a lembrança é tardia, pois o quiabo é de origem africana.
30. Esses dados foram fornecidos pelo homem mais velho da Aldeia de Barra Velha, com 83 anos, e não foram referidos por nenhum outro. A título de ilustração, transcrevemos certos trechos da História da Província de Santa Cruz, do Tratado da Terra do Brasil, de Pero Magalhães Gandavo, pertinentes aos Aimorés, por guardarem certas semelhanças estruturais com fatos relatados por informantes Pataxó. "Sam mui forçosos em extremo e trazem huns arcos mui compridos e grossos conformes a suas forças, e a frechas da mesma maneira. Estes alarves têm feito muito damno nestas Capitánias depois que desceram a esta costa e mortos alguns Portugueses e escravos, porque sam mui barbaros, e toda a gente da terra lhes he odiosa: nam pelejam em campo nem têm animo para isso; põem-se entre o mato junto de algum caminho, e tanto que alguém passa atiram-lhe ao coração ou a parte onde o matem, e nam despedem frecha que nam na empreguem" ... O mais do tempo andam derramados por diversas partes, e quando se querem ajuntar assoviam como pássaros, ou como bugios, de maneira que uns e outros se entendem e conhecem, sem serem de outra gente conhecidos. Nam dam vida huma só hora a ninguém, porque sam mui repentinos e acelerados no tomar de suas vinganças; e tanto que muitas vezes estando a pessoa viva, lhes cortam a carne, e lha estam assando e comendo à vista de seus olhos (1964: 65-6). "Estes índios não vivem senão pela frecha, seu mantimento he caça, bichos e carne humana, fazem fogo debaixo do chão por não serem sentidos nem saberem onde andão" (op. cit. 77).
31. "Fogo" é o movimento de 1951 que terminou com o incêndio da Aldeia pela polícia.

32. É interessante notar que os informantes contrapõem os "bailes de agora" com os "bailes de antigamente", os quais, quando citados, se revelam como folguedos populares em grande parte de origem européia e, com absoluta certeza, não índia. Além disso, afora o cauim, parece que a memória de seus verdadeiros rituais desapareceu mesmo.
33. Abertura na mata virgem (ou derruba) para morar e, ou, fazer roça.
34. A entrevista foi realizada em maio de 1976, tendo o informante 40 anos aproximadamente. Trinta e cinco anos, portanto, pode ser considerada como sua faixa de memória possível.
35. O primeiro decreto de criação do Parque Nacional do Monte Pascoal foi a 19 de abril de 1943 e em 1960 houve um novo decreto de efetivação. Observe-se também a referência a João Goulart que permaneceu no governo no período de 1962-64.
36. O primeiro chefe do Posto Indígena chegou à Aldeia de Barra Velha em dezembro de 1968.
37. "Encosto" é a manifestação dos espíritos dos mortos que se tornam "encantados".
38. Lista de 71 palavras obtida pelo Cel. Antonio Medeiros de Azevedo entre os Pataxó Hãhãhã do Posto Paraguaçu, em 1936, por ocasião da eclosão de um movimento de rebelião.
39. População localizada nos limites do Parque Nacional do Monte Pascoal, pois há um grande contingente fora dessa área. Assim é que no "Pé-da-Pedra" vivem aproximadamente seis grupos domésticos, compreendendo uma população de aproximadamente sessenta indivíduos. Em Água-Bela (local situado ao sul da Aldeia) há aproximadamente 40 índios Pataxó, todos membros de uma só família. Consideram Água-Bela uma Aldeia, criada em 1951 pelos dois irmãos mais velhos, Edson e Manuel Braz, que em seguida passaram a reunir o resto da família. Vivem da plantação de roças pequenas, aproximadamente 0,36 ha por grupo doméstico, e da pesca fluvial. Pagam impostos à Prefeitura das terras que ocupam. Também ao sul da Aldeia, nas terras do fazendeiro Arturzinho Mascarenhas, há um outro grupo Pataxó, disperso também devido às questões surgidas com os guardas do Parque Nacional do Monte Pascoal, cujo número não tivemos condições de obter. Em "Imbiriba", nas margens do rio do Frade, localiza-se um outro grupo, chefiado pelo "capitão" Toinheira. Considerada uma verdadeira Aldeia, "Imbiriba" possui, segundo a listagem que nos foi entregue pelo "capitão", uma população de 132 hab. À época que aí estivemos, o "capitão" estava em disputa com um empresário que dirige um grande projeto de criação de búfalos, sob alegação de tomada de terras e do controle da aguada necessária à nova "sede da Aldeia" pelo referido fazendeiro empresário. A área ocupada, hoje bastante reduzida devido às frequentes repartições efetuadas pelo "capitão", entre seus próprios filhos e mesmo elementos da sociedade nacional, tem plantações de mandioca, café, cacau, além de plantas de subsistência. Em Cumuruxatiba, município do Prado, há também pessoas que se autodefinem como Pataxó. Um dos elementos mais velhos do local, Firmo Carlos de Oliveira, entregou-nos pessoalmente um caderno com nome e idade de todos os habitantes, e uma carta endereçada ao Presidente da República pedindo providências no sentido de evitar a grilagem de suas terras por empresas que se afirmam vinculadas do Governo Federal.

40. Apenas 64 mulheres foram entrevistadas, e não 66, porque uma vive fora da área, morando na Aldeia apenas o chefe do grupo doméstico, e outra é uma velha solteira.
41. Não procedemos da mesma forma em relação àqueles residentes na área do Parque Nacional do Monte Pascoal porque a eles foi apenas aplicado o questionário padrão simplificado.
42. Há uma pequena margem de erro, uma vez que utilizamos a faixa que vai de 15 anos (inclusive) a 50 anos (exclusive), margem essa que não é muito relevante se considerarmos que nessa última faixa há apenas 7 mulheres.
43. Nascido em Ribeirão do Rodeador, município de Poções, tendo vivido 12 anos no Posto Caramuru, onde tinha parentes, saindo "escorregado pelo arrendamento".
44. Saiu do Posto Paraguaçu com a idade de 16 anos. O pai tinha terras no Posto "nos Dezessete" (medição velha). Com o arrendamento foi forçado a abandoná-las, juntamente com toda a família de orientação.
45. Chegou à Aldeia em abril de 1976, dela tomando conhecimento nas fazendas do estado de Minas Gerais. Nasceu em Mato Grosso do Sul, fronteira com o Paraguai, e durante trinta anos permaneceu em Lagoa Rica ("a três léguas da Aldeia do "Francisco"), passando depois a morar na Aldeia Karajã, às margens do Araguaia e, posteriormente, no Paranã em tre índios Guarani e Kaingang. O motivo da vinda para a Aldeia de Barra Velha é atribuído à busca de um lugar saudável para viver "prá cá mais melhor, ter muito lugar muito sadio".
46. Residente na Aldeia há cinco anos, vindo do Posto Caramuru de Itaju do Colonia, de onde saiu por força do arrendamento de terras.
47. Segundo declarações pessoais é de Pedra Branca, "abaixo da cidade de Areia, uma aldeia antiga" de onde saíra o pai para "fazer a Aldeia de Mutum, no município de Poções". Chegou à Aldeia em fevereiro de 1969, também procedente do Posto Paraguaçu de onde foi expulso: "saí a casco de cavalo prá não morrer".
48. O índio só dispõe do fator de produção trabalho em termos, pois, tutelado, só o pode vender se a FUNAI o assessorar, pelo menos em teoria.
49. Observar porém que dado o caráter do clima e solo tropicais, a agricultura de coivara conduz a uma desvalorização da terra, pelo empobrecimento crescente do solo. Dessa forma, tende a ocorrer uma progressiva diminuição da fertilidade potencial que se refletirá na renda da terra (A esse respeito V. Marx e a "Renda da Terra", O Capital).
50. O pousio varia entre sistemas Swidden específicos, sendo no grupo que estudamos de cinco anos. A variação que costuma ocorrer fica sempre na dependência de fatores como disponibilidade da terra e grau de fertilidade que vão influir em relação à duração do ciclo de recuperação. (A esse respeito V. Wolf, E. "Aspectos econômicos do campesinato ecótipos camponeses" Sociedades Camponesas, pp.39-44.)
51. Produção em sentido estrito, ou seja, aquilo que resulta da criação do trabalho humano sob ação direta e primária - o bem natural modificado

pelo trabalho realizado diretamente pelo homem mediado pelo instrumental, modificação essa que vai resultar na criação de valor, sob a forma de produtos.

52. "Instrumento" entendido não como instrumental tecnológico mas o solo visto como propiciando os instrumentos e meios de subsistência.
53. Propriedade comunal nesse caso tem um significado particular. Refere-se à propriedade teórica que o grupo tem sobre a terra - o grupo e não membros individuais - utilizando-a indistintamente por todos os componentes do grupo étnico. Apenas nestes termos é que se deve entender o "comunal" - passível de utilização por todos, "membros naturais do grupo étnico".
54. Não por ato legislativo do grupo, mas devido à tecnologia em uso.
55. Como atividades de transformação foram consideradas todas aquelas que exigiam num segundo momento, após a colheita ou extração, por exemplo, o beneficiamento da matéria-prima. Nesse caso estavam o falquejo e serragem de madeira. A construção habitacional refere-se estreitamente à construção de casas, em atividades auxiliares como pedreiro, enquanto como atividade de manufatura foi considerada a de carpina.
56. Extração de piaçava.
57. Há trechos de mata secundária e de plantações intercaladas na mata primária.
58. A unidade agrícola fica definida como área parcial cultivada (roça) e a unidade de produção agrícola como o conjunto das unidades agrícolas (parciais) do mesmo produtor, distinguindo-se da unidade social de produção, a ser discutida no capítulo 5.3.2.
59. Uma tarefa mede trinta braças em quadra, e uma braça dois metros.
60. Abandono devido à destruição das roças pelas formigas.
61. População considerada com o incremento ocorrido entre início e fim do trabalho de campo.
62. Período considerado: de fevereiro de 1975 (data do levantamento) a julho de 1976).
63. Não estando incluída a restinga.
64. V. denominação usada no Mapa V.
65. Registramos apenas um caso de residência matrilocal.
66. Foram consideradas as unidades de produção encontradas na primeira etapa, pois as variações ocorridas foram irrelevantes para o entendimento do sistema.
67. Trata-se essencialmente de força muscular humana; os animais não são empregados para qualquer tipo de tração, servindo apenas os jegues para transportar cargas sobre o dorso.

68. "Muçununga" é definida como "areia branca que não dá nada".
69. A FUNAI em 1975 designou uma comissão para tratar da área definitiva a ser demarcada para o grupo. Esta comissão foi composta pelo Delegado Regional do IBDF na Bahia, Dr. Renato Aragão, e mais um engenheiro agrônomo do mesmo órgão, e, da parte da FUNAI, o Delegado da 11ª Delegacia a que o grupo está subordinado, e a autora deste trabalho. O parecer definitivo foi adiado, ficando na dependência das conclusões apresentadas pelo presente trabalho.
70. Registramos o caso de uma criança que, chorando por comida enquanto seus pais trabalhavam na roça, foi saciada com farinha e folhas de cebola.
71. Alguns moradores da Aldeia de Barra Velha possuem casa nos locais de roça.
72. Sarrapieira é o entrelaçamento das árvores e arbustos na mata.
73. Imbira é uma árvore de grande porte que dá na mata.
74. "Aceiro" é a denominação que se dá aos extremos de uma roça.
75. Defluxo.
76. Cada tolete deve ter três olhos.
77. Segundo os índios "se um morrer, o outro fica vivo".
78. "Maiadinha" é uma faixa reservada para a plantação do aipim.
79. Capim de manga é capim para pasto. "Flechar" é queimar.
80. Catame são estrias compridas "como uma casca de jacaré".
81. Reserva define apenas o conjunto espacial compreendido pela Aldeia de Barra Velha e a área do Parque Nacional do Monte Pascoal efetivamente ocupada pelos índios, uma vez que, na realidade, não existe uma Reserva Pataxó oficialmente demarcada.
82. Jirau é uma armação composta de dois paus verticalmente fincados, tendo, sobre eles tábuas no horizontal, servindo geralmente para colocação de utensílios domésticos.
83. Em número de três no início do nosso trabalho de campo, ampliou-se para quatro.
84. Não existem ferreiros na Aldeia e os mais próximos estão a mais de 60 km.
85. Uma carga são dois caçuás.
86. Palmeira da mata.
87. Farinha grossa e encaroçada.
88. Isso só do ponto de vista do contrato, pois, sendo possuidor de uma

unidade agrícola, não se descaracteriza como possuidor do meio de produção Terra.

89. Porco ou galinha.
90. Ou proto-capitalistas inclusas no sistema dominante.
91. Os campos de sapé são a consequência da degradação do solo.
92. Parcela de subsistência e reprodução. Lenin define as explorações dos camponeses feudais e semi-feudais como um salário em espécie, "puesto que la función de tales explotaciones es proporcionar el producto suficiente para permitir la reproducción de la capacidad productiva del campesino". (V. Lenin, "Quiénes son los amigos del pueblo?" Teoría económica del sistema feudal Kula, Witold, 1974:53).
93. Se a mandioca tivesse um ano, o tempo de duração seria maior, aproximadamente 16 meses, conforme informações dos índios.
94. Rebuçar uma casa é cobri-la.
95. Corumbáu refere-se ao farol.
96. Itaquena é uma ponta de terra, situada um pouco ao norte do rio do Frade. Próxima a ela há uma pequena povoação.
97. "Caxandô" é uma palmeira própria da restinga.
98. Prado é uma cidade da Micro-Região Litorânea (V. Mapas II e III).
99. "Coroas" são bancos de areia que a maré, ao vazar, deixa a descoberto.
100. Duas a três mil ripas são utilizadas num grande "tapasteiro" (tapa-esteiro). Conforme a maré, o "tapasteiro" pode ter 100 braços.
101. "Naiã" é uma palmeira que é encontrada no mangue.
102. Quando a maré é grande, segundo os índios, "ela vai multiplicando, cada dia crescendo, até ficar maré igual, sem encher, nem vazar, fica parada. Aí então vai multiplicando decrescentemente "prá trás", vai morrendo, até ficar quarta".
103. "Apicum" é mangue duro, como ilha, onde não corre muita água, só indo mais água até ele na maré grande.
104. Coqueiro da mata, cujas palhas são utilizadas para fachear peixe e a madeira para fazer arcos.
105. Una é uma cidade situada na Micro-Região Cacaueira.
106. O Mapa nº III mostra a mobilidade espacial do Pataxó para trabalho as salariado que pode ser comparada com o Mapa nº II, áreas e locais de residências anteriores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, Frederico Monteiro Alvares & Hélio Estrela Barroco
1970 Introdução à Região Cacaueira da Bahia.
3 v., Itabuna-Ilhéus, CEPLAC.
- AGOSTINHO, Pedro
1974 "Identificação Étnica dos Pataxó de Barra Velha, Bahia. In Memoriam Antônio Jorge Dias.
Vol. II, Instituto de Alta Cultura - Junta de Investigações Científicas do Ultramar. Lisboa, p. 393-400.
- ALENCAR, Maria Helena
1970 "Volume e crescimento da População nas zonas fisiográficas Cacaueira e do Extremo Sul". Introdução à Região Cacaueira da Bahia.
Brasil, 3 v., Itabuna-Ilhéus. CEPLAC.
- ANTONIL, André João
1976 Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas.
2a. ed.. São Paulo, Melhoramentos.
- AVÉ-LALLEMANT, Roberto
1971 Viagem pelo Norte do Brasil (1859).
Rio de Janeiro, MEC-INL.
- BAHIA - Governo
1943 "Decreto-Lei nº 12.729, de 19 de abril de 1943. Cria o Parque Monumento Nacional do Monte Pascoal, com prerrogativas de monumento nacional, e dá outras providências". Salvador, Diário Oficial do Estado da Bahia, 19 de abril de 1943.
- BAHIA - Governo
1961 "Decreto nº 17.912-A de 27 de dezembro

de 1960, doa à União Federal, ad-referendum do Poder Legislativo, vinte e dois mil e quinhentos hectares de terras... (22.500 ha) no município de Porto Seguro, para a instalação do Parque Nacional do Monte Pascoal". Diário Oficial, Salvador, 13-1-61, p. 33.

BANDEIRA, Maria de Lourdes

1972

Os Kariris de Mirandela: um grupo indígena integrado.

Estudos Baianos, Salvador, Universidade Federal da Bahia, nº 6.

BERGER, P. & Thomas Luckman

1971

The social construction of reality.

Penguin University Books.

BRASIL - Governo da União Federal

1961

"Decreto nº 242 de 29 de novembro de 1961. Cria o Parque Nacional do Monte Pascoal e dá outras providências" Diário Oficial da União, Brasília, 30 de novembro de 1961.

BRASIL - IBGE

1960

Carta do Brasil ao Milionésimo.

2a. ed., Rio de Janeiro.

1966

Atlas Nacional do Brasil.

Rio de Janeiro, IBGE. - Conselho Nacional de Geografia.

1971

Sinopse preliminar do censo demográfico (Bahia).

VIII Recenseamento Geral 1970 - Ministério do Planejamento e Coordenação Geral - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Departamento de Censos, Rio de Janeiro.

- BUCKMAN, H. & Nyle C. Brady
1968 Natureza e Propriedade dos solos.
Rio de Janeiro, Liv. Freitas Bastos.
- BUESCU, Mircea
1974 Evolução Econômica do Brasil.
Rio de Janeiro, APEC Editora S.A.
- CABRAL NASSER, Elizabeth Mafra
1975 Sociedade Tuxã.
Dissertação de Mestrado apresentada
à Coordenação de Pós-Graduação em Ci-
ências Humanas da UBBa., Salvador.
- CALDERON, Valentin
1968 "Os Pataxó não são descendentes dos
Tupiniquim" Jornal da Bahia, Salva-
dor, 7 de dezembro.
- CARNEIRO, Robert L.
1960 "Slash-and-burn agriculture: a closer
look at its implications for settlement
patterns". Sep. Selected papers of
the fifth International Congress of
Anthropology and Ethnological Sciences.
Philadelphia, Un. of Penn. Press, p.
229-234.
- 1973 "Slash-and-burn cultivation among the
Kuikuru and its implications for cul-
tural developments in the Amazon"
Peoples and cultures of native South
America.
Daniel R. Gross (ed.) Garden City,
N.Y. Doubleday/The National History
Press, p. 98-123.
- CASANOVA, Pablo González
1963 "Sociedad Plural, Colonialismo Inter-
no y Desarrollo" América Latina, Ano
6 (3): 15-31, julho/setembro.

CASTRO, R. Berbert de (org.)

1940

"Sob os céus de Porto Seguro".

Diretoria de Cultura e Divulgação do Estado da Bahia, Imprensa Oficial do Estado.

CASTRO E ALMEIDA, Eduardo de (org.)

1918

Inventário dos Documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar de Lisboa - V - Bahia 1801-1807.

Rio de Janeiro, Officinas Graphicas da Biblioteca Nacional.

COHEN, Yehudi A.

1972

"Culture as adaptation" Man in adaptation. The cultural present.

Chicago N. York, Aldine-Atherton, p. 40-60.

COHEN, Ronald and Raoul Naroll

1973

"Method in Cultural Anthropology" A Handbook of Method in Cultural Anthropology.

Columbia University Press, New York & London, p. 3-24.

DALTON, George

1972

"Peasantries in Anthropology and History" Current Anthropologist.

13 (3-4): 385-414 june/october.

DURKHEIM, Emile

1971

As Regras do Método Sociológico;

tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz, 6a. ed., São Paulo, Comp. Editora Nacional.

EDELWEISS, Frederico

1971

"Curt Nimuendaju na Bahia" Universitas n.ºs 8/9 janeiro/agosto, p. 277-280, Bahia.

EMMERRICH, Charlotte & Ruth Monserrat

1975

"Sobre os Aimorés, Krens e Botocudos. Notas Linguísticas" Boletim do Museu do Índio.

Antropologia nº 3, Rio de Janeiro, Brasil.

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros

1958

Volume XXI. Bahia, Rio de Janeiro, IBGE.

FOSTER, George M.

1961

"The dyadic contract: a model for the social structure of a Mexican peasant village" American Anthropologist. 63: 1173-1192.

1965

"Peasant society and the Image of Limited Good" American Anthropologist 67: 293-315.

FURTADO, Celso

1969

Formação Econômica do Brasil.

9a. edição, São Paulo, Editora Nacional.

GALVÃO, Eduardo

1967

"Indigenous Culture Areas of Brasil, 1900-1959" Indians of Brazil in the twentieth Century.

Washington, Institute for Cross-Cultural Research, p. 169-205.

GANDAVO, Pero de Magalhães

1964

História da Província Santa Cruz. Tratado da Terra do Brasil;

introdução de Capistrano de Abreu, S. Paulo, Ed. Obelisco Ltda.

GARCEZ, Angelina & A.F. Guerreiro de Freitas

1975

Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Cacaueira. História Econômica e Social.

- Rio de Janeiro, Carto-Gráfica Cruzeiro do Sul (vol. VIII, Convênio II CA/CEPLAC)
- GROSS, Daniel R. & Barbara A. Underwood
1971 "Technological change and caloric costs. Sisal Agriculture in Northeastern Brazil" American Anthropologist.
73 (3): 725-740 June.
- HARNECKER, Marta
1974 "El capital: conceptos fundamentales". Manual de Economía Política. Lapidus y Ostrovitianov; selección y traducción de Marta Harnecker, 6a. ed. Siglo Veintiuno, p. 39-85.
- HOLLOWAY JR., Ralph L.
1969 "Culture: A Human Domain" Current Anthropologist.
10 (4), October, Part. II, p. 395-412.
- Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro
1846 Itinerário da viagem que fez por terras da Bahia ao Rio de Janeiro, por ordem do Príncipe Regente, em 1808 o Desembargador Luiz Thomaz de Navarro (manuscripto inedito, oferecido ao Instituto pelo seu sócio correspondente Francisco Adolpho de Varnhagen).
- KIETZMAN, Dale W.
1967 "Indians and Culture Areas of Twentieth Century Brazil" Indians of Brazil in The Twentieth Century.
Washington, Institute for Cross-Cultural Research p. 3-51-
- KULA, Witold
1974 Teoría Económica del sistema feudal. Siglo Veintiuno editores, México, España, Argentina.

LEACH, Edmund

1973

As idéias de Lévi-Strauss;
tradução de Álvaro Cabral. São Paulo,
Cultrix Ed. & Universidade de S. Paulo

LEVINE, Robert. A

1973

"Research Design in Anthropological
field work" Handbook of Method in
Cultural Anthropology, Columbia Uni-
versity Press, New York & London, p.
183-185.

LÉVI-STRAUSS, Claude

1970

Antropologia Estrutural.
2a. ed., Rio de Janeiro, Tempo Brasi-
leiro.

MAGALHÃES, João José de Moura

1848

Fala que recitou o Presidente da Pro-
víncia da Bahia e Desembargador João
José de Moura Magalhães na Abertura
da Assembléia Legislativa da mesma
Província.

Bahia, Tipografia de João Alves Por-
tella.

MALCHER, José M. Gama

1962

Índios.

Rio de Janeiro, Conselho Nacional de
Proteção aos Índios, Ministério da
Agricultura.

MARX, Karl

1963

O capital;

edição resumida por Julian Borchardt,
3a. ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores.

1974

Contribuição para a Crítica da Econo-
mia Política.

Coleção Teoria, nº 8, 3a. edição,

- Lisboa, Editora Estampa.
- 1975 Formações econômicas pré-capitalistas; introdução de Erich Hobsbawn. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.
- MATTELART, Armand
1964 Manual de Análisis Demográfico.
Centro de Investigaciones Sociológicas - Universidad Católica de Chile, Centro para el Desarrollo Economico y Social de America Latina (DESAL), Santiago de Chile.
- MEAD, Margaret
1973 "The Art and Technology of Field Work"
A Handbook of Method in Cultural Anthropology.
Columbia University Press, New York & London, p. 246-265
- MELLATI, Júlio César
1970 Índios do Brasil.
Editora Coordenada de Brasília Ltda.
- MENDRAS, Henry
1972 "Un schema d'analyse de la paysannarie Occidentale" Peasant Studies Newsletter.
1 (3) july.
- METRAUX, Alfred & Curt Nimuendaju
1963 "The Mashacali, Patachô and Malali linguistic families" Hand-Book of South American Indians.
Vol. I, New York, Cooper Square Public., Inc. p. 229-263.
- MINTER - FUNAI
1975 Legislação.
Lei nº 6.001 de 19-12-1973: Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, D.F.

- MOORE, Mick
1972 "On not defining peasants" Peasant Studies Newsletter.
1 (4): 156-158, october.
- NAROLL, Raoul & Ronald Cohen
1973 "The Logic of generalization" A Handbook of Method in Cultural Anthropology.
Columbia University Press, New York,
London, p. 25-30.
- NASSER, Nássaro Antonio de Souza
1975 Economia Tuxã.
Dissertação de Mestrado apresentada
à Coordenação de Pós-Graduação em Ci-
ências Humanas da UFBA., Salvador.
- NETTING, Robert MaC
1974 "Agrarian Ecology" Department of
Anthropology, University of Arizona,
Tucson, Arizona, p. 21-56
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de
1972 A Sociologia do Brasil Indígena.
Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, S.
Paulo, Editora da USP.
- 1975 Identidade, Etnia e Estrutura Social.
São Paulo, Livraria Pioneira Editora.
- ORANS, Martins
1972 "Surplus" Man in adaptation. The cul-
tural present.
Y. A. Cohen (ed.), Chicago, N. York,
Aldine-Atherton, p. 204-214.
- PARAÍSO, Maria Hilda B.
1976 Relatório sobre - História e Situa-
ção da Reserva dos Postos Indígenas
"Caramuru e Catarina Paraguassu";
apresentado à Fundação Nacional do
Índio. Projeto de Pesquisa sobre as
Populações Indígenas da Bahia.
Convênio FUNAI-UFBA. (Dat.).

PINTO, Antonio da Costa
1861

Falla recitada na abertura d'Assemblea Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província... no dia 19 de março de 1861.

Bahia, Tipographya de Antonio Olavo de França Guerra.

POWELL, John Duncan
1972

"On defining peasants and peasant society" Peasant Studies Newsletter.
1 (3): 94-94, july.

RAPPAPORT, Roy A.
1975

"El flujo de energia en una sociedad agrícola" Scientific American: La energia.

Madrid, Alianza Editorial, p. 146 - 173.

RIBEIRO, Darcy
1968

O Processo Civilizatório.

Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A.

1970

Os Índios e a Civilização.

Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira S.A.

RIBEIRO, Orlando
1970

"L'Aménagement du Terroir Agricole" Ensaio de Geografia Humana e Regional.

Volume primeiro, Lisboa, Liv. Sá & Costa Ed., p. 219-240.

SAINT-HILAIRE, Augusto de
1938

Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

T. 29, Brasiliana, Vol. 120-A, Rio de Janeiro, Cia. Ed. Nacional.

SAHLINS, Marshall D.

1973

"On the Sociology of Primitive Exchange" The Relevance of Models for Social Anthropology.

Michael Banton (ed.) Tavistock Publications, London & N.York, p. 139-238.

SCHADEN, Egon

1965

"Aculturação indígena. Ensaio sobre fatores e tendências da mudança cultural de tribos indígenas em contato com o mundo dos brancos" Revista de Antropologia.

Vol. 13 (1 e 2), jun/dez., S. Paulo.

SENNA, Consuelo Pondé de

1977

Introdução ao Estudo de uma comunidade do Agreste Baiano - Itapicuru 1830-1892.

Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências Humanas da UFBA. (mimeog.)

SILVA, Luis Ferreira da & outros

1975

Solos da Região Cacaueira.

Rio de Janeiro, Carto-gráfica Cruzeiro do Sul (Diagnóstico Sócio-econômico da região Cacaueira, v. 2) Convênio IICA/CEPLAC.

SOARES, Carlos Alberto Caroso

1975

Os Pankararé de Brejo de Burgo;

comunicação apresentada à X Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Salvador, Bahia (Dat.).

SPIX & MARTIUS

1928

Através da Bahia.

2a. ed. Imprensa Oficial do Estado da Bahia.

TAVARES, Maria da Conceição

1976

Da substituição de Importações ao

- Capitalismo Financeiro.
5a. edição, Rio de Janeiro, Zahar Ed.
- VIANNA, Francisco Vicente
1892 Memória sobre o Estado da Bahia.
SNT. Tipografia do Estado da Bahia.
- VOZES
1976 Política Indigenista no Brasil.
Nº 3, ano 70, vol. LXX.
- WERGE, Robert Wendell
1974 "La agricultura de Tumba y Quema en
la Republica Dominicana" (Estudios
Dominicanos).
V. 3 ≠ 13, junho/agosto, p. 47-57.
- 1975 "The flow of energy in a crisis eco-
nomy: Farming and Survival in a Domi-
nican Settlement" Department of
Anthropology, University of Florida,
18 june.
- WIED-NEUWIED, Maximiliano, Príncipe de
1958 Viagem ao Brasil.
São Paulo, Cia Ed. Nacional.
- WOLF, Erich E.
1970 Sociedades camponesas;
trad. de Oswaldo Caldeira C. da Sil-
va, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

DOCUMENTOS INÉDITOS (MANUSCRITOS E DATILOGRAFADOS)

- 1857/fevereiro/10 (MS 1) - Ofício de Marciano de Jesus Fontoura, sub-delegado de Polícia do Prado, a Casemiro de Sena Madureira, Diretor Geral dos Índios. Arquivo Público da Bahia - Secção Histórica: Presidência da Província - Agricultura, Indústria e Comércio - Índios - maço 1857/1864
- 1851/janeiro/22 (MS 2) - Ofício enviado por Casemiro de Sena Madureira, Diretor Geral dos Índios ao Visconde de Mont' Alegre, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Arquivo Público da Bahia - Secção Histórica: Presidência da Província - Agricultura, Indústria e Comércio - Índios - maço 1823/1853
- 1844/abril (MS 3) - Requerimento dos Habitantes da Vila do Prado ao Presidente da Província. Arquivo Público da Bahia - Secção Histórica: Presidência da Província - Agricultura, Indústria e Comércio - Índios - maço 1823/1853
- 1851/janeiro/10 (MS 4) - Relatório das Aldeias Indígenas da Bahia enviado por Casemiro de Sena Madureira, Diretor Geral dos Índios ao Visconde de Mont' Alegre, Ministro e Secretário

de Estado dos Negócios do Império. Arquivo Público da Bahia - Secção Histórica: Presidência da Província - Agricultura, Indústria e Comércio - Índios - maço 1823/1853

- 1857/fevereiro/24 (MS 5) - Ofício de Casemiro de Sena Madureira, Diretor Geral dos Índios, ao Desembargador João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, Presidente da Província da Bahia. Arquivo Público da Bahia - Secção Histórica: Presidência da Província - Agricultura, Indústria e Comércio - Índios - maço 1857/1864
- 1861/abril/25 (MS 6) - Ofício de Joze Jacome Doria, Diretor Geral dos Índios, interino ao Conselheiro Antonio da Costa Pinto, Presidente da Província. Despachado com pedido de informação a 27/4/1861. Informado pela Repartição Especial de Terras Públicas da Bahia em 27/6/1861. Arquivo Público da Bahia - Secção Histórica: Presidência da Província - Agricultura, Indústria e Comércio - Índios - maço 1857/1864
- 1861/abril/10 (MS 7) - Ofício de Joze Jacome Doria, Diretor Geral dos Índios, interino ao Conselheiro Antonio da Costa Pinto, Presidente da Província. Arquivo Público da Bahia - Secção Histórica: Presidência

da Província - Agricultura, In-
dústria e Comércio - Índios - ma
ço 1857/1864

CARTAS E MAPAS

- BRASIL - Marinha - Diretoria
de Hidrografia e Navegação - Carta nº 1200: Brasil - Costa Leste. Do Porto de Ilhéus à Ponta de Cumuruxatiba (Publicada em 1945 e corrigida até 1963)
- BRASIL - Marinha - Diretoria
de Hidrografia e Navegação - Carta nº 1200: Brasil - Costa Leste. Do Porto de Ilhéus à Ponta de Cumuruxatiba. Compilação de levantamentos efetuados até 1960 com alterações e acréscimos em 1970.
- PETROBRÁS 1974/1975 - Projeto 0-281 (Serviço aerofotogramétrico Cruzeiro do Sul)
Fotos: 03/169, 03/170, 03/171 (8 de janeiro de 1975); 17/2599 - 17/2600, 17/2601 (9 de fevereiro de 1975)

ANEXOS